

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LIDIANE ALMEIDA COSTA

**A PRODUÇÃO DA NATUREZA NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O
PARAGUAI. O PANTANAL E O CHACO: UNIDADE E DIVERSIDADE**

**DOURADOS/ MS
JUNHO 2012**

LIDIANE ALMEIDA COSTA

A produção da natureza na fronteira do Brasil com o Paraguai. O Pantanal e o Chaco: Unidade e Diversidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo César Moretti
Área de Concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira.

DOURADOS/MS

2012

LIDIANE ALMEIDA COSTA

A produção da natureza na fronteira do Brasil com o Paraguai. O Pantanal e o Chaco: Unidade e Diversidade

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG/UFGD

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador:

Prof. Dr. Edvaldo César Moretti (UFGD)

1º Examinador (Membro - UFMS)

Prof. Dr. Álvaro Banducci Junior

2ª Examinador:

Prof. Dr. Adauto de Oliveira Souza (Membro - UFGD)

RESUMO

O Pantanal é uma região, situada no sul de Mato Grosso e no noroeste de Mato Grosso do Sul, perfazendo uma área de 250 mil km² em terras brasileiras, além de, também, englobar o norte do Paraguai e o leste da Bolívia e parte do território argentino (onde é denominado de Chaco), na Argentina e Bolívia formam uma área de cerca de 1 milhão de km². Essas localidades possuem características comuns ao apresentarem grande diversidade ambiental, com espécies vegetais e animais considerados únicas no mundo, no entanto, a produção e o uso desses ambientes são variados nos diferentes países, gerando territorialidades diferenciadas em um ambiente natural único. Baseando-se nessa realidade, esta dissertação pretendeu abordar sobre a produção da natureza, tendo como área de investigação o Pantanal localizado em território brasileiro e o Chaco localizado no território Paraguaio, com reflexões baseadas na ciência geográfica, no que se refere à produção e consumo do espaço, a partir da abordagem da espacialidade relacionada com a produção de natureza. A análise acerca do ambiente pantaneiro e chaquenho possibilitaram ou a eleição de novos paradigmas capazes de não tomar o Homem e a Natureza como pólos excludentes, entendendo que as transformações ocorridas em determinadas localidades não acontecem esporadicamente, isentas daquelas pelas quais passa o mundo, uma vez que estão relacionadas a mecanismos de poder. Entre eles, é possível destacar, no que se referem ao meio ambiente, os programas e leis que determinam como os recursos naturais de determinado território serão consumidos. Assim, é tarefa da Geografia compreender as marcas da ação histórica da intervenção da sociedade na natureza.

Palavras- Chave: Pantanal, Chaco, Fronteira, Território, Natureza

RESUMEN

El Pantanal es una región, situada en el sur de Mato Grosso y en el noroeste de Mato Grosso del Sur, ambos departamentos del Brasil, totalizando un área de 250 mil km² en tierras brasileras, englobando también el norte de Paraguay, leste de Bolivia y parte del territorio argentino (donde es denominado Chaco), estos últimos países forman un área de aproximadamente 1 millón de km². Estas localidades poseen características comunes por presentar gran diversidad ambiental, con especies vegetales y animales considerados únicos en el mundo, sin embargo, la producción y el uso de esos ambientes son variados en los diferentes países, proporcionando territorialidades diferenciadas en un ambiente natural único. Basado en esta realidad, la disertación pretendió abordar sobre la producción de la naturaleza, teniendo como área de investigación el Pantanal, localizado en territorio brasileiro y el Chaco, localizado en territorio paraguayo, con reflexiones basadas en la ciencia geográfica, en lo que se refiere a la producción y consumo del espacio, a partir del abordaje de la espacialidad relacionada con la producción de la naturaleza. El análisis sobre el ambiente pantaneiro y chaqueño posibilitó la elección de nuevos paradigmas capaces de no tener al hombre y a la naturaleza como polos excluyentes, entendiendo que las transformaciones sucedidas en determinadas localidades se concretizaron esporádicamente, exentas de aquellas por las cuales pasa el mundo, una vez que están conectadas a mecanismos de poder. Entre ellos, es posible destacar en lo que se refiere al medio ambiente, los programas y leyes que determinan como los recursos naturales de determinado territorio serán consumidos. Con todo, es tarea de la Geografía comprender las marcas de la acción histórica referente a la intervención de la sociedad en la naturaleza.

Palabras clave: Pantanal, Chaco, frontera terrestre, la naturaleza

Dedicatória

Ao Jorge Luíz, pelo incentivo e força, razões especiais para prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Em especial, e de maneira ampla, à minha família. Aos meus pais, Irumar e Cida, aos meus irmãos, Cimara e Alisson, também ao lindo sobrinho, João Vitor.

Agradeço, particularmente, à Cimara, que sempre me depositou votos de confiança, sabendo dosar conselhos críticos com carinho, fazendo, assim, com que eu acreditasse na capacidade de realizar sonhos.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, apoio, confiança e compreensão nos momentos de impaciência. Agradeço, especialmente, ao meu pai, meu mestre, fonte de forças, pelas renúncias, esquecimentos e silêncios, que me fortaleceram, impulsionando-me a seguir pelo labirinto das palavras, na perseguição de objetivos.

Ao João Vitor, olhar inocente, doce criança, com beijos amáveis, abraços apertados, que me trouxe conforto e motivação nos momentos de desesperança.

Ao Prof. Dr. Edvaldo César Moretti, orientador e amigo, por quem tenho grande admiração, pelo muito que aprendi, trilhando o caminho da ciência geográfica, desde a graduação, a iniciação científica e, agora, na pós-graduação, lapidando as arestas do estranhamento, tão comum entre pessoas com interesses distintos. A ele meus eternos agradecimentos.

Ao Prof. Dr. Fabrício Vázquez, pela receptividade em Assunção e disposição em conceder entrevista, que foram essenciais para a realização deste trabalho, assim como a disponibilização de materiais e indicações de bibliografias sobre o ambiente chaquenho.

Agradeço, com carinho, às amigas, Cecília e Karoline, pela companhia no trabalho de campo em Assunção, viagens a eventos científicos, leitura de textos e por partilharem comigo as angústias e inquietações acadêmicas, dividindo lágrimas e sorrisos importantes no processo de produção deste trabalho. Agradeço, com veemência, as palavras de incentivo que deram sustentação e ânimo para a continuação e término da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Adauto de Oliveira Souza e Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson pelas participações na banca de qualificação. A eles agradeço as sugestões apresentadas e as indicações de bibliografia que, em muito, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colaboradores, gratidão sempre. Especialmente, aos moradores de Fuerte Olimpo, no Chaco, que me receberam e concederam suas narrativas, permitindo o registro de suas experiências de vida. Meu muito obrigado aos dirigentes de Porto Murtinho-MS, nas

peças de Vivian Cruz, Fernando Euripedes Pereira Marques e, também, ao Tenente da Polícia Ambiental de Porto Murtinho, Luis Clemente de Souza, pela concessão de entrevistas e fornecimento de dados sobre o Pantanal de Porto Murtinho. Ao Sr Carlos pela hospitalidade em Porto Murtinho, e auxílio no trabalho de campo no Chaco, provendo nove horas de companhia, na viagem realizada pelo Rio Paraguai até Fuerte Olimpo/Chaco. Meu muito obrigado a esposa do mesmo pelo carinho e maravilhosa acolhida em sua casa. Meu apreço pela memória de um povo hospitaleiro que, em muito, contribuiu para o desfecho desse fragmento de história dos pantanais.

Ao querido companheiro Jorge Luiz, pela incansável ajuda durante todo o percurso acadêmico, pelas caronas, idas e voltas à Universidade, sempre com sorriso no rosto e pronto a ajudar. A ele devo a realização desse trabalho, pois o mesmo não seria possível sem sua ajuda. Obrigada pela amizade, camaradagem, longas conversas, incentivo e confiança, durante todo o período do mestrado. Meu muito obrigado, de coração, pela indispensável ajuda na realização dos trabalhos de campo em Porto Murtinho e no Chaco. Minhas palavras não são suficientes para enunciar minha eterna gratidão.

Aos professores da FCH/UFGD, Departamento de Geografia que, desde minha graduação, sempre estiveram prontos a auxiliar e orientar minha formação acadêmica. A todos, indistintamente, minha gratidão.

À Prof^a Anuska, pelas maravilhosas aulas de espanhol. Foram noites inesquecíveis, de risos e aprendizagens que me despertaram para a fascinante língua e a cultura do povo paraguaio.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo financiamento da pesquisa.

À Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM), em especial, aos funcionários e técnicos envolvidos com o Projeto de Ordenamento Territorial, por me disponibilizarem documentos e mapas, indispensáveis para esta pesquisa. Meus sinceros agradecimentos às bibliotecárias da SEAM, pelo fornecimento de documentos e bibliografias.

Às Secretarias Municipais de Turismo e de Meio ambiente de Porto Murtinho. Ao Museu Jaime Aníbal Barrera. À Segunda Companhia de Fronteira e à Polícia Militar Ambiental.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente FCH/UFGD, do Laboratório de Pesquisas Territoriais (LAPET). Agradeço em especial ao Angêlo Franco pela ajuda nas confecções dos mapas. Expresso aqui minha gratidão a amiga Railene Batista pela ajuda nas correções finais.

Aos colegas de mestrado da turma de 2010. Em particular elevo meu carinho a Cleityane Sabino, por sua amizade, alegria e força. A você Cleity minha admiração sempre.

EL CHACO

Época fue de fértiles augurios,
de bosques encantados y maniguas;
tierra de promisión “impenetrable”,
aborígenes puros,
con amor a su tierra y a su patria.
Pero un día, de horas infinitas,
fueron desarraigados,
para hacerlos esclavos.
La fauna y los árboles se fueron
tras del humo traidor de los engaños.
Y los amos , vampiros insaciables,
Más, políticos crueles, despiadados,
fueron desmoronando las riquezas [...]

(Silvio Vásquez Guzmán)

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE FRONTEIRIÇO PANTANAL E CHACO COMO UMA APROXIMAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA.....	19
1.1 Aspectos Históricos da Formação Espacial do Chaco.....	28
1.2 A Guerra da Tríplice Aliança e Suas Implicações Para a Geografia do Chaco.....	31
1.3 Guerra do Chaco e a Geografia Chaquenha.....	37
1.4 Os Menonitas e a Geografia do Chaco.....	44
1.5 Aspectos Históricos e Características Ambientais do Pantanal (Porto Murtinho) e do Chaco Paraguaio (<i>Fuerte Olimpo</i>).....	48
1.6 Aspectos da Formação da Geografia do Pantanal Brasileiro.....	66
1.7 Pantanal Brasileiro e Chaco Paraguaio: Semelhanças e Diversidades na Conservação.....	71
CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PANTANEIRO E CHAQUENHO: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS.....	78
2.1 Estrutura e Funcionamento Territorial do Chaco: Algumas Considerações Sobre a População Indígena.....	86
2.2 População Indígena do Alto Paraguay/Chaco.....	90
2.3 Chaco em Movimento: Bases Para Territorialização.....	94
2.4 Unidades de Conservação: Algumas Considerações Geográficas.....	102
2.5 A Fronteira Chaquenha e Seus Desdobramentos Territoriais	110
2.6 O Papel do Estado na Produção da Geografia do Chaco	116
2.7 A fraguimenação espacial chaquenha e a constituição de territórios.....	122
2.8 Organização Geográfica no Pantanal de Porto Murtinho: Territorialidades na Fronteira.....	128
CAPÍTULO 3 - OS PROJETOS NACIONAIS BRASILEIROS E PARAGUAIOS PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO PANTANAL E DO CHACO.....	137
3.1 O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN e Suas Implicações Socioambientais Para o Pantanal de Porto Murtinho-MS.....	140
3.1.1 PRODEPAN e o Turismo – Produção e Consumo do Espaço Pantaneiro.....	145
3.2 Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul PDTUR.....	152

3.3 A Hidrovia Paraguai-Paraná.....	157
3.4 Projeto Nacional Paraguaio: <i>Apoyo a la Formulación de la Reserva de la Biosfera del Chaco Paraguayo</i>	162
3.5 Projeto Nacional Paraguaio: <i>Ordenamiento Ambiental del Territorio de los Departamentos de Alto Paraguay e Boquerón</i>	169
3.5.1 O Projeto de Ordenamento Territorial e a Política Florestal Paraguaia: Produção e Consumo do Espaço Chaquenho.....	170
3.5.2 Leis Ambientais e a Política Florestal Brasileira.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
BIBLIOGRAFIA E FONTES	185
ANEXO	199
Anexo1- Fontes Orais e atividades de Pesquisa.....	200

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

Figura 04 - Placa de ilustração do bicentenário da cidade de Forte Olimpo –PY	027
Figura 05 - Guerra do Chaco, 1934...	039
Figura 06 - Soldados bolivianos conduzindo mortos em Boquerón	041
Figura 07 - Cemitério boliviano de Arce, em Boquerón.	041
Figura 08 - Resto da muralhas em Forte Olimpo-PY (Chaco Paraguai)	049
Figura 09 - Vista superior das muralhas de pedra, em Forte Olimpo- PY.	049
Figura 10 – Aspecto das águas do rio Paraguai no Chaco paraguaio/ Forte Olimpo-PY	050
Figura 11 – Navio cargueiro no rio Paraguai	054
Figura 12 – Navio cargueiro com transporte de pessoas no rio Paraguai	054
Figura 14 - Linha ferroviária construída pela Cia Mate Laranjeira na Fazenda São Roque	061
Figura 15 – Rio Paraguai no município de Porto Murtinho-MS	063
Figura 16 - Desmatamento no Pantanal Matogrossense	068
Figura 17 - Condições Sanitárias (Forte Olimpo-PY)	083
Figura 18 - Lixo doméstico da população de Forte Olimpo próximo às margens do rio Paraguai	084
Figura 21 - Cidade de Forte Olimpo-PY	099
Figura 22 - Ponte sobre o rio Paraguay em Concepción	101
Figura 24 - Hotéis Barcos em Porto Murtinho-MS	145
Figura 25 - Folheto Turístico de Porto Murtinho-MS.	146
Figura 26 - Porto de Porto Murtinho	160
Figura 28 - Queimadas no Chaco Paraguai	166

TABELAS

Tabela 01 - Nome e data dos exploradores espanhóis em terras paraguaias	030
Tabela 02 - Comparação das informações sobre os efetivos militares disponíveis no início da guerra.	034
Tabela 03 – População do Pantanal Paraguai (Chaco)	051
Tabela 04 - Famílias por área de residência, segundo cobertura de serviços de saneamento básico	085
Tabela 05 - Existência de gado bovino por Departamento e variação. Período: 1991- 2003	098
Tabela 06 – Áreas protegidas na região ocidental do Paraguay (Chaco)	104
Tabela 07 – Áreas úmidas protegidas (Chaco)	104
Tabela 08 - Evolução das alterações territoriais no Chaco	121

MAPAS

Figura 01 - Localização do Chaco Sudamericano e Pantanal brasileiro	023
Figura 02 – Regiões do Paraguai: Chaco Paraguai	024
Figura 03 - Localização da cidade de Forte Olimpo – PY	026
Figura 13 - Subregiões Pantaneiras	056
Figura 19 - Classificação de terras públicas para venda (1885-1887)	088
Figura 20 - Comunidades indígenas no Departamento do Alto Paraguay	092
Figura 23 – Limite da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai (BAP)	141
Figura-27 - Reserva De La Biosfera Del Chaco	164
Figura 29 - Áreas sob Ameaças Ambientais no Paraguai	168

GRÁFICOS

Gráfico 01 – Taxas de Crescimento	090
--	-----

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente dissertação *A produção da natureza na fronteira do Brasil com o Paraguai. O Pantanal e o Chaco: Unidade e Diversidade*, executada no interior do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, inserida na linha de pesquisa Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza, apontam para um interesse pela temática advindo das necessidades de aprofundamento, e mesmo revisão, de conceitos abordados nas pesquisas no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente da Faculdade de Ciências Humanas – UFGD, do qual participo desde 2003, quando cursava a graduação em Geografia e era bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq. Nesse período, desenvolvi o projeto de pesquisa intitulado “Transformações no mundo do trabalho: o caso da atividade turística no município de Dourados – MS”, em que era destacada a territorialidade turística e suas implicações sociais para a região da Grande Dourados.

A estrutura física e intelectual disponibilizada no Laboratório de Pesquisas e Estudos Territoriais, do então Departamento de Ciências Humanas, ainda UFMS-Campus de Dourados, me instigaram a refletir sobre a territorialidade nas questões ambientais. Por esse motivo, iniciei pesquisa nessa área, que me serviu de base para a elaboração de monografia, no curso de Pós Graduação *Latu Sensu* - Especialização em Educação, na Faculdade de Educação da UFGD, no ano de 2009, na qual pude aliar os conceitos pedagógicos com as pesquisas na questão ambiental. Essa monografia foi defendida no primeiro semestre de 2010.

Para a execução desta dissertação, o desafio básico, no decorrer do trabalho de pesquisa e levantamento das fontes, foi o intuito de contribuir e abordar problemáticas, cada vez mais presentes no campo da Geografia além da necessidade de pesquisas sobre o Pantanal Paraguaio (Chaco), pouco abordado pelos pesquisadores brasileiros.

Assim, este trabalho consistiu em refletir sobre a fragmentação da natureza, tendo como área de pesquisa o Pantanal, localizado em território brasileiro, e o Chaco, localizado no território Paraguaio. Com reflexões baseadas na ciência geográfica, no que se refere à produção e consumo do espaço¹, a partir da análise da espacialidade, relacionada com a produção de natureza.

¹ “O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação [do espaço]” (VILLAÇA, 1998, p.13). Ou seja, não basta identificar as transformações físicas que ocorrem no território Pantaneiro e Chaquenho para denominá-la de reestruturação do espaço, tratando-as como evidências das mudanças no modo de produção capitalista. Também é necessário verificar mudanças estruturais na vida social que justificam a mudança na lógica de consumo do espaço.

Na realização da pesquisa, fizemos um levantamento de obras bibliográficas referentes às temáticas, meio ambiente à legislação ambiental e às ciências humanas, das quais fizemos revisão com o intuito de formar base teórica e análise de estudos de casos já realizados. A pesquisa bibliográfica esteve concentrada na análise de artigos científicos, livros, teses e relatórios referentes às problemáticas apontadas – Pantanal – Chaco – Políticas Ambientais, encontrados em bibliotecas e demais locais de pesquisa especializados, compreendendo a catalogação e fichamento das obras.

Outra base importante para a pesquisa foi o levantamento de dados secundários, coletados junto a órgãos públicos de planejamento, Secretarias de Meio Ambiente e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, e a órgãos públicos do Paraguai, no Departamento do Alto Paraguai.

Nessa etapa da pesquisa, realizada em setembro de 2010, efetivamos trabalho de campo em Assunção, com visitas à Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM), na qual entrevistamos funcionários e técnicos, que disponibilizaram material bibliográfico, mapas e documentos sobre o Ordenamento Territorial do Chaco, especificamente dos Departamentos de Alto Paraguay, Presidente Hayes e Boquerón, todos da Região Ocidental do Paraguai (Chaco).

Também visitamos a ADEPO, instituição ligada à Associação Paraguaia de População, presidida e coordenada pelo geógrafo paraguaio Fabricio Vázquez, pesquisador do território Paraguaio, com publicações sobre o Chaco. Na oportunidade realizamos entrevista com o mesmo, o que nos possibilitou o entendimento de questões políticas e ambientais existentes no Paraguai e a relação das mesmas com o Brasil.

Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas com os moradores da região pantaneira e do Chaco. Considerando a particularidade e especificidade da temática, optamos por utilizar a metodologia da entrevista oral. Por meio dessas, buscamos apreciar as experiências dos sujeitos a partir de suas próprias vozes e das suas práticas cotidianas, o que possibilitou conhecer sua trajetória de vida, enquanto morador urbano no Pantanal.

A análise e a comparação desses relatos foram utilizadas para a compreensão de questões, como, as territorialidades existentes no ambiente chaquenho e pantaneiro, advindas de processos históricos, bem como as experiências vivenciadas pelos moradores no que se refere à Fronteira e sua relação com o outro.

E possibilitou um entendimento do modo de viver e a relação desses moradores com os elementos da Natureza. As respostas para questões elaboradas possibilitaram problematizar a pesquisa com a intenção de identificar as relações e práticas sociais da cidade de Fuerte

Olimpo-PY e Porto Murtinho-MS e o estabelecimento das relações entre a sociedade, o Homem e a Natureza.

Assim, surge o eixo da pesquisa: homem, sociedade e natureza. Nesse amálgama de relações, os homens modificam a paisagem, operam transformações, reordenam o espaço ao seu redor e são modificados por ele.

O que não se explica apenas ou somente pelo aspecto político, mas, também, pelos aspectos social, religioso, cultural e econômico, de forma a possibilitarem a sistematização de dados e a homogeneização das informações coletadas, permitindo os diagnósticos necessários, ou seja, econômico, social e geopolítico.

As entrevistas foram direcionadas a moradores das regiões que compreendem nossa pesquisa e também à população de outras áreas, o que permitiu fazer comparações, possibilitando, assim, detectar como essas pessoas pensam a questão ambiental e a produção territorial.

Também realizamos análises dos Projetos e Programas, brasileiros e paraguaios, voltados para a chamada sustentabilidade ambiental do Pantanal e do Chaco, assim como o diagnóstico das legislações brasileiras e Paraguaias com relação a esses ambientes, o que foi possível por meio da identificação dos documentos legais, nos órgãos de regulação ambiental de cada país. As respectivas legislações foram abordadas comparativamente, identificando suas especificidades para as áreas analisadas.

Consideraremos, em princípio a ideia de território apontada por Raffestin (1993), que define o território não apenas como espaço e sim uma produção a partir do espaço, ao referir-se ao fato de que as formações dos territórios são consequências de relações políticas, culturais e sociais que se estabelecem no espaço, quando bem agrupadas e organizadas, gerando uma dinâmica social.

Entendemos que a produção do Pantanal e do Chaco Paraguaio se inserem nessa temática, pois os mesmos podem ser compreendidos por meio dessas relações de poder, que se manifestaram no seio de um processo histórico de ocupação humana. O Estado também tem participação direta na formação territorial, podendo ser destacados algumas ações do poder público, como a instalação de projetos nacionais que tiveram significativa influência na organização e produção desses territórios, que buscam desenvolver e transferir tecnologias para o uso sustentado dos recursos naturais desses ambientes.

As relações capitalistas de produção são sempre de exploração, mas há particularidades em cada território, o que possibilita desigualdades, explicado pelo fato de estes serem espaços socialmente construídos. Dessa maneira, comungamos com a idéia de

Lefebvre quando aponta que o espaço é “um espaço feito território”. O território é produto de um processo de apropriação e dominação que, na questão apresentada, começa pela apropriação da própria natureza, característica da sociedade moderna capitalista.

A diferença é que o espaço aparece de forma difusa para a sociedade e deve ser distinguido conforme esses sujeitos controlam ou dominam esse espaço, com importância para como tais processos sociais se estruturam. O Chaco e o Pantanal se inserem nessa temática ao apresentarem diferenças na forma e no conteúdo, na aparência e na essência de sua produção.

Assim, devemos, primeiramente, distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, pois as razões do controle do espaço variam conforme a sociedade e a cultura, produzindo em territorialidades diferentes.

Apresentamos o Capítulo I como desdobramento do processo de coleta e análise de dados. O mesmo está estruturado da seguinte maneira: uma introdução, descrevendo o ambiente pantaneiro e o chaquenho, seguida da descrição dos processos históricos de ocupação desse espaço, observando os fatos históricos que influenciaram na produção desse ambiente.

Para entendermos melhor como se configura a atual organização do Paraguai e, conseqüentemente, da cidade de Fuerte Olimpo, no Chaco, acreditamos ser necessário discorrer sobre a Guerra da Tríplice Aliança, bem como sobre a Guerra do Chaco, tendo esses conflitos influenciado, significativamente, na organização política, territorial e econômica da região ocidental do Paraguai: uma vez que a cidade é a capital departamental do Alto Paraguai.

Tornou-se necessário, também, explanarmos sobre o processo de imigração menonita, que aconteceu no Chaco, destacando a participação do Estado em tal processo e os motivos que levaram esses imigrantes a lá se fixarem.

Posteriormente, descrevemos os desdobramentos territoriais que influenciaram na organização e produção do Pantanal, fazendo uma análise sobre as questões ambientais do Pantanal, no Brasil, e do Chaco, no Paraguai. Por último, elencamos alguns projetos e leis nacionais brasileiras e paraguaias, a fim de detectarmos qual o grau de integração desses projetos e sua influência na produção territorial do Pantanal e do Chaco.

Essa investigação poderá contribuir para uma análise geográfica sobre as questões ambientais, em área de fronteira, que estão sendo alvos de discussão de diversos autores. Assim, pretendemos que esta produção acadêmica contribua para o debate sobre as questões ambientais no Brasil e na América do Sul, assim como para uma análise sobre as questões

ambientais existentes no mundo, com relevância para aquelas pertencentes a áreas de fronteira.

CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE FRONTEIRIÇO PANTANAL E CHACO COMO UMA UNIDADE AMBIENTAL INTEGRADA

O Pantanal é uma área com 250 mil km² de extensão, situado ao sul de Mato Grosso e a noroeste de Mato Grosso do Sul, no Brasil, além de se estender pela Argentina, norte do Paraguai e leste da Bolívia. “A extensão territorial formada por esses três últimos países compreende uma vasta porção territorial boscosa de cerca de 1 (um) milhão de km²” (MUELLER, 1998, p.16 *apud* TORRACA, 2006, p. 48), da qual é denominada de Gran Chaco, ou Chaco Sudamericano e caracteriza-se como sendo uma das principais regiões geográficas da América do Sul (ver fig. 01).

Essas localidades apresentam características comuns quanto à grande diversidade ambiental, com espécies vegetais e animais considerados únicas no mundo. Entretanto, a produção e o uso desse ambiente são diferenciados nos países onde ele se situa, gerando territorialidades diferenciadas em um ambiente natural único.

Para compreendermos melhor como se produzem esses territórios, faz-se necessário uma breve descrição dos mesmos, no entanto, antes de apresentarmos os ambientes citados, iremos mencionar nosso entendimento sobre o conceito de região, pois percebemos que a compreensão da mesma passou por vários momentos de discussão no interior da Geografia desde sua gênese, em que seu significado foi sendo alterado de acordo com o direcionamento científico².

Assim, em concordância com Santos (1988), as alterações referentes ao conceito de área se verificam devido a mudanças dentro da própria Geografia, tendo passado pelo uso das seguintes classificações: *região natural* (surge a partir da inspiração da geologia e entende-se que o ambiente tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade, configurando o *determinismo geográfico*); *região geográfica* ou *região-paisagem* (em que se admite que a sociedade não seja determinada pelo meio em que vive, mas dele dispõe como deseja, transformando-o segundo suas possibilidades).

No que se refere ao Chaco e ao Pantanal, entendemos ser necessário adotarmos o conceito de *espaço homogêneo e funcional*³ (tendo como pressupostos, análises de âmbito econômico) e o conceito de camada esférica associado ao sentimento de pertencimento da população a uma parte do espaço, pois acreditamos que a amplitude e a aceleração do

² SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 64-65.

³ GOMES, Paulo César da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias; _____; CORREA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

processo de globalização dão à impressão de que o mundo caminha, cada vez mais, para uma economia unificada, uma dinâmica cultural hegemônica, uma sociedade que só poderá ser compreendida como um processo de reprodução social global.

Gomes (1995) recorda que alguns autores chegam a enunciar o fim das regiões devido à homogeneização dos espaços e à uniformização dos processos sociais. No entanto, o geógrafo Milton Santos destaca a universalidade do fenômeno da região afirmando que “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização” (SANTOS, 1988, p. 64/65). As regiões são entendidas como o suporte e condição das relações globais, sem o qual essas não se realizam.

O processo de regionalização é o que dá origem às regiões. Dessa forma, secciona-se o espaço geográfico em partes que apresentam, internamente, características semelhantes. Os elementos internos de uma região não são idênticos, como é o caso do Pantanal e do Chaco, que apresentam características físicas diversas de uma localidade para outra. No entanto, quando comparados aos elementos de outra região, se percebe certa homogeneidade interna.

De acordo com Lisboa (2010), para se empreender um processo de regionalização é preciso estabelecer um conjunto de objetivos e de critérios segundo os quais o espaço será dividido, podendo, esses critérios, serem de ordem natural, política, econômica, social, etc. “Vários tipos de regionalizações para o mesmo espaço podem ser propostos, seguindo objetivos e critérios específicos e promovendo uma sobreposição de regiões” (LISBOA, 2010, p. 29), portanto, cada regionalização pode, ou não, considerar os limites administrativos previamente definidos.

Carvalho (2002) destaca que, frente à globalização, mesmo na tentativa de anulação das diferenças a partir da homogeneização do espaço, as diferenças regionais emergem paulatinamente. Os binômios tratados por Haesbaert (1999), tais como “global-local, globalização-fragmentação, homogeneização-heterogeneização, equalização diferenciação” retratam a excelente perspectiva para os estudos regionais, engendrados pela própria globalização. Daí a necessidade do enfoque regional.

A globalização pode ser a principal responsável pela emergência da regionalização. No pensamento de Santos (1996, p. 196), “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam”. Mesmo que se afirme que a região não mais exista, continuaremos a vivê-la ou assisti-la, nas diversas expressões materializadas na sociedade e utiliza-la como mecanismos de ações políticas de planejamento.

Diante da descrença da validade do conteúdo regional nesses tempos de globalização, Santos (1996, p. 197) afirma que “a região continua a existir, mas com um nível jamais visto pelo homem”. Inserido nesse contexto, descrevemos o que vem a ser o Chaco.

Conforme mencionado, o Chaco Sudamericano é uma extensa região boscosa que inclui a Bolívia, Paraguai e Argentina e Brasil. Na parte brasileira, compreende os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e é denominado de Pantanal.

Escolhemos a parte paraguaia do Chaco para nossa pesquisa. Isso se deve ao fato de que o Paraguai faz fronteira com o Brasil, em uma área limítrofe com o Pantanal. Assim, poderemos refletir sobre a produção da natureza tendo como área de investigação o Pantanal, localizado em território brasileiro, e o Chaco, localizado no território Paraguaio.

De acordo com o projeto de ordenamento Territorial, realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM), o Paraguai está dividido em duas regiões: a oriental e a ocidental. O Chaco⁴ paraguaio localiza-se na porção ocidental do Paraguai, formando cerca de “60% do território nacional, com 450 km de distância da capital Assunção.

De acordo com Torraca (2006, p.46), no imaginário paraguaio, o Chaco é “um deserto sem vida, onde as plantas são cobertas de espinhos que perfuram as roupas e os sapatos; uma área/lugar onde se alternam um frio gélido e um calor insuportável, a seca e as inundações cheias de insetos e cobras”. As razões que reforçam esse ideário podem ser explicadas pelo fato de o Chaco estar localizado na parte ocidental do Paraguai, região considerada pelo governo paraguaio, bem como pela população, como desabitada e inóspita devido ao clima seco e de altas temperaturas.

O ideário sobre o Chaco também pode ser explicado pelo processo colonizador do lugar, pois, os primeiros imigrantes que chegaram ao Paraguai se estabeleceram na parte Central do Chaco. Ambiente arenoso, pouca água e a localização não foram integradas ao restante do país por meio de transporte e comunicações, o que tornou à de difícil acesso.

Pelos motivos antes mencionados, o Chaco não trouxe interesse para os imigrantes, pois os mesmos imaginavam e ansiavam por um lugar de terras férteis, em que pudessem prosperar e se transformaria em *La terra de promisión*, no entanto, o lugar ficou conhecido como “Inferno Verde” (TORRACA, 2006, p.46). Assim, fica bastante evidente que o Chaco apresenta uma imagem negativa para a sociedade e que essa vem sendo reforçada no decorrer dos anos, inclusive pelo Estado, que, com esse ideário, conseguiu justificar as colonizações dos imigrantes que lá se estabeleciam. Desse modo, é perceptível que o problema não é

⁴ De acordo com Torraca (2006) o nome Chaco, deriva da palavra “Chacu” do idioma quéchua cujo significado é: Grande território de caça.

especificamente a região e sim a possível ausência de políticas públicas que valorizem o ambiente e a sociedade produtora daquele lugar.

A divisão geográfica realizada pelo Estado paraguaio determina que façam parte da Região Ocidental os seguintes Departamentos: Presidente Hayes¹, Boquerón² e Alto Paraguai³. O Chaco Paraguuaio se concentra nesta área. (ver fig. 02).

Figura 01 - Localização do Chaco Sudamericano e Pantanal brasileiro

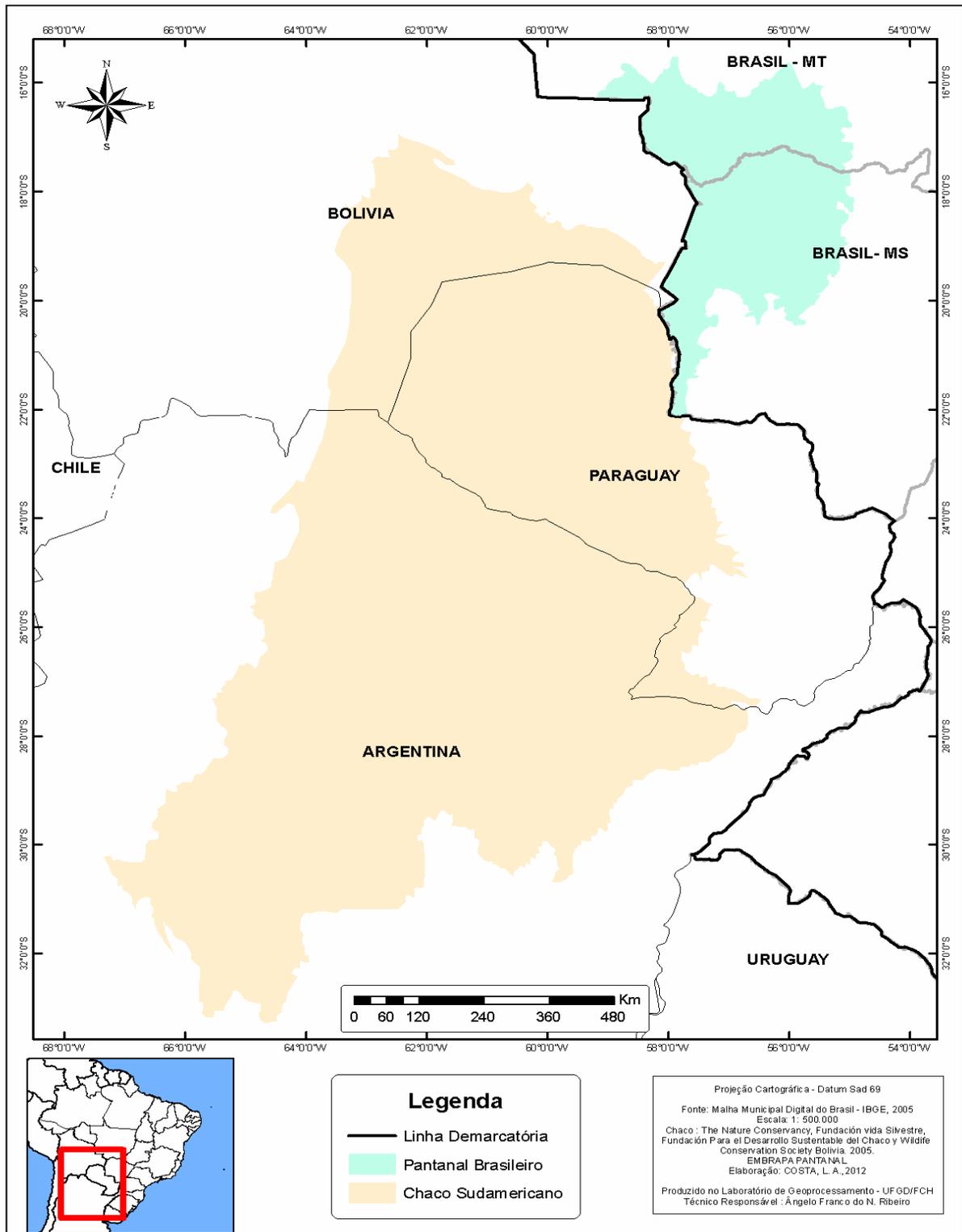
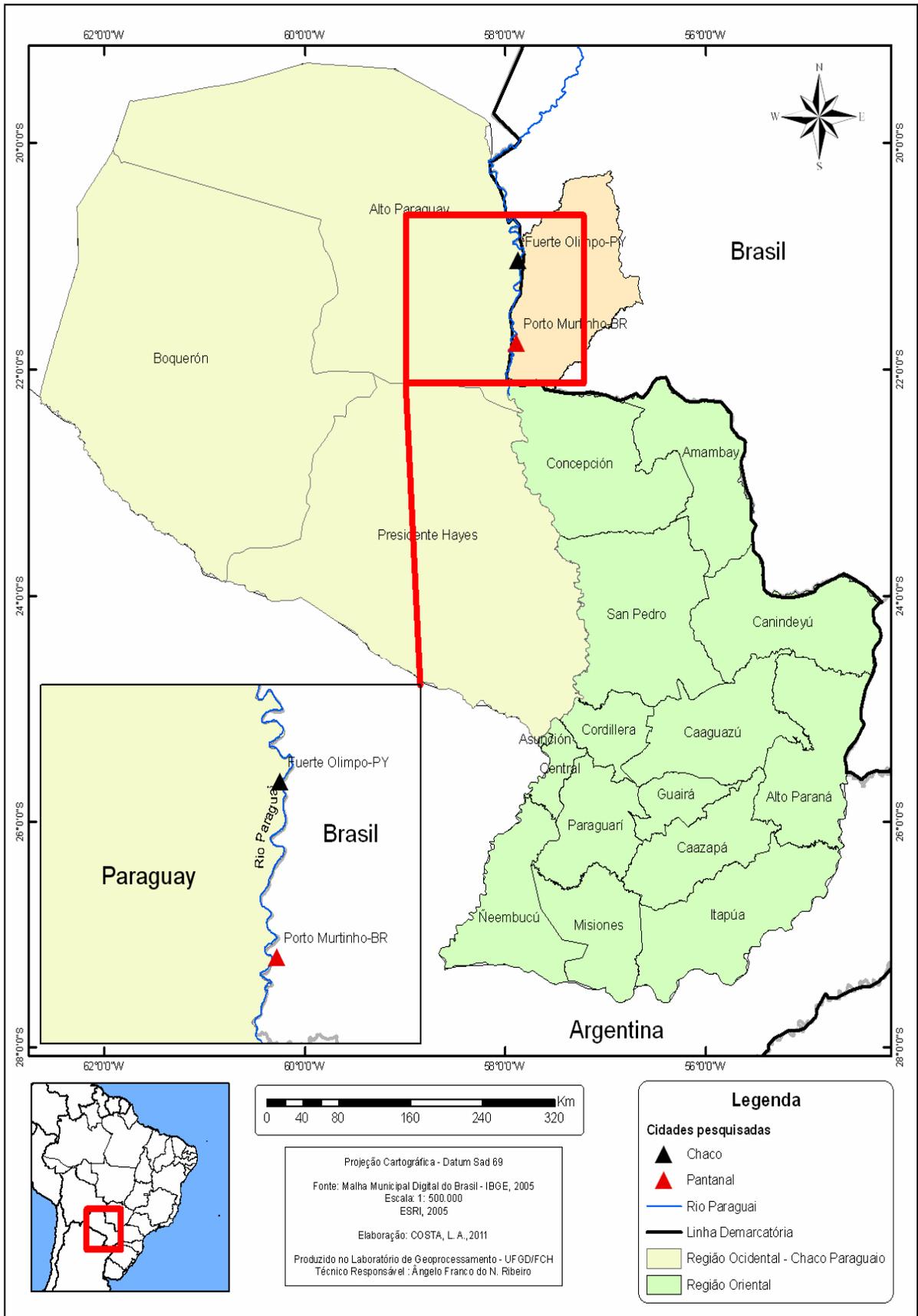


Figura 02 – Regiões e Departamentos do Paraguai: Chaco Paraguai



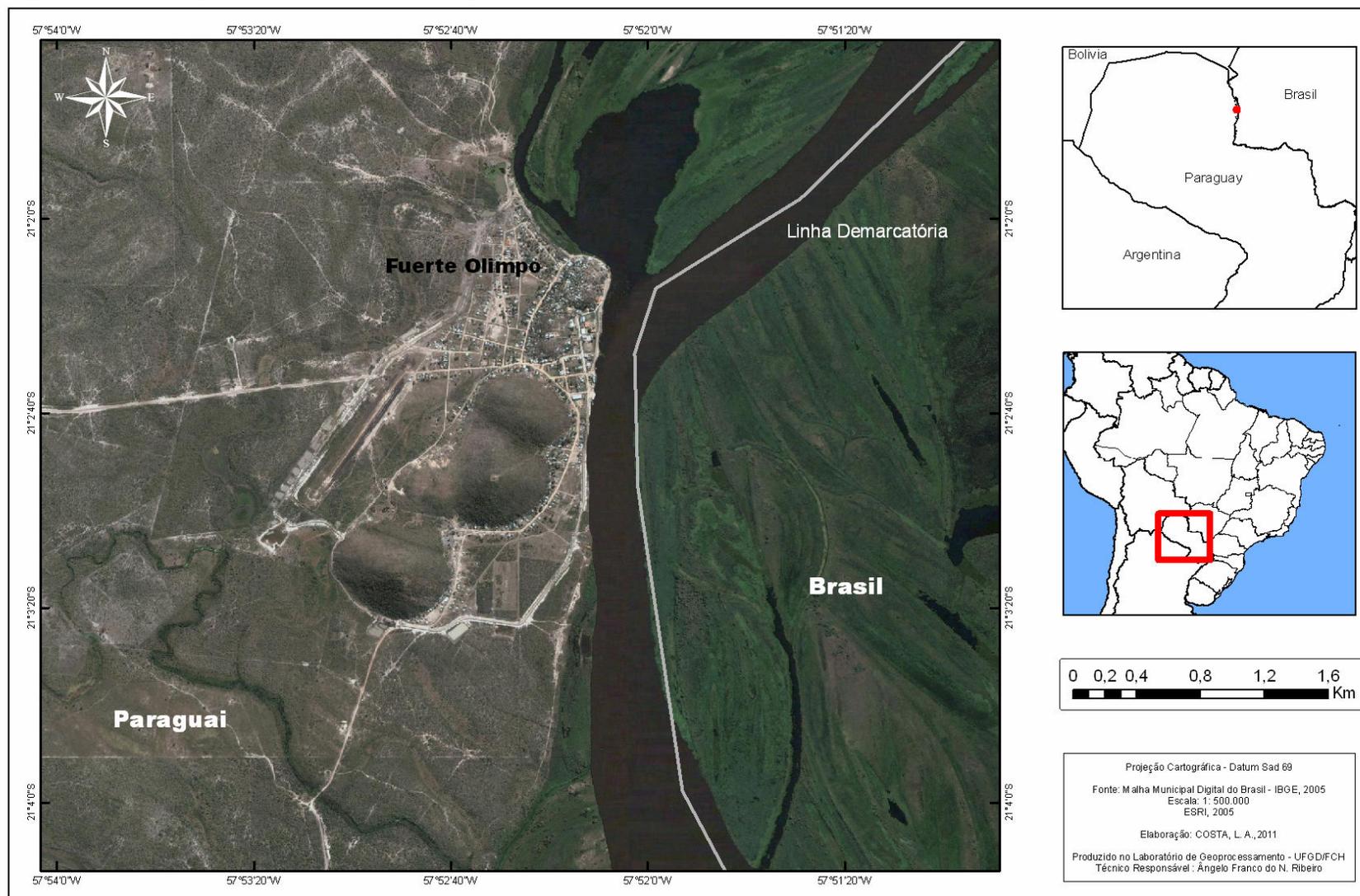
É importante destacar que ocorrem diferenças socioambientais no interior do Chaco, que não é homogêneo na sua constituição ecológica e nem em sua produção histórica. Como exemplo, podemos citar o clima, que é influenciado por um centro de alta pressão sobre o Atlântico, no qual prevalecem ventos do sul e do norte, os do norte são considerados quentes e os do sul frio (TORRACA, 2006 p. 48).

De acordo com Torraca (2006), as precipitações ocorrem geralmente no verão, entre os meses de outubro e fevereiro; já o inverno é muito seco. A água é muito escassa na região Ocidental. Para sua extração, por meio de poços, é necessário realizar uma perfuração de 6m e, na maioria dos casos, a água é salobra.

Este é um grande problema para os moradores e por isso é muito comum encontrarmos cisternas nas casas da região, dessa forma os habitantes conseguem manter seu abastecimento de água, aproveitando-se do período de chuva (TORRACA, 2006, p. 48).

Tal realidade também é perceptível em nossa área de pesquisa, na cidade de Fuerte Olimpo, localizada no Departamento do Alto Paraguai, fronteira com o Brasil. Na fig. 03 ilustramos a localização da cidade de Fuerte Olimpo no Chaco Paraguaio.

Figura 03 - Localização da cidade de Forte Olimpo – PY



Segundo Moura (1975), o Fuerte foi fundado em 25 de setembro de 1792⁵ pelo comandante do Regimento de Dragões do Rei, José Antônio Zavala y Delgadillo, tendo como seu primeiro comandante José de Isasi. Recebeu o nome de "Fuerte Borbón", em homenagem à dinastia reinante na Espanha: a Casa de Bourbon. A partir do dia 25 de dezembro de 1823, o Ditador Francia emprega a nova denominação de "Fuerte Olimpo".

Figura 04 - Placa de ilustração do bicentenário da cidade de Fuerte Olimpo –PY.



Autoria: COSTA. Lidiane Almeida. Novembro de 2010.

Os Mbiás e Guanás⁶ habitavam a região e as suas relações com os militares do Fuerte foram marcadas pela desconfiança mútua. As fontes espanholas registram que os indígenas eram estimulados pelos portugueses para a prática de roubos e de assassinatos nas estâncias espanholas. Os espanhóis tentaram ganhar a amizade de caciques Mbiás, mas esses atacaram Concepción em 1796 (ver figura 08), “o que levou, como represália, as forças militares ali estacionadas massacrarem as famílias dos indígenas até então estabelecidas nas vizinhanças, com um saldo de 75 mortos” (MOURA, 1975, p. 39).

Relata o mencionado historiador que, com o passar dos anos, as relações entre os militares do Fuerte e os indígenas tornaram-se mais amistosas, chegando mesmo a serem firmados frágeis tratados de paz entre o cacique Lorenzo e as autoridades espanholas em Assunção. Mesmo com a existência desses acordos, os estancieiros de Concepción continuaram a sofrer o assédio regular dos Mbiás, que mantinham a vila em estado

⁶ Povos indígenas que habitam o ocidente do Paraguai (Chaco). Atualmente o número desses povos diminuiu significativamente, no entanto, alguns indígenas dessas etnias ainda vivem nessa região.

permanente de alerta.

Enquanto isso, as defesas do Fuerte eram aumentadas. Conhecida a notícia de guerra entre as Coroas da Espanha e Portugal em 1801 (Guerra das Laranjas), “o governador Lázero de Rivieira propôs-se imediatamente a conquistar a posição portuguesa no Forte Novo de Coimbra, a montante no rio Paraguai” (MOURA, 1975, p. 39).

Moura (1975), relata que a guarnição do Fuerte rondava, na época, cerca de uma centena de homens, cujo abastecimento era cada vez mais penoso, devido às distâncias e dificuldades de comunicação.

Nesse contexto, a história do Fuerte registra episódios de fome, miséria e abandono. As provisões de charque (carne salgada), a partir de Concepción, eram irregulares e insuficientes.

Há registros de que tropas do Fuerte tomaram parte, em 1810, nos combates contra a expedição do general Manuel Belgrano, tendo parte dos prisioneiros capturados sido detidos nas instalações do Forte até à sua libertação. Nessa ocasião, diante do abandono do Forte, este “foi ocupado imediatamente pelos Mbiás e, posteriormente, pelas tropas portuguesas do Forte de Nova Coimbra, que desalojaram os indígenas” (MOURA, 1975, p. 39).

A Junta Superior Governativa, instituída no ano de 1811, convocou o vogal Fernando de La Mora para reconquistá-lo. Operação que não chegou a ser realizada, diante da retirada das tropas portuguesas e da devolução da praça às forças paraguaias.

Ocupado por forças portuguesas, após a expulsão dessas por José Gaspar Rodriguez de Francia em 1817, o Fuerte foi reconstruído e reforçado com uma muralha de pedra com três quilômetros de extensão.

Sendo assim, faz-se necessário a reflexão acerca das referências históricas dos processos determinantes da produção territorial da sociedade chaquenha, compreendendo como produzem e reproduzem seus espaços. Portanto, passamos a elucidar sobre os acontecimentos históricos do Chaco.

1.1 Aspectos históricos da formação espacial do Chaco

A chegada dos conquistadores espanhóis, no século XVI, no território onde hoje está a República do Paraguai, revelou que, naquele local, havia dois tipos de população: os povos de cultura neolítica, principalmente os guaranis, de hábitos estáveis e agrários, que habitavam a zona entre os rios Paraná e Paraguai, na região oriental do Paraguai; e os Arawak, grupo tribal nômade, de cultura paleotica e características violentas, habitantes do noroeste do Chaco e

que ocupavam a margem ocidental do rio Pilcomayo, hoje região ocidental. De acordo com Vásquez (2006),

La presencia de los españoles en el Chaco fue frenada por la hostilidad de los grupos paleolíticos chaqueños y por las dificultades físicas de la ocupación de un territorio muy diferente al espacio asunceno, mucho más apto éste para la producción agrícola y estratégico para los intereses españoles (VAZQUEZ, 2006, p. 29).

Os espanhóis, que tinham hábitos próprios da cultura europeia, logo procuraram a integração hispano-nativa, especialmente com os guaranis,

Com los guaraníes se estableció el primer asentamiento poblacional con La fundación de la ciudad de Asunción en 1537. Entre los siglos XVI y XVII, Asunción fue el centro de irradiación del proceso poblacional, en la extensa zona comprendida entre la Cordillera de los Andes, Mato Grosso y la toda la Cuenca del Río de la Plata (OVELAR, 2005. p. 57).

Ao longo de três séculos, o Chaco manteve-se sob as transformações econômicas e culturais ocorridas, principalmente por fatores que se manifestavam de forma conjunta, aqui mencionados pelo pesquisador da Asociación Paraguaya de Estudios de Población (ADEPO⁷):

En primer término, la diferencia cultural entre indígenas chaqueños y guaraníes, estos últimos secularmente agredidos por los primeros y buscando en la alianza con los españoles una potenciación de su propia defensa. En segundo lugar, los españoles asentados en Asunción debieron hacer frente a las amenazas de los bandeirantes que muy pronto comenzaron con sus violentas incursiones desde el Este, por lo que la región Oriental se volvió prioritaria ante la gravedad de la amenaza (VÁZQUEZ, 2006, p. 29).

Constata-se, assim, que as relações de etnias diferentes eram bastante conflituosas. O que levou alguns indígenas, como os guaranis, a procurarem alianças com os espanhóis. Essa aliança garantiu a manutenção e sobrevivência desses povos. Outro ponto a ser destacado é que, além de espanhóis, havia também “bandeirantes” no país.

Devido à extensão territorial do Chaco, que também engloba parte dos territórios boliviano e argentino, não se pode falar de apenas uma expedição espanhola para a conquista de terras chaquenhas. Há um vasto registro dessas expedições, das quais se faz necessária uma descrição cronológica, principalmente, daquelas que ocuparam o território paraguaio. Assim, segue tal relação cronológica com nomes (tabela 01):

⁷ A ADEPO é uma entidade fundadora e associada a Associação Latino-Americana de População.

Tabela 01: Nome e data dos exploradores espanhóis em terras paraguaias

Alejo Garcia (primeiro explorador)	1524
Don Pedro de Mendoza	1536
Don Pedro Mendonza (Travessia do rio Paraguai)	1537
Irala (governador)	1540
Alvar Núñez	1543
Ñuflo de Chaves	(1545-1546-1558)
Ñuflo de Chaves	1548-1553

Fonte: Karakú Del Chaco Sudamericano: *Território Humano del milenio*. OVELAR (2005, p. 57).

Observamos que o primeiro explorador foi Alejo Garcia, seguido por Don Pedro Mendonza, que atravessou o rio Paraguai, e por Irala, na época, governador da expedição que saiu de Assunção e tomou rumo ao norte do país.

Alvar Ñunez, em 1540, também saiu da capital Assunção e liderou mais três expedições. Outras expedições foram ainda registradas, totalizando 126 expedições entre os séculos XVI e XIX, das quais 69 foram no Chaco Paraguai.

Conforme o historiador Ovelar (2005), “*Asunción se erige en centro de conquista y fundaciones. Fueron los “mancebos de la tierra” quienes poblaron y dieron a la Provincia del Rio de la Plata y Paraguay y Alto Perú*” (p. 58).

O governo paraguaio se incumbiu de projetar e custear as missões religiosas para a redução dos índios existentes no Chaco. Para que esse objetivo fosse atingido, as lideranças daquele país ofereciam títulos de propriedades e davam concessões de terras paraguaias, localizadas em Fuerte Bordón (atualmente Fuerte Olimpo), Departamento do Alto Paraguai, em troca de índios chaquenhos.

Os fortes construídos durante o período colonizador do Chaco serviram para resguardar os limites da província paraguaia. Desse modo, em 1792, funda-se o Fuerte Bordón, para conter o avanço de tropas portuguesas, que também faziam expedições naquele período histórico.

Por consequência, a altura de 21° de latitude estipulada por forças armadas do exército paraguaio nos fortes naquele tempo é até hoje mantida. As expedições transchaquenas continuaram sob o comando do governador Joaquín Alos y Brú que, no ano de 1794, encarregou o Coronel José Espínola da exploração do Chaco.

Em concordância com Ovelar (2005), depois da Independência do Paraguai, ocorrida em 1811, os Fuertes foram mantidos e outros foram fundados nas cidades de Montecarlos,

Orange, Formosa e Santa Elena. Durante os governos de Don Carlos A. López (1840-1862), foram realizadas expedições no Chaco em diversas direções, mantendo um bom relacionamento com muitos caciques de diferentes grupos que povoavam o território chaquenho.

Em 1852, foi “assinado o tratado com a Argentina que consagrou o direito paraguaio sobre o Chaco ao norte e ao sul do rio Pilcomayo” (OVELAR, 2005, p. 59. Tradução nossa). As lideranças bolivianas e argentinas contestaram o documento na confederação e no governo paraguaio. No entanto, o Paraguai comprovou a oficialidade de seus direitos sobre o Chaco.

1.2 A Guerra da Tríplice Aliança e suas implicações para a geografia do Chaco

De acordo com a obra de Fabrício Vasquez (2006), a história do Paraguai pode ser dividida em antes e depois da guerra intitulada de “Guerra da tríplice aliança contra o Paraguai”, pois esse conflito deixou enormes prejuízos para a cultura, a sociedade e a economia do Paraguai, sendo responsável pela diminuição do contingente masculino no país, deixando um saldo muito elevado também de perdas de vidas de mulheres e crianças.

Da mesma forma, a distribuição espacial da população foi radicalmente alterada pelos movimentos e deslocamentos de populações ocorridos durante a guerra que durou cinco anos (1864 a 1870).

De acordo com o historiador Rainer Sousa (2011), no século XIX, as nações americanas, emancipadas após a crise do sistema colonial, se lançaram ao desafio de estabelecer a soberania política e econômica de seus territórios. Essa seria uma tarefa bastante difícil, pois, passados séculos de dominação colonial, esses novos países teriam que enfrentar os desafios estabelecidos pelo capitalismo industrial e financeiro do período.

Segundo alguns estudiosos, o processo de independência das nações latino-americanas não significou o fim da subserviência política e da dependência econômica.

Em Furtado (2000, p. 11), o Paraguai pré-1864 era um “Estado autoritário, onde o presidente governava despoticamente, sem quaisquer limites para seus poderes”. Não havia uma Constituição e muito menos garantias fundamentais, um poder legislativo ou, portanto, qualquer forma de representatividade.

Existia um Congresso formado por grandes proprietários de terras que tinha por “única finalidade sacramentar as decisões dos ditadores paraguaios e que era convocado de maneira irregular e somente quando estes últimos assim o desejavam” (DORATIOTO, 2002, p. 26).

Após a morte de Francia (1840) e o início da gestão de Carlos Antonio López no

poder⁸, tentou-se retirar o Paraguai de seu isolamento e estabeleceram-se contatos diplomáticos e econômicos com a comunidade internacional.

Sob outros moldes, esses países sul-americanos ainda estavam presos a instituições corruptas e à antiga economia agroexportadora, contrariando a tendência geral durante o século XIX. Assim sendo, o Paraguai programou um conjunto de medidas que buscavam modernizar o país.

Técnicos estrangeiros, principalmente britânicos, foram trazidos, armamentos foram comprados e jovens paraguaios enviados à empresa britânica *Blyth e Co* para treinamento.

Criou-se, em Ibicuí, no ano de 1854, uma “fundição de ferro, que possibilitou a construção de armamentos militares e ferramentas agrícolas. Engenheiros britânicos construíram uma estrada de ferro no Paraguai, inaugurada em 1856” (FURTADO, 2000, p. 13), sendo essa a “única do país até a guerra e não teve utilização estratégica alguma no conflito” (SALLES, 2003, p. 60).

Nos governos de José Francia (1811-1840) e Carlos López (1840-1862), o analfabetismo foi erradicado do país e várias fábricas foram instaladas com o subsídio estatal. Além disso, o abastecimento alimentício melhorou com uma reforma agrária que reestruturou a sua produção agrícola, responsável pela doação de insumos e materiais para que os camponeses produzissem. Esse conjunto de medidas melhorou a condição de vida da população e fez surgir uma indústria autônoma e competitiva.

No ano de 1862, Solano López assume o governo com o objetivo de dar continuidade às conquistas dos governos anteriores. Nessa época, um dos grandes problemas da economia paraguaia se encontrava na ausência de saídas marítimas que escoassem a sua produção industrial.

Os produtos paraguaios tinham que atravessar a Bacia do Prata⁹, que abrangia territórios do Brasil, Uruguai e Argentina. Segundo alguns historiadores, essa travessia era responsável, vez ou outra, pela deflagração de inconvenientes diplomáticos entre os países platinos.

Sobre essa análise, Doratioto (2002, p. 91) explana que:

É fantasiosa a imagem construída por certo revisionismo histórico de que o Paraguai pré-1865 promoveu sua industrialização a partir de "dentro", com seus próprios

⁸Segundo o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP, 2011), o sistema fluvial da Bacia do Prata é um dos maiores do mundo, com uma superfície de 3.100.000 Km² que se estende pelos territórios da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, formada por três grandes unidades hidrográficas que são: Rios Paraná, Paraguai e Uruguai, todos com nascentes em território brasileiro.

recursos, sem depender dos centros capitalistas, a ponto de supostamente tornar-se ameaça aos interesses da Inglaterra no Prata. Os projetos de infra-estrutura guarani foram atendidos por bens de capitais ingleses e a maioria dos especialistas estrangeiros que os implementaram era britânica. As manufaturas oriundas da Inglaterra chegaram a cobrir, antes de 1865, 75% das importações paraguaias.

A economia do Paraguai era agrária em sua quase totalidade, tendo como produto principal a erva-mate, mas o país também exportava madeira, fumo, cigarros e laranja. Em troca, “importava-se produtos manufaturados, pois inexistiam fábricas no país que pudesse produzi-los” (FURTADO, 2000, p. 13).

A arrecadação de impostos no final de “1864 estava em torno de 314.420 libras esterlinas” (DORATIOTO, 2002, p. 91) e era extremamente deficiente, chegando-se ao ponto de “acrescentarem também o dizimo das Igrejas” (FURTADO, 2000, p. 11).

Para efeitos de comparação, a arrecadação do Brasil atingia “4.392.226 libras esterlinas, a da Argentina 1.710.324 libras esterlinas e o Uruguai 870.714 libras esterlinas” (DORATIOTO, 2000, p. 91).

Visando melhorar o desempenho de sua economia, Solano pretendia executar um projeto de expansão territorial que lhe oferecesse uma saída para o mar. Dessa maneira, o governo paraguaio se voltou à produção de armamentos e à ampliação dos exércitos. De acordo com Ricardo Salles,

É certo que contava com um exército de setenta a cem mil homens no início do conflito, mas seus soldados estavam mal equipados. A imensa maioria do armamento de infantaria era ainda constituída por espingardas e carabinas de pederneira e canos de alma lisa, de recarga lenta, curto alcance e pouca precisão. O mesmo se aplicava a artilharia, também dotada quase que exclusivamente de peças de alma lisa. Os oficiais eram mal preparados e o sistema de comando não existia; todas as decisões concentravam-se em López. Os serviços de logística eram muito deficientes. O fornecimento de víveres também era precário, assim como o atendimento hospitalar. A escassez de alimentos, armamentos e munições sempre foi um problema (2003, p. 18).

No entanto, outra corrente historiográfica atribuiu o início da guerra aos interesses econômicos da Inglaterra. De acordo com essa perspectiva, o governo britânico pressionou o Brasil e a Argentina a declararem guerra contra o Paraguai alegando que aqueles teriam vantagens econômicas e empréstimos ingleses caso impedissem a ascensão da economia paraguaia.

Com isso, a Inglaterra procurava impedir o aparecimento de um concorrente comercial autônomo que servisse de modelo às demais nações latino-americanas. Sob esse “clima” de tensão, a Argentina tentava dar apoio à consolidação de um novo governo no Uruguai, favorável ao ressurgimento do antigo Vice Reinado da Prata, que englobava a Argentina,

Paraguai e Uruguai.

Em contrapartida, o Brasil era contra essa tendência, defendendo a livre navegação do Rio da Prata. Temendo esse projeto expansionista, posteriormente defendido por Solano López, o governo de Dom Pedro II decidiu interferir na política uruguaia. Após invadir o Uruguai, retaliando os políticos uruguaios expansionistas, o governo brasileiro passou a ser hostilizado por Solano, que aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda.

Com esse episódio, o Brasil decidiu declarar guerra contra o Paraguai. A Inglaterra, favorável ao conflito, concedeu empréstimos e defendeu a entrada da Argentina e do Uruguai na guerra. Em 1865, Uruguai, Brasil e Argentina formaram a Tríplice Aliança, com o objetivo de aniquilar as tropas paraguaias. Inicialmente, os exércitos paraguaios obtiveram algumas vitórias, que foram anuladas pela superioridade do contingente militar e o patrocínio inglês, conforme podemos observar na tabela 02 que ilustra os efetivos militares disponíveis na guerra.

Tabela 02: Comparação das informações sobre os efetivos militares disponíveis no início da guerra.

AUTOR	EXÉRCITO PARAGUAIO	EXÉRCITO BRASILEIRO	EXÉRCITO ALIADO
FERREIRA	140 mil (1)	x (2)	X
ARAÚJO	100 mil	x	30 mil
BASTOS	80 mil	x	X
BONI; BELLUCI	80 mil	x	45 mil
HERMIDA	80 mil	17 mil	X
GUEDES	Entre 28 mil e 57 mil + reservistas (entre 20 mil e 28 mil). Total: de 48 mil a 85 mil	17 mil a 20 mil + 200 mil da Guarda Nacional.	Entre 232 mil a 240 mil
NADAI	64 mil	x	27 mil
LUCCI	64 mil	x	X
PEREIRA	64 mil	18 mil	27 mil
SANTOS	64 mil	x	27 mil
COTRIM	60 mil	x	X
CHIAVENATO	40 mil	x	X
LACAMBE	4 vezes o brasileiro	¼ do paraguaio	X

Fonte: Livros didáticos brasileiros de história do Brasil *apud* MILANESI (2004) Revista Urutágua-Revista acadêmica multidisciplinar-CESIN-MT/DCS/UEM. Nº 05, jan/fev/mar/Maringá – Paraná – Brasil. ISSN 1519.6178

NOTAS: (1) Incluindo a força policial. Entretanto, Ferreira assegura que “o Paraguai, no início das hostilidades, colocou 80 mil soldados em combate” (FERREIRA, 1986, p. 128).

(2) Utilizamos a letra “x” para indicar que a informação não consta no referido texto.

Somente na série de batalhas acontecidas entre 1868 e 1869, os exércitos da Tríplice Aliança garantiram a rendição paraguaia. O saldo final da guerra foi desastroso. O Paraguai teve cerca de 80% de sua população de jovens e adultos morta. Vázquez descreve:

Los efectos territoriales más graves fueron la desaparición, en algunos casos, y el debilitamiento, en otros, de los pueblos y ciudades del interior del país, produciéndose una concentración de la población, de los bienes y los servicios en la ciudad de Asunción que habría de extenderse por mucho tiempo, retardando el crecimiento y la expansión de la ocupación de las demás ciudades, las cuales solamente lograrían recobrar su dinámica pre bélica varias décadas después de culminar la guerra (2006, p.23).

Para o autor, um dos efeitos negativos mais preocupantes, foi a diminuição e, em alguns casos, o desaparecimento total da população em algumas cidades do interior do país, pois, um grande contingente da população passou a se concentrar em Assunção.

La guerra fue una experiencia trágica y terrible para todos los beligerantes, pero en especial para el derrotado Paraguay. El devastador conflicto de cinco años de duración desintegró el “milagro” económico posibilitado por los dictadores de la Primera República paraguaya (AQUINO 1985, p. 245).

O país sofreu uma enorme recessão econômica que o empobreceu durante muito tempo. A destruição bélica abalou sua economia provocando uma ruptura da antiga estrutura e originando o aparecimento de um novo modelo de Estado, moldado nos princípios liberais, que, posteriormente, foi responsável por um longo processo de desestatização.

Desse modo, o governo paraguaio buscou alternativas econômicas para a reestruturação do país. “*El gobierno precisaba recurrir a medidas más creativas para buscar el desarrollo económico*” (AQUINO, 1985 p. 120). Entre as medidas adotadas, “*el Estado decide la venta de las tierras públicas como estrategia de recaudación financiera*” (VÁZQUES, 2006, p. 24).

Analisando as medidas adotadas pelo governo, após o período de guerra, pode-se dizer que, teoricamente, tais mudanças objetivaram estabelecer o sistema liberal no Paraguai. No entanto, “os efeitos dessa abertura foram devastadores para a maioria da população gerando especulação, expropriações e a constituição de latifúndios” (TORRACA, 2006, p. 18). Comungando com Torraca sobre a construção de latifúndios no Paraguai, Fabricio Vásquez menciona:

De esta manera el Estado no solo privatizó gran parte del territorio nacional, sino que también, y quizás más importante aún, cedió la iniciativa de administrar y usar el espacio y sus recursos a lo inversionistas extranjeros, quienes ante el precio vil de las tierras, en comparación con los de los países vecinos, las adquirieron más con fines especulativos que productivos dando lugar a la formación de grandes latifundios (VÁZQUEZ, 2006, p.24).

Para o autor, o governo paraguaio propiciou a venda de terras a preços muito baixos, quando comparados com os valores em países vizinhos como o Brasil. Seus preços eram diferenciados, devido à “*ubicación geográfica, cotizándose a más alto precio las que se*

situaban en proximidad de las vías de comunicación terrestre, en la región Oriental, o fluvial en el Chaco paraguayo” (VÁZQUEZ, 2006, p.24).

Assim, as terras que estavam localizadas em locais de difícil acesso e com pouca infraestrutura, como é o caso da região Ocidental (Chaco), tinham seus valores reduzidos. Esse fato proporcionou a compra de terras paraguaias no Chaco por estrangeiros a custos menores, facilitando a formação de latifúndios.

Los gobiernos de postguerra tuvieron que enfrentar las deudas de guerra y la extrema escasez de recursos. Se procedió así a la venta de tierras públicas y grandes extensiones de yerbales en la Región oriental y en el Chaco para la exploración de los quebracho cedidas a bajos precios (OVELAR, 2005. p. 59).

Nesse contexto, quem mais adquiriu terras públicas naquele local, foram empresas anglo-argentinas e, posteriormente, estadunidenses. De acordo com Vázquez, o rio Paraguai “*estructuraba toda la región por lo que se permitió que la mayor parte de las parcelas tuvieran acceso al río*” (2006, p. 25).

Os latifúndios formados naquele local serviram, posteriormente, para a exploração do quebracho e a extração de erva-mate, madeira e palmito. Porém, essas atividades nunca geraram “*desarrollo local ni se canalizó como aporte privado a obras de utilidad pública, como la construcción de caminos, puentes o medios de transporte*” (VÁZQUEZ, 2006, p. 25). Assim, com a falta de infra-estrutura no local, muitas cidades chaquenas permaneceram paralisadas no tempo.

O processo chamado de “*inmigración internacional*”, amparado pelas leis de 1881 e 1885, também fez parte da estratégia política que visava à reconstrução do Paraguai após a Guerra da Tríplice Aliança e respondia a uma necessidade de impulsionar a economia e ocupar o território periférico do Paraguai (Chaco), ou espaços pouco povoados.

Foi também uma política de Estado pós-guerra que privilegiou agricultores europeus, considerados pelo governo como capazes de reorganizar a atividade agropecuária do país destruída pela guerra.

Entretanto, como enfatiza Doratioto, “a reorganização do país levou décadas e, em termos comparativos com os Estados vizinhos, o Paraguai não conseguiu alcançar o mesmo nível de desenvolvimento econômico de antes da guerra” (2002, p. 483).

Assim, a Guerra contra o Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais platinos. Essas contradições se cristalizaram em torno dos interesses ingleses, da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio, bem como o Paraguai.

Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era uma das opções que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos, (os motivos serão esclarecidos no decorrer desse trabalho). Seus governantes, tendo por base informações parciais do contexto platino e do inimigo em potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível.

A guerra foi determinante para a constituição social do que é definido como Chaco e Pantanal, promovendo distanciamentos e aproximações, encontros e desencontros. A fronteira, durante algum tempo, se impôs como limite, barreira, e, ao mesmo tempo, a guerra proporcionou o encontro, a troca de experiências culturais, econômicas e sociais. A produção do Pantanal e do Chaco assume novas características no durante e no pós-guerra. Ao perdedor foi imposto o atraso econômico e social e, principalmente, o isolamento do mundo considerado desenvolvido e moderno.

O processo de ocupação e produção do espaço chaquenho sofreu diversas fases, que vão desde a utilização dos recursos naturais, considerado como “nomadismo e sobrevivência”, dos grupos indígenas até o período de “fixação e afastamento temporário” de pequenas empresas estrangeiras de tanino e quebracho, e, na atualidade, a efetivação estável das atividades de agricultura e pecuária.

Por esse motivo, consideramos necessário abordar os acontecimentos históricos que ajudaram a configurar o espaço chaquenho, pois neste território, que apesar de ser considerado periférico pela maioria da população paraguaia e aparentemente não dispor de políticas públicas, observa-se uma atuação por parte do Estado, aqui considerada mais política do que específica, desse modo, entendida e definida como estratégia governamental.

Portanto, a fim de compreender como se deu o processo de ocupação territorial do Chaco, passamos a elucidar sobre a *Guerra do Chaco*, pois consideramos esse acontecimento histórico um fator determinante para a atual estruturação geográfica desse território.

1.3 Guerra do Chaco e a geografia chaquenha

Moniz Bandeira (1998), analisando pelo aspecto econômico, afirma que o Brasil quase nada ganhou com a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Já unificado e centralizado como Estado-Império, com soberania sobre, aproximadamente, 8 milhões de km² e uma população de 11 milhões de habitantes, assegurou a abertura do Rio Paraguai à navegação, necessária ao

abastecimento e à defesa da Província de Mato Grosso, e a anexação da área litigiosa entre o Rio Uguireí e a Serra de Maracaju.

Com a derrota do Paraguai e a ocupação brasileira de suas terras, a primeira preocupação dos diplomatas e militares brasileiros foi “garantir com sua presença a independência paraguaia e assim frustrar os planos expansionistas da Argentina” (CARDOZO, 1949, p. 267).

De acordo com esse autor, os políticos paraguaios nada faziam sem antes consultar os brasileiros. Nessas condições, a soberania paraguaia era muito relativa e, contra a situação, que muito prejudicava seus interesses, a Argentina resolveu reagir.

Por ironia, a existência do Paraguai como Estado independente era a garantia do equilíbrio instável entre as duas potências sul-americanas.

Como a Argentina não possibilitava o acordo entre o Paraguai e as potências vencedoras da guerra, o Brasil resolveu encontrar uma solução bilateral e assinar um tratado de paz em separado com os paraguaios, colocando-se depois no papel de potência protetora e garantindo a independência e a integridade territorial do Paraguai frente aos argentinos (MASKE, 2004, p. 61).

Na concepção de Maske, o Paraguai, recém-saído de uma guerra devastadora, em 1878, começou a sentir os prenúncios de um novo confronto que se avizinhava. O embate, dessa vez, seria ao norte, com a Bolívia, pela posse de um vasto território - o Chaco, supostamente rico em petróleo e gás natural.

Ainda segundo o mencionado autor, muitos fatores¹⁰ tiveram influência para que, finalmente, eclodisse a guerra entre o Paraguai e a Bolívia pelo domínio do Chaco. De acordo com a doutrina do “*Uti Possidetis*”¹¹, Bolívia alegou direitos sobre todo o território, com títulos da Audiência de Charcas, e o Paraguai, direitos provenientes das ordenações territoriais da Coroa da Espanha, desde as capitulações do século XVI até as ordens dos intendentés de 1782 e 1810.

Segundo Maske (2004, p. 61), “a confusão era total”, pois ambos os países sequer estavam de acordo sobre a matéria em litígio que, segundo a alegação boliviana, versava sobre todo o Chaco e, segundo os paraguaios, apenas sobre as linhas demarcatórias de fronteira da região.

Para o mencionado autor, os antecedentes do conflito residem nas várias disputas entre

¹⁰ Princípio de direito internacional, segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direitos sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuís, assim possuiais". (MASKE, 2004, P.62)

a Bolívia e o Paraguai pela posse de uma área do Chaco que vai até a margem direita do rio Paraguai e que, na época do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, pertencia à Bolívia. A mesma se “lançou no confronto em busca de uma saída para o Rio Paraguai e assim garantir uma rota de exportação de seus produtos e anexar territórios presumidamente petrolíferos” (MASKE, 2004, p. 62).

Embora houvessem tratados firmados, desde o ano de 1879, as questões sobre o limite com a Bolívia desencadeavam violentas batalhas. Dentro dessa conjuntura, em 15 de junho de 1932, iniciou-se a guerra entre o Paraguai e a Bolívia, intitulada de “Guerra do Chaco”.

Figura 05 - Guerra do Chaco, 1934



Fonte: In: Paraguay todos y todas–MEC– Ministério de Educación y cultura.
Disponível : <http://paraguay-historia.blogspot.com/2010/09/la-guerra-del-chaco.html>.

Anteriormente, a Bolívia já havia perdido o seu litoral e acesso ao Oceano Pacífico durante um conflito com o Chile, entre 1879 e 1881, conhecido como Guerra do Pacífico¹². Além disso, os paraguaios faziam algumas operações de corte de quebrachos, ricos em tanino, para o curtume de couros, e haviam construído algumas ferrovias de bitola estreita para o interior do Chaco, a fim de transportar madeira até ao rio Paraguai.

O Presidente boliviano Daniel Salamanca, ao decidir "pisar forte" no Chaco, presumia que a Bolívia dispunha de reservas de petróleo suficientes para abastecer o mundo e arrancá-

¹² De acordo com o Tratado de fronteiras, de 1866, entre Bolívia e Chile, a guerra do Pacífico teve suas origens nas desavenças entre Chile e Bolívia sobre o controle de uma parte do Deserto de Atacama, rica em recursos minerais. Esse território controverso era explorado por empresas chilenas de capital britânico. O aumento de taxas sobre a exploração mineral logo se transformou numa disputa comercial, crise diplomática e, por fim, guerra.

la do subdesenvolvimento, necessitando apenas do acesso ao Oceano Atlântico por meio do rio Paraguai e do estuário do Prata.

A questão do petróleo, evidentemente, assumiu fundamental importância como fator deflagrante da Guerra do Chaco, porém, mais ao nível do “imaginário político do que da realidade econômica” (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 1).

O Presidente Eusébio Ayala, do Paraguai, supunha, igualmente, que a Bolívia possuía 8 milhões de hectares, "*de los más ricos terrenos petrolíferos*", onde a "*inmensidad de la riqueza del subsuelo*" faria "*de la zona uno de los más grandes centros de producción del mundo*" (*Memorandum*, EUSÉBIO AYALA A VICENTE RIVALI, Embaixador em Buenos Aires, Asunción, 12.9.1934 *apud* PASTORE, 1972, p. 395).

Se outra partição de seu território acontecesse, o Paraguai ficaria tão reduzido que sua soberania como nação estaria em dúvida. Assim, resistir às reivindicações bolivianas pelo Chaco foi visto pelos paraguaios como questão de sobrevivência nacional¹³.

Quando começou a guerra, os dois países tinham exércitos incredivelmente pequenos. “A melhor armada Bolívia tinha um exército de 5.539 homens; o do Paraguai ostentava meros 4.026 homens” (COSTA NETO, 2011, p. 1). Só no final da guerra – quando isso já não importava mais –, os bolivianos conseguiram traduzir sua superioridade numérica de potencial para real.

Boquerón¹⁴ foi guarnecido pelos bolivianos com “apenas 700 homens, mas os paraguaios conseguiram mobilizar 5 mil para expulsá-los dali”, (COSTA NETO, 2011, p. 1). A resistência foi feroz, mas a derrota era inevitável, criando-se um precedente que caracterizaria o resto da guerra: a superior capacidade de manobra dos paraguaios cercaria unidades bolivianas, que se renderiam em massa, por falta de comida, munição e, principalmente, de água.

Ainda de acordo com Costa Neto (2011), morreram cerca de 300 homens da guarnição boliviana de Boquerón – ainda hoje enterrados ali – e outros 400 foram aprisionados, em setembro de 1932.

¹³ As reivindicações de ambos os lados pelo Chaco são discutidas por David Zook, em *The Conduct of the Chaco War* (New Haven, Conn.: Bookman Associates, 1960), 13-47.

¹⁴ Segundo censo do Paraguay (2002), Boquerón é uma subdivisão administrativa do Paraguai. A capital do Departamento é a cidade de Filadelfia. É o maior Departamento do país, com uma área de 91,669 km² e com uma população de apenas 45,617 (censo de 2002). Até 1992 esse Departamento era chamado de Nueva Asunción, quando, então, o nome foi trocado para Boquerón, assim como a capital era a cidade de Doctor Pedro P. Peña, antes de ser escolhida como capital a cidade de Filadelfia, (*PARAGUAY*, 2002. Dirección General de Estadísticas e Censos).

Figura 06 - Soldados bolivianos conduzindo mortos em Boquerón



Fonte: CABALLERO (2010)

Figura 07 - Cemitério boliviano de Arce, em Boquerón



Fonte: CABALLERO (2010)

O mesmo autor afirma que, com o avanço paraguaio chegando, em 1935, ao território indiscutivelmente boliviano, a guerra poderia ter mudado de caráter. Quanto mais longe de Assunção, maiores eram as dificuldades logísticas de Estigarribia. Mas os dois países estavam exaustos. A guerra terminou em junho de 1935.

O progressivo avanço das tropas paraguaias sobre o território ocidental durante a Guerra do Chaco significou a crescente presença do Estado naquela localidade, “*donde se*

luchó por un espacio no conocido ni ocupado previamente aunque no por ello dejara de constituirse en un símbolo de afirmación nacional” (VÁZQUEZ, 2006, p. 30).

A vitória militar do Paraguai não significou a instalação de colonos paraguaios no Chaco, ao contrário, esse território se manteve com status de região militar até uma década depois de terminada a guerra.

O tratado definitivo dos limites se concretizou em Buenos Aires, na Conferência de Paz que estabeleceu um acordo final. “O tratado de 21 de julho de 1938 e um laudo estabelecendo linhas demarcatórias puseram fim às divergências e definiram as fronteiras paraguaias-bolivianas” (OVELAR, 2005, p. 59. Tradução nossa.).

Contudo, nenhum dos dois países realizou, efetivamente, seus objetivos, conforme descreve Moniz Bandeira (1998):

Nem o Paraguai conseguiu capturar a zona do petróleo, no rio Parapeti e adjacências, nem a Bolívia pôde expandir seu território até às margens do rio Paraguai, onde obteve apenas um porto franco e o livre trânsito para suas mercadorias. (p. 1)

Assim, os “vencedores” na guerra entre o Paraguai e a Bolívia, foram o Brasil e a Argentina. Ao firmarem os tratados de vinculação ferroviária, Santa Cruz de La Sierra-Corumbá e Santa Cruz de La Sierra-Yacuiba, esses dois países receberam concessões para explorar um petróleo, que, conforme se comprovou, jamais a propalada quantidade comercial apareceu.

Os antigos locais de guerra (*fortines*) foram convertidos em centros de população, entre os quais mencionamos a cidade de Mariscal Estigarribia, que, hoje, ocupa um lugar privilegiado no Chaco e está localizada na Rodovia Transchaco (Km. 520). “*Esta ruta ha sido crucial para el desarrollo de las colonias menonitas y de la actividad ganadera del Bajo Chaco, pues posibilitó el acceso a los mercados nacionales y, posteriormente, a los internacionales*” (VÁZQUEZ, 2006, p. 30).

Depois da Guerra do Chaco, a cidade de Mariscal Estigarribia se converteu num importante “destacamento militar sem administração política”, com uma área urbana que cresceu aceleradamente e é um ponto estratégico para o transporte de pessoas e cargas entre Paraguai e Bolívia” (OVELAR, 2005, p. 60. Tradução nossa).

Finalizados os combates, em 1935, e concluída a Guerra do Chaco, foi desmontada a democracia liberal no Paraguai. Com a deposição do presidente Rafael Franco e a ascensão de governos militares autoritários, alternados por momentos de “desordem” social, o Paraguai vai seguir o exemplo de boa parte da América Latina das décadas de 1930 e 1940.

Os conflitos da guerra mudaram a estrutura econômica do Chaco, pois, desde o final do século XIX, o ele era visto e considerado apenas por suas belezas naturais¹⁵, principalmente por existir ali abundância de petróleo, *quebracho* e *urunday*¹⁶ e recursos naturais considerados de alto valor econômico.

Após a guerra, Fischermann relata que “*essa situación cambió com la guerra del Chaco, la penetración de exploradores de recursos naturales y una acelerada colonización en los últimos tiempos*” (CABALLERO, 2010, p. 140).

Verifica-se que, após a Guerra do Chaco, essas terras passaram a ser ocupadas por estrangeiros que visavam explorar os recursos naturais existentes naquele local. Relata-se, ainda, a crescente colonização que se estabeleceu em tal território. Os motivos e as decorrências do processo imigratório que se estabeleceu no Chaco paraguaio serão analisados no próximo item.

Entre as implicações trazidas pela Guerra do Chaco, destacamos o extermínio dos povos indígenas que habitavam a região. Não há registros bibliográficos e científicos sobre esse fato, uma vez que não há menção em documentos paraguaios (CABALLERO, 2010).

No início do ano de 1933, o Comitê Paraguaio contra a Guerra, formado por intelectuais socialistas e comunistas, que foram perseguidos sistematicamente pela polícia secreta paraguaia, defendeu o princípio de que o território em disputa (Chaco) era domínio de caça de numerosas tribos indígenas que formavam a maioria absoluta da sua população daquele território.

(...) *contra la guerra em ele Chaco! Por su transformación em Revolución Nacional Leberator. A los obrenos, campesinos, soldados y estudiantes del Paraguay, sus autores uno de los cuales era seguramente Oscar Creydt defendieron la idea de que el territorio indígena no podía ser considerado “ni de la nación boliviana ni de la paraguaya”. La burguesía mundial procuraba resolver a la crisis económica mediante nuevas guerras atizando en este caso el fuego chaqueño y precipitando a las masas obreras* (CABALLERO, 2010, p. 142).

Dessa maneira se ocultava a resistência de uma parte da sociedade paraguaia, a presença de “*exploradores extranjeros que conquistan el Chaco*” (CABALLERO, 2010, p. 142) e a colaboração dos partidos majoritários do Paraguai: O Colorado e o Liberal. Esses partidos eram acusados de terem favorecido os estrangeiros donos de terras no Chaco.

¹⁵ De acordo com Gonçalves (2006) toda sociedade institui uma determinada idéia do que seja natureza, portanto, o conceito de belezas naturais é algo abstrato, criado e instituído pelo homem, conforme suas origens, cultura e vivências.

¹⁶ Para TORRACA (2006, p. 92), “a maioria dos investimentos aplicados no Chaco, era voltado para a exploração de tanino estabelecida com capital argentino”. Verifica-se, assim, um grande interesse econômico da Argentina no Chaco.

Nas descrições a seguir, são observados relatos paraguaios divulgados em 10 de janeiro de 1933 no panfleto intitulado “*Sobre um impresso contra la guerra del Chaco*”, abordando a influência estrangeira no território chaquenho.

“[Los capitalistas] se repartieron entre sí y con los extranjeros la parte oriental del Paraguay, entregando todo el Chaco llamado ‘paraguayo’ a los explotadores venidos de afuera. Así capitalistas argentinos como Casado nos robaron 3.000 leguas cuadradas, extensión mayor que la de Suiza más la mitad del reino de Bélgica; empresas inglesas (...) y anglo argentinas [...] (Sobre un impresso contra la guerra del Chaco, 1933 apud CABALLERO, 2010, p. 142-143).”

Dessa maneira, para o Comitê paraguaio, a guerra foi resultado da luta entre capitalistas anglo-argentinos e ingleses. Na realidade, essa guerra foi considerada pelo comitê como uma “guerra falsa”, pois não estavam em jogo os interesses da população boliviana e nem os da paraguaia.

É importante mencionar que, durante a guerra e mesmo pós, a causa campesina paraguaia, que necessitava de terras não foi levada em consideração. Esses campesinos recebiam um baixo salário para trabalhar nas terras ocupadas por estrangeiros.

Muitas vezes, em tempos de crises econômicas, esses trabalhadores eram expulsos das terras com suas famílias e, em muitos casos, chegavam a ser “metralhados”, sob a ordem de Eusebio Ayala, advogado, jornalista e presidente do país, derrubado por um golpe de estado, dado pelo Coronel Rafael Franco. Assim, a Guerra do Chaco “estava associada a uma série de fatores, que não podem ser justificados somente pela questão territorial e imperial, mas, acima de tudo, pela hegemonia estrangeira na região do Prata” (TORRACA, 2006, p. 92).

No século XX, fica bastante evidente que o Estado paraguaio foi o grande responsável pela ocupação de tal região. O Chaco foi ocupado mediante a fundação de colônias agrícolas e fortins militares, além, é claro, das facilidades que o governo concedeu para atrair interessados em colonizar a região chaquenha, como foi o caso das colônias menonitas.

1.4 Os Menonitas e a geografia do Chaco

Maske (2004) relata que a derrota paraguaia na Guerra da Tríplice Aliança foi determinante na elaboração de sua política imigratória, após 1870. A guerra havia devastado-o de forma quase irreparável.

A sua população foi reduzida a cerca de 250 mil, em sua maioria mulheres, crianças e homens velhos ou doentes. Para tentar recuperar o país, “suas portas foram abertas”

(MASKE, 2004, p. 57) de tal maneira como nunca antes fora visto no continente americano.

(...) o governo paraguaio, já em 1840, havia percebido que a única possibilidade para o progresso das nações menos desse envolvidas era fazer vir do exterior especialistas nos mais diversos campos do saber para torná-los mestres da população nativa, possibilitando assim algum avanço na economia e na sociedade locais (MASKE, 2004, p. 57).

As exigências e pré-requisitos foram reduzidos ao mínimo e todos os que desejavam imigrar para o Paraguai eram virtualmente aceitos. Assim, alguns anos antes da Guerra da Tríplice Aliança, o Chaco recebeu um contingente de colonos menonitas que se estabeleceram no Chaco Central, subárea das regiões chaquenhas (OVELAR, 2005).

Em concordância, Torraca (2006, p. 13) afirma que, dentre as tentativas de explicação que permitiram o efetivo estabelecimento do imigrante menonita no Paraguai, duas se destacam:

A primeira, refere-se à interpretação da historiografia tradicional, defensora da opinião de que a vinda desses imigrantes estaria apenas relacionada à necessidade de povoamento e desenvolvimento econômico, devido à dizimação de sua população durante o conflito contra a Tríplice Aliança. A segunda, muito difundida principalmente entre os autores menonitas, defende que a vinda deles estaria relacionada ao conflito litigioso entre o Paraguai e a Bolívia e, nesse caso, os imigrantes foram vistos como um dos instrumentos de defesa que garantiria a soberania do Chaco.

Segundo a autora, essas interpretações, apesar de considerarem a situação do Paraguai, não realizam uma análise conjuntural sobre o país e os imigrantes, deixando lacunas acerca as condições internas e externas que permitiram a sua presença.

A historiografia tradicional, por exemplo, analisa que a chegada desses imigrantes foi apenas “mais uma onda imigratória e quase não menciona sobre a sua participação na guerra” (TORRACA, 2006, p. 13).

Os autores menonitas dessa vertente tradicional, apesar de enfatizarem que esse processo foi uma troca de favores, não aprofundam o debate relativo às necessidades reais dos imigrantes e também das vantagens que obtiveram.

Os imigrantes não tinham a quem recorrer e foi o Paraguai o único país que os aceitou, “permitindo a entrada de idosos e doentes, atendendo a todos os seus pedidos por meio de uma regulamentação própria que respeitava seus direitos” (TORRACA, 2006, p. 13). Sobre os privilégios que os menonitas obtiveram ao entrar em terras chaquenhas, Maske (2004, p. 57) relata que,

Após 1888, as melhores terras do Estado, situadas às margens dos rios e das ferrovias, foram colocadas à disposição dos imigrantes. Foi determinado o tamanho médio de uma colônia – 22.500 hectares – e o número mínimo de habitantes – 140 famílias/700 indivíduos – para obter o usufruto de privilégios concedidos por lei. Na prática, cada colônia estrangeira era considerada como um município e virtualmente funcionava como tal. O Estado garantia o sustento da colônia nos primeiros anos, além de fornecer gado, sementes, ferramentas, plantas e dinheiro para iniciar o empreendimento.

Essas vantagens aos imigrantes europeus renderam muitas críticas ao governo paraguaio. Advindas de sua própria população e, também, de representantes estrangeiros que viam, com temeridade, o fato de os cofres públicos paraguaios serem abertos a desconhecidos que se apresentavam apenas como agricultores e podiam receber dinheiro sem precisar oferecer garantias de que, ao menos, se fixariam no Paraguai.

Quanto às críticas, o governo paraguaio respondeu: “Eles não participarão de nossas guerras, mas construirão estradas e ferrovias nas quais nossos exércitos serão transportados. Seus hospitais cuidarão de nossos feridos” (KLASSEN, 2001 *apud* MASKE, 2004, p. 70).

Talvez a reputação que o país carrega nos dias atuais, de terra de fronteira sem lei, tenha sido “possibilitada por essa política de liberalidade para com os estrangeiros” (MASKE, 2004, p. 59). Contudo, na atualidade, o povo paraguaio analisa, de maneira positiva, o estabelecimento desses imigrantes, porque “fundaram grandes centros de produção agrícola e pecuária, assim como indústrias de laticínios entre outras atividades” (OVELAR, 2005).

Estudos realizados sobre os motivos que levaram ao estabelecimento dos menonitas no Paraguai revelam que o objetivo efetivamente era atender às necessidades caracterizadas principalmente pelo aprofundamento da questão litigiosa entre o Paraguai e a Bolívia.

Torraca (2006), afirma que, dentre as regulamentações que permitiram o processo imigratório no Paraguai, é possível notar que esse projeto com propósito de colonização, seguiu alguns critérios que já haviam sido registrados anteriormente, dentre os quais citamos “a lei criada para os menonitas que garante a eles alguns privilégios que permitiam total liberdade, possibilitando o desenvolvimento progressivo das Colônias” (2006, p. 33).

Assim, compreende-se que a imigração de menonitas para o Paraguai reveste-se de um caráter peculiar, em função da generosa estrutura criada pelo Estado paraguaio para recebê-los. As estratégias criadas pelo governo de Assunção para atrair os imigrantes menonitas iam desde a doação de terras até a concessão de isenção de prestação de serviço militar obrigatório para os jovens menonitas, passando pela quase isenção de pagamento de impostos.

A quantidade de regalias e benefícios concedidos fez com que o Paraguai se tornasse um importante espaço territorial de atração de menonitas, conhecidos como colonizadores eficientes e empreendedores de sucesso, nas áreas de pecuária leiteira e culturas cerealistas.

Cabe, aqui, destacar que os privilégios que os menonitas obtiveram para se fixarem no Chaco, não se restringiram apenas a esse território e, sim, a todo conjunto do País.

Para Torraca (2006), a política imigratória estabelecida no Paraguai insere-se num quadro mais amplo de transformações da economia nacional. Essa política foi vista como um importante mecanismo para a consolidação do liberalismo paraguaio e capaz de reativar a potencialidade das suas terras férteis.

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da nação, o governo paraguaio propiciou a entrada de estrangeiros no país o que provocou a expulsão de vários paraguaios de suas terras, o imigrante foi visto como fornecedor de capital, como mão-de-obra de qualidade livre e barata e também se esperava que ele proporcionasse o desenvolvimento a baixo custo (TORRACA, 2006, p. 32).

Destacamos que a história dos povos menonitas pode ser caracterizada por “uma vida de lutas e sofrimentos, marcada por muitas perseguições que haviam sido desencadeadas desde o período da Reforma Protestante que foi o estopim para os conflitos de caráter religioso na Europa” (TORRACA, 2006, p. 34).

Ainda de acordo com Torraca, esses conflitos fomentaram as fugas e a intolerância religiosa, resultando na morte de milhares de pessoas e dando origem a um processo de expansão protestante para outras partes do mundo.

Foi nesse contexto, marcado por perseguições e rivalidades, que ocorreu a saída dos povos menonitas da Europa. Sendo levados a uma vida de constantes peregrinações em busca da “*Terra Prometida*” foram obrigados a ocupar, na maioria das vezes, territórios inóspitos e despovoados, nos quais o grupo conseguiu desenvolver-se por meio de uma vida marcada por intenso trabalho e dedicação (TORRACA, 2006, p. 34, grifos da autora).

Arelado a esse discurso, que enaltece a figura do imigrante europeu, o governo paraguaio tentou convencer a sociedade paraguaia que a vinda desses imigrantes traria desenvolvimento para a região ocidental (Chaco), haja vista que a mesma era considerada inóspita e desabitada, havendo, portanto, a necessidade de povoá-la.

Destarte, Torraca (2006, p. 1) afirma que o processo imigratório dos menonitas foi impulsionado por suas necessidades de fixação em um território e, ademais “oscilava entre a interferência governamental e as perseguições de guerra, além é claro de privilégios que esses imigrantes receberam em troca do povoamento de uma região litigiosa”.

A ocupação e defesa do território paraguaio, no período colonial, amparada pela política imigratória estabelecida pelo governo, trouxeram implicações que se perpetuaram na atualidade, como é o caso do surgimento de cidades às margens dos rios Paraguai e Paraná, como Assunção, Conceção, Villeta e Pillar, que, em anos anteriores, sobreviveram do

comércio, tanto de saída como de entrada de mercadorias e constituíram seus portos auxiliados com a infra-estrutura que configurava a vida econômica, social, urbana, rural e regional do Paraguai.

Outras cidades, mesmo na atualidade, sustentaram sua função de defesa de território, constituídas no período de guerra, como é o caso da cidade chaquenha de Fuerte Olimpo que, ainda hoje mantém portos às margens do rio Paraguai.

O processo de expansão econômica e comercial desse centro urbano sempre esteve relacionado ao dinamismo portuário. Por esse motivo, Vasquez (2006) os denominou de “*pueblos-puerto*”.

Podemos dizer, então, que a atual dinâmica territorial da região ocidental do Paraguai (Chaco), onde está localizada a capital departamental Fuerte Olimpo, é produto dos processos históricos que se configuraram nesse território, ou seja, os acontecimentos como a colonização espanhola, Guerra da Tríplice Aliança, Guerra do Chaco e o processo imigratório contribuíram efetivamente para o ideário que a população paraguaia, especificamente aquelas que habitam a porção oriental, tem de lugar “inóspito e desabitado”.

1.5 Aspectos históricos e características ambientais do Pantanal(Porto Murtinho) e do Chaco Paraguaio (Fuerte Olimpo)

De acordo com Moura (1975), no período de colonização do Paraguai, começou a expandir-se ao abrigo das muralhas, no local onde hoje está localizada a cidade de Fuerte Olimpo, uma povoação. Nesse local estabeleceu-se um porto franco para o comércio com o Império brasileiro.

No início da Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870), o local constituiu-se em uma importante base para a ofensiva à, então, província de Mato Grosso. Em 1866, essas muralhas ainda revestia-se de importância estratégica, mas foi capturada, pelas forças brasileiras, ao final do conflito.

Atualmente em ruínas, podem ser observados os restos de suas muralhas, do alto das quais se descortina uma vista abrangente do curso superior do rio Paraguai.

Figura 08 - Resto da muralhas em Forte Olimpo-PY (Chaco Paraguuaio)



Autoria: COSTA, Lidiane Almeida. Novembro de 2010.

Figura 09 - Vista superior das muralhas de pedra, em Forte Olimpo- PY.



Autoria: COSTA, Lidiane Almeida. Novembro de 2010.

A extensa literatura¹⁷ existente em documentos apresentados na primeira Conferência Mundial sobre Preservação e Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Paraguuaio (Chaco) descreve esse local como uma imensa planície pantanosa, um pântano aluvial que se inunda anualmente, entre janeiro e junho.

¹⁷ De acordo com OVELAR, (2005, p. 133), os documentos apresentados foram elaborados com a participação de Fátima Mereles e Mario Bernalt Ovelar, Eugênio Díaz na Conferência pronunciada por J. M Carron, Washington, 2º Encuentro Interncional sobre el Pantanal. Outubro de 1999.

El canal natural por el que se escurren las aguas de este inmenso pantano es el Rio Paraguay, por lo que tanto la naciente como la alta cuenca del Rio Paraguay aparecen indisolublemente ligados a la eco-región del Gran Pantanal (OVELAR, 2005, p. 133).

É interessante mencionar que, nesse sentido, se observam trocas bastante evidentes entre o comportamento de água do rio Paraguai, ao norte e ao sul da zona denominada de “*los cerritos*”, que compreende, entre outros, o morro de Três Irmãos, onde está localizada a cidade de Forte Olimpo. Em efeito, essas águas têm velocidades muito mais lentas e o seu fluxo começa a diminuir no intervalo entre os meses de outubro e novembro.

Figura 10 – Aspecto das águas do rio Paraguai no Chaco paraguaio/ Forte Olimpo-PY



Autoria: COSTA. Lidiane Almeida. Novembro de 2010.

O clima é tropical, com máxima de 45°C, no verão, e mínima de 9°C no inverno. A média é de 25°C. Apresenta longos períodos de seca, seguidos de chuvas torrenciais, e suas terras são férteis para a agricultura e propícias para a pecuária (PARAGUAY, 2010. La Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC).

Dados do censo nacional de economia do Paraguay (2010) revelam que a principal atividade da região é a pecuária, realizada principalmente com as raças de gado de corte que têm contribuições genéticas do zebu (por exemplo, Brahman, Brangus, etc).

O município de Forte Olimpo, localizado no Departamento do Alto Paraguay, no ano de 2005 contava com uma população de 4.498 pessoas, dentre as quais “2.585 são homens e 2.413 são mulheres” (OVELAR, 2005, p.139). Esse Departamento tem uma superfície de 82.349 km² e contava, no ano de 1992, com uma população de 11.816 pessoas e densidade demográfica de 0,14 habitantes por km². De acordo com Ovelar (2005, p. 139), a “taxa de

crescimento anual foi alta durante os anos de 1972-1982, quando a população passou de 5.366 a 9.021 habitantes”.

Posteriormente, entre 1982 e 1992, o crescimento anual teve um decréscimo, chegando a 2,7% em vez de 5,3% em comparação ao período anterior. Isso indica que o Chaco, nesse período, deixou de receber contingentes significativos de migração.

*Fuerte Olimpo es una ciudad muy pequeña es una capital departamental enton tiene una infra-estructura institucional muy pequeña ainda, mas a mejor forma de llegar mas rápido é de avião, tienes muchos aviões que pasan la frontera sin problema, sin controle sin nada. Brasileños que vienen que tienen terras no Paraguay*¹⁸.

Com o passar dos anos, a população tendeu a concentrar-se nas zonas ribeirinhas do rio Paraguai. Esse local também é habitado por pequenos povoados, que vão desde o vilarejo chamado de Puerto Caballo até a estância, ou fazenda, P. Sanabria. No ano de 1992, foram registrados 4.048 habitantes na zona do Pantanal paraguaio (chaco), o que representa cerca de 34% da população total do Departamento do Alto Paraguai. Na tabela 3, é possível observar a taxa de crescimento da população chaquenha de Fuerte Olimpo entre os anos de 1992 e 1997.

Tabela 3 – População do Pantanal Paraguaio (Chaco)

LOCALIDADES	POPULAÇÃO (1992)	POPULAÇÃO (1997)
Bahía Negra	777	884
Puerto Diana	279	317
Puerto Esperanza	277	315
Puerto Leda	65	74
Puerto Boquerón	322	366
Fuerte Olimpo	530	1.741
Puerto Guarani	324	369
Puerto María Auxiliadora	362	412
Outros vários povoados	112	127
TOTAL	3.048	4.605

Fonte: Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos: Barrios y localidades ribereñas. Fernando de La Mora. 1997

Verificamos que Fuerte Olimpo foi à cidade chaquenha do Departamento do Alto Paraguai que mais aumentou sua população, pois, no ano de 1992 a cidade contava com 530 habitantes e, no ano de 1997, já registrava 1741 habitantes. No ano de 1997, a população total de Departamento do Alto Paraguay era de 4.605 habitantes. Assim, Fuerte Olimpo representa uma taxa de crescimento superior a de seu Departamento.

¹⁸ Geógrafo paraguaio FABRÍCIO VÁZQUEZ, em entrevista concedida a esta autora no dia 14 de setembro de 2010.

De acordo com Ovelar (2005), o fato é que, nos últimos anos, vários grupos de brasileiros se instalaram na região. Os mesmos compram lotes de terras destinados à pecuária, contribuindo com o aumento do índice demográfico. Apesar de o Chaco paraguaio apresenta altos índices de necessidades básicas que não são atendidas uma vez que “69% da população sofre com falta de saneamento básico” (OVELAR, 2005, p.140).

Nessa localidade, também habitam vários indivíduos de nacionalidade indígena, em sua grande maioria “chamacoco”, e alguns “mbayá”, localizados em vários assentamentos ribeirinhos, com uma maior concentração em Puerto Esperanza. Tradicionalmente, as estratégias de subsistência desses indígenas estão muito ligadas aos elementos da natureza encontrados no Chaco. Sobre os elementos naturais que esses povos utilizam para sobreviver, Ovelar (2005) nos diz que a

[...] recolección de vainas de algarrobo pero, en mucho mayor medida El palmeito, lãs frutas u El corazón de varias especies de palma (mbocayá), yatai- guasú palmitos del caranda y las bases de las hojas del caraguatá. A las actividades recolectoras se suman la pesca y cierta práctica de la agricultura con cultivos de míz, poroto, zapallo, mandioca y mani, aunque los chamacocos solo tardíamente dejaron de ser casi excusivamente recolectores y cazadores. (p. 140).

Segundo informações da Secretaria do Meio Ambiente (SEAM), em fevereiro de 1989, o INDI¹⁹ transferiu 21.300 hectares para os “chamacocos”, na área próxima à cidade de Bahia Negra.

Essas terras estavam correndo o risco de serem invadidas por criadores de gado. Em geral, pode-se afirmar que as comunidades indígenas deste perímetro se encontram em estado de alta vulnerabilidade por causa da violência que se instalou naquela região, e também por limitações produtivas das terras, que possuem carência de recursos públicos²⁰.

A população nativa paraguaia dessa localidade é descendente de antigos peões de empresas que exploravam o quebracho para a obtenção de tanino. Essa atividade foi muito importante para a economia do local, entre os anos de 1950 e 1960.

Posteriormente, a rentabilidade econômica foi diminuída porque as empresas de exploração de tanino encerraram suas atividades no local, no final dos anos 80. Segundo o pesquisador paraguaio Mario Ovelar, o encerramento da tal atividade deixou núcleos de populações sem emprego e sem indenizações. Atualmente, essas pessoas vivem em condições precárias, sobrevivendo graças a pesca e à pequena exploração agrícola.

Há registros históricos que, no final do século XX, atividades ligadas à agricultura

¹⁹ Órgão público do Paraguai encarregado de cuidar de questões agrárias.

²⁰ OVELAR, 2005, p. 140. Karacú Del Chaco Sudamericano. Territorio humano del milenio. Tradução nossa.

foram praticadas na região, como, por exemplo, o plantio de soja. Essa atividade trouxe, junto com a exploração de tanino, grandes prejuízos ao meio ambiente, contribuindo para o desmatamento das florestas chaquenhas de Fuerte Olimpo.

Atualmente, o rio Paraguai e seus afluentes são ricos em peixes, mas os sinais ameaçadores da extinção já começam a ser notados, uma vez que os cardumes de peixes vem decrescendo a cada ano devido à pesca desenfreada praticada no local. Animais silvestres de diferentes espécies também encontram-se ameaçados de extinção (PARAGUAY, 2010. Compendio Estadístico Ambiental del Paraguay (2000-2009)).

De acordo com censo paraguaio, publicado em 2010, o município vem despontando para o turismo de aventuras por contar com inúmeras belezas naturais e lugares históricos remanescentes da Guerra do Chaco (1933-1935).

Em trabalho de campo, realizado em outubro de 2010, pudemos constatar que o transporte fluvial por meio do rio Paraguai é o mais utilizado para quem deseja chegar até Fuerte Olimpo. Há, no local, um navio cargueiro que transporta cargas e passageiros semanalmente até a cidade. O deslocamento até a cidade chaquenha também pode ser efetuado por barcos pequenos e lanchas particulares.

Pelo fato de a população paraguaia ser em sua maioria carente de recursos financeiros, fica difícil o transporte até a cidade de Fuerte Olimpo, haja vista que a condução fluvial, além de desconfortável, tem um custo muito elevado. O transporte aéreo é feito com aeronaves pequenas, de propriedade privada, em sua grande maioria de estrangeiros (brasileiros ou argentinos) proprietários de fazendas no Chaco.

Há, no município, um pequeno aeroporto construído com recursos privados e adaptado para receber essas aeronaves. Desse modo, a população paraguaia e qualquer outra pessoa que deseja chegar até Fuerte Olimpo encontrarão dificuldade no acesso.

Essa realidade contribui para o isolamento do local e traz implicações negativas para a população, pois os produtos alimentícios e de higiene pessoal só chegam a cada 40 dias, por meio de navios cargueiros oriundos de outras localidades do Paraguai.

Figura 11 – Navio cargueiro no rio Paraguai



Autoria: COSTA, Lidiane Almeida. Novembro de 2010

Figura 12 – Navio cargueiro com transporte de pessoas no rio Paraguai



Autoria: COSTA, Lidiane Almeida. Novembro de 2010

Em contiguidade com o Chaco, na região Centro-Oeste do Brasil está o Pantanal, no interior da Bacia do Alto Paraguai (BAP), cuja maior bacia é a do Prata. Pesquisas realizadas pela Embrapa Informática Agropecuária em parceria com a Divisão de Sensoriamento Remoto do INPE²¹, em 2006, revelam que a área que compreende a BAP, no Brasil, é de 361.666 km² e a do Pantanal, de 138.183 km², ocupando 38,21% da bacia.

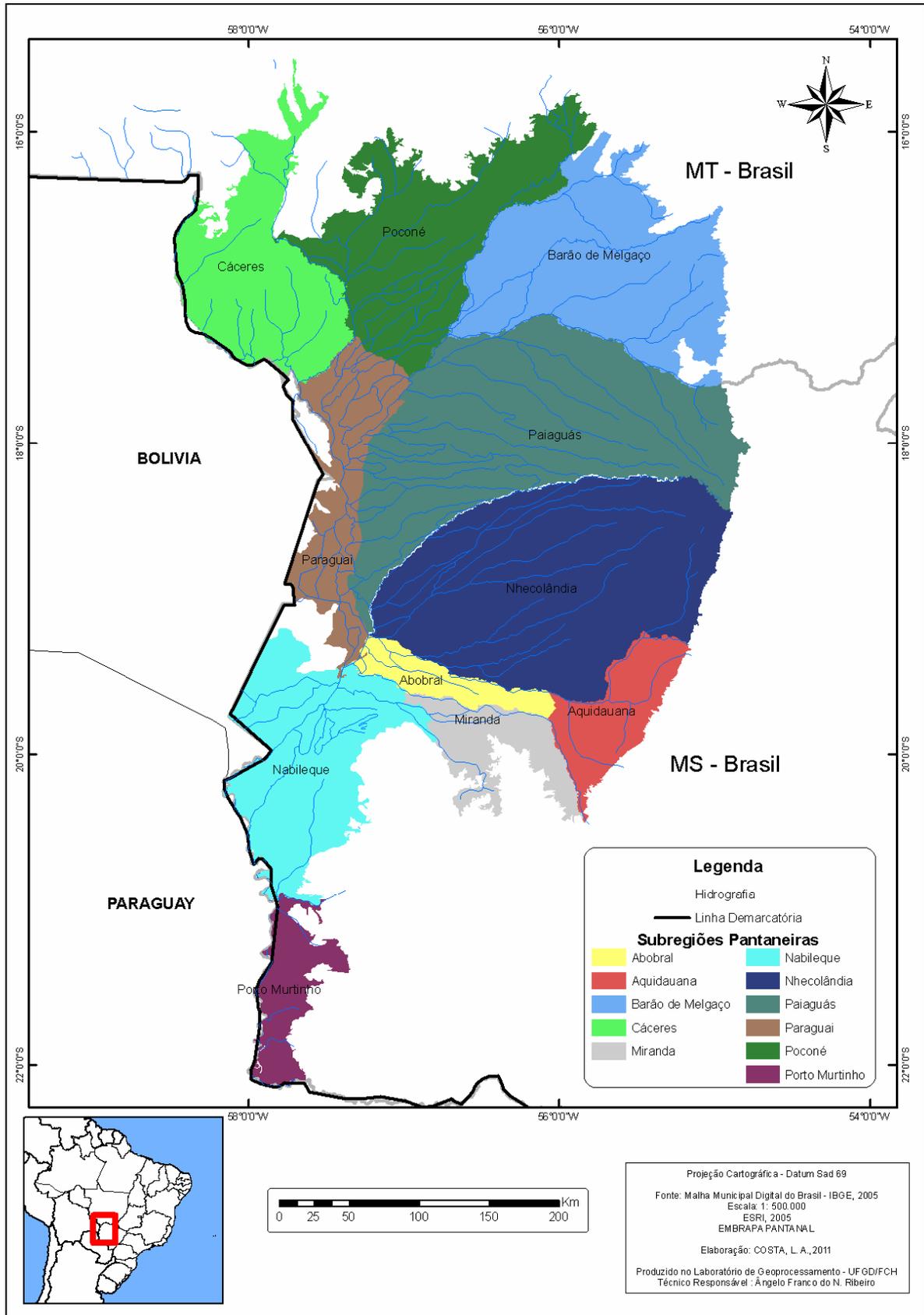
21 BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

De acordo com o estudo, o Pantanal é considerado a maior planície contínua de alagamento de águas interiores, existindo nesse ecossistema diferentes condições de inundações, relevo, solos e vegetação que permitem subdividir essa área em 11 sub-regiões²² distintas.

Segundo Abdon, & Silva (2006) das terras da planície pantaneira, 48.865 km² encontram-se no estado de Mato Grosso (MT) e 89.318 km² (64,64%) no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Essa área úmida ocupa áreas parciais de 07 municípios do MT (Barão do Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari D'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Santo Antônio do Leverger) e 09 do MS (Aquidauana, Bodoquena, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Sonora, Porto Murtinho, Rio Verde de Mato Grosso). Conforme ilustra a fig. 13

22 Sub-região de Cáceres; Sub-região de Poconé; Sub-região do Melgaço; Sub-região do Paraguai; Sub-região do Paiaguas; Sub-região de Nhecolândia; Sub-região de Aquidauana; Sub-região de Abrobral; Sub-região de Miranda; Sub-região de Nabilieque; Sub-região de Porto Murtinho.

Figura 13 - Mapa das Subregiões Pantaneiras



A cidade de Porto Murtinho, localizada na subdivisão do Pantanal de Porto Murtinho, faz parte da área de pesquisa, pois é fronteira com a cidade chaquenha de Fuerte Olimpo, ambas limitadas pelo rio Paraguai. Esse pequeno centro urbano, no Pantanal Sulmatogrossense, está distante 443 km de Campo Grande. Situado às margens do Rio Paraguai, “cerca de 50 km, a montante do Rio Apa, tendo como limites, ao norte, o município de Corumbá, ao Sul e a Oeste, a República do Paraguai e, tendo, a Leste, Jardim e Bodoquena Sua área total compreende 17.872,90 km²” (KMITTA, 2010, p. 80).

De acordo com Kmitta (2010, p. 80), o relevo de Porto Murtinho é de planície pantaneira, declives mínimos nas áreas alagáveis no entorno das margens do rio Paraguai. É formado por sedimentos com argila e calcário, situa-se no Pantanal baixo, (área compreendida entre Corumbá e Porto Murtinho) e apresenta uma feição de pastagens naturais facilmente inundáveis no período das águas.

Já o Pantanal de Porto Murtinho possui uma área de “3.839 km² ou 2,78 % da planície pantaneira. Localiza-se ao sul do Pantanal. Agrega área parcial somente do município de Porto Murtinho”. (ABDON & SILVA, 2006. Divisão de Sensoriamento Remoto - INPE).

Delimita-se, a oeste, pelo rio Paraguai, ao sul, pelo rio Apa, ao leste, pelo planalto adjacente (Serra da Bodoquena) e, ao norte, pelo rio Aquidaba. Entre os rios que delimitam essa sub-região, estão: “Paraguai, Apa e Aquidaban, os rios Branco, Tereré, Tarumã, Amongujá e o Córrego Progresso são os principais cursos d’água do interior dessa sub-região” (ABDON & SILVA 2006. Embrapa Informática Agropecuária e divisão de Sensoriamento Remoto – INPE).

O município de Porto Murtinho surgiu no ciclo da erva-mate, responsável pela devastação da maior parte da porção sul do então estado de Mato Grosso, (hoje denominado de Mato Grosso do Sul). Para se entender melhor o ciclo da erva-mate no estado de Mato Grosso do Sul, e precisa primeiramente, estudar os fatos históricos que o levaram à produção e comercialização do produto.

De acordo com Aquino (2000), com a publicação na revista *Leia* (edição 3) do mesmo ano, após o final da guerra contra o Paraguai, em 1872, foi formada uma comissão mista por brasileiros e paraguaios para estabelecer os limites entre o Brasil e o Paraguai. O gaúcho Tomás Laranjeira, que participou da comissão, teve a oportunidade de conhecer bem a área e encontrou extensos ervais (erva-mate nativa) no sul de Mato Grosso.

Em 1874, terminado o trabalho de demarcação dos limites entre os dois países, Tomás Laranjeira trouxe alguns profissionais (trabalhadores especializados) do Rio Grande do Sul e deu início a exploração dos ervais. Também empregou mão de obra paraguaia.

Em 1882, Tomás Laranjeira recebeu a permissão do governo imperial para explorar a erva-mate nas terras devolutas que ficavam entre o Mato Grosso e o Paraguai. A erva-mate colhida tinha o Uruguai e a Argentina como principais mercados. A atividade era muito lucrativa. Havia, portanto, um incentivo econômico.

De acordo com Kmita (2010), foi somente em 1892, quando a S. A. Banco Rio-Mato Grosso adquire a Fazenda Três Barras, à margem esquerda do rio Paraguai com o intuito de construir um porto para o escoamento da erva, é que Porto Murtinho desponta no cenário mato-grossense.

(...) no início do regime republicano, Tomaz Laranjeira tratou de nacionalizar (pelo menos oficialmente) sua rota de exportação, como contrapartida à obtenção de novas concessões de terrenos ervateiros. De fato, o governo do Estado de Mato Grosso, agora responsável por tais concessões, exigiu que a erva fosse exportada por um porto brasileiro. Assim, a empresa estabeleceu, a partir de 1892, o Porto Murtinho, ainda no rio Paraguai, mas agora em território sul-mato-grossense (QUEIRÓZ *apud* KMITA, 2010, p. 81).

Sendo assim, ao finalizar o século XIX, contrastando com a imagem propagada de “vazio populacional”, as terras na porção sul de Mato Grosso ainda sem a divisão político-administrativa, não se encontravam livres ou desocupadas. De acordo com Guillen (1999, p. 3) a região foi objeto de uma série de contratos de arrendamento entre o governo estadual e a Companhia *Matte Larangeira*²³, que detinha cerca de dois milhões de hectares de terras, para a produção de mate.

Guillen (1999) ainda afirma que, ao deter o controle sobre as terras ervateiras por meio dos contratos de arrendamento assinados com o governo de Mato Grosso, a *Matte Laranjeira* procurou implantar uma política de “espaços vazios”, ou seja, impedir de qualquer forma que houvesse a ocupação das terras sob seu domínio por pequenos proprietários ou posseiros. Tal política possibilitava não só uma melhor organização da produção da erva-mate, mas também visava impedir que os trabalhadores²⁴ dos ervais se tornassem produtores independentes, garantindo assim o monopólio dos ervais na região.

Dados obtidos em trabalho de campo realizado em novembro de 2010, pesquisando documentos arquivados no Museu Histórico do Município de Porto Murtinho, revelaram que a prosperidade da *Mate Laranjeira* despertou interesse dos irmãos Murtinho que possuíam

²³ A Companhia *Matte Larangeira* teve sua origem nas atividades de Thomaz Larangeira que arrendou, após a guerra com o Paraguai, uma vasta extensão de terras do Estado do Mato Grosso para elaborar erva-mate nativa na região sul do planalto de Amambai, de fronteira com o Paraguai. Posteriormente, a Companhia passou a ser liderada por Joaquim Murtinho (Guillen 1991).

²⁴ Em sua maioria, os trabalhadores da Companhia eram paraguaios. O Paraguai tinha parte de sua economia baseada na elaboração da erva-mate, e, ao findar o século XIX, a Industrial Paraguaia era a maior companhia de mate do país.

enorme prestígio político e eram donos da Fazenda Três Barras, localizada na mesma região de exploração da erva-mate. Dessa forma, “Thomaz Laranjeira se associou à família Murtinho, e toda a produção da erva passou a ser feita na Fazenda Três Barras. Mais Tarde, em 1.892, os irmãos Murtinho tornaram-se fundadores do Banco Rio e Mato Grosso” (MUSEU HISTÓRICO DE PORTO MURTINHO, coleção de monografias municipais, nº 406).

De acordo com o documentado citado, no mesmo ano, com financiamento do banco em que era presidente o Dr. Joaquim Murtinho, iniciou-se a construção do Porto, que logo entrou em pleno funcionamento, para o transporte da erva-mate. Rapidamente, o transporte da erva atingiu grandes centros urbanos como Assunção, Buenos Aires e até a Inglaterra, a França e a Itália.

Kmitta (2010) revela que, ao adentrar na máquina estatal, ganhava representatividade no cenário econômico mato-grossense, articulando todo um circuito comercial reservado para o atendimento da indústria ervateira. Tal fato é verificável até meados da década de 1920, quando atingia o auge da sua produtividade que resultante trouxe o fortalecimento de seu poderio econômico e político. “Associando-se, posteriormente, a Mendes & Cia mantinha seu domínio com capital argentino que incomodou o governo brasileiro, no que tange o aspecto político-territorial, por se tratar de uma área limítrofe com o Paraguai” (KMITTA, 2010, p. 82).

A atividade gerava muito lucro, estimulando o aumento da exportação. Assim, começou a se “desenhar” a cidade. No ano de 1900, a Resolução nº 255 de 10 de Abril, criou a Paróquia de Porto Murtinho, desmembrada da Paróquia de Corumbá. Foi o primeiro passo para a criação do município.

A indústria ervateira possibilitou rápido crescimento de indicadores econômicos e o porto se transformou no “principal canal de escoamento fazendo a exportação não só da erva-mate como também do gado, couro e charque a países da América, Europa e estados brasileiros” (MUSEU HISTÓRICO DE PORTO MURTINHO, coleção de monografias municipais, nº 406).

Faz-se importante destacar as observações de Arruda no que se refere à vinculação da Companhia Mate Laranjeira entre as esferas pública e privada, entre governo e empresa. Para Arruda, “tal proximidade era tamanha que se torna difícil estabelecer algum limite entre uma e outra esfera ou quais interesses cabiam a cada uma das esferas” (ARRUDA, 1997, p. 29). O envolvimento de ambos, empresa e governo, ultrapassava os trâmites legais burocráticos, adentrava em interesses recíprocos. Sendo assim, “é fácil deduzir o favorecimento da Cia

Matte Laranjeira por parte dos ocupantes do poder público”. Era prática comum a utilização de cargos públicos como uma forma de fortalecimento da iniciativa privada (ARRUDA, 1997, p. 29).

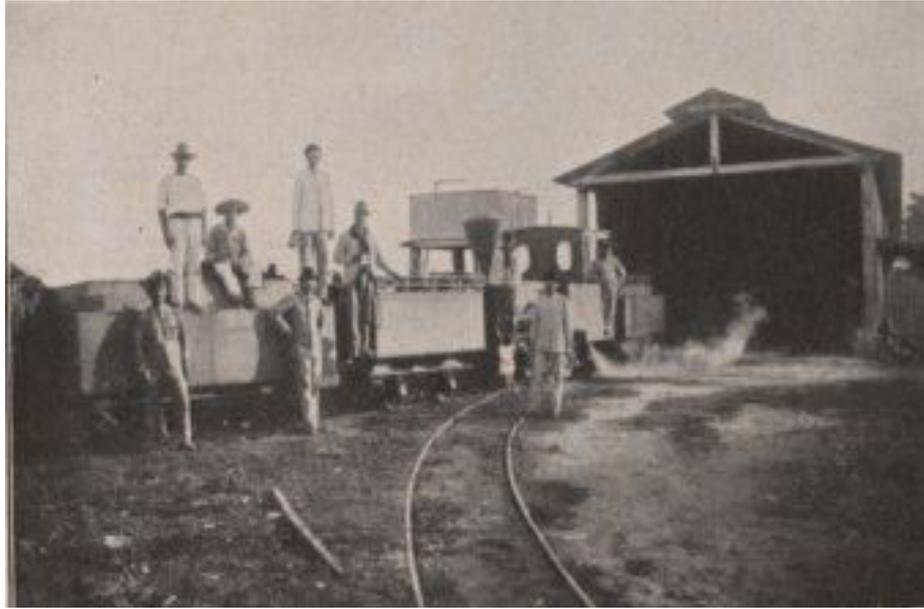
Eram trazidas mercadorias destinadas ao consumo da sociedade local e abastecimento de outras áreas do estado. Porto Murtinho expandia-se nacionalmente, mas sua economia foi ameaçada em 1902, quando o Banco Rio e Mato Grosso entraram em liquidação por elevados investimentos com a Companhia Mate Laranjeira, que enfrentava sérios prejuízos com o transporte da produção.

Como o transporte tornara-se caro demais devido aos grandes trechos alagadiços e ainda desconhecidos – fator que aumentou os gastos com a manutenção das “tropas de carretas” – a Companhia acabou sendo obrigada, por tais necessidades, a associar-se com o argentino Francisco Mendes Gonçalves, organizando a Laranjeira Mendes & Cia, cuja sucessão dos ervais foi transferida à mesma, mediante contrato celebrado com o Estado.

Com a introdução de capital estrangeiro, a Companhia passou por uma série de inovações e novos investimentos, Em 1905 foi inaugurada uma estrada de ferro localizada na área de produção da erva-mate que era trazida de carreta até um depósito na Fazenda São Roque. A partir daí, por se tratar de um terreno alagadiço, construiu-se uma estrada de ferro facilitando o transporte da erva até o Porto Geral, a mesma possuía apenas 23 km e atravessava – onde hoje é a Avenida Rio Branco – até outro depósito, em um prédio onde, atualmente é o Cine Teatro Murtinhense.

Em São Roque também funcionavam as oficinas de ferraria, carpintaria e marcenaria. Outra fazenda, é a Fazenda Margarida, distante 140 km do porto de embarque e ponto de apoio mais importante que servia de parada para descanso e alimentação dos trabalhadores e contribuía com a criação de bois para substituição durante o transporte.

Figura 14- Linha ferroviária construída pela Cia Mate Laranjeira na Fazenda São Roque



Fonte: Kmitta (2010, p.84). Arquivo Museu Jaime Aníbal Barrera.

A exportação da erva-mate crescia, gradativamente, e a abundante caça e pesca potencializa comércio de peixes, peles e crinas de animais silvestres, atraindo, assim, imigrantes estrangeiros que se instalaram na localidade para atuar no ramo de comércio como exportadores e importadores de mercadorias.

Em 1907, com o aumento do fluxo de pessoas e de dívidas contraídas pela Companhia Mate Laranjeira, o Governo de Mato Grosso desapropriou, da fazenda Três Barras, uma área de 3.600 hectares que seria a sede do município e, em 1911 foi criado o município de Porto Murtinho – porto em relação ao porto geral e Murtinho em homenagem a Joaquim Murtinho.

Em 13 de junho de 1912 ocorreu a instalação do município (data esta comemorativa do aniversário da cidade) constituído por moradores vindos do sul devido à produção da erva-mate. Eram imigrantes europeus, árabes e judeus atraídos pelo comércio, além dos índios e paraguaios que já viviam no local.

Na atividade de exploração da erva-mate, houve migrações e imigrações, colonizando o, então, sul do estado de Mato Grosso. As leis e a ordem eram regidas pela Companhia, e, como essa se fixava em Porto Murtinho, era ali que se tomavam as decisões de interesses não só do estado, assim como, causas nacionais.

Com o advento da República, começou a influência sobre a política estadual e a nível nacional, e, dessa maneira, concluíram-se quatro Presidentes de Estado, dois Ministros de Fazenda, além das bancadas de deputados, senadores e cargos regionais e locais. Esse perfil

persistiu até, aproximadamente, 1918, quando a Companhia transferiu sua sede para o sul do estado, próximo ao município de Caarapó, na Fazenda Campanário.

A erva passou a ser transportada pelo rio Paraná, por meio do Porto Mendes, e, pelo Porto de Murtinho saía somente à produção dos ranchos mais próximos. A transferência administrativa ocorreu devido ao imenso prejuízo que a Companhia estava tendo com ervateiros clandestinos.

Com a saída da sede da indústria ervateira, Porto Murtinho perdeu seu grande suporte econômico, mas prosseguiu em ritmo lento, com instalação de novas indústrias. Até que, na década de 30, surgiram boatos que indicavam a retirada da concessão da Companhia por parte do Governo Getúlio Vargas. A empresa recebeu um prazo para a liquidação de seus negócios e seus edifícios foram todos leiloados, bem como todas as estalagens, oficinas, rebanhos e tropas. Assim, o município sofreu intervenção militar, criou-se a Base do Exército (a 2ª Companhia de Fronteira) e um posto, 70 km rio abaixo, que controlava as embarcações internacionais.

Motivos esses que levaram à fuga dos investidores, permanecendo somente a população que se formara em torno do Porto. Além da indústria ervateira, duas fábricas instalaram-se na cidade. São elas, a Indústria do Charque (O Saladeiro) e a Indústria do Tanino (Florestal Brasileira S/A e Quebracho Brasil S/A). Essa última voltada à exploração do quebracho, do qual era extraído o tanino utilizado na indústria química, em curtumes e na tecelagem, que já ocorria, desde as últimas décadas do século XIX, no Paraguai e Argentina, sendo muito requisitado pela Europa.

Zarilli, apud Kmita (2010, p. 88) destaca a instalação, na Argentina, das mais importantes sociedades anônimas de capital estrangeiro que comercializavam o tanino e a madeira do quebracho no mercado externo, especialmente para a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. “Acrescenta que tais empreendimentos estavam centrados em interesses próprios e o desenvolvimento das atividades procurava ligar a região a esses interesses” (KMITA, 2010, p. 88).

Árvore abundante no Chaco e na região de Porto Murtinho, coloca novamente a pequena cidade no contexto econômico mato-grossense. Por ser de difícil reflorestamento, sendo uma árvore nativa da região, a extração acelerada resultou na devastação dos vastos quebrachais dizimados.

Segundo Leonardi, “o extrativismo por suas próprias características, é a atividade que não pode ser pensada como se os seres humanos pairassem acima da natureza e do meio

ambiente.” (1999, p. 15). Nesse contexto, restou, apenas, o fechamento das indústrias de tanino, em meados dos anos de 1970.

Dados do IBGE ²⁵, na coleção de monografias municipais, nº 406, demonstram que, cidade de Porto Murtinho tem como principal atrativo o rio Paraguai, com destaque para o turismo de pesca. É importante destacar que essa realidade vem sofrendo motificações, pois segundo informações da Polícia Ambiental de Porto Murtinho-MS (2010) devido à pesca em excesso, atualmente o número de peixes tem diminuído consideravelmente no rio Paraguai.

Além do rio Paraguai, há, no local, outros atrativos turísticos, como a Colônia Cachoeira²⁶, a 90 quilômetros da sede municipal, o Morro Pão de Açúcar, (assim denominado pela semelhança àquele existente no Rio de Janeiro, muito frequentado pelos alpinistas; a Festa da Emancipação do Município no dia 13 de junho), com várias solenidades cívicas e, por último, a festa da Virgem de Caacupé, realizada sob influência da colônia paraguaia atualmente, existe o Festival Internacional de Porto Murtinho, idealizado pelo poder público local e que tem como principal atrativo festividades relacionadas com o rio Paraguai.

Observamos que os elementos naturais do Pantanal de Porto Murtinho são apropriados pelos seres humanos que os transformam em mercadoria, dentro de uma lógica capitalista de produção. Sobre a análise do consumo dos elementos da natureza, Mendonça (2011, p. 54) nos propõe a pensar que, para atingir a condição de ser social e, portanto, formar a sociedade humana, o homem é primeiramente constituído de matéria e vida biológica e “essa condição impõe a ele uma determinação natural básica, que o coloca na dependência de recursos variados para lhe assegurar a vida”.

Figura 15 – Rio Paraguai no município de Porto Murtinho-MS



Autoria: COSTA, Lidiane Almeida. Novembro de 2010.

²⁵ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²⁶ Nome de uma cachoeira localizada no município de Porto Murtinho-MS.

Assim, ao longo da história da humanidade, as diversas sociedades estabeleceram relações com o ambiente no qual estavam inseridos. “A apropriação dos bens da natureza²⁷, de forma inicial com os grupos nômades ou a sociedade comunal, tinha, sobretudo, o fim de garantir a subsistência da coletividade” (MENDONÇA, 2011, p. 54).

Essa realidade passou a ser transformada, ou seja, os elementos da natureza e dos recursos naturais que antes eram apropriados para subsistência passaram, com o sistema capitalista de produção, a ser propriedade privada (individual e coletiva). Todo o acúmulo advindo do processo de apropriação da natureza não se dá de forma homogênea. De acordo com Leff (2001, p. 53):

a forma particular de articulação das determinações do ecossistema, a língua, a cultura, um modo de produção são especificamente de cada formação social. A conformação de seu meio ambiente, a história de suas práticas produtivas, seus intercâmbios culturais na história determinam a capacidade produtiva dos ecossistemas, a divisão do trabalho, os níveis de auto consumo e a produção de excedentes comercializáveis. A intervenção mais ou menos forte do capital e dos Estados nacionais modificam estas modalidades de transformação do meio ambiente e dos estilos culturais pela introdução de novas técnicas e de modelos produtivos. Isto transforma as formações sociais não-capitalistas em objetos complexos que se definem pelas interdeterminações entre processos naturais, técnicos e naturais.

Segundo o autor, esse processo necessita de transformações de concepções/práticas erigidos sob uma nova ética do homem capaz de abandonar a ideia de separação entre esse e o meio ambiente, em que o mesmo entenda que as relações sociedade-natureza são indissociáveis. O sistema capitalista, em contrapartida, adotou um estilo de desenvolvimento pautado sob a égide do avanço tecnológico incompatível com a sustentabilidade biológica, social e cultural, determinando a relação de exploração do homem e da natureza pelo homem.

Como o avanço das forças produtivas, verifica-se que os vestígios do valor de uso da natureza permanecem. No entanto, a produção capitalista e a apropriação da natureza são acompanhadas “não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade particular: O lucro” (SMITH, 1988, p. 87-8).

Desse modo, em nossa pesquisa, as chamadas questões ambientais do Pantanal e do Chaco paraguaio são compreendidas como estando relacionadas às questões de ordem social e política. Para pensar sobre esse espaço, é essencial considerar a sua produção diferenciada. Em função da fragmentação política definida pela fronteira internacional, um mesmo ambiente natural é produzido e consumido de forma diferenciada.

²⁷ Concordamos com Carlos Walter Porto Gonçalves quando ele afirma que natureza não é natural, assim: “Toda a sociedade, toda cultura cria, inventa, instituiu uma determinada ideia do que seja natureza. Nesse sentido o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens” (GONÇALVES 2006, p. 23).

Pelo fato do Pantanal de Porto Murtinho estar localizado em uma área de fronteira, entendemos que ao delimitar suas fronteiras e a extensão de seu território, as nações constroem em sua sociedade uma identificação com o espaço. De acordo com Martin (1994), toda nação, necessita impor limites para exercer sua soberania sobre os territórios e discorre sobre a noção de limite e fronteiras:

Hoje o “limite” é reconhecido como linha e não pode, portanto, ser habitada, ao contrário da “fronteira” que, ocupando uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio, em particular sobre a forma de contrabando (MARTIN, 1994, p. 47).

A compreensão de que a fronteira se difere do limite pelo fato de a mesma ser povoada, e não apenas uma demarcação política entre dois países, nos instiga a pensar que a fronteira constitui-se como um lugar de encontro de culturas e encontros de povos diversos, atribuindo visões também diferentes de mundo.

Toda pessoa identifica-se, ou necessita se identificar, pois a identidade está relacionada ao que o indivíduo tem como experiência de vida, sendo que todos os indivíduos não estão ligados apenas a um conjunto de ideias ou princípios de uma só vez. Assim acreditamos que a idéia de nação constrói em sua sociedade um processo de identificação com o espaço e que a fronteira pode influenciar nessa identificação.

Entender a identidade requer uma análise do indivíduo e da sociedade, pois entender o outro é uma tarefa complexa. A identificação faz com que o indivíduo se compare ao outro, ao mesmo tempo em que precisa se entender e se auto-identificar, além das ações do grupo interagem com a necessidade de uma identidade.

Essa necessidade se baseia no status, nas concepções, nos anseios e ideologias estabelecidas sobre o sistema social e as diferenças de classes relacionadas ao poder e à riqueza. Assim, compartilhamos da opinião de Courlet (1996) quando ele faz menção ao fato de a fronteira ou a existência dela não constitui um ato arbitrário, mas corresponde a uma lógica que se delineia tanto no interior de um determinado espaço, como na relação desse com outros espaços.

A fronteira não é um obstáculo em um território, mas um mecanismo que resulta de toda e qualquer ação nesse território. A fronteira é invariável em termos estruturais. Graças a ela, o capitalismo evolui, separa, diferencia, regula. A fronteira é múltipla em suas funções, em seu significado (COURLET, 1996, p. 1).

Sob essa perspectiva, nos remetemos ao fato de que na fronteira as experiências humanas não fogem a lógica capitalista, de obtenção de lucro, como podemos verificar no caso Brasil/Paraguai, no qual as desigualdades econômicas e sociais são facilmente notadas.

Fabrizio Vázquez, geógrafo paraguaio, faz um comentário sobre esta questão:

Entonces el problema es para Paraguay porque gran parte de la estrategia de desarrollo fronterizo del Paraguay es jugar a un supermercado, así vamos a vender a la medida que los que quedan en la frente vean a comprarnos e eso hace que se cuestione muy las ciudades en vez de mirar al Paraguay miran al Brasil, y funcionan con Brasil y se hay niveles altísimos de integración²⁸.

Com base nas reflexões de Vázquez, acreditamos que, assim como o Chaco, o Pantanal de Porto Murtinho também está relacionado com as formas do capital produtivo, com base no consumo dos elementos da natureza como fonte de riqueza, ou seja, o território pantaneiro é produzido de acordo com as necessidades de expansão do capital e a intensidade no seu uso está diretamente relacionada com as demandas econômicas nacionais, ou mesmo internacionais como, por exemplo, o incentivo à produção pecuária num determinado momento, e o incentivo à atividade turística e mineração, em outros.

1.6 Aspectos da Formação da geografia do Pantanal brasileiro

De acordo com Moretti (2002), a produção espacial do Pantanal conta com a participação de diferentes agentes sociais, todavia sua história contada refere-se aos colonizadores e aos agentes dominantes atuais.

A paisagem atual do Pantanal é produto de um processo histórico humano e natural que produziu o lugar no final do século XX, início do século XXI, apresentando relevante importância mundial por proporcionar elementos naturais inexistentes em outras localidades.

Sua importância, enquanto ecossistema, não se limita apenas ao fato de abrigar inúmeras espécies de animais e aves. Ela se deve ao fato de suas terras possuírem grandes potencialidades, pois apesar de pobres, recebem quantidade significativa de matéria orgânica dos inúmeros rios que o atravessam, entre os quais destacamos: Miranda, Negro, Taguari, São Lorenzo, Piguiri, Correntes e Cuiabá.

Aziz Ab'saber (2006) expõe que a origem do Pantanal é resultado da separação do oceano há milhões de anos, formando o que se pode chamar de mar interior. O português Aleixo Garcia foi o primeiro não-índio a visitar o território, em 1524, atraído pela existência de pedras e metais preciosos, (entre eles o ouro), que eram usados por indígenas, que já povoavam a região. O mesmo alcançou o rio Paraguai, por meio do rio Miranda, atingindo o

²⁸Geógrafo paraguaio FABRÍCIO VÁZQUEZ em entrevista concedida a esta autora em 14 de setembro de 2010 na cidade de Asunción- Paraguay.

local onde hoje está a cidade de Corumbá.

De acordo com Ab'Saber (2006), o ambiente pantaneiro foi ocupado por remanescentes de antigos quilombos e comunidades camponesas que se formaram a partir de sesmarias doadas, em finais do século XVIII e XIX. Entretanto, a ocupação por grandes fazendas de criação extensiva de gado teve maior relevância nesse ambiente a partir do final do século XIX.

Em anuência com o autor mencionado, Wilcox (2001, p. 122) descreve,

[...] Sin embargo, con la declinación de las minas de oro hacia El final Del siglo los habitantes de Cuiabá adoptaron otras fuentes alternativas de ingreso, y así empezó la ganadería en norte del pantanal. En las siguientes décadas, estos rancheros comenzaran en forma gradual a descubrir el exuberante prado natural de la región, y en los años 1830/1840 algunas operaciones rudimentarias se extendieron al sur del Pantanal.

É perceptível que a pecuária foi uma atividade alternativa implantada no Pantanal pelos habitantes da cidade de Cuiabá, em decorrência da decadência das minas de ouro. Portanto, “foi por meio do gado, num movimento que se iniciou na segunda metade do século XIX, que os desbravadores não-índios conseguiram fixar raízes definitivas no contexto da planície alagável do Pantanal” (BANDUCCI JUNIOR, 2007, p. 1).

Desse modo, para Banducci Junior, referir-se a “pantaneiro”, implica em remeter à memória dessa ocupação pastoril, à tradição da lida com o gado e da existência campeira que se disseminou, conformando uma cultura singular, na qual se misturam referências de povos indígenas, dos trabalhadores paraguaios, além de outros ambientes pastoris, tais como o sulista, o mineiro e o nordestino. Sobre a terminologia pantaneira, o autor descreve:

[...] percebendo no universo das fazendas de gado o lócus pantaneiro par excellence, os demais grupos presentes no Pantanal, tais como os pescadores, os agricultores e os distintos povos indígenas, costumam designar-se a si próprios a partir de termos que remetem às suas atividades econômicas, procedência étnica e outras referências que não exatamente a espacial, tal como ocorre com os vaqueiros (BANDUCCI JUNIOR, 2007, p. 1).

Para o antropólogo, o próprio termo “cultura pantaneira” precisa ser abordado com cautela, pois, sob essa designação encontram-se abrigadas diferentes sociedades, com distintas línguas, hábitos e percepções de mundo. Por esse motivo, para o autor, é temeroso deduzir que a cultura pantaneira se reduza às manifestações dos grupos sociais ligados a figura do peão e do fazendeiro tradicional, assim como seus hábitos e costumes.

Ainda sobre a decadência do ouro e a implantação da pecuária no norte do Pantanal, ressaltamos que “o processo de exploração e ocupação recente das fazendas pantaneiras, por

seu lado, conduzido por agentes estranhos e/ou indiferentes aos padrões culturais da região, tem trazido consigo ruídos às relações de convívio social e com a natureza” (BANDUCCI JUNIOR, 2007, p. 9).

Segundo o autor, muitas propriedades têm sido desmembradas por força de heranças e do comércio de terras, impulsionado, nos últimos anos, pela crise que se abateu sobre a pecuária de corte tradicionalmente praticada na região.

Visando aumentar a produtividade das fazendas, Banducci Júnior (2007, p. 9) afirma que a introdução de gramíneas exóticas, que garante alimento para um número maior de cabeças de gado, tem sido “responsável por um processo de desmatamento descontrolado dos capões e cordilheiras da planície, que são locais de abrigo e alimento para os animais silvestres”. Situações constantes de desmatamento podem ser observadas nos dias atuais, conforme se pode constatar na fig. 16.

Figura 16 - Desmatamento no Pantanal Matogrossense



Fonte: Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br>>.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, em dados publicados no jornal digital da cidade de Campo Grande - MS (www.campograndenews.com.br) em junho de 2010, a área destruída no bioma pantaneiro passou de 12,35%, em 2002, para 15,18%, em 2008, atingindo 4.279 km². A taxa de desmatamento anual do Pantanal foi de 0,47% (713 km²/ano), índice acima do verificado na Amazônia (0,43%).

Cabe, aqui, ressaltar que foi sancionado, em junho de 2010, um projeto de lei que proíbe o desmatamento de áreas do Pantanal, por 05 (cinco) anos, como medida de prevenção

e preservação desse ambiente.

Sobre essa realidade, autoridades políticas de Mato Grosso do Sul afirmam que:

Está mais que provado que medidas mais drásticas são imprescindíveis para garantir a proteção do Bioma Pantanal e, como o Mato Grosso do Sul aparece como principal responsável pelo desmatamento é dever desta casa de lei propor medidas de proteção²⁹.

A aceleração do desmatamento verificado no Pantanal tem como motivadores a constituição de pastagens e a produção de carvão para a siderurgia. Eis as faces de uma mesma moeda: o carvão permite a geração de recursos para a formação das pastagens.

Além das problemáticas apontadas, o garimpo situado ao norte do Pantanal é outro fator que interfere na conservação do ambiente pantaneiro. Conforme menciona AB'SABER,

(...) os rios que chegam ao Pantanal, provenientes dos planaltos e escarpas circundantes, são os que mais trazem cargas poluidoras, devido ao seu trânsito por áreas agrícolas em expansão, que liberam caldas de agrotóxicos e fertilizantes, durante a estação das águas. São eles próprios que, em áreas adjacentes aos pantanais, recebem produtos mercuriais injetados nas suas águas a partir das zonas de garimpagem (1988, p. 28).

Entre outros agentes de transformação desse ambiente, podemos mencionar os impactos da urbanização e industrialização, que tem intensificado o crescimento populacional nas cidades do planalto mato-grossense causando o lançamento do esgoto doméstico e industrial nos cursos d'água da bacia pantaneira, isso devido à falta de infra-estrutura nas cidades.

De acordo com OLIVEIRA (2002) os cursos d'água na planície pantaneira, são contaminados, principalmente, “pela indústria de extração e beneficiamento de minério (ferro, manganês e calcário na região de Corumbá e de ouro em Poconé), pelo esgoto doméstico produzido pelas comunidades urbanas e pelos insumos utilizados na agricultura.” (p. 57).

Assim segundo a autora os resíduos de agrotóxicos e de mercúrio são absorvidos pelos sedimentos e, com a deposição desses ao longo dos rios, criam uma condição de poluição potencial. A maioria dos municípios utiliza a rede de esgoto para conduzir o efluente aos cursos d'água, contaminando os rios (Brasil, 1997 apud OLIVEIRA, 2002, p. 57).

No Pantanal de Porto Murtinho, observa-se a remoção da vegetação nativa nos planaltos para implementação de lavouras e de pastagens, sem considerar a aptidão das terras e a adoção de práticas de manejo e conservação de solo, além da destruição de habitats, acelerou os processos erosivos nas bordas do Pantanal. A consequência imediata tem sido o

²⁹Deputado estadual PEDRO KEMP, em entrevista concedida ao jornalista Paulo Fernandes ao Portal ALMS. Divulgado no *site*; Campo Grande News, junho de 2010.

assoreamento dos rios na planície, intensificando as inundações, causando prejuízos sociais e econômicos.

Partindo dessa premissa, é perceptível que os problemas ambientais aqui apresentados são expressos da demanda dos elementos naturais como um produto das atividades econômicas do modo capitalista.

Observamos a comercialização desses elementos, ou seja, a natureza é transformada em mercadoria. Becker (1996, p.181) analisa esse processo definindo os elementos naturais, que ao ser apropriado pelo capital passa a ser valorizado como produto, ou seja, transformado em mercadoria. Pois na realidade “somente quando as relações capitalistas se instalam, é que os rios, montanhas, praias e as dunas, passam a ser apropriados economicamente” (OURIQUES, 2005, p. 61).

Os recursos naturais do Pantanal passaram a ter valor mercantil a partir do momento em que a lógica do capital os transformou em mercadoria. Portanto, chamamos atenção ao fato de que na visão socioambiental do capitalismo os limites reducionistas se fixam somente à dimensão física e biológica não negando, porém, a base “natural” da natureza. Embora seja um ponto importante, a questão é que não se trata apenas de garantir a preservação de determinados animais e vegetais, mas sim de levarmos em consideração as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza.

O capitalismo busca, nesse sentido, garantir a manutenção dos recursos naturais pelo viés do desenvolvimento, isto é, em sentido diagonal, que corresponde a uma análise da sua essência, para além de seus atributos negativos e positivos, a fim de atingir a compreensão da complexidade. Contudo, as questões acerca da preservação ambiental não são exclusividade do capitalismo, pois as práticas de consumo dos elementos naturais acompanham o homem em todo o seu processo de evolução.

No entanto, com o capitalismo e seu modelo industrial, observamos um consumo em demasia desses elementos (de maneira nunca vista na história da humanidade), por isso a ideia de ser contrária ao capital (CASTORIADIS, 1987).

Trata-se, portanto, de se compreender a complexa realidade na qual estamos inseridos- o nosso atual modo de produção com suas características e consequências que causam a transformação não só do meio ambiente, mas também do homem. A discussão ambiental que pretendemos buscar esquivar-se do senso comum. Esse que, não só vai ao encontro de soluções tecnicistas que visam “salvar” o planeta sem sequer refletir sobre as reais causas do problema, mas que também acredita que se estamos com tal problemática, as quais não podem chamar de crise ambiental e sim social.

Nesse sentido, com a situação de intensa transformação ambiental, ponderamos que os problemas antes citados só atingem importância quando acarretam prejuízos econômicos e sociais para o ser humano, ou para um grupo social como são os casos de assoreamento das margens dos rios, contaminação, desmatamento entre outros. Assim, é necessário termos uma visão mais crítica e profunda sobre essa temática, “refletindo a complexidade que é o nosso atual modelo de produção bem como pensar não somente nas consequências que esse modo de produção acarreta, mas principalmente as suas causas” (SILVA, 2009, p.14). Desse modo, devemos ver essa questão sob outro ponto de vista: o socioambiental, ou seja, a natureza e os humanos bem como a sociedade e o meio ambiente.

1.7 Pantanal Brasileiro e Chaco Paraguai: Semelhanças e diversidades na conservação

Segundo Ovelar (2005), existe, no Paraguai, uma legislação específica referente ao uso e proteção ambiental, da qual podemos citar especialmente: o título II da Constituição Nacional, a Lei 350/94, que ratifica o convênio Ramsar sobre proteção de umidades; a lei 294/93 de Evolução de Impactos Ambientais; a lei 352/94 de Áreas Silvestres Protegidas; e a lei 716/96 que trata de Delitos sobre o Meio Ambiente.

A Convenção de Ramsar, ou Convenção sobre Zonas Úmidas, é uma convenção de importância internacional, especialmente para habitat de Aves Aquáticas. Foi assinada na cidade de Ramsar, no Irã, em 2 de Fevereiro de 1971 e entrou em vigor em 1975. Em dezembro de 2000 o documento contava com 123 partes contratantes (Estados membros) ao redor do mundo.

A Controladoria Geral da República do Paraguai fez uma investigação especial sobre a situação das terras do Departamento do Alto Paraguai e constatou várias irregularidades. Dentre as quais citamos:

- 1- A zona de reserva do Parque Nacional Rio Negro constitui a principal área silvestre protegida. Situada no que os paraguaios denominam de Gran Pantanal Paraguay (Chaco) e da qual, de maneira irregular, tornaram-se áreas particulares cerca de 26.333 hectares de reserva ecológica;
- 2- Segundo as leis paraguaias, somente se pode realizar quedas de árvores e outras vegetações, com documentos prévios de impactos ambientais, assim como plano de manejo de uso do solo.

No Chaco, como em outras áreas do Paraguai, ocorre uma importante concentração de

imigrantes brasileiros que compram terras a preços muito baixos constituindo-se em grandes proprietárias rurais, cuja atividade econômica é a criação de gado.

O Serviço Florestal Nacional do Paraguai realizou inspeções em 1994 e 1995 e detectou 14 infrações contra o meio ambiente, sendo 11 cometidas por brasileiros. Dados recentes da Secretaria do Meio Ambiente de Assunção revelam que o problema continua e as estatísticas estão aumentando.

Sobre esse fato, o especialista ambiental paraguaio Ovelar revela que:

El informe señala “ La destrucción del medio ambiente será difícil de recuperar ya que utilizan tractores con cadenas para el desmonte y luego le meten fuego liquidando totalmente la microflora, la microfauna y hábitat de miles de animales silvestres” (OVELAR, 2005, p.148).

Nota-se que os brasileiros utilizam tratores e outros tipos de maquinários que facilitam o desmatamento, além de colocarem fogo nas vegetações, ocasionando a fuga e morte de vários animais silvestres.

Informações da Direção de Ordenamento Ambiental e Comissão Nacional de Defesa dos Recursos Naturais revelam que essas atividades estão modificando o ambiente e provocando alterações no solo.

El uso actual de la tierra está identificando con un sistema único de producción cimentado en la tala y quema de bosques para la producción ganadera...Estas actividades están produciendo modificaciones Del hábitat y alteración de la cubierta del suelo...la utilización poco racional de los recursos naturales marca una degradación galopante del ecosistema por largo tiempo (PARAGUAY apud OVELAR, 2005, p.148).

Segundo a Secretaria Nacional de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM), desde o ano de 1975, houve um aumento de tais práticas de transformação da natureza em meio de produção, e sua origem advém do processo de colonização das terras do Pantanal paraguaio Chaco). Segundo dados de trabalhos de campo realizados por pesquisadores da mencionada Secretaria, o processo de divisão e ocupação das terras em torno do rio Paraguai tem ocasionado, ao longo dos anos, impactos ecológicos ambientais.

Segundo Ovelar (2005), após a Guerra do Chaco (1932-1935), iniciou-se a venda de terras a partir da zona da cidade de Bahia Negra (Departamento do Alto Paraguai, localizada às margens do rio Paraguai), para capitais estrangeiros, com valores muito abaixo do mercado. Os proprietários começaram a destinar essas terras à extração de “*quebracho colorado*”, uma espécie de madeira muito dura que produz uma resina utilizada para a produção de tanino. Vale ressaltar que a maioria do capital estrangeiro era argentino e

brasileiro.

Entre os anos de 1965 e 1975, o governo vendeu grandes áreas de terras do sul de Bahia Negra até Fuerte Olimpo, cujos hectares variavam entre 10.000 a 40.000 (Guarani - moeda local), estando todas localizadas às margens do rio Paraguai.

No local, existe uma Colônia Nacional denominada Colônia Borbón, cuja planta urbana é a capital departamental de Fuerte Olimpo, sendo que a “superfície dessa colônia é de 54.510 hectares com lotes urbanos, 40 hectares de lotes agrícolas e lotes para pequenos criadores de gados de 200 hectares.³⁰” (OVELAR, 2005, p. 144).

As leis paraguaias permitem que colonos paraguaios vendam suas terras após 10 anos de as terem adquirido. Por essa razão, a grande maioria das terras estão hoje nas mãos de brasileiros. Esse fato também pode ser explicado pela facilidade encontrada por estrangeiros em fixar moradia no país, pois inexistente uma legislação específica para imigrantes:

La única legislación son algunas medidas administrativas han sido criadas las de documentar a todos a ley de calcetería somos todos hermanos así que reconocimos a todos en papel y limpios mira pero después no hay una en especial en absoluto³¹.

Atualmente, observa-se que na margem esquerda do rio Paraguai (Pantanal Brasileiro) a maior parte das terras foram desmatadas para serem convertidas em pastagens de gado. Por isso, os empresários brasileiros buscam terras na outra margem do rio, no Chaco, aproveitando-se das facilidades mencionadas. A transformação ambiental do Pantanal inicia-se no Brasil e atravessa a fronteira, sendo os brasileiros os grandes consumidores dos recursos naturais existentes nesse ambiente.

Os brasileiros son los actores mas dinámicos, paraguayos es un actor tranquilo que queda en su casa (por la modificación) entonces mas no Chaco tienen que analizar mucho bien por la deforestación para instalación de estancia la producción ganadera³² [...]

Ovelar (2005) relata que uma das reclamações das organizações de conservação do meio ambiente contra os criadores de gado brasileiros é justamente a criação de pastagens artificiais, na qual é feito pela derrubada de árvores e das vegetações existentes com topadoras, arrasando grandes extensões de terras para logo queimá-las, destruindo a fauna e a flora do lugar. Estudos sobre impactos ambientais não são realizados, mesmo com a existência de uma lei que obriga a apresentação de um projeto de manejo de bosque. Lei essa que não é cumprida e os documentos não são exigidos pelas autoridades competentes.

³⁰ Traduzido da língua espanhola para a portuguesa. COSTA. Lidiane Almeida, Jan. 2011.

³¹ Geógrafo paraguaio Fabrício Vázquez em entrevista concedida a esta autora na cidade de Asunción-PY em 14 de setembro de 2010.

³² Fabrício Vázquez em entrevista concedida a esta autora em 14 de setembro de 2010.

Por consequência, os brasileiros não costumam cumprir a legislação paraguaia e, para tanto, pagam “propinas” às autoridades. Essa realidade pode ser explicada pela insuficiente condição econômica e social da maioria do povo paraguaio.

Los brasileños quieren hacer aquí... Tienen más dinero... Puede darse el lujo, por lo que un hombre de familia (responsable de medio ambiente) tiene que tomar el dinero. La policía aquí (Policía Nacional) gana muy poco, y este dinero va a marcar la diferencia. Casi no hay trabajo aquí, así que no conseguir lo que quieren, pero es necesario tomar³³...

As condições sociais no Departamento do Alto Paraguai, onde está localizada nossa área de pesquisa, são precárias. A principal atividade econômica é a criação de gado, porém, como já mencionamos, os grandes proprietários são brasileiros e os paraguaios são seus empregados.

O salário pago para os paraguaios são muito baixos, mal dá para comprar produtos de necessidade básica. Por essa razão, na tentativa de melhorar a renda, muitos paraguaios também criam pequenos animais no fundo de suas residências, como galinha, porco, bode, etc.

A população do Pantanal paraguaio (Chaco) apresenta altas porcentagens de necessidades básicas insatisfeitas, sendo que “82,2% dos habitantes carecem de infra-estrutura sanitária adequada, cerca de 43% não têm acesso a educação primária e 32% estão abaixo da capacidade de subsistência.” (OVELAR, 2005, p. 140. Tradução nossa).

Em pesquisa de campo, realizada em outubro de 2010, na cidade chaquenha de Fuerte Olimpo, capital departamental do Alto Paraguai, observamos moradores que ainda carecem de energia elétrica e água potável.

El agua llega una vez a la semana, así que tenemos reservas de agua, para dar todos los días. Pero no dijo que no, ahora el agua llega a toda las personas, sólo sigue teniendo... La luz entra en la final de la tarde, pero ya que es la mitad de la etapa. Hemos mejorado mucho aquí... no tenía nada antes acá³⁴

É possível observar que a água é um recurso natural escasso, apesar da quantidade abundante e isso se deve aos vários problemas sócio-econômicos do país, especificamente do Departamento do Alto Paraguai, lugar considerado inóspito e desabitado, ao qual, recursos públicos demoram a chegar.

³³ (VIVIANA MARTINS, 29 anos, moradora do Chaco. Em entrevista concedida a esta autora no dia 06/out/2010.

³⁴ LIDIA ANTONIO TIAPARRO, 35 anos, moradora do Chaco. Entrevista concedida a esta autora em 06 de outubro de 2010.

No Pantanal de Porto Murtinho, as questões ambientais também padecem com a falta de recursos públicos. A polícia ambiental realiza os trabalhos de fiscalização em conjunto com o IBAMA³⁵ e o IMASUL³⁶. A mencionada polícia estabeleceu convênio com esses dois órgãos no intuito de fazer cumprir as leis federais e estaduais na área de fronteira, haja vista que o espaço a ser fiscalizado é bastante extenso, conforme podemos observar na fala do Tenente da Polícia ambiental de Porto Murtinho, quando o mesmo observava o mapa do Pantanal.

Nós temos o Rio Paraguai, sobe aqui de Porto Murtinho até Planalto Branco são 100 quilômetros, daqui até lá são mais 60 quilômetros [...] então são 160 quilômetros de área de fronteira, mais esse mais esse pedaço aqui que da mais uns 80 quase 100 quilômetros também³⁷.

O efetivo da PMA de Porto Murtinho-MS é de 10 homens, sendo que para fiscalizar 250 km² de área de fronteira, seria necessário, no mínimo, por volta de 50 homens.

Não trabalhamos só nos rios, cuidamos da fauna, da flora então nossa fiscalização vai desde cuidar a pesca irregular até as queimadas, desmatamentos. Temos também as barreiras nas vias de acesso que vai até Jardim, O que nos ajuda bastante é a nossa parceria com o exercito, sempre estamos fazendo operações juntos, inclusive essa operação Cadeado que encerrou a dois dias ai, foi feito bloqueio na estrada, então essa parceria com o exercito é muito importante³⁸.

Observamos que, além das parcerias antes citadas, a PMA também buscou apoio junto ao exército brasileiro. Esse agora tem poder de polícia para atuar nas operações em área de fronteira, o que tem gerado pontos positivos para as operações, tendo em vista que os problemas de infra-estrutura são enormes.

Então o nosso deslocamento depende dessas nossas parcerias que nos levam de viatura até o local onde podemos fazer a fiscalização fluvial sem problemas, temos um motor com barco de 100 metros e uma lancha Marajó com motor 90 que nós zelamos bastante porque sabemos o quanto é difícil. Aqui por exemplo está muito assoreado então essa nossa embarcação grande não passa aqui, então não da para navegar aqui no Rio Paraguai com ela³⁹.

Os problemas vão além da falta de infra-estrutura, pois há no local um alto índice de consumo dos elementos da natureza que estão se tornando escassos mesmo com fiscalização

³⁵ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conforme art. 2o da Lei no 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

³⁶ O IMASUL é o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, órgão responsável pelo licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras e sua consequente fiscalização.

³⁷ LÚIS CLEMENTE DE SOUZA, tenente da Polícia Ambiental do Pantanal de Porto Murtinho-MS, em entrevista concedida a esta autora no dia 16 de novembro de 2010.

³⁸ Idem ao37

³⁹ Polícia Militar Ambiental de Porto Murtinho-MS. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010.

efetiva, como é o caso dos peixes do rio Paraguai.

São onze espécies preservadas, nosso maior peixe aqui é o Jaú, então ele não pode pegar com menos de 95 cm, menor que isso é apreendido, os peixes grandes comem mais alevinos que os pequenos, então você pegando os maiores eles já contribuíram para o rio e vai consumir menos alevinos. Para você ter uma idéia em 2008 antes eram só essas 7 espécies aqui e em 2008 já aumentou mais 7 ou 8 espécies aqui⁴⁰.

Os turistas são obrigados a respeitar a lei que estabelece cotas para a pesca no rio Paraguai. A cota estabelecida é de 10 quilos de pescado mais um exemplar de qualquer peso e cinco piranhas.

Entendemos que, quando os elementos da natureza se tornam um bem escasso, reafirmam a lógica capitalista de uma sociedade que tudo mercantiliza. Um bem só tem valor se é escasso. Assim, os elementos da natureza estão cada vez mais sendo utilizados a favor desse sistema, configurando-se em graves problemas ambientais. Logo, o princípio da escassez, bem como a propriedade privada dos recursos naturais, é quem comanda a sociedade capitalista e suas teorias de sustentação ideológicas liberais.

Sustentando essa temática Gonçalves (2004) considera que “o desafio ambiental coloca-nos diante da necessidade de forjar novas teorias que tomem como base a riqueza e não a escassez” (GONÇALVES, 2004, p. 66), nos remetendo a pensar que a natureza como propriedade privada será objeto de compra e venda, portanto mercantilizada, como já assinalamos.

A idéia aqui proposta leva-nos a pensar que o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda por recursos naturais. Assim sendo, “as fronteiras, os limites territoriais, se impõem como fundamentais para entender as relações sociais de poder” (GONÇALVES, 2004, p. 66), implicando em uma relação de estranhamento e pertencimento no que se refere ao modo como os seres humanos se relacionam entre si e também como dominam e exploram, por meio do espaço, os recursos naturais.

O fundamento da sociedade capitalista com a natureza baseia-se na dicotomia entre o Homem e a Natureza cumprindo o papel principal do capitalismo, ou seja, a generalização da propriedade privada, sendo esta mesma lógica aplicada aos recursos naturais, estabelecendo relações de poder.

Há, portanto, uma questão política e uma geopolítica implicada no cerne do desafio ambiental, por meio do território, explicada paradoxalmente por meio do desenvolvimento

⁴⁰ Policia Militar Ambiental de Porto Murtinho-MS. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010.

tecnológico, isto é, desenvolvimento das relações sociais e de poder por meio da tecnologia.

Entendemos que o estabelecimento do controle sobre os recursos naturais não se dá da igualdade em todos os lugares. Assim sendo, são a tecnologia e a ação humana que redefinem constantemente quais os recursos serão utilizados.

Desse modo, o desenvolvimento tecnológico aumenta a dependência por recursos naturais e não o contrário. As garantias de que os recursos naturais estarão sempre sob controle depende da ação do Estado, da política, da capacidade efetiva de exercer o poder configurado por meio de leis, limites e fronteiras.

Assim, são várias as estratégias do exercício do poder, as quais estão sempre postas para garantir o controle dos territórios, para que “o exercício seja, além de legal, legítimo” (GONÇALVES, 2004, p. 72).

A leitura feita sobre o Pantanal e o Chaco permite pensar que o desafio ambiental da atualidade é produto de uma configuração espacial e territorial provenientes de questões geopolíticas.

CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PANTANEIRO E CHAQUENHO: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Para Rocha, a relação sociedade-natureza, bem como todo o saber e conhecimento acerca do mundo e sobre as coisas, há muito tem estado “condicionado pelo contexto geográfico e ao mesmo tempo, associado ao ecológico e cultural em que produz e reproduz as variações da formação social” (ROCHA, 2011, p. 14).

Assim, entendemos que as condições socioambientais do Pantanal de Porto-Murtinho e do Chaco de Fuerte Olimpo, possuem uma dubiedade que recai sobre a produção do espaço. Baseados em tais premissas, abordaremos, neste capítulo, a produção desses territórios, ressaltando as diferenças e aproximações socioambientais.

Leff (2002) afirma que as práticas produtivas que dependem do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social e a transformação da natureza.

Desde a Grécia antiga, diversas são as formas de leitura na relação sociedade-natureza. De acordo com Rocha essa análise passa pela concepção cartesiana de natureza e da racionalidade do pensamento, chegando a uma visão determinista do século XIX.

Para o autor, a leitura que a sociedade contemporânea faz sobre a natureza, está, assim, (re)significada.

Tudo aquilo que se considerava rígido, se havia tornado flexível, tudo quanto era fixo, foi posto em movimento; tudo quanto era tido por eterno, tornou-se transitório; ficava comprovado que toda a natureza se movia num eterno fluxo e permanente circulação (ENGELS, 1991, p. 23, *apud* ROCHA, 2011, p. 14).

Portanto, o homem, como ser social, domina ao mesmo tempo em que produz a natureza. De acordo com Engels (1991), faz ele sua própria história, na medida em que evolui como espécie. Para completar tal pensamento Rocha elucida:

Nessa produção histórica, mesmo nas sociedades atuais, verificamos que predominam os efeitos não previstos; que as forças não controladas são muito mais poderosas que aquelas postas em movimento de acordo com o plano estabelecido. E não pode ser diferente na produção para as necessidades de sua vida, isto é, hoje em dia, na produção social (ROCHA, 2011, p. 14).

De acordo com Santos (2002), a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica, que significa o conjunto dos meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo cria o espaço.

Entende-se que estas relações entre o conhecimento teórico e os saberes práticos aceleram com o capitalismo e com isso, “intensificam as técnicas paralelas ao desenvolvimento dessa tecnologia, desenvolveu-se a ciência moderna e sua racionalidade, tanto científica como econômica” (ROCHA, 2011, p. 15).

Assim sendo, no que diz respeito à problemática específica em torno da qual se organiza o campo ambiental, a natureza é concebida como um bem. “Algo que se deveria respeitar, admirar e cuidar para além dos interesses imediatos das sociedades” (CARVALHO, 2001, p. 36), no entanto, na sociedade moderna, tornou-se impossível assegurar uma idéia de bem viver, haja vista que o que se busca é a legitimação sobre os bens particulares⁴¹. Esse parece ser o caso da construção social contemporânea do cuidado com a natureza, pois os campos sociais buscam ampliar a capacidade de influência de seus princípios sobre outros campos.

Essa crença alimenta a utopia de uma relação simétrica⁴² entre os interesses das sociedades e os processos da natureza. Com o modo de produção capitalista produz-se “articulação efetiva entre conhecimento científico e a produção de mercadorias por meio de tecnologias” (LEFF, 2002, p. 166). Acelera-se o processo de transformação da natureza enquanto valor de uso para valor de troca.

Parcelas significativas do conhecimento científico servem-se aos ditames desse processo de mercantilização da natureza, cujo conhecimento e domínio são realizados objetiva e subjetivamente por meio das premissas e paradigmas construídos pela ciência moderna.

Para entendermos como se configura a dicotomia homem X natureza, Gonçalves (2004) nos alerta que o questionamento dos limites começou a vir a público tornando-se, também, um debate político propriamente dito, a partir de uma série de manifestações que denunciavam os riscos que a humanidade e o planeta passaram a ocorrer em função de um modelo de desenvolvimento que não considerava devidamente os limites para a intervenção humana na natureza. Para Engels,

Somente a organização consciente da produção social, de acordo com a qual, produza e se distribua obedecendo a um plano, pode elevar os homens, também sob

⁴¹ Como afirma Hermann (1997, p. 188, apud Carvalho, 2011, p. 36): “Do debate contemporâneo podemos apreender que não existe instância nenhuma fora do discurso para orientar nossas ações. A idéia de um bem aparece como um ponto de cruzamento de uma multiplicidade de idéias sobre o bem viver, que concorrem entre si e por isso não há fundamento ou uma substância que assegure o Bem [...] Cada época constrói, entre as pluralidades de perspectivas, algumas idéias que orientam a vida humana, dependentes da experiência comunicativa de sujeitos que vivem biografias próprias, em cada época.

⁴² A relação sociedade-natureza aparece de maneira equivocada, como sendo harmônica, ou seja, em conformidade entre ambas.

o ponto de vista social, sobre o resto do mundo animal, assim como a produção, em termos gerais, consegui realizá-lo para o homem considerado como espécie. A partir daí, iniciar-se uma nova época histórica, em que os homens como tais, (e com eles, todos os ramos de suas atividades, especialmente as ciências naturais) darão a sociedade um impulso que deixará na sombra tudo quanto foi realizado até agora. (1991, p. 26-27)

O autor argumenta ainda que, “sendo assim, temos uma nova concepção entre as relações do homem com a natureza” (1991, p. 27). A partir desse pressuposto, obtivemos uma dialética entre sujeito e objeto, ou seja, a relação intensa do homem com o meio levou a uma modificação das forças naturais.

Uma série de acontecimentos mundiais de degradação ambiental, em larga escala, acabou por prejudicar, e mesmo levar à morte, milhares de seres humanos, mostrando que a espécie humana faz parte da cadeia alimentar, sendo assim, um integrante dos elementos da natureza, e não algo externo a ela.

Assim, nesse contexto, a problemática dos rejeitos “começa a ganhar dimensão política” (GONÇALVES, 2004, p. 28), colocando em debate, nos finais do ano de 1960, no Clube de Roma⁴³, a demanda por recursos não renováveis.

Desse debate nasceu, por meio de renomados cientistas, um documento que assinalava o tempo necessário para o esgotamento dos recursos naturais, caso a degradação ambiental continuasse no mesmo ritmo. Portanto, é aí, inseridas nessa abordagem, que as aproximações e tensões ambientais se reafirmam, trazendo perspectivas mais técnicas, científicas e outras preocupadas com questões culturais e políticas. Assim, a ciência e a técnica ocupam um lugar de destaque.

De forma análoga, é possível observar que há um modo de ação humana, o da “racionalidade instrumental” (GONÇALVES, 2004, p. 30), forjado na Europa Ocidental que, ao se expandir para o mundo, está colocando em risco o planeta inteiro e distribuindo, de forma desigual, seus benefícios e prejuízos. A lógica da chamada racionalidade instrumental está concentrada no capitalismo monopolista de Estado, de corte mais liberal e privatista e o capitalismo de Estado monopolista, como o nome sugere, mais centralizado no Estado.

Desse modo, com o advento do ambientalismo, decorrente do ano de 1960, cresce o conhecimento de que há um risco global, que se sobrepõe aos riscos locais, regionais e nacionais. Para Santos, todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Por esse motivo, entendemos que os ambientes Pantanal e Chaco, constituem uma unidade ambiental, pois cada coisa nada mais é do que a parte da unidade, “o todo mas a ‘Totalidade’ não é uma

⁴³ De acordo com Gonçalves (2004), o Clube de Roma, foi criado por um grupo de empresários e executivos transnacionais (Xérox, FIAT, Remington Rand, Olivetti, entre outras.)

simples soma das partes. As partes que formam a ‘Totalidade’ não explicam a realidade, mas ao contrário, é a ‘Totalidade’ que explica as partes” (SANTOS, 2004, *apud* ROCHA, 2011, p. 16, grifos do autor).

Devemos considerar que o conhecimento contemporâneo tenta romper com um paradigma dominante, que é pautado na racionalidade teórica perceptível em todos os níveis de conhecimento, como é o caso da racionalidade ambiental, que define o modo pelo qual a sociedade atua sobre a natureza.

O homem é o ser da natureza que penetra na natureza (*pelo conhecimento*) e a domina (*pelos instrumentos*); e se ele parece, por causa dos meios que emprega sair da natureza, é apenas para poder reencontrá-la de modo mais profundo, tanto em torno de si como dentro de si (LEFEBVRE, 1995, p. 228, grifos do autor).

Por conseguinte, aparece uma nova abordagem acerca da concepção de natureza e de mundo. Agora, o que se busca é relacionar as transformações espaciais ocorridas com o advento do capitalismo, que causou, à natureza, novos formatos de “dominação”, de uso e de troca. Nesse sentido, a produção da natureza é algo social, ou seja, construído pelos sujeitos sociais que engendram, articulam e estruturam o espaço, mediante interação de uso, transformando-a em recursos cada vez mais diversos, que causam territorialidade diferenciada em sociedades distintas, como é o caso do Brasil e do Paraguai, tendo como exemplo os ambientes “Pantanal” e “Chaco”.

Podemos, nessa abordagem, falar em produção e reprodução do espaço, conjugado com a apropriação dos elementos da natureza, do ambiente pantaneiro e chaquenho. A atual situação geográfica do Chaco, por exemplo, não sofreu grandes mudanças no decorrer dos séculos. Essa região ainda está configurada como sendo uma área hostil e desabitada do planeta, com poucos recursos e desprovida de oportunidades. “*Es la parte olvidada del Paraguay*⁴⁴”(FONTE).

No entanto, o Chaco também tem sido considerado um ambiente estratégico para o governo paraguaio (em diferentes gestões, e em momentos diversos). Segundo Vazquez, existe uma grande quantidade de políticas públicas para o mencionado ambiente, porém poucas são aplicadas, como é o caso da cidade chaquenha Fuerte Olimpo, capital departamental do Alto Paraguai:

Em la región del Chaco tiene muchas políticas públicas. Fuerte Olimpo es una ciudad muy pequeña es una capital departamental enton tiene una infra-estructura institucional muy pequeña ainda, mas a mejor forma de llegarlas rápido é de

⁴⁴ Vázquez, 2010. Entrevista concedida a esta autora em 14 de setembro de 2010.

avião, tienes muchos aviões que pasan la frontera sin problema, sin controle sin nada. Porque en la región del chaco tiene muitas políticas públicas. Fuerte Olimpo es una ciudad muy pequeña es una capital departamental enton tiene una infra-estructura institucional muy pequeña ainda, mas a mejor forma de llegar mas rápido é de avión, tienes muchos aviões que passan la frontera sin problema, sin controle sin nada. Brasileños que vienen (fazenderos) que tienen tieras no Paraguay. Enton, es una ciudad muy pequeña no tem mucha poblacion, 90% de la población és brasileña? No se puede hablar que a población de la ciudad es paraguaya, mas los actores del distrito, si mas somente o prefeito de Porto Murtinho que tinha una fazenda alla mas tiene mucha gente que cruza la frontera si, sen controle, ocontrole es simplemente: oi estoy passando a frontera soy el avión preto; o que estoy querendo decir es que no via tener mucho problema no, mas sea frontera Brasil-Paraguay tienes avión que hacen eso y tienes avión que vienen do Brasil com cocaína también. Entón tienes muchos que ven de Bolivia entón tienes muchas cosas que passam, a riqueza prodizida es o gado, mas antes da riqueza produzida era dos ganaderos, que era pilotado quase exclusivamente por brasileños, hoy a gente tiene norte-americanos, uruguaios, europeus, argentinos é uma loucara. Y como el gobierno mira eso? Ello no mira es lo Chaco⁴⁵.

A aplicação de políticas públicas permitiria a essa região uma integração com o restante do país, no que se refere à vida econômica e sociocultural do Paraguai. Percebemos que essa conformação é uma estratégia governamental.

De acordo com Peralta Perrota (2011), os processos eleitorais ocorridos no Paraguai não proporcionaram melhores condições socioeconômicas ao país. Hoje, os conflitos e as desigualdades sociais são considerados pela população as maiores dificuldades para a manutenção da democracia. “*La herencia dictatorial condiciona la política del presente y del futuro*” (PERALTA & PERROTA, 2011, p. 3).

Peralta e Perrota⁴⁶ ressaltam que o processo de globalização e mundialização do capital tem contribuído para acentuar as desigualdades entre pobres e ricos e a dependência das nações periféricas e centrais. A situação de *deficit* do Paraguai, em todos os níveis, é parte da deterioração geral dos povos da América Latina, cada vez mais empobrecida e globalizada.

De acordo com o DGEEC (*Dirección General de Encuestas y Censos, Paraguay*) de 2010, cerca de 2 milhões e 557 mil paraguaiois vivem em situação de pobreza. Entre 1999 e 2003, a pobreza no Paraguai aumentou de 33,7% para 41,4% e de extrema pobreza (aqueles com rendimentos abaixo do custo de uma cesta básica) de 15,5% para 20,1%.

Las principales ciudades situadas en el borde occidental del SAYTT tienen una red de abastecimiento de agua potable que puede estimarse en un 80 %. En algunos casos, como en la provincia de Salta la situación es muy crítica y actualmente en el ramal de poblaciones desde Pocitos a Tartagal se ha decretado una “zona de emergencia hídrica” (PASIG, 2005, p. 13).

⁴⁵ Geógrafo paraguaio Fabricio Vázquez ao falar sobre políticas públicas no Chaco/Fuerte Olimpo-PY. Em entrevista concedida a esta autora em 14 de setembro de 2010 na cidade de Assunção-PY.

⁴⁶ Coordenadores do Programa de Saúde Pública de Tesai Reka Paraguay. Membros fundadores do Movimento Social de Defesa da Saúde Pública. Paraguay

Os Departamentos de Boqueron e Alto Paraguay, no Chaco, não são incluídos no censo, ou seja, verifica-se que a falta de efetivação de políticas públicas e infra-estruturas no território chaquenho é uma opção governamental. “*En la zona de la región chaqueña (Salta, Formosa, Chaco y Santiago del Estero) los pobladores se abastecen de agua subterránea, mediante la explotación de pozos – generalmente mal construídos - los cuales tienen deficiente calidad*”. (PASIG, 2005, p. 13). Conforme constatamos na fig. 17.

Figura 17- Condições Sanitárias (Fuerte Olimpo-PY)



Autoria: COSTA, Lidiane Almeida, novembro de 2010

Os projetos de desenvolvimento para o país e a geração de impostos têm o apoio de bancos multilaterais e outras sociedades financeiras. Essa realidade gera impactos sobre a sócio-ambientais, como é o caso de Fuerte Olimpo, onde é possível verificar que agricultores e pecuaristas, proprietários de fazendas de gado e monoculturas extensivas (em maioria estrangeiros), deteriorizam os recursos naturais, enquanto pequenos agricultores paraguaios são forçados a viver em lotes parcos, dificultando sua sobrevivência.

Fuerte Olimpo é uma cidade muito carente de infra-estrutura e a maioria da população vive em condições precárias. Em alguns casos, é possível verificar indivíduos vivendo próximos a restos de resíduos domésticos, oriundos da própria população, pois inexistente, no local, serviço de coleta de lixo.

Figura 18- Lixo doméstico da população de Forte Olimpo próximo às margens do rio Paraguai



Autoria: COSTA, Lidiane Almeida, novembro de 2010

Muitos desses indivíduos acabam por deixar a área rural, fixando moradia no perímetro urbano, ou seja, ocorre uma migração interna. Atualmente “43,3% da população vive em área rural” (Banco Central do Paraguay). Essa população é composta em sua maioria de agricultores minifundiários.

Na tabela 04, podemos observar os prestadores de serviço de distribuição de água nas residências paraguaias relativos ao ano de 2010. Nota-se que a população residente em Assunção recebe o maior índice de prestação de serviços, com 96,7 % de residências atendidas com abastecimento de água oferecido pela empresa ESSAP, enquanto, no restante do país, essa porcentagem diminui consideravelmente.

Tabela 04 - Famílias por área de residência, segundo cobertura de serviços de saneamento básico

Total do País/ Paraguay

Cobertura e tipo de serviço	Total	Urbana	Rural	Assunção	Central
Abastecimento de Água / Habitação	1.575.975	953.444	622.531	130.479	521.857
ESSAP (EX-CORPOSANA)	22,4	36,2	1,3	96,7	27,9
SENASA o Junta de Saneamento	27,1	20,7	37,0	-	22,8
Rede comunitária	13,6	11,7	16,6	-	11,8
Rede com prestação de Serviço privado	12,3	17,9	3,7	-	31,2
Poço Artesiano	2,2	2,6	1,5	(*)	(*)
Poço com bomba	10,2	7,0	15,1	(*)	(*)
Poço sem Bomba	10,6	3,8	21,0	(*)	(*)
Outros 2/	1,5	(*)	3,8	-	(*)

Fonte: DGEEC. Dirección General de Encuestas y Censos. Encuesta Permanente de Hogares. Paraguay, 2010.

1/ Departamentos são excluídos. Boqueron e Alto Paraguai

2/ Inclui: Spring ou quebra-mar, nascente, rio, córrego e água da chuva

3/Inclui: Jogue no lixo municipal, quintal, terreno baldio, vala ou de rua, fazenda, riacho, rio e lagoa.

4/ Inclui: Sawdust, álcool, querosene

(*)Falha da amostra, menos de 30 casos

Adaptação: COSTA, Lidiane Almeida, 2011.

Mesmo inserido nessas estratégias governamentais, o Chaco vem sofrendo transformações territoriais e econômicas no decorrer dos anos, especificamente entre as décadas de 1998 e 2008. Conforme menciona Vázquez

Sin embargo, la última década (1998-2008) fue pródiga en fuertes transformaciones de la tierra y la economía. La llegada de nuevos actores, varios de ellos extranjeros, así como la convergencia de estos en algunas cadenas productivas, como la de la carne bovina, ha iniciado una clara modificación del paisaje y de la estructura territorial de esta región. De esta forma, de la concepción antigua del Chaco como espacio “vacío” o como un “mar de tierra” y desprovisto de mayor utilidad que la disponibilidad de tierras, se pasa a una imagen dinámica de su economía por la valoración de sus tierras y de la interacción de sus actores, lo que da como resultado la fuerte integración territorial al sistema nacional, objetivo estratégico antiguo que se logra por las fuerzas económicas y, en menor medida, por las políticas públicas (2009, p. 01).

Segundo ele, a estrutura territorial paraguaia tem se baseado, há muitos anos, em uma diferenciação natural em que o rio Paraguai corta o território em duas porções extremas. De um lado está à região denominada de Oriental e, do outro, a Ocidental, o Chaco. As diferenças entre essas regiões estão expressas no clima, no solo, na vegetação e na sociedade. Esses

constituem o sustento principal da regionalização e da visão dicotômica da formação espacial paraguaia.

No entanto, essa forma de “organizar” o espaço foi, por muito tempo, útil, porém simplista, deixando de ser um instrumento, tanto para entender quanto para atuar sobre o desenvolvimento regional. Isso se deve, principalmente, ao surgimento de diferenças intra-regionais, que pouco ou nada tem a ver com a estrutura física da terra ou dos aniquilamentos dos elementos da natureza, como a fauna, o clima e o relevo.

As regiões do Paraguai começaram a transformar-se, lentamente, há vários séculos. No entanto, as últimas décadas são indispensáveis para entender as novas conformações territoriais.

2.1 Estrutura e funcionamento territorial do Chaco: Algumas considerações sobre a população indígena

De acordo com o relatório de Direitos Humanos do Paraguai, realizado no ano de 1996, permanecem no país, há séculos, cerca de dezessete grupos étnicos indígenas pertencentes a cinco famílias linguísticas. Sendo, a maioria, da família Tupi-Guarani.

A população nativa é tratada paradoxalmente. Embora, o Estado paraguaio já tenha reconhecido muito dos seus direitos, muitas comunidades indígenas ainda sobrevivem sem terra própria.

Essa situação é agravada pela transformação dos elementos naturais em um ritmo alarmante, especialmente na região Oriental do país onde a maioria das florestas tem desaparecido nos últimos 20 anos, em decorrência do processo de ocupação urbana.

Especificamente na região Ocidental (Chaco), é possível observar cerca de treze etnias, pertencentes a cinco famílias linguísticas: *Maskoy*, *Mataguayo*, *Zamuco*, *Guaicurú* e *Tupí Guarani*.

Os indígenas eram os únicos povoadores do Chaco antes do processo de colonização, iniciado nos primórdios do século XX. Assim, desde o século XVI os indígenas chaquenhos não estiveram ligados a interesses da colonização espanhola e permaneceram relativamente fora do contato com a cultura européia até o final do século passado.

Um dos obstáculos encontrados para a colonização do Chaco foi a própria paisagem natural da região, formada de vegetações semidesérticas, em consequência da carência de chuva, acarretando falta de água potável.

Em 1825, o Estado paraguaio conferiu-se, por decreto, a propriedade das terras chaquenhas. Entre os anos de 1885 e 1887, por meio de políticas governamentais, vendeu títulos de terras a capital estrangeiro, proporcionando a formação de latifúndios.

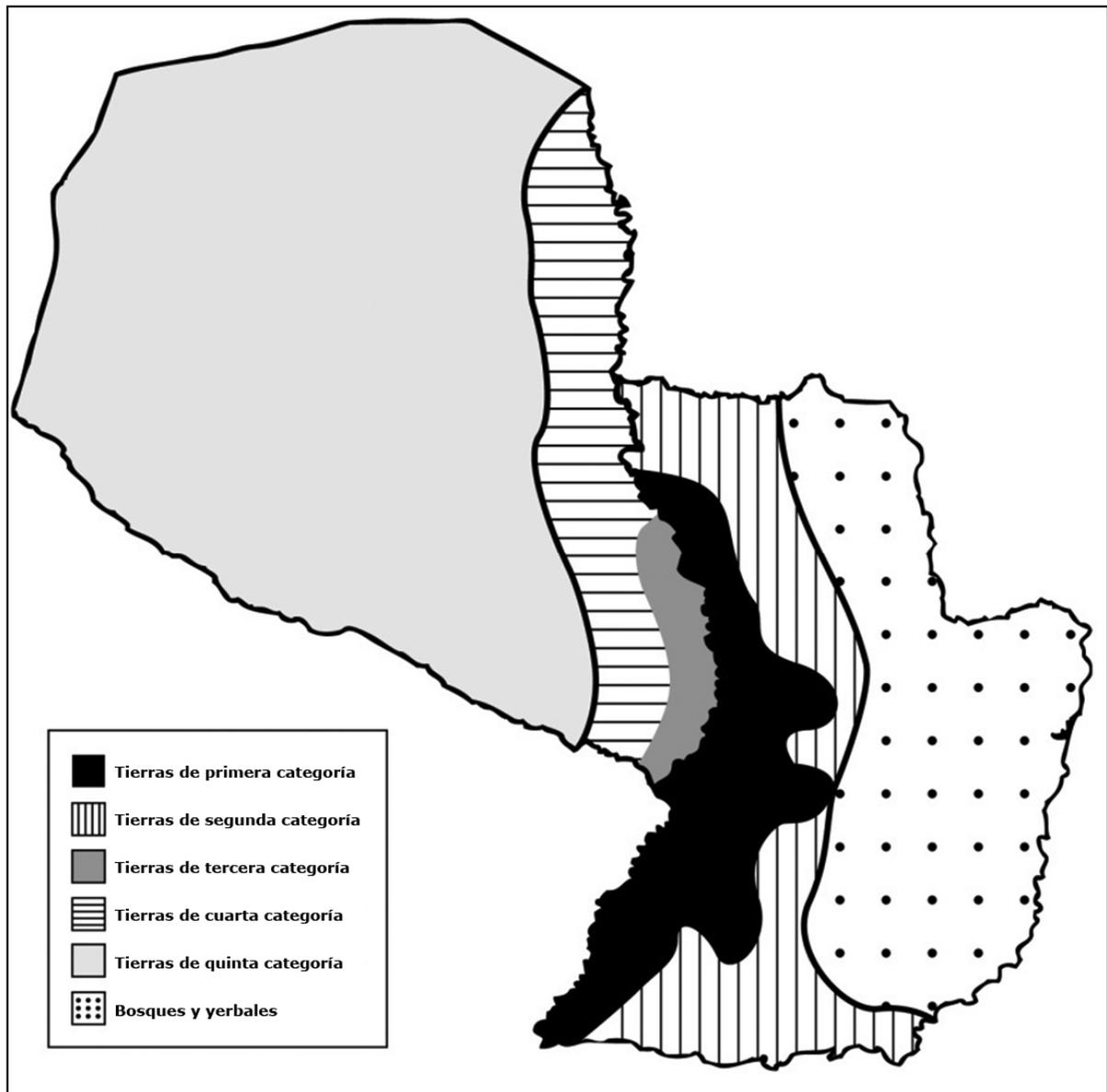
Os indígenas, povoadores originários do Chaco, modificaram suas estratégias de sobrevivência tradicional pela incorporação forçada de atividades industriais, vinculadas ao tanino, assim como prestações ligadas às fazendas de agricultura e pecuária.

Notamos que esse período se caracteriza pela abundância de terras, concentradas nas mãos de poucos, causando o decréscimo da população na região Ocidental (Chaco) e da concentração dessas em Assunção e demais cidades vizinhas da região Oriental. Conforme podemos verificar na fig.19, que ilustra o mapa da classificação de terras públicas para venda entre os anos de 1885 e 1887.

Inserido neste contexto, é possível observar que mesmo passado muitos anos, entre os períodos compreendidos pós Segunda Guerra Mundial, a privatização de terras públicas não significou a efetivação de sistemas produtivos agrícolas, florestais e pecuários, mas sim que compradores, quase todos estrangeiros, se limitassem a controlar as terras sem, antes, obtê-las mediante processos produtivos.

En lo que concierne a las políticas de estado en el Chaco, o mejor dicho el intento de las mismas, se reduce a una estrategia muy interesante y efectiva de incorporar de forma virtual al Chaco al resto de la sociedad nacional. Así, durante las décadas de 1970 y 1980, las condiciones para el desarrollo el Chaco fueron estudiadas, diagnosticadas y proyectadas por la cooperación internacional. Los programas y proyectos contemplaban actividades económicas, instalación de infraestructuras y hasta de nuevos poblados. Ninguna de estas iniciativas se materializó, pero al menos dieron la impresión en el contexto local y sobre todo en el internacional, especialmente en Bolivia, de que el Chaco se estaba preparando para desarrollarse, pero detrás de la cortina de humo, el Chaco seguía siendo un espacio vacío, secundario o al menos, en reserva (VÁZQUEZ, 2009, p. 6)

Figura 19. Classificação de terras públicas para venda (1885-1887)



Fonte: Vázquez, (2009, p. 3).Elaborado a partir de Pastore y Kleinpenning.

No processo de constituição regional do Paraguai, as zonas mais povoadas e ativas estão localizadas na região Oriental. O Chaco sempre foi, apesar dos inúmeros projetos e manifestações de interesse, uma região hiper periférica, sem maiores atrativos para a instalação estável da população. Essa realidade permitiu que diversos grupos indígenas vivessem por muito tempo sem maiores alterações em seus sistemas tradicionais, conforme mencionado no capítulo anterior.

Ainda baseados em Vázquez (2009), podemos afirmar que a diferença da região Oriental com o Chaco é que esse último manteve-se, até 1990, com o status de hiper periferia e espaço secundário, (impróprio para moradias) enquanto a região Oriental experimentava ocupação lenta, porém sistemática, de várias de suas zonas. Algumas como decorrências de

políticas públicas, mediante a instalação de infra-estrutura, no que se refere a transportes e deslocamento de pessoas e, também, de colonizações privadas.

A maior parte dessas experiências de ocupação e povoamento do território nacional paraguaio se realizou sem “nenhum plano articulador e estratégico e sim pautados por interesses, que se bem eram válidos, não asseguravam a ocupação e nem o domínio pleno e menos ainda o equilíbrio do espaço” (VÁZQUEZ, 2009, p. 04. Tradução nossa).

Assim, o Chaco, nunca foi uma região privilegiada. Há, nesse território, grandes zonas que coexistem, sem que haja interconexão entre elas. Com efeito, os sujeitos tradicionais e a carência de iniciativas de expansão econômica, permitiram a configuração de um espaço pouco dinâmico e atrativo.

Nessa conjuntura espacial, o ambiente chaquenho se destacou como um lugar propício para a acomodação de diferentes grupos indígenas que convivem com os elementos naturais sem estarem inseridos na lógica capitalista.

*Viven dependientes de la changa y del desarrollo de una economía diversificada que incluye las actividades tradicionales de la cacería, recolección y pequeña agricultura con innovaciones tales como la ganadería y la artesanía comercial*⁴⁷

É possível observar grupos indígenas que ainda conservam suas tradições e crenças vivendo próximos a comunidades localizadas na cidade de Fuerte Olimpo, nas margens do rio Paraguai.

De acordo com os resultados do Segundo Censo Nacional Indígena de 2002, a população indígena do Paraguai é de 87.099 pessoas, representando 1,7% da população total. O Censo também demonstra que, nos últimos 21 anos, a população indígena teve o maior crescimento (3,9%) em comparação ao restante da população do país, que cresceu cerca de 2,7% entre os anos de 1982 e 2002.

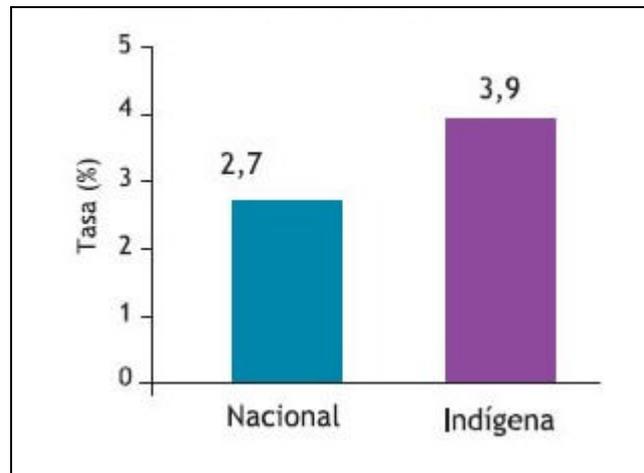
Esse aumento deve-se ao fato de que o censo paraguaio de 2002 inclui nos estudos uma nova metodologia de coleta de dados, que não foi utilizada no censo de 1992, possibilitando, assim, a redução significativa de erros, a fim de evitar uma interpretação inadequada da evolução da população indígena no Paraguai. Por essa razão, a análise incluiu contribuições fornecidas por fontes externas à instituição. O gráfico a seguir demonstra o crescimento da população indígena.

⁴⁷ PARAGUAY. Relatório sobre direitos humanos do Paraguai, 1996.

Gráfico 01 – Taxas de Crescimento

Nacional: Período -1982-2002

Indígena: Período- 1981-2002



Fonte: Paraguay. DGEEC. II Censo Nacional de Población e Habitación, 2002.

Pouco mais da metade do total da população indígena reside na região Leste (44. 135). O restante (42.964) vive na porção Oeste. Essa nova realidade, em termos de distribuição espacial, é talvez uma das descobertas mais notáveis do último censo. Em 2002, a população indígena na região do Chaco era de 49,3% (DGEEC, 2002).

Essa situação é explicada por vários fatores, principalmente devido a uma melhor cobertura durante a realização dos trabalhos censuais nas comunidades indígenas da região Oriental. Outro fator determinante foi a participação dos povos indígenas na organização do censo.

2.2- População Indígena do Alto Paraguay/ Chaco

Os indígenas, denominados de *Chamacoco*, vivem no Departamento do Alto Paraguay, às margens do rio Paraguai, mormente em suas próprias colônias. (Censo Indígena do Paraguay, DGEEC, 2002).

Os mesmos adquirem alimentos extraídos dos elementos naturais existentes na região. No entanto, nota-se que há uma forma peculiar de obterem mercadorias necessárias para sua manutenção: Quando os navios cargueiros, com itens provenientes de outras cidades, chegam até as margens do rio Paraguai, com o objetivo de descarregar mercadorias em Fuerte Olimpo, eles se aproximam a fim de conseguir alimentos. Para tal, realizam cantos e danças em um ritual de comemoração. Cabe frisar que os alimentos trazidos pelos navios cargueiros, são

para venda, ou seja, a população de Fuerte Olimpo e portanto também os indígenas compram estes alimentos.

Ao longo da história, eles têm sido muito afetados por causa do contato com as empresas de tanino. Em trabalho de campo realizado em novembro de 2010, foi possível observar que eles também têm sido evangelizados pelos Salesianos⁴⁸ e pela Missão Novas Tribos⁴⁹. Assim, o governo paraguaio tem transferido, no decorrer dos anos, a responsabilidade pelos indígenas para as igrejas.

Essas igrejas se incumbiram de realizar missões de evangelização para esses povos, além de prestar-lhes serviços básicos de saúde e educação. Esses serviços têm um caráter assistencial, assim, muitos dos direitos indígenas deixam de serem competidos.

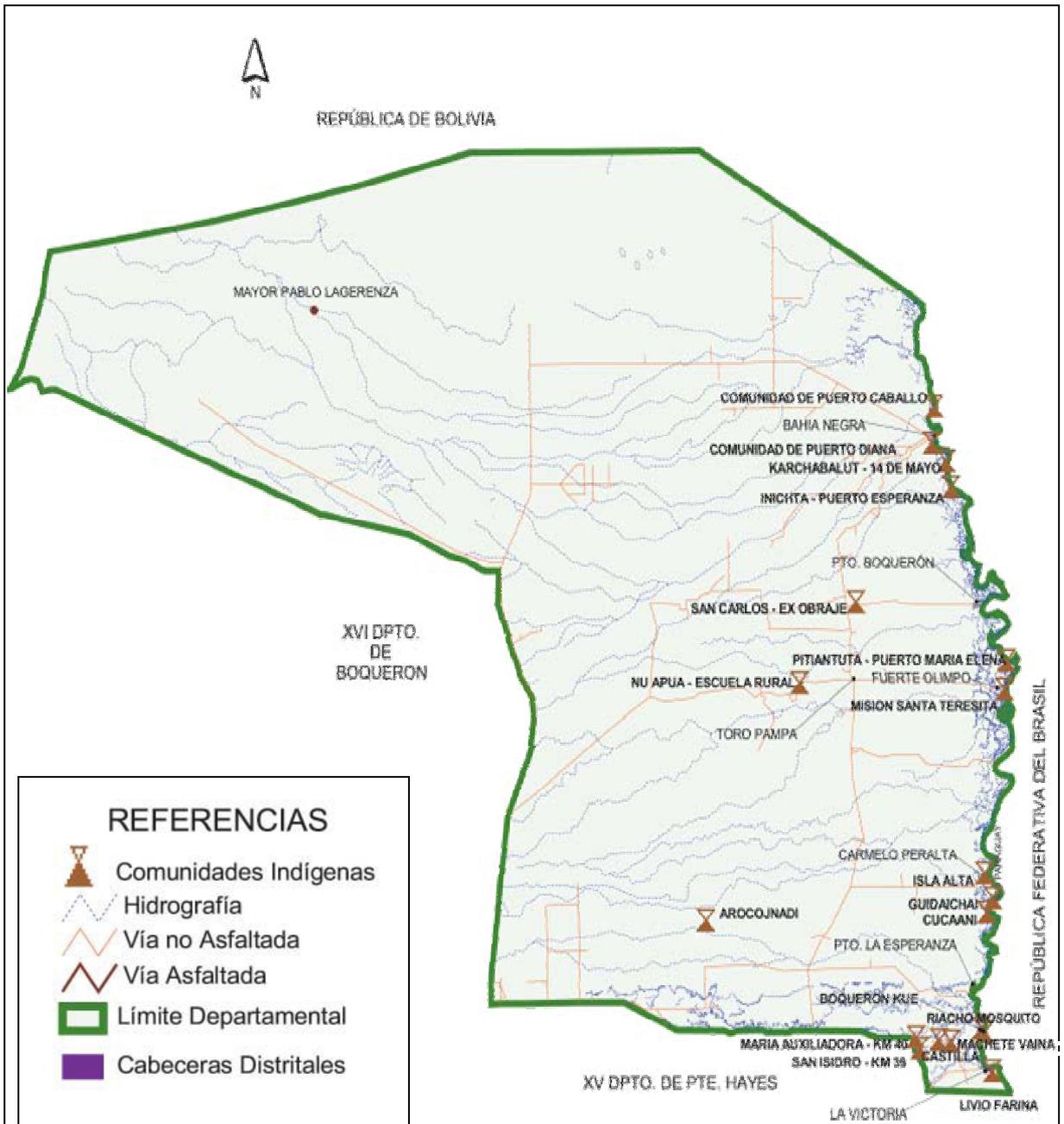
Esses fatores têm determinado a atual estrutura social do Chaco, o que resulta na problemática dos povos indígenas, caracterizada pela falta de terra, pela exploração da sua força de trabalho por parte dos proprietários de fazendas e pela carência, quase absoluta, de serviços de saúde, educação, comunicação e demais infra-estruturas. A fig. 20 demonstra a infra-estrutura existente no Departamento do Alto Paraguai, assim como a localização das comunidades indígenas que ainda permanecem no lugar.

Segundo dados do DGEEC (1996), com atualizações de novembro de 2002, a violação dos direitos humanos dos povos indígenas se dá, principalmente, pelas dificuldades que estes povos têm em recuperar seus antigos territórios tradicionais, sendo um problema de ordem fundamentalmente econômico e social e não somente cultural e antropológico, cuja atenção e solução dependem da vontade política que procede do governo. Ou seja, “*de los actores políticos y grupos económicos que detentan el poder en el país*” (Carta dos Direitos Humanos do Paraguai, 1996, sem paginação).

⁴⁸ De acordo com estudos teológicos a congregação dos Salesianos é uma congregação religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana fundada em 1859 por São João Bosco e aprovada em 1874 pelo papa Pio IX.

⁴⁹ Fundada em 1953, é uma agência missionária de fé, de caráter indenominacional, fundamental em sua doutrina, formada de crentes dedicados cujo objetivo é alcançar grupos minoritários com o Evangelho de Cristo, e prestar assistência "integral" nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento comunitário. (DGEEC, 2002. Paraguay)

Figura 20- Comunidades indígenas no Departamento do Alto Paraguay



Fonte: Paraguay. DGEEC. II Censo Nacional de População Indígena e Habitação. Dezembro de 2002.

Apesar de a legislação indígena ter avançado consideravelmente, ainda há muito por conquistar, conforme podemos perceber na Carta dos Direitos Humanos, divulgada pelo Censo indígena do Paraguai.

pues al mismo tiempo que las leyes ofrecen un marco legal más auspicioso, las autoridades nacionales, en cuyas manos está la posibilidad de aplicarlas, se encuentran identificados con los intereses de los propietarios de grandes latifundios que incluyen territorios indígenas hoy reivindicados⁵⁰.

⁵⁰ Carta dos Direitos Humanos do Paraguai. DGEEC. Situação dos povos indígenas. 2002.

A legislação aprovada pelo Congresso Nacional do Paraguai, cuja intitulação é “*Convenio 169 de la OIT sobre Pueblos indígenas y tribales en países independientes*” (Ley 234/93), destaca que:

Según el artículo 63, se reconoce y garantiza el derecho de los pueblos indígenas en su respectivo hábitat a preservar y desarrollar su identidad étnica. Además, el derecho a aplicar libremente sus sistemas de organización política, social, económica, cultural y religiosa y a sujetarse voluntariamente a sus normas consuetudinarias para la regulación de la convivencia interna, siempre que no atenten contra los derechos fundamentales establecidos por la Constitución Nacional. El mismo artículo in fine establece que en los conflictos jurisdiccionales se tendrá en cuenta el derecho consuetudinario indígena⁵¹

Essa lei constitui um marco importante no reconhecimento dos direitos indígenas, dando sustentação para a manutenção desses povos. Porém, devemos considerar que a incorporação das normas vigentes, existente nessa lei, não significa a efetivação da mesma, pois os mecanismos processuais estipulados para sua aplicação constituem diligências completamente subordinadas aos interesses dos grandes proprietários de terra, em sua maioria constituída por brasileiros.

Com efeito, a lei prevê uma tramitação aparentemente simples, destacando a possibilidade de denunciar, desde que essa seja efetuada por uma comunidade, pessoalmente ou por procuração, sua existência e sua reivindicação territorial para o Bem-Estar Rural Institute (IBR) e também para o Instituto Paraguai Indígena (INDI). Salientamos que para, tal procedimento, faz-se necessários vários trâmites burocráticos.

Depois disso, os indígenas têm que obter aprovação dos seus direitos no Congresso Nacional Paraguai, formado por deputados e senadores provenientes de partidos políticos cuja sustentação ideológica está pautada nos interesses dos grandes proprietários de terra. Essa não é uma tarefa fácil, pois o objeto de reivindicação indígena ataca a base econômica fundamental que sustenta o poder da classe social de maior preponderância no Paraguai. “*En este ámbito, los aborígenes, con una simple mayoría de votos en contra, pueden ver frustrados sus anhelos de recuperar la tierra y de poner en vigencia las leyes que consagran y reconocen sus derechos ancestrales*” (DGEEC, Direitos Humanos. Censo Indígena. Paraguay, 2002).

Frente ao exposto, nota-se que a atual situação dos povos indígenas é alarmante. Muitos vivem em absoluta pobreza, correndo riscos de extermínio, sendo que várias etnias não existem mais.

⁵¹ Carta dos Direitos Humanos do Paraguai. DGEEC. Situação dos povos indígenas. 2002.

A garantia do domínio da terra, para os indígenas, constitui uma condição necessária para sua sobrevivência. Ainda assim, no que se refere à demanda de terras para os indígenas, ainda não existem registros ou estudos atualizados que demonstrem a quantidade de terras necessárias para a manutenção desses povos.

O problema se agrava por tratar-se de uma população dispersa, localizada em locais de difícil acesso. São exatamente esses grupos indígenas “os que mais necessitam de terra para preservar sua identidade étnica, são eles também os mais desprovidos de serviços sociais básicos” (SSERNAMA/MAG, 1996, *apud* DGEEC, Situação Indígena, 2002. Tradução nossa).

A situação dos povos indígenas e a estruturação territorial do Chaco, até o final de 1990, contribuem para entendermos a atual configuração espacial desse território, pois, a partir de então, observa-se uma nova conformação econômica e social.

2.3 Chaco em movimento: Bases para territorialização

A partir da década de 1990 inicia-se, no Chaco, um processo de mudança nas transformações econômicas e territoriais, pois, essa região começa a ganhar dinamismo agroindustrial baseado na agricultura e na criação de gado para a produção de leite, mediante atividades de sujeitos tradicionais e a chegada de novos empresários, principalmente fazendeiros estrangeiros (brasileiros). Como podemos verificar na fala de um morador do Chaco, quando indagado quais são as atividades que geram trabalho e renda:

*Actividade hay para entrar en el campo, trabajar alambrado, de campero de administracion, de cualquier cosa asi. Hay muchas haciendas, entonces ahay mucho trabajo, muchos brasileiros que tienen gado*⁵²

Para Vázquez (2009), a transformação territorial se inicia com a expansão da agricultura e das cooperativas no Chaco, mas sem usar demasiadamente terras no espaço disponível, pois, segundo o autor, as atividades produtivas não demandavam muito espaço e requeriam uma proximidade com os centros comerciais e industriais.

A partir de 1995, a pecuária bovina para a produção de carne, se intensifica, conquistando novos espaços. Primeiro nos arredores das cooperativas, no Chaco Central e, depois, em toda a área chaquenha. Essa rápida expansão se realizou mediante compras de

⁵² VITORIANO AVALOS PRETO, morador do Chaco – Fuerte Olimpo, Paraguay. Em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010.

terras por parte de pecuaristas do Chaco Central que almejavam aumentar suas atividades produtivas.

Os vendedores, em sua maioria, são proprietários de terras que vivem em Assunção e não demonstram interesse em fixar moradia no Chaco. A venda dessas terras representa um lucro extra mesmo considerando-se que essas terras não tiveram elevação de valores.

Isso ocorre devido ao fato de que é uma área de difícil acesso, sem conectividade com o restante do país, ratificando a tese de que os fatores físicos e climáticos impedem a fixação da população. Antes da ampliação econômica do Chaco, era possível encontrar hectares de terras com preços muito baixos e essa realidade foi se transformando com o passar dos anos: “Desde 2 a 4 dólares hasta la década de 1990, que fueron saltando a 9 y 12 dólares por hectárea a finales de la década de 1990 para pasar ya 120 y hasta 150 dólares por hectárea a mediados de la década de 2000” (VÁZQUEZ, 2009, p. 8).

A construção da rodovia Transchaco representa um marco fundamental nessa produção territorial, pois permitiu a integração entre o sistema econômico produtivo e comercial com o resto do país. Cabe ressaltar que a rodovia já estava disponível antes da expansão econômica da pecuária, mas as condições internas do Chaco (falta de infra-estrutura e isolamento da população) não permitiam que a mesma fosse utilizada de forma intensiva como se faz nos dias atuais.

Entre os motivos que levaram a construção e efetivação da rodovia Transchaco, Vázquez (2006) menciona

La extrema necesidad de las colonias menonitas del Chaco Central de generar ingresos monetarios les obligó, a inicios de la década de 1950, a buscar acceso al mercado nacional, especialmente Asunción, para lo cual contaron con un gran apoyo financiero y político de los menonitas norteamericanos, quienes a través del Departamento de Estado de los Estados Unidos ofrecieron al Estado paraguayo la financiación de la construcción de la ruta Transchaco. Esta ruta ha sido crucial para el desarrollo de las colonias menonitas y de la actividad ganadera del Bajo Chaco, pues posibilitó el acceso a los mercados nacionales y, posteriormente, a los internacionales (VÁZQUEZ, 2006, p. 9).

Essa transformação espacial estimulou e permitiu a migração de habitantes de outras localidades do Paraguai para a região Ocidental fixando ali moradias, em função da busca por oportunidades de emprego nas fazendas de gado.

Algunos vienen de Asunción, Concepción, algunos vienen em busca de algun recurso para ganar dinero, así que la gente que tiene sua familia deja sua familia para salir a trabajar [...] Depende de la persona que procura no pasa dificultad, si tiene responsabilidad y es trabajador no tiene dificultad, porque hay algunos

*recursos. Aquí no hay empresas, solo hospital y policía, empresas no hay aca. Empleo poco hay, solo en ganaderia*⁵³

No início da década de 2000 surgiram duas vertentes econômicas da atividade pecuarista que se agregaram as já existentes no Chaco Central e transformaram o espaço chaquenho, produzindo novas territorialidades.

A primeira se situou na porção sul do Chaco, onde a pecuária hiper extensiva e tradicional se converteu em sistemas produtivos modernos, integrados e de qualidade. Vários moradores do Chaco passaram a trabalhar com a pecuária. *“Acá em Chaco hay várias comunidades, haciendas. La mayoría de las personas que viven acá mas o menos 70 % se dedican a la ganaderia”* (VIVIANA MARTINS, moradora do Chaco de Fuerte Olimpo. Entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010).

Nesse caso, a transformação familiar (filhos, avós e netos) foi determinante no acionamento dessas propriedades rurais que, em pouco tempo, se modernizaram, possibilitando uma integração mais dinâmica com os novos mercados, tanto nacionais como externos.

Essa transição foi possível graças à existência de bens de serviço, logística e técnicas disponíveis no próprio Chaco, provenientes das cooperativas do Chaco Central, que dispuseram de todo o sistema produtivo e técnico necessário para ativar as propriedades do Sul, especificamente as do Departamento de Presidente Hayes.

A Segunda vertente econômica está organizada, em grande parte, por fazendeiros brasileiros⁵⁴ e, em menor quantidade, por fazendeiros uruguaios e europeus, situados na fronteira com o Brasil, no departamento do Alto Paraguay, em nossa área de estudo.

Estes instalaram, em suas propriedades, um amplo sistema produtivo, com abertura de caminhos e pastagem para gado. Para tanto, contam com o apoio das cooperativas e das novas empresas privadas do setor de logísticas, estabelecidas no Chaco Central que entram em funcionamento e fazem o possível para instalarem e por em prática as novas unidades produtivas.

Portanto, esses investidores dispõem de recursos financeiros para incorporar as melhorias e tecnologias necessárias para aumentar a produção de carne bovina de modo acelerado.

⁵³ VITORIANO AVALOS PRETO, morador do Chaco – Fuerte Olimpo, Paraguay. Em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010.

⁵⁴ Segundo questionário aplicado aos moradores do Chaco de Fuerte Olimpo-PY, cerca de 90% dos fazendeiros são brasileiros.

A incorporação dessas vertentes econômicas exigiu o desmatamento de grandes áreas, muitas vezes realizadas por ordem de fazendeiros que, aproveitando-se da falta de fiscalização e regulamentação estatal, acabam por praticar tais atos.

Muchas veces es complicado porque nosotros dependemos de Concepción, acá no tenemos así una fiscalía de medio ambiente [...] El gobierno paraguayo hace muy poco o nada es lo que hacen [...] La mayoría de las personas que gobiernan el país no son chaqueños no conocen la realidad de las personas que vivimos en el Chaco, entonces su prioridad esta mas allá⁵⁵.

A maioria dos fazendeiros brasileiros que adquirem terras no Chaco é proveniente dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo e se dedicam a essa atividade econômica há muitos anos.

De acordo com Vázquez (2009), foi na década de 1990 que o primeiro grupo de brasileiros adquiriu terras e fixaram moradia no Chaco. O grupo não era numeroso, mas contribuiu para a expansão da pecuária na zona de fronteira entre o estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, e o Departamento do Alto Paraguay, no Paraguai.

A chegada do segundo grupo de brasileiros ao Chaco se inicia com a década de 2000. Ganhando força a partir de 2003, com a chegada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República no Brasil.

Esto generó inquietud entre los inversionistas brasileños, por lo que estos comenzaron a diversificar sus inversiones ante el temor de una reforma agraria con confiscación de tierras. Así, una vez más, el Chaco aparecía como un espacio refugio a los intereses y actores extranjeros⁵⁶. (VÁZQUEZ, 2009, p 9)

A implantação de fazendeiros aconteceu próxima a propriedades de fazendeiros paraguaios que passaram a vender parte ou a totalidade de suas terras para os brasileiros. Esses episódios induziram um processo lento de melhorias no sistema produtivo, convertendo, na maioria dos casos, a pecuária extensiva para a semi-intensiva ou intensiva. Assim, para o autor, esse fenômeno é resultado de um conjunto de fatores locais e de outros que vão além das fronteiras. Sobretudo, são ocorrências mundiais relacionados não somente a mercados, mas igualmente à crescente disponibilidade de serviços técnicos e científicos que qualificam a produção⁵⁷.

⁵⁵ Moradora e professora da escola pública primária do Chaco de Forte Olimpo-PY, ao falar da fiscalização do governo paraguaio diante dos delitos cometidos contra o meio ambiente no Chaco por fazendeiros brasileiros, em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010.

⁵⁶ Vázquez (2009) indica que logo após o fim do regime Apartheid sudafricano, várias “famílias brancas” se instalaram no Paraguai e no Chaco central pela mesma razão.

⁵⁷ Ver: VÁZQUEZ, Fabrício. Territorio y Población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay. ADEPO, 2006. Asunción.

A tabela 05 nos revela que os Departamentos da região oriental registram um quantitativo superior de criação de gado bovino, no entanto, os Departamentos da região ocidental passaram a registrar a partir da década de 1990 um crescimento modesto, porém contínuo.

Tabela 05- Existência de gado bovino por Departamento e variação. Período: 1991- 2003

	1991		2003
PARAGUAY	7.267.369	PARAGUAY	10.128.377
REGIÃO ORIENTAL	5.003.010	REGIÃO ORIENTAL	6.966.369
01. Concepción	510.968	01. Concepción	703.761
02. San Pedro	765.305	02. San Pedro	1.168.839
03. Cordillera	225.705	03. Cordillera	250.298
04. Guairá	170.852	04. Guairá	210.921
05. Caaguazú	422.832	05. Caaguazú	644.465
06. Caazapá	290.732	06. Caazapá	318.546
07. Itapúa	409.526	07. Itapúa	523.549
08. Misiones	419.816	08. Misiones	498.046
09. Paraguari	437.698	09. Paraguari	452.106
10. Alto Paraná	245.977	10. Alto Paraná	424.171
11. Central	75.176	11. Central	85.711
12. Ñeembucú	369.461	12. Ñeembucú	430.669
13. Amambay	422.812	13. Amambay	637.788
14. Canindeyú	236.150	14. Canindeyú	617.499
REGIÃO OCIDENTAL	2.388.725	REGIÃO OCIDENTAL	3.162.008
0,15. Pte. Hayes	1.730.594	15. Pte. Hayes	1.831.185
16. Alto Paraguay	208.633	16. Alto Paraguay	214.798
17. Boquerón	449.498	17. Boquerón	1.116.024

Fonte: Censo Agrícola de 1991 y Estimaciones del MAG de 2003 apud VÁZQUEZ, 2009, p.70. ADEPO, Asunción- PY.

* No ano de 1991 o Chaco estava dividido em cinco Departamentos, cujos dados foram agrupados segundo a divisão departamental do ano de 1992 e que corresponde aos três departamentos atuais.

Para completar o novo cenário das dinâmicas territoriais do Chaco, em meados de 2008, o governo argentino modifica a carga de impostos a empresas agrícolas, fazendo com que alguns grupos empresariais argentinos e internacionais do setor se agrupassem com o objetivo principal de se instalarem no Chaco, principalmente nas áreas mais isoladas, assegurando, assim, seus investimentos.

Estrangeiros holandeses e dinamarqueses também buscaram terras no território chaquenho para a instalação de futuras atividades, assim, em pleno processo da ativação econômica da pecuária, novas configuração de luta pela terra no Paraguai, especificamente na região Ocidental vão se produzindo, dessa vez, com agentes internacionais e não mais nacionais.

Portanto, há no Chaco um aumento de latifúndios, por meio de investidores internacionais que se aproveitam dos baixos valores das terras chaquenhãs. *“Una vez más, el*

Chaco parece vivir el karma territorial de la venta y especulación de sus tierras entre actores e intereses extranjeros” (VÁZQUEZ, 2006, p. 10).

A fig. 21 mostra o gado transitando no perímetro urbano da cidade de Fuerte Olimpo (Departamento do Alto Paraguay), no Chaco. A principal atividade econômica da cidade é a pecuária, sendo essa praticada predominante por brasileiros. Esses animais caminham livremente pela cidade, onde circulam moradores e estão localizados prédios públicos, como hospitais, escolas e prefeitura.

Figura 21 - Cidade de Fuerte Olimpo-PY



Autoria: COSTA. Lidiane Almeida. Novembro de 2010.

As vertentes econômicas que se configuraram no Chaco se articularam em torno das cooperativas e, em alguns casos, das propriedades privadas liderando as transformações econômicas desse território.

O cooperativismo⁵⁸, no Chaco, iniciou-se na década de 40 com um movimento agrícola bastante ativo e diversificado em suas ações. Essa organização possibilitou sua estabilização econômica e social no espaço chaquenho.

Ao mesmo tempo, e por várias razões, o movimento apresentava sinais de coesão para formar dois graus segundo entidades: “*Ucal, União das Cooperativas Agrícolas Ltd. Chaco e como uma federação de cooperativas, a Cooperativa Agrícola Ministro Le Breton; entidades*

⁵⁸ Aqui entende-se por cooperativismo um movimento econômico e social, entre pessoas, em que a cooperação baseia-se na participação dos associados, nas atividades econômicas (agropecuárias, industriais) com vistas a atingir o bem comum e promover uma reforma social dentro do capitalismo. Com base no Manual das cooperativas de Júlio César Zanluca, 2012.

que se aderiram em 1947” (REVISTA DE ESTUDIOS RURALES, MUNDO AGRÁRIO, n° 23, 2º. sem. 2011).

Vázquez (2009) nos revela que as cooperativas haviam funcionado até pouco tempo com instâncias de poder político e econômico de uma sociedade particular, os menonitas. Os descendentes de imigrantes canadenses e russos professavam a fé menonita⁵⁹ e, para tanto, repetiam no território chaquenho um padrão cultural e organizacional próprio de suas experiências adquiridas em seus países de origem.

Na última década, as cooperativas do Chaco deixaram de concentrar a totalidade do poder econômico e político do território. Fenômeno explicado pela vinculação e transição da atividade pecuarista para a produção de leite. Assim, as cooperativas, que antes dispunham de pacotes tecnológicos adaptados a sócios, passaram a perder força. “*Las ayudas productivas a los socios que se dedicaban a la ganadería para la producción de leche eran muy inferiores a las necesidades de los socios que se disponían a criar ganado orientado a la producción de carne*” (VÁZQUEZ, 2009, p. 10).

Conseqüentemente, as terras passaram a ter um alto custo, somado à preparação logística e à construção de esgrima, aterros e também instalações rurais que fizeram com que as cooperativas perdessem força econômica, não sendo mais utilizadas com tanta intensidade pelos próprios parceiros, que começaram a fazer investimentos fora da operação tradicional. Para Vázquez (2009)

Esta es una ruptura importante del esquema relativamente tradicional de los descendientes, ya paraguayos, de los primeros colonos canadienses y rusos, pudiendo denominarse como la aparición de una nueva lógica económica que ya no dependía necesariamente del sistema tradicional, sino que podía nutrirse, por ejemplo financieramente, de otras fuentes, los bancos asuncenos que ya comenzaban a interesarse en el dinamismo del Chaco central (VÁZQUEZ, 2009, p. 10)

O Chaco Central, no que se refere à atividade pecuarista, funciona como referência de conhecimento e logística para as demais áreas do Chaco, sendo, portanto, um suporte facilitador e catalisador entre ambas, especialmente nos Departamentos de Presidente Hayes e Alto Paraguay. Além disso, esse sistema de produção regional está relacionado com os sistemas de produção da região Oriental por meio de duas pontes sobre o rio Paraguai, que ligam as cidades de Concepción e Assunção.

⁵⁹ Sobre os Menonitas, ver capítulo I deste trabalho.

Figura 22- Ponte sobre o rio Paraguay em Concepción



Fonte: Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/60990913>.

Assim, de acordo com Vázquez, grande parte dessa dinâmica econômica e territorial está sustentada pelo novo contexto regional e mundial, especialmente das novas demandas globais de alimentos, em específico a carne. Portanto, o Paraguai vem se consolidando como país exportador de carne ao exterior, baseado na qualidade de seus produtos, gerando novas oportunidades produtivas que incentivam a expansão da fronteira agrícola.

Os principais países compradores da carne bovina paraguaia são “Rússia, Líbano e Chile” (DGEEC RURAL, 2002). Desse modo, nacionalmente, o rebanho bovino cresceu. No entanto, os avanços no saneamento, genética, gestão e industrialização não acompanharam esse aumento de rentabilidade e estão possibilitando a instalação de novas unidades produtivas ou a intensificação das já existentes.

Para Vázquez (2009), mais importante que o crescimento do rebanho bovino é o salto qualitativo experimentado pelos produtores, assim como o aumento da carga animal por unidade de área⁶⁰.

A transição da agricultura para a pecuária e da pecuária extensiva para a intensiva, são elementos que transformam o Chaco em diversas áreas denominadas de “diferenciadas e especializadas⁶¹”.

Sendo assim, a pecuária do Chaco se consolida economicamente no contexto nacional e regional, sendo os estabelecimentos de Concepción, São Pedro e Misiones os responsáveis

⁶⁰ VÁZQUEZ, 2009, p. 11. Tradução nossa. Fevereiro de 2012.

⁶¹ De acordo com estudos realizados pela ADEPO (Associação Paraguaia de Estudos de População), 2006.

pela rentabilidade dessa atividade. Essa complementação e conexão entre os diferentes agentes e modelos produtivos, proporcionaram o surgimento de muitos territórios com territorialidades distintas.

A pecuária ganha relevância nesse território, pois as territorialidades oriundas dessa atividade têm gerado novas configurações espaciais, mudando o ritmo de vida e as pessoas que habitam nesse local. Podemos citar, como exemplo de novas territorialidades, o fenômeno da migração entre as cidades do Chaco Central, como Loma Plata e Filadélfia.

A migração de paraguaios para essas cidades proporcionou sua expansão territorial, bem como a diversificação dos bens de serviços. Outro elemento transformador do espaço chaquenho é a forte influência da propriedade privada da terra, somada a questões ambientais, que estão sob o comando de cooperações internacionais e ONGs nacionais e, por último, pelo Estado. Sobre os problemas ambientais do Chaco, Pasig destaca:

En todo el Chaco se observa un proceso generalizado y de creciente desertificación, resultado de la sobreexplotación de los recursos naturales, y más específicamente de la deforestación y sobrepastoreo, caza y pesca excesiva, expansión de la agricultura en tierras marginales, erosión generalizada y salinización de suelos por mal uso de la irrigación⁶² (PASIG, 2005, p. 5).

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM), a criação de áreas naturais protegidas com distintas categorias de manejo, iniciou-se somente no final da década de 1990. No entanto, trata-se mais de um voluntarismo do que de políticas específicas e práticas eficientes. Isso ocorre porque várias das áreas protegidas são, na realidade, propriedades privadas, gerando confusão na gestão das mesmas.

2.4 Unidades de Conservação: algumas considerações geográficas

No Brasil, a criação de áreas protegidas tem sido uma das alternativas encontradas para a proteção da fauna silvestre, flora e demais elementos da natureza. Apesar de alguns historiadores afirmarem a existência dessa preocupação desde a Antiguidade, só no ano de 1872 foi criada a primeira área protegida por lei do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos.

⁶² Trecho integrante do Programa de estudos Caso de Estudio Unesco/OEA ISARM, Américas Sistema Acuífero Yrenda-Tobarijeño/ Paraguay- Argentina e Bolivia. (PASIG, 2005. p. 5).

De acordo com Nacaratti (2008) o Parque Nacional de Itatiaia nas montanhas da Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro foi a primeira unidade de conservação a ser criada no ano de 1937. O avanço do conhecimento sobre a biodiversidade e os movimentos ambientalistas da segunda metade do século XX fez os dirigentes brasileiros perceberem a necessidade de utilização de vários tipos de unidade de conservação.

Por isso, o governo federal “criou em 2000 uma lei denominada Sistema Nacional de Unidades de Conservação e conhecida como SNUC” (NACARATTI, 2008, p. 2). Essa lei apresenta a definição de todos os tipos de unidades de conservação que poderão ser criadas no Brasil.

Atualmente, o Ministério do Meio Ambiente – MMA afirma existirem no Brasil 478 unidades de conservação de proteção integral, 436 áreas de uso sustentável. Existe ainda outro tipo de área protegida que por sua grande importância não podem ser esquecida: “as reservas indígenas, que colaboram com a conservação da biodiversidade devido à sua grande extensão” (NACARATTI, 2008, p. 2).

As áreas selecionadas para ser uma unidade de conservação em geral possuem atributos naturais de destaque como: a beleza cênica; o abrigo para espécies símbolo que despertem o interesse do público em geral; a grande riqueza de espécies; ou ainda, para proteger espécies raras ou ameaçadas de extinção. Esses atributos são estudados e avaliados por técnicos especializados que definir os critérios para definir planos de manejo e de controle da ocupação das áreas próximas a elas.

Pelas leis brasileiras, todos os níveis de governo - federal, estadual e municipal - podem criar e manejar unidades de conservação. No estado de Mato Grosso do Sul essa responsabilidade é da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA. Já na cidade de Porto Murtinho, esse cargo é da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que é a encarregada de cuidar das unidades de conservação e demais áreas protegidas.

As unidades de conservação municipais protegem ecossistemas relevantes, rios e nascentes importantes, elementos de valor histórico, cultural ou antropológico ou ainda grande paisagística para a cidade.

Desse modo, no Paraguai as terras chaquenhãs ou as áreas naturais protegidas se valorizam por abrigar grande biodiversidade ecológica. Elas também se convertem em agentes valorizadores do território: “*una valorización sutil y hasta mágica, que consiste en el descubrimiento de sus valores “pasivos” o de conservación frente al modelo agrícola y ganadero que consume mucho espacio y recursos*” (VÁZQUEZ, 2009, p. 13).

A tabela 06 ilustra as áreas protegidas na região ocidental do Paraguai (Chaco) e a tabela 07 demonstra as áreas protegidas com superfícies úmidas (equivalentes a Pântanos no Brasil).

Tabela 06 – Áreas protegidas na região ocidental do Paraguay (Chaco)

NOME	DECRETO	SUPERFÍCIE
Parque Nacional Defensores del Chaco	Decreto Nº 16.806/75	720.000 ha
Parque Nacional Agripino Enciso	Decreto Nº 15.936/80	40.000 ha
Reserva de Recursos Manejados Tinfunquen	Decreto Nº 18.205/66	280.000 ha
Reserva de Biosfera del Chaco	Decreto Nº 13.202/01	4.707.250 ha
Reserva para Parque Nacional Río Negro	Decreto 13.202/01	281.630 ha
Reserva Natural Cerro Cabrera – Timane	Decreto 13.202/01	502.520 ha
Monumento Nacional Cerro Chovoreca	Decreto 13.202/01	247.150 ha
Parque Nacional Medanos del Chaco	Decreto 13.202/01	597.500 ha

Fonte: Caso de Estudio: UNESCO/OEA ISARM Américas SISTEMA ACUÍFERO YRENDA-TOBA-TARIJEÑO PARAGUAY-ARGENTINA-BOLIVIA (PASIG, 2005, p. 38).

Tabela 07 – Áreas úmidas protegidas (Chaco)

NOME	DEPARTAMENTO	SUPERFÍCIE
Rio Negro	Alto Paraguay	370.000 ha
Tinfunque	Pres. Hayes	280.000 ha
Laguna Rojas Silva	Pres. Hayes	12.000 ha
Chaco Lodge	Boquerón	2.500 ha

Fonte: Caso de Estudio: UNESCO/OEA ISARM Américas SISTEMA ACUÍFERO YRENDA-TOBA-TARIJEÑO PARAGUAY-ARGENTINA-BOLIVIA (PASIG, 2005, p. 38).

A título de comparação com o Paraguai podemos notar que no Brasil de acordo com Batarce (2010) as primeiras manifestações de defesa das áreas naturais com belezas cênicas, acontecem na mesma década da criação do primeiro Parque Nacional, Yellowstone nos Estados Unidos no final do século XIX. É de conhecimento corrente a importância do meio ambiente para a sobrevivência da humanidade. Nesse sentido o homem busca o retorno a natureza e é nessa perspectiva que surgem os Parques Nacionais⁶³.

Os Parques Nacionais e categorias similares no Brasil são, segundo Batarce, “áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, devendo

⁶³ BATARCE, 2010, p. 1

possuir atrações significativas para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental” (BATARCE, 2010, p. 02).

A autora menciona que em setembro de 1944, pelo decreto n ° 16.677 atribuiu-se à competência do Serviço Florestal, criado em 1921, o encargo de:

[...] orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os Parques Nacionais, da mesma forma como se estabeleceram nos objetivos dos Parques Nacionais: conservar para fins científicos, educativos, estéticos e recreativos as áreas sob sua jurisdição; promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbários regionais (BATARCE, 2010, p. 02).

Em 1979, instituiu-se o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, seguindo as recomendações da reunião realizada em Nova Déli, em 1969. Sendo assim, os Parques Nacionais surgiram com o Decreto 84.017 de 21/09/1979 que diz:

São reconhecidos como Parques Nacionais, áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo. Os Parques Nacionais destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos; criados e administrados pelo Governo Federal constituem bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis. O objetivo principal do reconhecimento de um Parque Nacional reside na preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem (BATARCE, 2010, p. 04).

Os Parques Nacionais pertencem ao grupo de Unidades de Conservação de proteção integral, com o objetivo de preservar integralmente áreas naturais que possuem importantes características ecológicas, culturais, educativas e recreativas, que possuem beleza cênica, já que são fundamentais para o estudo científico.

As unidades de conservação são áreas criadas com o objetivo de conservar a biodiversidade existente nos diferentes ecossistemas do país. Essa iniciativa representa uma das melhores estratégias de proteção aos atributos e patrimônio naturais. “Nessas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade” (Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, 2004).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído em 18 de julho de 2000, por meio da Lei N° 9.985, está se consolidando de modo a ordenar as áreas protegidas, nos níveis federal, estadual e municipal. As unidades de conservação, de acordo com o SNUC, organizam-se em duas: Proteção Integral e Uso Sustentado⁶⁴.

⁶⁴ Com dados obtidos por meio do *site* Pantanal News. Publicação de 09/08/2008

A primeira tem como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, dividindo-se nas seguintes categorias: estação ecológica; reserva biológica; monumento natural; parque nacional, estadual ou municipal.

A segunda tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais, dividindo-se em: área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta nacional; reserva extrativista; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável; reserva particular do patrimônio natural.

Os objetivos do SNUC⁶⁵, de modo geral, são:

contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos hídricos; proteger as espécies ameaçadas de extinção; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; promover a educação ambiental, o contato com a natureza e o turismo ecológico, além de proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (PANTANAL NEWS, 09/08/2008).

Segundo Diegues (2001, p. 118, *apud* Batarce, 2010, p. 05), o SNUC é um “sistema fechado” isolado da realidade do espaço total brasileiro, que tem sido amplamente degradado e “mal desenvolvido” há décadas. Pois as Unidades de Conservação ainda são olhadas como ilhas de isolamento que não mantêm contato com as populações locais, não têm contato com o seu entorno. Não são considerados os aspectos sociais na implantação de qualquer Unidade e o processo de fiscalização de áreas que normalmente abrangem milhares de hectares não é uma tarefa fácil, por isso é um sistema fechado isolado da realidade. Portanto, conservado porque não rompe com a idéia de natureza separada da sociedade e “isola” áreas ditas naturais.

Em diálogo com o exposto, no ano de 1998 o então gerente de unidade de conservação do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), Leonardo Tostes Palma, explica que o estado de Mato Grosso do Sul conta com onze unidades de conservação de âmbito estadual e três parques nacionais, sendo que dois dos parques nacionais abrangem território sul-mato-grossense e de outros estados.

No Pantanal Mato-grossense foi criada a Unidade de Conservação denominada de Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro, com localização nos municípios de Aquidauna e Corumbá.

65 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, instaura-se como LEI Nº 9.985, de 18 de JULHO DE 2000. A legislação regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VI da Constituição Federal.

As pessoas precisam valorizar essas áreas e aprender a lidar com elas: Não adianta isolar uma área e não visitá-la. É importante conhecer e vivenciar tais áreas, conhecer a fauna e a flora para entender a necessidade da preservação do meio ambiente⁶⁶.

Em Mato Grosso do Sul nem todas as unidades estão abertas à visitação pública, restringindo-se apenas a pesquisadores e fiscais ambientais.

Porém em breve será publicado os planos de manejo das zonas de amortecimento de mais três unidades, assim, em breve a população poderá visitá-las, além do Parque Estadual do Prosa, que já é aberto à visitação⁶⁷.

Leonardo Palma recomenda que a população abrace a causa ambiental:

É preciso proteger o meio ambiente dentro e fora das cidades, denunciar maus tratos e tráfico de animais silvestres, poluição de rios, não jogar lixo nas ruas e rodovias. Dessa forma nosso mundo será bem melhor.

Buscando uma análise sobre as Unidades de Conservação e como estas influenciam na produção e consumo do espaço pantaneiro e chaquenho, entendemos que a implantação de Unidades baseadas no modelo de fragmentação do território que considera a natureza separada da sociedade, “promove o distanciamento do habitante das áreas escolhidas da proposta de valorização da natureza como bem a ser conservado” (MORETTI, 2011, p. 11).

Desse modo, o distanciamento das ações de conservação, definidas como moralmente corretas no mundo moderno, como repassar a responsabilidade de conservar os elementos da natureza para a sociedade, são permissões que devem ser repensadas, pois as teorias que fundamentam a idéia de áreas protegidas estão alicerçadas em bases epistêmicas que pressupõem a dicotomia homem x meio, construindo um olhar disjuntivo das relações entre sociedade e natureza.

Moretti (2007) ressalta que na sociedade ocidental a relação sociedade - natureza, é vista como algo que ocorre entre coisas desiguais, de um lado temos o “homem, ser superior, que contém em si a dicotomia mente-matéria, e do outro lado esta a natureza” (MORETTI, 2007, p. 22).

Para o autor com o advento da sociedade industrial baseada no capitalismo cristaliza-se “A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza” (GONÇALVES, 1989, p. 34, *apud* MORETTI, 2007, p. 22).

⁶⁶ Leonardo Tostes Palma, em entrevista concedida ao *site* Pantanal News no dia 09/08/2008

⁶⁷ Leonardo Tostes Palma, em entrevista concedida ao *site* Pantanal News no dia 09/08/2008

De acordo com Gonçalves (1989) a ciência moderna também foi acometida pela concepção de homem e natureza, cujo indivíduo era o referencial. Nas Ciências ditas Naturais como a Física, o átomo; na Biologia, o organismo, a célula. Nas ciências Sociais, o indivíduo era indivisível, um elemento reinante.

No início do século XX, já não se concebe o átomo como uma unidade indivisível, mas “como um sistema constituído de partículas que se interagem mutuamente” (OLIVEIRA, 2002, sem paginação).

Na medida em que foi se desenvolvendo o estudo dos hábitos dos animais, ficou mais difícil compreender a evolução da vida das espécies animais tendo como referência apenas o comportamento de um indivíduo estudado em laboratório. Daí o reconhecimento de que a convivência social já se fazia presente no que denominávamos de natureza.

Gonçalves chama atenção para isso quando faz referência àqueles que afirmam que "o homem é um ser social". Segundo ele, os animais também vivem socialmente e que essa não é uma característica apenas do homem, portanto não podemos separar o homem da natureza por meio dessa afirmação.

Assim, na opinião de Gonçalves, estamos longe da concepção atomístico-individualista, visto que:

A reprodução da sociedade capitalista pressupõe a existência de meios materiais para que o ciclo produtivo se efetue, e também para que haja a reprodução das classes sociais; que existam sempre pessoas desprovidas desses meios materiais e necessitando se submeter aos detentores do capital. (GONÇALVES, 1989 *apud* OLIVEIRA, 2002, sem paginação).

Se nessa sociedade não há uma lei objetiva que governe essa luta que define a reprodução das relações sociais, então, "não tem sentido continuarmos pensando a partir do indivíduo, pois a sociedade humana não é uma soma de indivíduos" (GONÇALVES, 1989, p 48). Portanto, muitas vezes a criação de Unidades de Conservação acaba gerando uma série de outros problemas, visto que na maioria dos casos suas políticas de planejamento e gestão preveem uma série de restrições e até mesmo a retirada dos habitantes presentes na área.

Gonçalves nos instiga a pensarmos a natureza a partir de duas vertentes ocidentais: a visão antropocêntrica que concebe a natureza como algo onde se manifesta a hostilidade, a luta, onde prevalece a "lei da selva", que precisa de leis e de um Estado para estabelecer a ordem. E a naturalista, que vê a natureza como algo harmonioso e bondoso, mas que ao criticar a primeira vertente se depara com o mesmo ponto de vista, ou seja, os homens destróem a natureza, trazendo à tona a dicotomia sociedade-natureza, homem-natureza.

Em Forte Olimpo, no Chaco, essa dicotomia persiste, seguindo uma lógica capitalista que segundo Moretti (2011) são compreendidas como alternativa ao modelo de desenvolvimento centrado na propriedade privada da terra e uso dos elementos da natureza enquanto mercadoria:

Acá no, hacia la estancia y lastimosamente son los brasileiros que vienen a comprar y destruyen la naturaleza [...] Si La mayoría son brasileiros que destruyen la naturaleza [...] yo creo porque ellos allá en Brasil no pueden hacer lo que hacen acá, por eso siempre hay un choque de nacionalidades, porque los brasileños pueden entrar sin ningún problema al Paraguay, venir a comprar, hacer lo que quieren porque ellos tienen la plata. Y nosotros si estamos enfermos por ejemplo no podemos ir a Porto Murtinho al hospital porque no nos atienden. Por eso yo digo, nosotros si nos vamos al Brasil intentamos aprender hablar el portugués pero los brasileños no quieren hablar el español, el guaraní, por eso te estoy hablando en español porque yo hablo portugués, pero no voy a matar mi cultura⁶⁸.

No processo de apropriação e de transformação dos recursos pelo homem, por meio do trabalho, ocorre o processo de socialização da natureza. O trabalho torna-se então, o mediador universal na relação do homem com a natureza. “O trabalho é, num primeiro momento, um processo entre a natureza e o homem, processo em que esse realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza” (Marx, 1967 p. 188 *apud* OLIVEIRA, 2002, sem paginação).

Partindo desse pressuposto, a separação do homem de suas condições naturais de existência não é "natural", mas histórica, tendo em vista que a prática humana encontra-se vinculada a sua história, como é o caso dos moradores da cidade de Forte Olimpo, que passaram a conviver com a presença de brasileiros em determinado momento histórico de transformação territorial e política do Paraguai, re(estruturando) assim, seus costumes, culturas e territorialidades, fazendo com que estes passassem a negar o outro, no caso os brasileiros:

Los brasileros son los dueños de las haciendas [...] E algunas veces no hay trabajo acá, entonces tienes que buscas otras formas de trabajar.... Trabajar para los brasileros es una opción... las estancias se producen ganado [...] Las personas que viven acá no tienen estudio, ahora hay lugar para estudiar pero es caro, entonces tienes que trabajar para mandar a estudiar a sus hijos. El gobierno solo ayuda cuando hay política. No es como en Brasil que los ancianos tienen su sueldo acá no hay⁶⁹.

Entendemos essa negação do outro como sendo uma ‘alteridade’, haja vista que a cidade chaquenha de Forte Olimpo localiza-se em uma área de fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul, com proximidades com a cidade de Porto Murtinho. Concebemos que a

⁶⁸ Moradora do Chaco de Forte Olimpo. Em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010.

⁶⁹ Entrevista concedida a esta autora em trabalho de campo realizado em Forte Olimpo-PY, em 17 de novembro de 2010.

fronteira é uma construção humana e na medida em que inventamos fronteira, “identificamos o outro, a alteridade, assim elas surgem com o intuito de se sobrepor, de dominar territórios redefinindo-os constantemente” (COSTA, 2010, p. 5).

2.5 A Fronteira chaquenha e seus desdobramentos territoriais

O pensador Ratzel⁷⁰ escreve: “A fronteira é constituída pelos inúmeros pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar”. A fronteira pode ter vários sentidos, mas que na verdade, se resumem em distinguir uma coisa da outra. Para Ratzel, fronteira ainda teria um sentido mais “geográfico”, o qual não faz referência a uma zona de contato entre dois grupos, mas ao processo de colonização de áreas supostamente vazias. Isso é, se existir área vazia.

Costa (2010) enfatiza que é importante destacar que as fronteiras existentes na natureza estão presentes tanto no mundo orgânico quanto no inorgânico, que reside no movimento que é próprio de cada ser e não precisa ser uma zona de paragem demorada, pelo contrário, “uma paragem momentânea frente à falta de condições vitais necessárias à continuação do movimento ou então, frente à resistência de outro movimento no sentido oposto” (MARTIN, 1994, p. 14 *apud* COSTA, 2010, p.5) Assim, a fronteira avança se existirem condições vitais favoráveis ou se o movimento do sentido oposto enfraquecer.

Para Martins, 1997:

[...] **a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade.** É isso o que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (MARTINS, 1997, p. 150/1)

Desse modo, a fronteira é um território de invenção do outro, onde o indivíduo procura se reconhecer frente à alteridade, como é o caso dos paraguaios moradores da cidade de Fuerte Olimpo frente aos brasileiros.

⁷⁰ RATZEL, F. *Géographie politique*. Paris: Economica, 1988. 385 p.

Essas pessoas estão instituídas em um “entre - lugar⁷¹”, uma zona de transição entre os diferentes que estão a negociar uma identidade. Assim, esse ambiente fronteiriço tem contribuição importante na constituição de identidades, é nele que os diferentes se encontram, sendo, portanto, o lugar da alteridade.

Essa alteridade vivenciada pelos paraguaios e designadamente no Chaco (Fuerte Olimpo - Alto Paraguay) é decorrente de um processo histórico e cultural de uma economia vinculada ao setor primário. Pressupomos que ela pode ser reconstruída/reinventada conforme as circunstâncias temporais e espaciais. Em entrevista realizada em agosto de 2010, o entrevistado explica as diferentes maneiras de identificar o “outro”.

Claro son todos mirados distintos lo termo brasiguayo surgiu de um deputado brasileño si en Mundo Novo, el brasiguayo es aquello que fracasó. Sí eres aquello que veo al Paraguay y tuve que volver. En Paraguay Brasiguayo es el Brasileño que estón en Paraguay. Entonces temos dos visiones diferentes, sin tampoco, no sea mucho el brasiguayo se habla el portugués, si se habla el portugués pero em território mundial todos altos han tenido como em los fronteras y em Chaco tambien pero nada específico nada marcante⁷².

Desse modo, o processo de reconstrução de identidades não segue um caminho linear: “trata-se de um processo eivado de contradições e ambiguidades, os símbolos envolvidos nem sempre tendo a mesma eficácia” (MACHADO *et al*, 2005, p. 93). Essas contradições e ambiguidades podem ser explicadas pelo contexto histórico do território fronteiriço.

Desde sua formação como colônia espanhola a exportação de produtos primários do Paraguai para as metrópoles foi importante, já que o país não possuía recursos minerais a serem explorados.

Como pudemos notar no capítulo 1, depois de sua Independência, seguiram-se governos que impediram a expansão do pensamento liberal nascente na metade do século XIX. Contudo se criaria uma guerra (1864-1870) que aniquilaria (emergente) condição de independência política e socioeconômica do Paraguai.

Assim, depois de alcançar um desenvolvimento adequado, “o país submerge em um processo de "latifundização" de suas terras aliado a uma notável dependência socioeconômica internacional”. (Figueredo Filippi, 2005, p.16. grifos do autor).

A incorporação dos produtores brasileiros (agricultores modernos) a partir dos anos 1960 é um fator de importância na produção agropecuária do Paraguai. O avanço de uma

⁷¹ COSTA, 2010, p.12 esclarece que o “entre- lugar” caracterizaria um lugar diverso, um lugar de passagem entre uma coisa e outra, uma “zona de transição”, onde não se reconhece a pureza de um ou de outro, mas um “hibridismo” dos dois, seria, portanto, um “terceiro lugar”, um “entre-lugar”.

⁷² FABRICIO VAZQUEZ, ao falar sobre alteridade na fronteira, citando o caso dos *Brasiguaios*. Entrevista realizada em Agosto de 2010. Assunção/PY.

frente pioneira brasileira, baseada na agricultura mecanizada, estimulada pela oferta de terras, a agroexportação e a legislação do Paraguai, determinou verdadeiros “territórios brasileiros na região oriental, principalmente nos departamentos limítrofes com o Brasil, mudando profundamente as relações fundiárias, socioeconômicas e as paisagens tradicionais do Paraguai”. (FIGUEREDO & FILIPPI, 2005, p.16). No que se refere à frente pioneira, julgamos ser importante elucidar nossa concepção sobre a mesma.

De acordo com Martins (1996) ‘frentes pioneiras’ aqui mencionadas são modos de ver a fronteira e compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais.

A frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas⁷³.

No Brasil, era (e é) necessário distinguir, no interior das fronteiras políticas do país, a fronteira demográfica e a fronteira econômica, essa nem sempre coincidindo com aquela, geralmente aquém dela.

De acordo com Cunha (1974) *apud* Martins (1996, p. 04) a distinção entre fronteiras políticas e fronteiras econômicas estava presente no discurso geopolítico do Estado Novo, que justificava a “Marcha para Oeste”. Isto é, a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território.

Conseqüentemente, nesse trabalho, tratamos de fronteira econômica, pois a “racionalidade econômica e a constituição formal e institucional das mediações políticas estão visivelmente presentes”. (MARTINS, 1996, p. 28). É importante frisar também a importância da agricultura moderna no Paraguai que produz excedentes para exportação (com estímulo do Estado) para a obtenção de divisas internacionais.

Acrescenta-se a isso os estímulos por parte de agentes públicos e privados para a expansão e o melhoramento da área cultivada da soja, mediante a incorporação de progressos técnicos (variedades melhoradas e o plantio direto), sem esquecer as condições agro-ambientais que determinaram o êxito relativo do cultivo.

Para Figueredo & Filippi (2005) nos últimos anos pode-se afirmar que graças à soja o Paraguai tem-se inserido nos mercados derivados do processo de globalização. Porém, com

⁷³ MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

essas vantagens e com tendência de expansão em zonas de agricultura tradicional, a evolução do cultivo da soja produziu impactos profundos no equilíbrio dos ecossistemas (desmatamento) assim como a pecuária. Adiciona-se ao fator ambiental a tendência à concentração fundiária e a crescente dependência econômica produzida por uma única cultura agrícola.

A reivindicação do acesso a terra pelos agricultores do Paraguai, com ocupações de grandes propriedades (na maioria estrangeiros, produtores de soja) em algumas áreas do país (San Pedro e Caaguazu), talvez seja o exemplo latente de não aceitação linear do modelo de expansão agrícola e pecuário que o país empreendeu. De acordo com Figueredo & Filippi, 2005

Certamente o Paraguai tem na soja seu principal aliado em sua inserção nos mercados globais. Salienta-se que os benefícios socioeconômicos de sua produção deveriam ter uma melhor distribuição social, e que o meio ambiente fosse contemplado por medidas paliativas e/ou compensatórias devido à expansão territorial da oleaginosa. Talvez em um futuro não longínquo a soja possa ser considerada o novo “Eldorado” do Paraguai, não somente do agronegócio, mas que ela possa alavancar uma certa equidade social, econômica e ambiental por meio dos benefícios gerados por sua comercialização (FIGUEREDO & FILIPPI, 2005, p.19. grifos do autor).

Desse modo entendemos que hoje, o Paraguai se acha confrontado a sua nova posição no contexto socioeconômico, decorrente de sua inserção internacional, sobretudo via os canais comerciais abertos pelo Mercosul⁷⁴, onde a agricultura e a pecuária segue sendo seus principais setores de integração.

De acordo com estudos realizados sobre a economia do Paraguai, em 2010 o país “está experimentando a maior expansão econômica da região e a mais alta da América Latina, com uma perspectiva histórica de crescimento do PIB de 9% para o final do ano”. (MERCOPRESS. South Atlantic Agency. Montevideo. Agosto de 2010). Só no primeiro semestre de 2010, o país teve um crescimento econômico de 14% (ABC DIGITAL. Paraguay. Setembro de 2010⁷⁵).

Portanto, o Chaco já não pode mais ser considerado como um espaço hiper periférico, situação essa que caracterizou a estrutura territorial do Paraguai até o final do século XX. Hoje ao contrário, o espaço chaquenho é um território ativo, ocupado e explorado por atores socioeconômicos diversos que se complementam entre si, incumbido na pecuária, atividade

⁷⁴ O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 26/03/1991 com a assinatura do Tratado de Assunção no Paraguai. Os membros deste bloco econômico do América do Sul são os seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e Venezuela com ingresso em 2012.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.abc.com.py>

econômica de amplitude nacional, no entanto, é possível verificar que no Chaco ainda existem problemas sociais, econômicos e ambientais⁷⁶.

As transformações territoriais ocorridas no espaço chaquenho podem ser consideradas “como de desarrollo económico fulgurante, pero nunca sin conflictos sociales y económicos entre los actores” (VÁZQUEZ, 2009, p. 30).

Para o autor, os conflitos existentes são características integrantes de todos os territórios, com ou sem variação, no entanto, o que se deve frisar é que o Chaco está passando por uma transformação econômica que permite sua integração com os mercados nacionais e internacionais, interligando os processos locais e globais.

Em se tratando de configuração territorial nos propomos a pensar que o território chaquenho evidencia-se diversas abordagens, que no dizer de Santos (1997) a “configuração territorial é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; seja qual for o país e o estágio de seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada”. (SANTOS, 1997, *apud* ROCHA, 2011, p. 35).

Nesse sentido, a produção do espaço é aqui entendida pela distribuição de atividades que segundo Santos (2004) resulta na totalidade dos recursos, e por sua vez, na divisão territorial do trabalho. Essa divisão é materializada na formação socioespacial antes citada da sociedade chaquenha.

A transição do sistema produtivo de pecuária leiteira para a pecuária é o motor que move essa transformação e produção territorial. Assim, as mudanças no mapa administrativo determinam uma melhor adaptação a atual conjuntura do Chaco, sendo o mesmo mais socioeconômico do que ambiental.

Para Vázquez, a apropriação e consumo das terras chaquenhas são elementos importantes dessa nova configuração espacial.

La tierra, como elemento distintivo tradicional del Chaco, especialmente por su gran disponibilidad y precios bajos, sigue siendo uno de los vectores que explican las transformaciones estudiadas, pero adquiere la característica territorial para integrar nuevas dimensiones (VÁZQUEZ, 2009, p. 30).

Essa apropriação explica com maior profundidade e precisão as transformações sociais, produtivas e políticas. Outro elemento de mudança é o retorno do Estado às novas unidades políticas administrativas, consideradas ausentes até o momento.

Em 1901 se encontram instalados na Região Ocidental os destacamentos militares de Bahia Negra e Fuerte Olimpo, assim como Vilas e Portos Taninos do Alto Paraguay. A

⁷⁶ De acordo com VAZQUEZ, 2009, p. 30. Tradução nossa. Fevereiro de 2012.

primeira lei de divisão territorial da República do Paraguai de 1906 dispôs a divisão territorial do Paraguai em duas regiões (Ocidental e Oriental) está última fracionada sobre o comando militar dependentes do Ministério da Guerra e Marinha.

Com a disposição ordenadora do território de 1945, esse espaço passou a ter três Departamentos na Região Ocidental, entre eles Olimpo, com distrito de Fuerte Olimpo. Logo a Lei de Divisão Política de 7 de dezembro de 1973, deixou sem efeito a divisão regional e a forma de dependência militar no território chaquenho, fragmentando-o em cinco Departamentos: Presidente Hayes, Alto Paraguay, Chaco, Nova Assunção e Boquerón.

A lei mais recente nº 71, de 1992 resolveu associar o Departamento Chaco ao Alto Paraguay, do qual voltou a sua forma original de 1945 passando o município de Fuerte Olimpo a ser a capital departamental do Alto Paraguay. Essa organização administrativa persiste até hoje.

A Constituição Nacional estabeleceu a estrutura política das unidades administrativas por meio do Art.156º

A los efectos de la estructuración política y administrativa del Estado, el territorio nacional se divide en departamentos, municipios y distritos, los cuales, dentro de los límites de esta Constitución y de las leyes, gozan de autonomía política, administrativa y normativa para la gestión de sus intereses y de autarquía en la recaudación e inversión de sus recursos (PARAGUAY, 2006, p. 5. Projeto de Ordenamento Territorial, aspectos jurídicos).

A criação dessas unidades proporcionou, para o Chaco, uma série de demandas sociais, políticas, econômicas e regionais, pois a Constituição paraguaia atribuiu responsabilidades diferenciadas para cada governo. Entre as quais destacamos o artigo 163 da mencionada Constituição que expressa à competência do governo departamental:

- 1- Coordenar as atividades municipais (das cidades) em cooperação com os Departamentos, tais como: obras públicas, provisão de energia e água potável e outras necessidades comuns aos municípios.
- 2- Elaboração de Plano de Desenvolvimento Departamental, do qual deverá seguir as premissas do Plano Nacional de Desenvolvimento do Paraguai, assim como a sua elaboração que necessitará seguir os pressupostos Gerais da Nação;
- 3- Coordenar as atividades departamentais com as do Governo Central;
- 4- Integrar os conselhos de Desenvolvimento Departamental;
- 5- As demais Atribuições deverão ser baseadas nessa Constituição que determinam as leis paraguaias.

Assim, a partir de tais atributos os municípios passaram a manter diálogos em nível de cooperação com os governos departamentais. Tal fato proporcionou uma melhor integração entre Governo Departamental e Nacional, resultando na aplicabilidade e melhorias das políticas públicas.

O Estado passa então a elaborar e executar projetos e programas que visam o desenvolvimento das regiões paraguaias, inserido na mesma lógica de desenvolvimento regional aplicada no Brasil.

A redução das desigualdades regionais é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como descrito na Constituição de 1988. O Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva reiterou a determinação constitucional adotando a redução das desigualdades como um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento do País.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é expressão da prioridade efetiva do tema. Como uma política de Estado, a PNDR vem sendo implementada para que possamos obter resultados consequentes na questão regional.

A PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões, explorando a imensa diversidade que se observa no Brasil de dimensões continentais. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território.

Baseado nos mesmos princípios o Governo Nacional do Paraguai, criou o Projeto de Ordenamento Territorial, do qual será discutido no capítulo 3. Vejamos os desdobramentos territoriais para o Chaco a partir da década de 90 com a implementação das novas unidades administrativas.

2.6 O Papel do Estado na produção da geografia do Chaco

Abordaremos neste tópico a ação do Estado Paraguaio, no território chaquenho e como essas influenciaram na (re) configuração desse espaço, constituindo, portanto, o ‘Estado em ação’ (JOBERT, MULLER, 1987), em processo de implantação, por meio da criação, formulação e implantação de programas, de projetos e ações voltadas para tais ou quais classes sociais. Sob essa ótica, o Estado não se reduz à burocracia pública, em que os organismos estatais planejam e programam as políticas públicas, agindo como mero instrumento de planejamento e execução dessas políticas.

Para Pereira (2008) a instituição fundamental das sociedades capazes de produzir permanentemente excedente econômico é o Estado. Essa instituição tanto normativa quanto organizacional situa-se “no cerne das unidades político-territoriais, tanto as dominantes na antiguidade (os impérios e as cidades-estado) como aquelas próprias do mundo moderno: os estados-nação” (PEREIRA, 2008, p. 1).

Estado e estado-nação são, portanto, duas coisas diferentes, como são também diferentes nação e sociedade, as duas formas de sociedade politicamente organizada. Existe, entretanto, grande confusão em torno desses quatro conceitos na teoria política. Pereira (2008) explana sobre as concepções de Estado

Para uns o Estado é uma organização com poder de legislar e tributar, para outros é também o sistema constitucional-legal, e para outra ainda, confunde-se com o estado-nação. A primeira acepção, redutora, é aquela que faz parte da linguagem corrente; a terceira é empregada especialmente na literatura sobre relações internacionais. A segunda – o Estado é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante – é aquela que proponho.

Assim para Pereira (2008) na medida em que o Estado é a principal instituição de qualquer sociedade nacional, ele compartilha as duas formas que as instituições assumem: “normativa e organizacional” (PEREIRA, 2008, p. 1). Enquanto sistema normativo com poder coercitivo o Estado é a ordem jurídica e o sistema político; enquanto organização é o aparelho ou administração pública que garante o sistema constitucional-legal.

O território chaquenho é formado por um Estado-Nação⁷⁷, e a existência desse território pela territorialidade⁷⁸ que afirma a existência do mesmo, pois o conjunto de tradições afirma que fazemos parte de uma nacionalidade e esse conjunto está sempre assentado sobre aspectos culturais, jurídicos que afirmam, sustentam e produzem o território.

Com base em Pereira (2008), pressupomos que a nação é a forma de sociedade cujos membros compartilham uma história e um destino comum; é a sociedade politicamente organizada que conta com um Estado para realizar seus objetivos de ordem e segurança, de autonomia nacional e de desenvolvimento econômico; a sociedade civil, por sua vez, é a

⁷⁷ O estado-nação, também denominado Estado nacional ou país, é uma unidade político-territorial; não deve, portanto, ser confundido com o Estado, porque este é um de seus componentes ao lado da nação ou da sociedade civil e do território. Nação e sociedade civil são as duas formas por meio das quais as sociedades modernas se organizam para controlar o Estado e realizar seus objetivos políticos

⁷⁸ A territorialidade é conceituada como um conjunto de relações que coletivamente ou individualmente se estabelecem espacialmente. Ou seja, não há território sem territorialidade e vice-versa. Entretanto, existe territorialidade sem território fixo, o que engloba o território simbólico como é o caso da migração que é um desdobramento de outras relações.

sociedade politicamente organizada que luta pela liberdade individual, pela justiça social e pela proteção do ambiente.

Em anuência com esse contexto, Vázquez (2009) aponta que o governo paraguaio atendendo reivindicações da população chaquenha, criou novas unidades políticas administrativas, garantindo ao Chaco uma maior presença estatal.

Desse modo, entendemos que a presença estatal no mencionado território, surge como o efeito de unidade do povo-nação e aparece no funcionamento da cena política, “... lugar da representação política desse Estado considerado (...) como Estado representativo moderno: apresentação do Parlamento enquanto ‘representantes’ da vontade popular, dos partidos enquanto ‘representantes’ da opinião pública, etc. (POULANTZAS 1970, p. 277)

No Chaco, a partir da criação dessas unidades políticas administrativas, os ministérios e demais instâncias públicas puderam articular o local com o regional, melhorando as negociações das políticas públicas. Para Vázquez, essa nova configuração espacial trouxe outros desdobramentos:

Además, las Gobernaciones, instancias intermedias entre ente el poder del Estado Central y los gobiernos locales, los distritos, aprovechan también la “reducción” del espacio a administrar, atendiendo que los nuevos actores políticos se ocupan de sus propias zonas. Este proceso de “achicamiento” del espacio a administrar es clave en el Chaco donde las grandes distancias asociadas a la falta de caminos constituyen uno de las principales limitaciones de las instituciones que deben generar e impulsar el desarrollo local y regional (VÁZQUEZ, 2009, p. 24).

A criação dessas novas entidades territoriais não supõe necessariamente um motor de impulso para a economia local: “demostrando más un deseo de autonomía que de decisión de desarrollo” (VÁZQUEZ, 2009, p. 24). No entanto, a presença do Estado paraguaio se ampliou com a criação desses novos distritos e assegura ao menos em parte, um maior controle político, econômico e geográfico do território, pois o Chaco até então estava alicerçado por gestões militares desde a Guerra do Chaco até o golpe de Estado de 1989.

A Teoria regional do político no modo de produção capitalista, formulada por Nicos Poulantzas em Poder político e classes sociais, permite-nos entender o papel do Estado no território chaquenho.

Um modo de produção (...) compreende diversos níveis ou instâncias: o econômico, o político, o ideológico e o teórico (...). O tipo de unidade que caracteriza um modo de produção é a de um todo complexo com predomínio, em última instância do econômico, predomínio, em última instância, para o qual se reservará nome de determinação. (...). Não se trata, por exemplo, de uma totalidade circular e expressiva (...). Tampouco se trata de relações de simples analogia ou correlação de instâncias externas umas em relação às outras. (...). Trata-se de um tipo de relação em cujo interior a estrutura determinante do todo exige a constituição mesma – a

natureza – das estruturas regionais, assinalando e distribuindo-lhes funções: as relações que constituem assim cada nível nunca são simples, mas estão sobredeterminadas por relações de outros níveis (POULANTZAS, 1970, p. 4-5).

É a forma particular de “articulação entre essas diferentes instâncias o que diferencia, portanto, um modo de produção de outro e o que define sua matriz teórica” (POULANTZAS, 1970, p. 6). Sendo assim, a construção de uma teoria sobre o nível político é possível quando esse passa a ser analisado enquanto instância regional do modo de produção (na análise de Poulantzas, o capitalista), na sua relação com outros níveis e com a história.

Nesse contexto, o papel do Estado no Chaco está inserido no que Poulantzas considera “o Político enquanto o lugar da estrutura jurídico-política”, concebendo o Estado de tipo capitalista como o reprodutor das relações de produção capitalista, por sua função de “coesão da unidade de uma formação social” dividida em classes, na qual vigora esse modo de produção (POULANTZAS 1970, p. 237).

A atribuição desse papel ao Estado se deve, graças à sua função repressiva, bem como à ação dos valores jurídicos capitalistas (ou direito burguês) e os valores burocráticos capitalistas (ou burocratismo), relacionados a esse direito.

O território chaquenho está inserido nesse contexto, pois verificamos que somente após o golpe de 1989 o Chaco passa a recuperar uma condição civil, porém periférica se comparada ao processo atual do poder civil, dessa vez a nível local e regional, alcançando, pelo menos em parte, não só a descentralização do poder político centralizado em Assunção, mas a distribuição do mesmo.

Nesse sentido, é pertinente fazer referência a uma estratégia estatal de acompanhamento de ocupação territorial do Chaco, pois as dinâmicas econômicas e demográficas que construíram os diversos modelos produtivos podem ou não serem resultados diretos ou indiretos de políticas públicas, sendo uma reflexão que deve ser levada em consideração.

O Estado paraguaio no Chaco está organizado institucionalmente como se a luta de classes não existisse. Nesse sentido, a contradição principal do Estado não consiste na sua caracterização de “Estado de todo o povo” quando é, na verdade, “um Estado de classe”. Sua contradição principal consiste:

(...) em que se apresenta, em suas instituições mesmas, como Estado “de classe” (das classes dominantes, que ele contribui a organizar politicamente) de uma sociedade institucionalmente estabelecida como não-dividida-em-classes; em que se apresenta como um Estado da classe burguesa, subentendendo que todo o “povo” forma parte dessa classe (POULANTZAS, 1970, p. 240).

Poulantzas (1975) também ressalta que, mesmo pertencendo os membros do aparelho do Estado de tipo capitalista a classes diversas, eles agem de acordo com uma unidade interna específica e constituem essa categoria social específica: a burocracia, “servidora” da classe dominante e isso, em virtude de a sua unidade interna derivar do papel objetivo do Estado que coincide com os interesses da classe dominante em virtude do próprio sistema.

No entanto, este novo modelo estatal revela um marco ao novo cenário territorial e já não se limita a questão fundiária, mas sim institucional. “Para el Estado paraguayo, el Chaco ya no es solamente una zona de tierras sino de territorios que administrar” (VÁZQUEZ, 2009, p. 25).

O Estado tem grandes desafios na organização territorial do Chaco, que não podem ser restritas a sua presença nas cidades, mas restaurar o sistema territorial, bem como estabelecer-se como o coordenador e regulador entre o interesse privado e o público. A seguir está a evolução das alterações territoriais no Chaco, enfatizando os diferentes modelos de ocupação e uso dos recursos de acordo com cada período.

Tabela 08 – Evolução das Alterações territoriais no Chaco

	Periodo	Zona privilegiada	Actores claves	Categoría espacial	Categoría territorial	Redes	Mundialización	Estado
Caza	Hasta el siglo XVII	todas	Incas, otros grupos indígenas	Recorrido	Islas	-	-	-
Quebracho y tanino	1890-1950	Ribera del río Paraguay	Empresarios extranjeros, indígenas	Por los recursos	Por las industrias	Regionales-Argentina Mundiales	Integración dependiente y colonialista	Ausente o Permisivo
Agricultura	1940-1990	Centro	Colonos menonitas canadienses y rusos	Productivo	Por el arraigo y la instalación duradera	Continental-Canadá y EEUU	Ayuda y apoyo externo	Ausente o Permisivo
Ganadería	Se inicia en 1910, pero se afirma a partir de 1990	Sur, centro, este	Colonos menonitas, brasileños, ganaderos tradicionales	Productivo	Circunscripto a la zona menonita	Tecnológicas, comerciales	Integración selectiva y ventajosa	Acompañante de lejos y regulador frágil
Servicios	A partir de 2003	Extremo sur y centro	Pobladores urbanos de Villa Hayes, Filadelfia, Loma Plata y Neuland	En archipiélago	Vinculado al dinamismo productivo, en red	Regionales, nacionales, transfronterizos	Especialización	Acompañante de lejos y regulador frágil

Fonte: Elaborado por Vázquez (2009, p. 24)

Conforme observamos anteriormente, os processos de territorialização ocorridos no Chaco adquiriram maior relevância nas últimas décadas, cuja característica principal é a velocidade das transformações econômicas e territoriais, assim como um conjunto de atividades e processos de integração intra e inter-regional.

2.7 A fragmentação espacial chaquenha e a constituição de territórios

Vásquez (2009) revela que é possível observar no Chaco uma nova medição ou divulgação de recursos que produzem os novos territórios, cuja dinâmica não é mais limitado para a operação de um determinado recurso natural, incluindo a terra, mas as situações de coordenação de diferentes sujeitos situados no tempo e no espaço.

Un territorio nace cuando un grupo de actores se instala de forma durable con un proyecto determinado, independientemente de la naturaleza que sea. Las transformaciones introducidas (nuevas infraestructuras, servicios, explotaciones económicas, relaciones sociales) forman parte de la territorialización que bien puede perder fuerza y desaparecer, a esto denominamos des-territorialización, como proceso de abandono de un espacio por las razones que fuesen. En el caso del ciclo del Quebracho, la territorialización se produjo con la instalación de las industrias, los procesos productivos y las poblaciones que, luego de algunas décadas, se des-territorializaron por la crisis y desaparición del modelo productivo. En esta misma línea de reflexión, luego del abandono del territorio se puede producir una re-territorialización, es decir, se vuelve a iniciar el proceso de territorialización. Se insiste que desde la perspectiva de la geografía, la tierra es el sustrato sobre el cual se desarrolla la vida humana, dando como resultado diferentes configuraciones territoriales. Por eso, la transición de la categoría tierra a la categoría territorial aporta nuevos elementos para comprender el proceso de valorización de esta región (VÁZQUEZ, 2009, p. 27).

A fragmentação espacial do Chaco pode ser lida também como um processo contínuo de territorialização e desterritorialização, pois adjunto ao Chaco considerado tradicional e periférico ocorreram transformações que fizeram do território chaquenho um espaço de produção ativo e integrado.

De acordo com a perspectiva de Raffestin (1993) a territorialidade reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Segundo ele, os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

A territorialidade possui um valor particular e

resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também um uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essa duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

É possível entender que a territorialidade é um conjunto de relações, que se estabelecem sobre o território e a sociedade do mesmo, de maneiras diversas, o que leva-nos a considerar que não existe territorialidade sem território Também não é uma simples relação com o território, mas bem mais do que isso, exprime além do território, uma relação com os homens e com os outros.

Como a vida é feita de relações, a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema, com dinâmica e elementos que a constituem, sendo suscetível a variação de tempo. No entanto a escala de tempo pode variar, e ao mesmo tempo afetar os elementos que não obedecem a essa escala de tempo.

Em concordância com Raffestin (1993) as territorialidades satisfazem as necessidades da sociedade, dependendo do momento, da realidade, do local onde está inserido, do contingente populacional. As relações que se estabelecem podem se opor uma a outra, formando territorialidades estáveis e instáveis.

Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças notadas e percebidas ao longo prazo, enquanto que a territorialidade instável sofre mudanças perceptíveis, no entanto cabe frisar que uns dos elementos podem sofrer mudanças sem que o outro passe pelo mesmo processo.

Para Raffestin, as territorialidades aparecem constituídas de relações mediatizadas com a exterioridade, sendo que cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, praticada e vivenciada pelas sociedades que a constituem. Elas podem se manifestar em todas as escalas sociais, reafirmando o pensamento de que “a territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Mediante as considerações aqui discutidas, entende-se que a territorialidade deve ser entendida na multiplicidade de suas relações, porque além de sua dimensão política e cultural, ela está relacionada ao modo como as pessoas utilizam o território.

A identidade ajuda na constituição do território, pois quando esta se estabelece sobre a população de um território, o Estado consegue manter a ordem e a manutenção do mesmo. Outro fator importante a ser mencionado é o fato de que a identidade nacional não é única, ela convive e se combina com outras identidades.

(...) Não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional exclui ou é sempre superior ao restante de conjunto de identificações que constituem o ser local. Na verdade a identificação local é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras (HOBSBAWM, 1998, p. 20).

Assim, podemos afirmar que em um mesmo território podem manifestar diferentes identidades, ou ainda, diferentes identidades territoriais podem ser estabelecidas no mesmo território. A territorialidade pode ser vista pela Geografia na perspectiva de identidade cultural, por englobar elementos de cultura, política e economia. Quando um sujeito de um determinado território adota outras práticas sociais, pode perder sua territorialidade, porém ela nunca é destruída por completo, pois esse sujeito sempre lembrará suas práticas, costumes e crenças adotadas em seu território de origem.

Nos dias atuais, percebemos uma maior facilidade de mobilização, que de acordo com HAESBAERT (2004), esse fato se dá devido ao ciberespaço, que permite essa mobilidade das pessoas. Portanto, desterritorializar-se, significa essa mobilidade de corpos no espaço.

A desterritorialização pode ser vista como a perda momentânea do território, e é definida pelo autor como sendo um “mito”, porque é incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização presente no cotidiano dos indivíduos e dos “grupos sociais” (HAESBAERT, 2004, p. 241, grifos do autor). Assim a multiterritorialidade surge como resposta a esse processo de desterritorialização, definido como espacialmente contínuo e complexo.

Em razão disso a desterritorialização surge como advento da sociedade pós-moderna, que permite uma maior mobilidade das pessoas, de diversas maneiras e denominações. Partindo dessa concepção surge a figura dos imigrantes alemães (menonitas), brasileiros e argentinos que fizeram do Paraguai seu novo território, remodelando esse espaço.

Esses imigrantes deixaram seus territórios de origem, levando consigo suas territorialidades e também sua identidade pessoal e grupal, passando a participar de outras territorialidades. Esse fato também é bastante perceptível na nossa área de pesquisa, nas cidades fronteiriças de Porto Murtinho-BR e Fuerte Olimpo-PY.

Diante do exposto Gonçalves (2010), apoia nossa análise quando afirma que “percebe-se que na fronteira não existe apenas convivência com sangue, língua ou capitais diferentes,

mas existe um risco na soberania e na cultura⁷⁹ dos países que englobam espaços fronteiriços” (GONÇALVES, 2010, p. 4), pois como afirma Oliveira (2005) a linha que divide um Estado de outro, pode conspirar contra a organização compacta e isofórmica do território.

Cada território possui sua identidade espacial, ou seja, “os símbolos e suas características o que nos permite afirmar que de certa forma cada território transforma-se em lugar na medida em que o mesmo adquire definição e significado” (GONÇALVES, 2010, p.4), pois como a identidade territorial é influenciada por várias outras, a mesma pode às vezes alterar-se rapidamente no tempo, como aponta Haesbaert (2007) a identidade social nunca pode ser vista como unitária e monolítica pelo fato de a mesma ser resultante das diversas identidades sociais que são movimentadas pelos indivíduos.

Desse modo, o Chaco que antes era considerado periférico no Paraguai, *“hoy ya no lo es, por la doble vía de la integración e incorporación económica por Asunción, Concepción y el resto de la región Oriental por un lado, y la vinculación a los mercados internacionales por el otro”* (VÁZQUEZ, 2009, p 27).

Para Vázquez, essa área é considerada como um território não só para a apropriação do espaço, mas também pela criação de recursos específicos, ou seja, a construção territorial por meio da implementação de ativos específicos (conhecimentos e instituições). "Implica uma definição dinâmica do território baseada na criação de competências que são redefinidas de forma contínua, onde as novas configurações territoriais, como resultado das relações entre os atores que estão enfrentando novas situações" (VÁZQUEZ, 2009, p. 27. Tradução nossa).

Essa dinâmica pode relacionar-se como um jogo duplo de forças: compartilhando experiências e projetos, dos quais se apóiam fundamentalmente nas relações de vizinhança, comunidade sócio-histórica e convergência de interesses técnicos ou econômicos; e também na capacidade de diferenciação e poder de processamento das cidades: ou em um sentido técnico, como centros de logística, em um sentido econômico com a capacidade de criar e de formar cadeias produtivas.

Dessa maneira, os territórios dinâmicos, do qual não podemos afirmar que o Chaco esteja inserido, surgem como uma combinação de estratégias de sujeitos para resolver um problema inédito, além de ser parte de uma história compartilhada e de aprendizagem coletivo, que determinaram a atual configuração territorial do Chaco. Portanto, diferentemente

⁷⁹ Em comunhão com o antropólogo LARAIA (2005) historicamente o conceito de Cultura está ligado ao conceito biológico, onde a cultura era um desdobramento do biológico, ou seja, logo os filhos seguiam a cultura de seus pais tornando-se assim a cultura hereditária. Além disso, o autor ao definir cultura considera importante a questão do determinismo geográfico, pois a cultura é um conjunto de traços distintivos espirituais ou imateriais de um determinado grupo, devido fato de que os interesses e necessidades dos indivíduos são diferentes.

do que se costumava afirmar na literatura do Chaco, atualmente esse espaço tem fortes cooperações produtivas, como exemplo é a interação entre os agricultores do Chaco Central com os pecuaristas brasileiros do Sul, fruto de um processo de compartilhamento histórico, feito de alteridades e desafios que solidificaram as relações.

Como exemplo desse compartilhamento de relações, citamos a construção e utilização conjunta da rodovia Transchaco, projeto realizado em parceria com produtores do Chaco Central e do Sul. Para Vázquez, essa conjuntura espacial chaquenha se define por:

La evolución de la significación de los recursos, activos o materias pueden ayudarnos a retratar el camino de estructuración territorial del Chaco, desde una perspectiva económica, que fue, como ya lo hemos anunciado, creadora de diferenciación y fragmentación intra-regional, al mismo tiempo de integración y emergencia extra regional, dentro de un escenario mayor caracterizado por una revolución en los transportes y comunicaciones, debilitamiento de las fronteras, diversidad de actores, es decir de la mundialización (VÁZQUEZ, 2009, p. 28).

Para o autor, a atual estrutura territorial do Chaco, baseada principalmente nas atividades econômicas de pecuária e agricultura trouxe para esse território uma melhor articulação econômica, resultando em melhorias na infraestrutura do mesmo. O Estado passou a investir mais em políticas públicas para essa região a partir do momento em que essas atividades passaram a gerar lucros para a mesma.

No obstante, esses lucros são exclusivos dos detentores dos meios de produção, no caso os fazendeiros do Chaco, que em sua maioria são estrangeiros. Assim, o restante da população chaquenha continua a padecer de recursos.

De acordo com censo realizado pelo DGEEC, Atlas Central do Paraguai (2005) no Alto Paraguay a população teve um crescimento significativo no período compreendido entre 1962-2002. O registro de alunos matriculados no primário se manteve o mesmo nos últimos dez anos e os do secundário duplicou. Para o DGEEC houve um aumento do corpo docente nas escolas primárias e secundárias de cerca de 40%.

No que se refere à saúde, observa-se que apenas 24 estabelecimentos contam com serviços sanitários. A população economicamente ativa (PEA) teve um pequeno acréscimo em relação a 1962. No entanto, o índice de desempregados chega a 96%, ou seja, a grande maioria da população do Alto Paraguay.

Esses fatores influenciam no modo dessas pessoas se relacionarem com os elementos naturais, pois esses passam a ter um valor de subsistência primária.

Hay mucha pobreza acá, entonces las personas con necesidades cazan e pescan porque no hay comida suficiente [...] Los que sucede es que las personas mas pobres tienen mas hijos, entonces les es difícil, no hay trabajo para todos. Y también se necesitan ahora personas con estudios y preparadas y la mayoría de las personas que viven acá no tiene estudios (VIVIANA MARTINS, moradora do Chaco de Fuerte Olimpo, em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010).

Logo observa-se que os moradores do Chaco, utilizam os elementos da natureza para consumo próprio. Esse consumo não acarreta grandes modificações no espaço chaquenho, haja vista que são consumidos em pequenas proporções, diferentemente das ações empreendidas por fazendeiros pecuaristas, que desmatam áreas para a utilização da pastagem de gado. As transformações no ambiente oriundas dessas atividades tem causado grandes impactos ambientais⁸⁰.

O modo de apropriação dos elementos naturais, depende das políticas públicas implementadas no local, visto que a essa cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o processo sócio-espacial no que se refere a esfera pública e também privada.

A ação estatal no Chaco proporciona auxílio a classe dominante (fazendeiros) criando para os mesmos a infra-estrutura necessária para a produção de atividades econômicas, como é o caso da construção da Rodovia Trans Chaco, que facilitou o transporte de mercadorias produzidas por agricultores e pecuaristas do Chaco, enquanto que a maioria da sociedade é desprovida de recursos:

Lo principal como ya te dije es el camino, ese es un problema que todos los años estamos pasando, otro problema es agua porque alrededor hay muchas estancias que no cuentan con agua entonces ellos esperan época de lluvia y sin embargo a nosotros nos perjudica porque los colectivos no pueden llegar hasta acá (VIVIANA MARTINS, moradora do Chaco de Fuerte Olimpo, em entrevista concedida a esta autora em 17 de novembro de 2010).

Considerando-se que as políticas públicas existentes no Chaco estimulam as variáveis para o desenvolvimento de atividades econômicas ligadas a agricultura e pecuária e relacionam diretamente com a inserção dessas no setor econômico regional, nacional e internacional e são reguladas pelo discurso do desenvolvimento local, fica evidente que o capital se apropria desse espaço, reordenando-o conforme a lógica capitalista de mercado.

Assim o Estado é o principal regular desse espaço, pois esse é também um dos promotores do desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária, atuando diretamente como um agente da apropriação do espaço.

⁸⁰ Informações obtidas por meio da Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM) em trabalho de campo realizado na cidade de Assunção no dia 15 de agosto de 2010.

Tal análise nos remete a pensarmos o espaço geográfico também na forma social e econômica, pois a natureza transformada pelo homem por meio de seu trabalho em um processo histórico é definida como espaço geográfico, o qual também é espaço social (SANTOS, 1980, p. 120). Assim a fim de refletirmos sobre o processo de (re)produção espacial do Pantanal, para que possamos compararmos com a do Chaco, faz -se necessário discorrermos os processos econômicos e sociais que permeiam esse ambiente, pois não houve e jamais haverá formação social independente do espaço (SANTOS, 1980, p.199).

2.8 Organização geográfica no Pantanal de Porto Murtinho: Territorialidades na fronteira

De acordo com Fernandes (2004), nos últimos anos tem havido uma preocupação mundial crescente com a conservação dos recursos naturais, cujo foco principal é as áreas que possuem grande biodiversidade, como é o caso do Pantanal Mato-Grossense⁸¹. A maior parte da região pantaneira é constituída de propriedades particulares, caracterizada pela presença de extensas áreas de campos nativos, favorecendo a atividade de partejo, razão pela qual, a principal atividade econômica é a pecuária de corte extensiva, essa realidade também é observada no Pantanal de Porto Murtinho.

Nos últimos anos, face à mundialização da economia e criação de mercados competitivos, “têm-se intensificado as pressões por aumento de produtividade em todas as regiões do país que criam bovinos exclusivamente a pasto” (FERNANDES, 2004, p. 2).

Desse modo no Pantanal, essa necessidade de aumento de produtividade, agravada ainda pelas constantes divisões das fazendas, seja por venda ou herança, pode comprometer a sustentabilidade de seus sistemas de produção, dada a fragilidade dos ecossistemas. Todavia, dada a importância dos sistemas de produção de gado de corte, “praticados há mais de 200 anos, para a conservação do Pantanal, qualquer plano de desenvolvimento sustentável da região deve necessariamente levar em consideração a pecuária extensiva” (SANTOS *et al.*, 2002, *apud* FERNANDES, 2004, p. 02).

Verificamos, portanto, que a pecuária se destaca como uma atividade econômica de relevante importância no que se refere à produção e consumo do espaço pantaneiro, realidade também notada no Pantanal paraguaio (Chaco).

⁸¹ Com dados publicados no Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, realizado em Corumbá-MS de 23 a 26 de novembro de 2004.

A pecuária de corte extensiva “é a principal atividade econômica do Pantanal, que se caracteriza por grandes propriedades” (ALMEIDA, *et al*, 1996; FERNANDES, 2001; FERNANDES & ASSAD, 2002). O tamanho médio das fazendas é de 1.787,50 hectares, sendo que 4,98% têm área superior a dez mil hectares e ocupam 54,74% da área de todo o Pantanal. Constatam-se inúmeras fazendas que possuem entre 30 mil e 80 mil hectares e algumas ultrapassam 200 mil hectares (FERNANDES & ASSAD, 2002).

Observa-se que as fazendas são, geralmente, extensas. Por outro lado, segundo estudos realizados pela EMBRAPA PANTANAL (2007) no período das águas, em função da inundação, as áreas de pastejo são também reduzidas. Além disso, nessa época, as longas distâncias, as dificuldades de transporte, locomoção, comunicação e tamanho das invernadas tornam difícil o manejo frequente dos rebanhos. Por isso, o sistema de criação é extensivo, com ênfase na fase de cria⁸².

De acordo com Rosa (*et al*, 2007) trabalha-se o gado, basicamente, duas vezes ao ano. Em maio-junho, após a estação chuvosa e de inundação, são realizadas práticas de manejo tais como: desmama de bezerros, aplicação de vermífugo, castração, marcação, vacinações e descarte de animais.

Em setembro-outubro, antes da estação chuvosa, selecionam-se vacas e avaliam-se os touros para a nova fase de reprodução, com inclusão e/ou repetição de outras práticas de manejo que se fizerem necessárias. Em geral, a reprodução é feita por monta natural, durante todo o ano, “embora venha se tornando mais frequente a utilização de estação de monta, com duração variável, conforme a região, entre os meses de setembro a maio” (ROSA, *et al*, 2007, p. 08).

Os índices zootécnicos são baixos, principalmente em decorrência da baixa qualidade genética do rebanho, da estacionalidade das forrageiras e da grande proporção de áreas não aproveitadas, visto que o Pantanal de Porto Murtinho é possuidor de solos de boa fertilidade e de pastagens de boa qualidade (ALMEIDA, *et al*. 1996; FERNANDES & ASSAD, 2002, FERNANDES, 2007).

Nas condições ambientais do Pantanal, a construção de instalações, abrigos e a adoção de práticas mais sofisticadas de manejo sanitário, alimentar e reprodutivo podem aumentar consideravelmente os custos de produção, inviabilizando economicamente a atividade.

⁸² ROSA *et al*, 2007, p 08.

A história evolutiva do tipo de gado criado na região é um exemplo clássico da alternativa proposta por Dickerson (1969), qual seja, a utilização da raça melhor adaptada ao meio ambiente.

A pecuária pantaneira foi iniciada no final do século 17, com a introdução de gado de origem européia (*Bos taurus*), introduzido no continente sul-americano pelos colonizadores portugueses e espanhóis, vindo da Bacia Platina, via Paraguai.

Esses animais, originalmente de clima temperado, após se adaptarem às condições do meio ambiente local, de características tropicais, vieram a formar o tipo crioulo denominado Tucura ou Pantaneiro (Correia Filho, 1926, *apud* Rosa *et al*, 2007).

No início do século XX, iniciou-se a introdução de gado zebu, de origem indiana (*Bos indicus*), por iniciativa de comerciantes de touros do Triângulo Mineiro, denominados mascates, atividade que foi facilitada pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, ligando o Pantanal ao Sudeste do país.

Esse processo iniciou-se com as raças Gir, Guzerá, Nelore e seus mestiços, sendo que, a partir da década de 60 do século passado, acentuou-se o predomínio da raça Nelore⁸³. A partir de então, por meio de cruzamentos contínuos, as raças zebuínas absorveram praticamente toda a população original do Tucura (Correia Filho, 1955; Valverde, 1972; CPAP, 2006; Rosa, *et al*, 2007) de modo que o rebanho pantaneiro “é hoje constituído por animais com predominância de características da raça Nelore” (EMBRAPA PANTANAL, 2007).

Em Porto Murtinho, vem ocorrendo concentração dos produtores na atividade de cria, havendo recria apenas das novilhas de reposição⁸⁴. Os principais produtos do sistema de produção de bovinos são os animais representados pelas seguintes categorias: bezerros (as) desmamados (as), novilhas de recria, garrotes, tourunos (touro de descarte) e vacas boiadeiras (vacas de descarte) (ABREU, *et. al*, 2001, *apud* EMBRAPA PANTANAL, 2007).

O solo é de origem sedimentar, ocorrendo em fases argilosas e arenosas de forma alternada e descontínua.

Em Porto Murtinho em geral os solos são argilosos impermeáveis, orgânicos escuros de boa fertilidade, o que devido às enchentes, a área mais baixa permanece verde durante a primeira fase da estação seca, promovendo forragens nutritivas aos bovinos num período em que a parte alta do Pantanal está seca (ALLEM & VALLS, 1987 *apud* FERNANDES, 2007, p. 02).

⁸³ EMBRAPA PANTANAL, 2007.

⁸⁴ ROSA *et al*, 2007, p 08

O Pantanal de Porto Murtinho é reputado como pantanal de excelentes forragens nativas. As espécies de forragens nativas que predominam na região são: *Axonopus purpusii* (capim mimoso), *Paspalum plicatulum* (capim felpudo), *Panicum laxum* (grama do carandazal), *Paspalum virgatum*, *Hymenachne amplexicaulis*, *Leptocloha virgata*⁸⁵.

É uma das sub-regiões que mais sofre com as cheias do rio Paraguai. Assim, a ocorrência das enchentes, enquanto fenômeno cíclico no espaço que compreende o Pantanal de Porto Murtinho traz a ambiguidade, uma “possibestáilidade de criação da vida”⁸⁶ e, ao mesmo tempo, um elemento de destruição, de desgaste.

Kuhlmann, que ao se referir aos ciclos das águas no Pantanal afirma que o “que mais impressiona é a alternância dos fenômenos climáticos. Excessiva umidade, durante a estação chuvosa é sucedida por meses de secas extremas, em que a falta d’água se alia à temperatura excessiva” (KUHLMANN, 1954, p. 110). Essa foi a primeira impressão sobre o espaço pantaneiro que se deu de maneira lenta e gradual, inserindo-se e formatando a região.

Essas observações permitem mostrar que “essa ambivalência, típica de todos os símbolos, pode ser vista sobre dois planos opostos, mas não irredutíveis: as águas como fonte da vida e da morte, criadora e destruidora” (KMITTA, 2010, p. 26).

Notemos, nesse contexto, que a ação gradual do homem, enquanto sujeito que atua como elemento de intervenção, tem como resposta de suas ações, as transformações, seja ambiental ou demográfica, na organização social do objeto.

Nesse caso, o Pantanal é deixado de fora “desse imaginário com nuances midiático e paralelamente a esse fato, o homem é alijado desse espaço” (KMITTA, 2010, p. 26). O alijamento está associado à ideia do “paraíso ecológico”

Eu moro aqui faz mais de 20 anos, não consigo viver longe daqui... vim para cá em busca de tranquilidade, aqui tudo é muito bonito, não tem aquela agitação de cidade grande, a gente fica perto da natureza... O rio Paraguai é minha inspiração de vida, aqui é um paraíso⁸⁷.

E, nesse imaginário midiático, os elementos da natureza são os subsídios que encerra significados e atuam como evocadoras de múltiplos aspectos, para kmitta é ousadia dizer “que a água, no caso das enchentes cíclicas no Pantanal, traz em si o limite e o encantamento, visto que atua como elemento portador de dualismo em sua significância e simbolismo”. (KMITTA, 2010, p. 27).

⁸⁵ FERNANDES, 2004, p. 02.

⁸⁶ CUNHA, L. de O., *Significados múltiplos das águas*, 2000, p. 159, apud, KMITTA, 2010, p. 26)

⁸⁷ Morador do Pantanal de Porto Murtinho com residência fixa nas margens do Rio Paraguai, em entrevista concedida a esta autora em 14 de novembro de 2010.

O estereótipo construído do Pantanal como um “paraíso”, para Rossetto, transmite a idéia de que as sociedades que habitam tais pantanais “vivendo temporalidades específicas” (ROSSETTO, 2004, apud KMITTA, 2004, p. 28) não provocam alterações substanciais como a introdução de novos elementos e técnicas que permitam a sua continuidade no referido espaço.

Assim, para Kmitta (2010) não há a menor possibilidade de se pensar que os habitantes das planícies pantaneiras mantiveram esse ecossistema estanque, vivendo em harmonia com a natureza, sem que essas “comunidades” adentrassem no processo gradual da “modernidade”, aqui pensada como transformações que possibilitam a operacionalização de atividades, como a pecuária e o turismo. (p.28)

Para a autora o Pantanal de Porto Murtinho é

é um centro urbano no Pantanal, pois preserva em suas particularidades traços inerentes à região pantaneira. Traços estes que fazem parte em suas superstições, implícitos nas canções, nos causos, nas marcas das cheias nas paredes de suas casas, na culinária, nos costumes e nos hábitos particulares e peculiares da região (KMITTA, 2010, p. 24).

Kmitta completa suas explanações afirmando que estamos diante do primeiro equívoco ao qual o Pantanal é exposto diariamente pela mídia mundial. Estereótipo de “paraíso intocado,” um santuário ecológico livre das constantes transformações pelas quais passa cotidianamente toda a extensão terrestre. Esse ideário também é reforçado pelo poder público local, estadual e federal que utilizam os elementos da natureza como fontes de atrativos turísticos.

[...] Devido à diminuição dos peixes nessa área, nessa região agente tem enfrentado o turismo de pesque e solte esportiva e o ecoturismo. Nós estamos mobilizando, e até, sensibilizando aquele pecuarista né, que só pensavam em desmatar, desmatar, só para a pecuária... nós temos feito um trabalho para eles se abrirem para o turismo rural, hoje já existe um projeto inclusive, entre o Brasil e o Paraguai, de turismo voltado para o ecoturismo, e preservação ambiental, nos temos um roteiro chamado o Pantanal do Nabileque, que é um roteiro que vai de Porto Murtinho até Fuerte Olimpo, onde os turistas têm a oportunidade de estar vivenciando todo o Pantanal sem estar praticando o turismo da pesca, sem estar denegrindo o meio ambiente. Então eles fazem trilhas, observação de pastos, têm focagem noturna, todas as atividades que o ecoturismo dispõe⁸⁸.

Observamos que o Pantanal de Porto Murtinho está apresentado em âmbito midiático, como um espaço de “rara beleza, paraíso idílico”, fazendo alvo de ações preservacionistas por parte do governo local.

⁸⁸ Secretária Municipal de Turismo de Porto Murtinho-MS, relatando os projetos turísticos da cidade. Em entrevista concedida a esta autora em novembro de 2010 no município de Porto Murtinho-MS.

O Ecoturismo de Porto Murtinho a Assunção, são os projetos mais fortes que temos com parceria com o Paraguai para estar diminuindo a degradação, porque só a degradação, degradação do turismo que só se degrada e não se preserva, este turismo passa também pelas cidades de Vallemi, Concepción, cidades da parte baixa que vai até Assunção. Então alguns barcos hotéis só fazem esse roteiro, Porto Murtinho até Assunção ou Porto Murtinho até Fuerte Olimpo⁸⁹.

Entretanto, podemos pensar que, ante a complexidade do ambiente e das transformações pelas quais tem passado, de acordo com Moretti, é possível visualizar “um lugar com diferentes facetas: aquele que é transformado em símbolo para ser vendido e aquele construído pela sociedade local, por meio de sua história, o real” (MORETTI, 2006, p. 18). Assim, citamos a fala de um morador do Pantanal de Porto Murtinho descrevendo suas simbologias reais:

O que agente tem percebido é o seguinte, é essa vinculação do homem atual, do morador atual, do habitante do Pantanal com o meio é muito precário, tanto que chega ao ponto que agente vê as pessoas devastando o Pantanal sem nenhuma reação do povo pantaneiro. Porque você está aqui em uma região, onde o povo original daqui, eles viviam da água, eles dependiam da bacia hidrográfica como todo lugar, como todo lugar da terra o homem que se vincula a bacia hidrográfica, aqui é muito mais, o morador que foi vamos dizer assim, assimilado pelo espanhol, quando o espanhol chegou aqui era o índio que vivia nas águas, eles dependiam da água para tudo, para viver, para transporte, alimentação. E hoje o que agente percebe, é que as pessoas que são descendentes não herdaram essa vinculação, hoje agente se vincula a São Paulo, Rio de Janeiro por causa das novelas, dos filmes⁹⁰.

Nesse contexto, designar o Pantanal como “área de preservação não é um ato explicativo, suficiente pela força da expressão” (KMITTA, 2010, p. 30). Trata-se aqui da necessidade de entender o longo processo de produção desse território e procurar explicações que contemplem os diversos pantanais sem alijar o homem, elemento participante e constitutivo desse processo, considerando uma complexa interação entre processos naturais e humanos.

A população, o que eu sinto é que eles não são sensíveis para a proteção do seu meio, não há uma independência do meio, então a dependência hoje de grande parte da população é das fazendas que contrata, que emprega. Então o fazendeiro vem lá não sei de onde e diz “arregaça” tudo isso aí. Esses dias aconteceu um fato aqui, com uma fazenda grande e o fazendeiro mandou destruir a fazenda e jogar a mata ciliar dentro do rio com trator de esteira, e as pessoas não tem uma opinião formada sobre isso. Nós temos uma unidade de Conservação e Proteção integral que, Parque Natural Municipal Cachoeira do Apa. Esta cachoeira ela é uma área de reprodução, cerca de sessenta por cento das espécies do Pantanal se reproduzem ali, o turista, aquele pescador predador que vem com convite de turista, ele chega, rebenta o meio ambiente [...] O turista vem e isso agente entende como sendo processo de exclusão social, dificuldade financeira, mais o turista vem e depreda o parque, pesca no

⁸⁹ Secretária Municipal de Turismo de Porto Murtinho-MS em entrevista concedida a esta autora em novembro de 2010.

⁹⁰ Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Murtinho-MS. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010.

parque, e a população ela não incentiva a dizer não é para fazer isso, nós não queremos isso, então isso é decorrente de outros fatores, ausência de ação pública, não tem o apoio da Prefeitura resolvendo o problema de geração de renda, o estado não vai lá só vai para fiscalizar com a polícia. Então são vários fatores, não há uma legislação própria para o Pantanal, que leve o pantaneiro a entender que seu meio ambiente é diferente de outros lugares, então aqui o fazendeiro compra terra e ele não mora aqui, ele não depende daqui, da água, nem do ar. Ele chega aqui e mete fogo em tudo, mata os bichos, então falta uma legislação especial para o Pantanal. Segundo, a identidade com o homem pantaneiro com o Pantanal eu penso que passa por um trabalho de restauração, porque ela já houve, tanto que os pantaneiros, os índios que formaram que viviam aqui antes do colonizador chegar, ele dependia da água do rio Apa, do rio Paraguai⁹¹.

Desse modo, é perceptível notar que a realidade dos habitantes locais é bastante diversa da concepção de paraíso. Analisemos a fala do Tenente da Polícia Ambiental de Porto Murtinho ao falar sobre os pontos negativos desse processo:

Como negativo eu poderia dizer o desenvolvimento desenfreado. Hoje nós vemos uma grande quantidade de gado, nesses locais (Pantanal) quando enche o rio e quando esta na época da seca como agora, antes existiam poucos animais nessa região. Hoje estão diminuindo as propriedades e aumentando o gado, então esse desenvolvimento esta prejudicando porque não esta tendo um certo controle, nós vemos muitas lagoas que não secavam e que agora estão secas, e então poucas coisas sobrevivem ali⁹².

Para Kmitta (2010) esse espaço, que compreende a planície pantaneira, está inscrito no cenário local, nacional e mundial como uma Reserva da Biosfera. Mas, se considerarmos as “escalas local e regional, elas encontram-se limitadas, em âmbito local, pela exploração da pecuária e, em âmbito estadual, limita-se à expansão agrícola” (KMITTA, 2010. p. 34).

Ainda com base na autora citada, é compreensível pensarmos dentro dessa lógica que devemos ampliar o conhecimento da realidade desse espaço e a compreensão de uma gama de fatores que possibilitam novos entendimentos no tocante à dinâmica territorial e à consequente desterritorialidade: o uso do solo, os problemas sociais oriundos e específicos de cada parcela da comunidade, seja ela ribeirinha ou urbana, e outros aspectos, como o exercício da sustentabilidade; todavia, sem esquecer as especificidades e singularidades de cada espaço geográfico com seus elementos e formas tão diferenciadas.

A fim de compreender melhor o problema, acrescenta-se a essa análise que as transformações no Pantanal de Porto Murtinho estão “relacionadas à dinâmica atual de reprodução e expansão do modo capitalista de produção e ao processo de globalização como

⁹¹ Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Murtinho -MS, ao relatar sobre a relação Homem e Natureza. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010.

⁹² Tenente da Polícia Ambiental de Porto Murtinho-MS. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010.

um novo fenômeno de reestruturação produtiva da economia mundial” (CORRÊA, 1980, p. 15).

A sociedade atual vive cada vez mais enquadrada e modelada pelos interesses do capital, promovendo um conflito entre o ser cidadão e o ser capitalista, dentro de cada um, modificando a vida da sociedade.

Para Moretti (2008) nesse processo de transformação territorial o Estado tem papel fundamental, participando das relações entre o local e o global.

O Estado é participante do processo de acumulação capitalista, tendo como funções:

a) criação das condições materiais genéricas da produção (infra-estrutura); b) determinação e salvaguarda do sistema geral das leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos na sociedade capitalista; c) regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital; d) segurança e expansão do capital nacional total no mercado mundial (GOZZI, 1992, apud MORETTI, 2008, p. 77).

Isso nos leva a refletir que o papel do Estado na intervenção da economia de tipo capitalista passa ainda por criar condições para que o mercado, em sentido lato, possa funcionar e fornecer bens e serviços a contento para as classes dominantes.

Moretti explica que mesmo que ideologicamente se apresente um Estado fragilizado frente ao global e incapaz de solucionar os problemas decorrentes das relações capitalistas dominantes, as suas funções básicas mantêm-se. O que se transforma “é o como realizar essas funções, quando o importante não é mais apenas o domínio territorial, mas também, e principalmente, o domínio do conhecimento sobre a natureza e sobre as relações sociais locais” (MORETTI, 2008, p. 77).

Para esse autor o Estado passa então a ter também como função garantir a abertura econômica e social dos locais que apresentam possibilidades de participação no sistema global, permitindo, por meio de seu poder de regulação, a inserção desses locais no mercado competitivo.

Nesse contexto de consumismo, a questão ambiental surge indiretamente, visto que, para que haja produção, é necessária matéria prima (que é, praticamente toda, retirada do meio ambiente). Desse modo, a questão do consumo vem tornando-se cada vez mais importante o que nos leva a uma outra indagação crítica com relação a como o Planeta pode gerar tudo o que é necessário para a produção cada vez maior de variados setores industriais, visto que, com o consumo em expansão aliado ao processo de obsolescência programada, o consumo de matéria prima retirada do meio ambiente é cada vez maior. “Cantada em prosa e verso a “natureza” está sendo destruída” (RODRIGUES, 1998, p. 13).

Todo esse cenário é preocupante já que temos um processo de deterioração intenso do meio ambiente, juntamente com crescimento populacional ainda em larga escala, e conseqüentemente um significativo acréscimo no consumismo.

O consumo descontrolado no mundo desenvolvido erodiu os recursos renováveis, a exemplo dos combustíveis fósseis, florestas e áreas de pesca, poluiu o ambiente local e global e se curvou à promoção da necessidade de exibir conspicuamente o que se tem, em lugar de atender às necessidades legítimas da vida. Enquanto aqueles de nós que fizeram parte dessas imensas gerações de consumidores precisam consumir menos, para mais de 1 bilhão de pessoas consumirem mais é uma questão de vida ou morte e um direito básico – o direito de libertar-se da carência (SANTOS, 2003, p. 123).

Diante dessa realidade, os elementos naturais passam a serem valorizados, sendo entendidos no modo de produção capitalista como mercadorias a serem produzidas e consumidas. Visando a manutenção desses elementos e a lógica capitalista de consumo, o Estado passa então a intervir por meio de ações diretas que segundo Moretti (2008) podem também serem inseridas “na política de transferência de recursos do setor público para o setor privado. Isso ocorre inclusive por meio do financiamento externo e dos investimentos estrangeiros no País” (p. 78/79).

Para o autor:

Estes interesses globais são hoje parcialmente representados pelo Banco Mundial que consegue, principalmente, nos países pobres, por meio de seu poder de financiamento, impor, na maioria das vezes, as condições que interessem ao mercado global. Este domínio é viabilizado por meio de fatores econômicos, com a liberação de recursos financeiros para projetos que se enquadrem nas diretrizes traçadas pelo Banco Mundial, em suma, as diretrizes dos países ricos, estão definindo o padrão de apropriação e uso do território (MORETTI, 2008, p. 79).

Inserido nessa análise, faz-se necessário analisarmos os projetos nacionais brasileiros e paraguaios que objetivam ou objetivaram a chamada sustentabilidade ambiental do Pantanal e do Chaco, ressaltando as conseqüências desses projetos na produção e consumo dos referidos espaços.

CAPÍTULO 3 - OS PROJETOS NACIONAIS BRASILEIROS E PARAGUAIOS PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO PANTANAL E DO CHACO

Rodrigues (1998), apud Marchesini ressalta que “a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social” (2012, p. 9), ou seja, os problemas ambientais vêm justamente do processo de apropriação do espaço natural por parte do homem. Marx⁹³ afirma que “toda produção é a apropriação da natureza pelo indivíduo, no seio de uma determinada forma social e por intermédio dela” (1974, p. 112).

Nesse contexto, vivenciamos, cada vez mais, movimentos voltados para valorização e preservação do meio natural, “por meio de programas intergovernamentais ou mesmo organizações não governamentais, que procuram defender a ideia do desenvolvimento sustentável⁹⁴ a todo custo” (MARCHESINI JUNIOR, 2012, p. 9).

De acordo com Tocantins (et al, 2006), no caso específico do ambiente Pantanal, existem iniciativas de planejamento e programas em diversos níveis para esse ecossistema. Cabe salientar que as diretrizes políticas, quando existentes, são deliberadas ora regionalmente - a partir dos governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul -, ora nacionalmente - a partir de ministérios federais com atuação temática (é o caso dos ministérios do Meio Ambiente, Infra-Estrutura e das Minas e Energia).

Eventualmente, algum organismo internacional está associado aos programas estaduais ou federais. Assim sendo, passaremos a abordar as iniciativas no estabelecimento de políticas e programas para o Pantanal a partir de plano Federal ou Internacional passando, posteriormente, a apresentar as iniciativas regionais (Estados) e, por último, algumas ações do governo local (prefeitura) especificamente a do Município de Porto Murtinho.

No caso do Chaco, apresentaremos os projetos federais e ou internacionais e as ações empreendidas na questão ambiental. Foram selecionados os projetos que julgamos terem trazido desdobramentos territoriais para o Pantanal de Porto Murtinho e o Chaco, em específico para o Departamento do Alto Paraguai. Os quatro temas enfocados (Pesca,

⁹³ MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

⁹⁴ “Desenvolvimento sustentável” consiste no reconhecimento de que os “recursos naturais” não são inesgotáveis, de modo que as atividades econômicas e industriais não podem se desenvolver ignorando ou desprezando esse importante dado. Sobre a crítica dessa idéia ver: GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: COIMBRA, José de Ávila Aguiar (org.). Fronteiras da Ética. São Paulo: Senac, 2002.

Pecuária, Hidrovia Paraguai-Paraná, Turismo e Mineração) serão a base para o levantamento dessas iniciativas.

Assim, no caso específico de Mato Grosso do Sul, o processo de ocupação produtiva, iniciado a partir dos anos 30, ocorreu sem preocupação com a dissipação dos recursos naturais. Essa realidade se intensificou na década de 70, em função da “expansão da agricultura para a exportação dos vultosos investimentos políticos e incentivos fiscais, que ocorreram via implantação de programas governamentais” (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

Nesse sentido, implementaram-se políticas e programas de desenvolvimento regional que visavam ao aproveitamento dos cerrados e a abertura de novas terras para a exploração agrícola e pecuária. OLIVEIRA alega que

estas ações governamentais promoveram o terceiro fluxo migratório para a região, intensificado na década de 70. Nessa época a população cresceu a uma taxa de 56% passando de 5.283.823 habitantes, em 1970, para 8.047.679, em 1980 (2002, p. 44).

O autor ressalta que as políticas de desenvolvimento, implementadas pelo I e II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, adotaram um modelo de planejamento voltado para regiões específicas do país, iniciado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

A partir dessas políticas regionais, foram criadas várias superintendências, cuja função era coordenar a expansão regional dentro de uma estratégica governamental que enfatizava a criação de pólos de crescimento regional. O II PND definiu, em suas diretrizes gerais, “a política de desenvolvimento do governo federal para o Centro-Oeste, expressada por meio do programa de ação do governo” (OLIVEIRA, 2002, p. 45).

Segundo o Ministério do Interior e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro - Oeste (BRASIL, 1979), no documento síntese do II PND, a região desempenhava um importante papel na estratégica de crescimento nacional, assumindo as funções de:

Produzir alimentos e matérias primas voltadas para a exportação, absorvendo e reorientando as correntes de mão de obra, além de servir de área alternativa para a descentralização industrial (BRASIL, 1979).

De acordo com Oliveira (2002), as diretrizes para a atuação governamental, no período de 1974/1979, consistiam em concentrar esforços nas áreas prioritárias, expandindo a fronteira agrícola e ampliando a infra-estrutura de transporte. Tais áreas para a atuação do governo federal foram selecionadas para os programas especiais de desenvolvimento regional.

Desses programas, o Polocentro e o Prodepan estavam diretamente relacionados com a área da bacia do Alto Paraguai - BAP, onde está situado o Pantanal.

As principais metas estabelecidas nesses programas estavam relacionadas à incorporação de novas terras no processo produtivo, aumentando a produção e a oferta de emprego no setor primário. Os meios para alcançar esses objetivos foram basicamente a implantação de infra-estrutura de transporte e energia, armazenagem pesquisas agropecuárias e assistência técnica (OLIVEIRA, 2002, p. 46)

No início da década de 1980, o governo federal considerava o Centro- Oeste uma região importante na produção de alimentos, cujos objetivos eram

[...] acelerar o processo de incorporação de novas áreas às atividades agrícolas; reforçar a infra-estrutura de transporte, comunicações, energia, armazenamento e estimular o uso de fertilizantes, corretivos e outros insumos agrícolas modernos, promover o aproveitamento do Pantanal [...]; estimular o desenvolvimento da agroindústria (BRASIL, 1982, p. 23).

Por esse motivo, pressupõe-se que essas ações governamentais tenham estimulado diversas atividades, como a agropecuária e a agroindústria moderna, que contribuíram para o consumo dos elementos naturais desse ambiente.

As atividades praticadas no Pantanal estão relacionadas com a prática intensiva de mecanização, com ampliação indiscriminada de agrotóxicos. “Estas práticas foram induzidas por uma política governamental que vinculava o crédito a certo padrão de tecnologia, incluindo aí o uso intensivo de agrotóxicos” (OLIVEIRA, 2000, p. 42).

Nesse contexto, Moretti (2008) destaca dois grandes projetos que estão direcionados a esta perspectiva de desenvolvimento da região pantaneira: o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) e o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul (PDTUR), que julgamos terem trazido desdobramentos territoriais para o Pantanal de Porto Murtinho:

Não é sem propósito que os dois grandes projetos, que terão grande impacto na transformação do espaço sul-Mato-Grossense, promovendo alterações no consumo e na produção do espaço pantaneiro, apresentam no título a idéia de Desenvolvimento Sustentável: inserem, em seus objetivos, a idéia de inclusão do lugar Pantanal no espaço global, por meio da implementação de estruturas que possibilitem a sua participação no sistema global competitivo (MORETTI, 2008, p. 80).

Desse modo, salientamos, a seguir, as implicações desses programas no espaço pantaneiro, dando relevância ao Pantanal de Porto Murtinho.

3.1 O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN e suas implicações socioambientais para o Pantanal de Porto Murtinho-MS.

O Programa Pantanal - Prodepan é um empreendimento conjunto dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com acompanhamento da União e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No arranjo institucional do programa, cada “Estado possui uma equipe técnica que analisa projetos de investimento baseado em critérios de sustentabilidade predefinidos por órgãos de aconselhamento com representantes de toda a sociedade” (TOCANTINS, et al, 2006, p. 93).

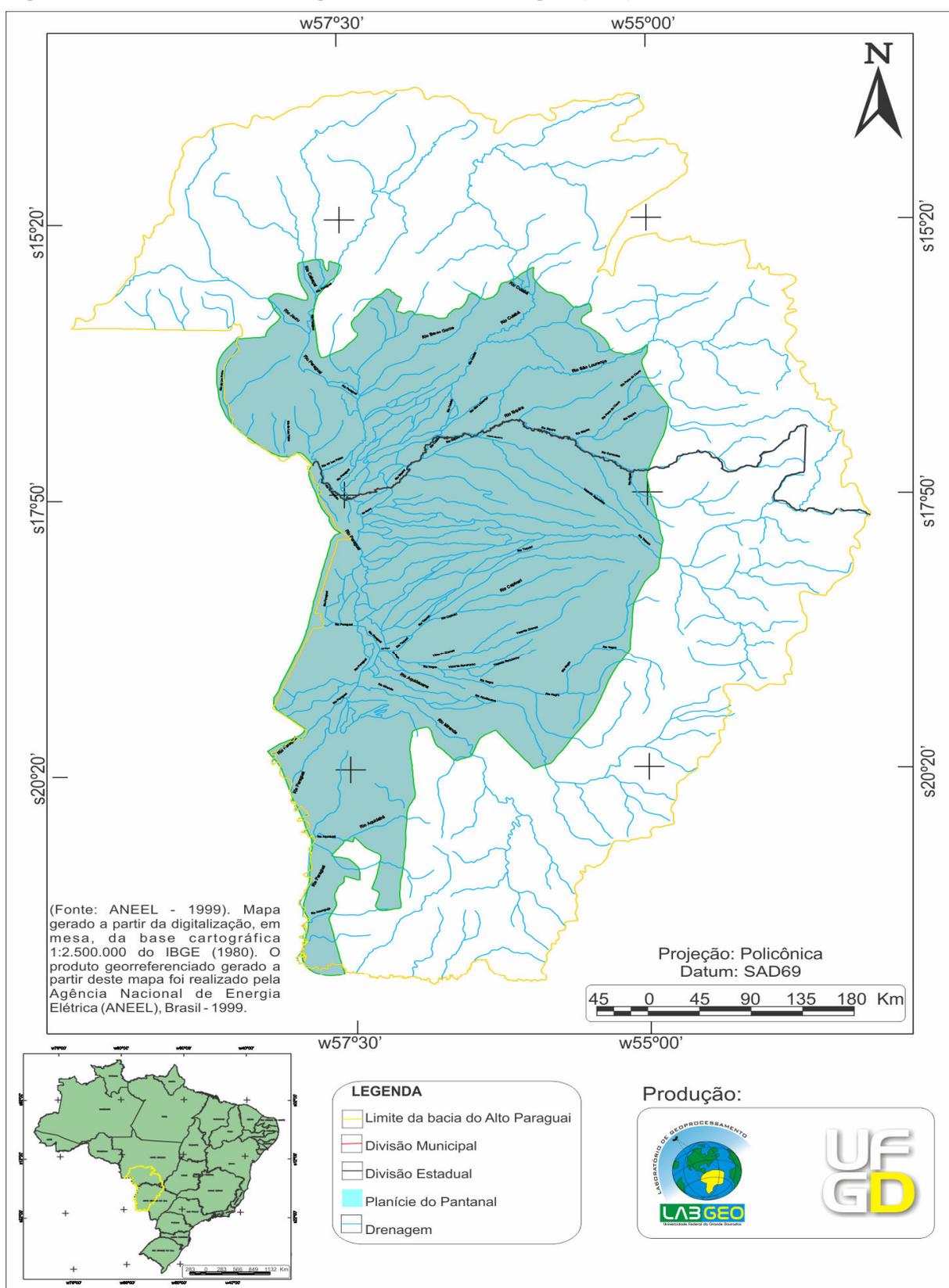
O programa compreende ações distribuídas em três “agendas”: Agenda Verde (projetos de conservação e uso do solo); Agenda Marrom (projetos de desenvolvimento urbano e regional) e Agenda Azul (projetos de gestão de recursos hídricos). Diversas linhas de financiamento estão disponíveis a partir da consolidação das diretrizes do programa. Dentre as quais pode-se destacar o Ecoturismo, a Pesca e a Mineração.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (2001), o objetivo geral do programa era promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai- BAP (ver fig. 23) por meio do gerenciamento e da conservação de seus recursos naturais, incentivando atividades econômicas, ambientalmente compatíveis com os ecossistemas, e provendo melhores condições de vida à população da região. Dentre os objetivos do programa destacamos:

(I) Gerenciamento geral da Bacia e intensivo das sub-bacias críticas, para reduzir a sedimentação e a poluição agrícola e da mineração, aumentar a produção e a produtividade, conservar a biodiversidade e proporcionar melhor qualidade de vida à população. (II) Ofertar água, saneamento e drenagem nas áreas urbanas para reduzir a poluição orgânica e industrial nas sub-bacias e melhorar a qualidade de vida da população. (III) Promover atividades econômicas sustentáveis e ambientalmente adequadas à Bacia, como criação tradicional de gado, ecoturismo, pesca e aquicultura, estabelecendo estratégias adequadas e proporcionando assistência técnica. (IV) Consolidar e estabelecer novas áreas de conservação e implantar estradas parque e estradas turísticas (BRASIL, 2001, p. 6).

Na análise de seus objetivos específicos, que foram transformados em componentes no Programa, “é explicitada a importância da atividade turística relacionada ao ambiente natural para o desenvolvimento regional” (MORETTI, 2008, p. 85). Para o autor, o Prodepan é um projeto que apresenta, no seu conjunto, os novos direcionamentos e orientações para financiamento de ações no mundo globalizado.

Figura 23 – Limite da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai (BAP)



As ações do Programa Pantanal estavam previstas para contemplar cerca de 40 municípios da Bacia do Alto Paraguai – BAP, beneficiando, diretamente, aproximadamente 1,3 milhões de habitantes no Estado de Mato Grosso e 1,1 milhões Mato Grosso do Sul, além de contemplar 39 aldeias indígenas localizadas na BAP.

O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) iniciou em 1974, se constituindo em um conjunto de medidas destinadas a dotar o Pantanal Mato-Grossense de condições para uma melhor utilização de seus amplos recursos, visando a sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional.

No Mato Grosso do Sul, atualmente, existem cerca de “22 milhões de hectares de pastagens, sendo cerca de 16 milhões de hectares de pastos plantados e 6 milhões de pastagens naturais (essas concentradas no Pantanal), com um rebanho de 25 milhões” de cabeças (TOCANTINS, et al, 2006, p. 9). Esta unidade da federação, precursor do Programa Novilho Precoce, que reduz a idade de abate dos animais, tornou-se um dos principais criadores e abatedores de bovinos nos últimos quinze anos.

O Pantanal apresentou-se como propício à criação extensiva de gado, tornando-se a área de maior renome em termos de pecuária, com um rebanho bovino superior a “4,5 milhões de cabeças em 1965, ou seja, 22,3% do contingente regional” (TOCANTINS, et ali, 2006, p. 9).

De acordo com Tocantins (et al, 2006), o gado pantaneiro, destinado principalmente ao abastecimento dos frigoríficos paulistas, teve o seu número reduzido, apresentando, em 1998, um rebanho de apenas 3.254.759 (EMBRAPA PANTANAL). Essa redução se deu em função de diversos fatores, mas, principalmente, à perda de produtividade da pecuária da planície pantaneira em relação à do planalto.

Assim, uma das intenções do Programa Pantanal era construir rodovias em praticamente todo o interior do Pantanal. O mencionado programa tinha previsto tempo de oito anos para ser implementado. Sua implantação ocorreria em duas fases de quatro anos, sendo que a contratação dos recursos previstos para a Fase II está diretamente vinculada ao desempenho de indicadores de sucesso incluído na Fase I (BRASIL, 2001).

O Ministério do Meio Ambiente (2001) divulgou dados revelando que os projetos previstos para a Fase I totalizam recursos na ordem de

“US\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de dólares), abrangendo: Gestão dos Recursos Hídricos; Gestão de Solos e Agrotóxicos; Proteção e Gestão dos Ecossistemas, da Ictiofauna e da Fauna; Saneamento Urbano; Apoio a

Atividades Economicamente Sustentáveis; Estradas Parque e Estradas Turísticas e um projeto especial de Áreas Indígenas” (BRASIL, 2001, p. 7).

No entanto, na execução, o programa encontrou muitas dificuldades relacionadas, principalmente, às informações técnicas insuficientes na região. Isso aconteceu “porque o período de sua elaboração (1972/74) coincidiu com um período prolongado da seca (1959/74) fazendo com que alguns aspectos fossem subestimados” (OLIVEIRA, 2002, p. 48).

Para Oliveira, a partir de 1974, quando se iniciou um novo ciclo de cheias de duração imprevisível, os projetos tiveram seus custos de implantação elevados para muito além do previsto, afetando a viabilidade econômica e tornando os recursos financeiros insuficientes. Para promover o desenvolvimento da pecuária, foram realizados investimentos em pesquisas e assistência técnica aos produtores. No entanto, outros obstáculos foram identificados, tais como:

alto volume de investimentos com alto coeficiente de insegurança, dada a falta de política específica para o setor. Além disso, a exploração intensiva, na maioria das fazendas, do Pantanal, realizada com baixa rentabilidade é imune a riscos elevados e conta com vantagens que a natureza local oferece (OLIVEIRA, 2002, p. 48).

Assim, devido aos empecilhos encontrados na sua execução, o Prodepan teve suas metas e objetivos bastante afastados das previsões iniciais. Como podemos notar na avaliação do programa, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente

os projetos considerados decisivos para criar novas condições para a atividade de pecuária no Pantanal (rodovias, pesquisas, assistência técnica) esbarram em diversas dificuldades e não chegaram a se consolidar; muitos outros projetos, sem relação com a pecuária, foram sucessivamente incluídos na programação; as ações do programa não causam efeitos concretos sensíveis na atividade pecuária, tanto em relação a melhoria técnica como dos resultados econômicos (BRASIL, 1979, p. 167).

Esses fatos mostram que houve falha no diagnóstico que deu origem à programação. O programa foi orientado em bases convencionais, com ênfase em “aspectos econômicos e na análise da infra-estrutura existente, sem aprofundamento daqueles pontos que fazem do Pantanal uma região de características muito peculiares e ainda bem pouco conhecidas” (OLIVEIRA, 2002, p. 49).

Moretti (2008) faz uma ponderação sobre o Prodepan e afirma que o mesmo é um Programa que pretende redefinir o desenvolvimento da região por meio da implementação de projetos.

“Promover o **desenvolvimento sustentável** da Bacia do Alto Paraguai por meio do gerenciamento e da conservação dos recursos naturais, incentivando atividades econômicas compatíveis com o ecossistema e promovendo melhores condições de vida à **população pobre da região**” (PROGRAMA PANTANAL – 1999 apud MORETTI, 2008, p. 85. grifos do autor).

O mesmo autor completa suas reflexões sobre o programa afirmando que o mesmo

É um projeto que apresenta, no seu conjunto, os novos direcionamentos e orientações para financiamento de ações no mundo globalizado. A valorização do componente ambiental, conjuntamente com a definição da atividade turística como atividade econômica a ser privilegiada na região, explicita a função deste local na ordem internacional: o consumo da natureza integrada à captura do tempo livre pelo mercado e a produção do lugar de acordo com a “ordem global” (MORETTI, 2008, p.86).

Assim, para o autor, o Programa Pantanal promoverá transformações no uso e consumo do espaço pantaneiro, haja vista que a partir da década de 90 “é incorporado o elemento natural considerado de suma importância para conseguir financiamento junto aos organismos internacionais” (MORETTI & RODRIGUES, s/d, p. 273).

Nota-se que, nas explicações mencionadas, a inserção do fator ambiental passa a ser considerado pelo Estado um elemento de valor, levando-se em consideração que, nesse período, houve uma mudança de comportamento no que se refere ao uso e consumo dos elementos naturais. Essa mudança de comportamento deve-se ao fato de que, nesse momento, descobriu-se o limite ambiental para o desenvolvimento, ou seja, a sociedade que consumia demasiadamente os elementos naturais poderia levar à escassez deles.

Por essa lógica, descobre-se o reencantamento da natureza, que passa a ser valorizada pelo capital. Assim, observa-se “o interesse de grandes empresas em dominarem o conhecimento sobre os ambientes naturais e sobre as comunidades que atuam nesses ambientes” (MORETTI & RODRIGUES, s/d, p. 273).

Observamos que, entre as linhas de financiamento do Programa Pantanal, o Ecoturismo (Turismo ligado ao ambiente natural) é uma das atividades econômicas escolhidas como destaque, devido ao fato de que a mesma ser vista pelo governo como uma das diretrizes econômicas capazes que dar subsídios para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul.

3.1.1 PRODEPAN e o Turismo – Produção e Consumo do espaço Pantaneiro

Segundo Banducci Júnior (2001), o turismo no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso assume, desde fins da década de setenta, o papel de gerador de renda e emprego no Pantanal, o mesmo transformou a natureza em uma mercadoria peculiar que, para ser consumida, necessita dispor, à atividade, infra-estrutura de acesso e permanência, o que acontece, em geral, de maneira “desordenada”.

Os estudos do PCBAP (1997, apud TOCANTINS, et ali, 2006) afirmam que, no Pantanal, o turismo é exercido de forma esportiva e cultural, com tempo médio de permanência do turista de 4 (quatro) dias. Apontam, ainda, que, somente nas décadas de 60 e 70 é que começaram a surgir essas modalidades de turismo, caracterizadas pelo afluxo para a região de grupos organizados de estudantes praticando o turismo educativo e dos primeiros grupos de pescadores esportivos, atraídos pela alta piscosidade dos rios pantaneiros. “O turismo da pesca, que se enquadra como turismo esportivo, é sazonal, com período de recesso durante a “piracema”, época de reprodução dos peixes, geralmente entre novembro e janeiro” (TOCANTINS, et ali, 2006, p. 87).

O Pantanal de Porto Murtinho se insere no turismo de pesca, pois há, nesse território, fluxo de turistas oriundos de diversas localidades do Brasil que buscam por esse ambiente para praticar a pesca esportiva. Para tanto, o município criou uma infra-estrutura para receber esses turistas, com demanda de hotéis-barcos (barcos com quartos, cozinha, sala) (ver fig. 24).

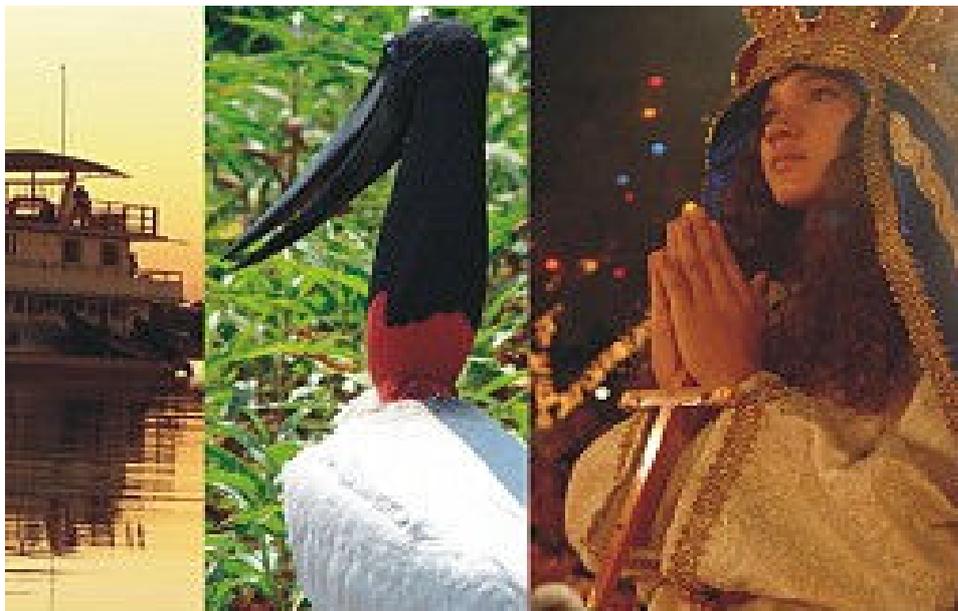
Figura 24 – Hotéis-Barcos em Porto Murtinho-MS



Autoria: COSTA, Lidiane Almeida. Novembro de 2010.

Esses hotéis-barcos costumam percorrer o rio Paraguai fazendo roteiros turísticos idealizados pelo poder público local, conforme podemos notar na fig. 25, que demonstra um folheto informativo em que se destacam os atrativos turísticos de Porto Murtinho-MS.

Figura 25 - Folheto Turístico de Porto Murtinho-MS.



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho-MS. Site oficial do município-2012.

O folheto turístico destaca o seguinte texto:

É na Rota Travessia do Pantanal que esta combinação encontra a perfeição. Combinar o melhor de dois estados (se refere aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) em uma única viagem surpreendendo o turista com paisagens exuberantes e o contato com culturas diferentes. A saída é na cidade de Cáceres no Mato Grosso. São 11 dias navegando pelas águas do Rio Paraguai passando por Poconé, chegando a Corumbá e Miranda. Mas é em Porto Murtinho, a última parada do passeio, que o prazer dessa aventura se intensifica. Monumentos históricos acolhem o visitante nas linhas da história regional, marcada pela miscigenação cultural entre Brasil e Paraguai. A brisa refrescante que toca a popa do barco é a mesma que comemora o peixe fígado. São centenas de espécies de aves e bichos que podem ser observados numa boa cavalgada matinal pelos corixos pantaneiros. A Rota Travessia do Pantanal encontra em Porto Murtinho sua parada perfeita. *City tour* histórico; Apresentações culturais; *Day use* na fazenda pantaneira Porto Conceição. **Viva esta experiência** (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO-MS. Texto extraído do *site* oficial do município em 28 de maio de 2012).

A valorização dos elementos naturais, inseridos na atividade turística passa, na atualidade, a ser considerada um atrativo turístico, em consequência de suas belezas naturais. A abrangência do fenômeno do turismo se situa na complexidade de sua abordagem, pois “o importante não é classificá-lo, mas buscar a compreensão da sua essência, como fato

econômico, político, social e cultural, com grandes repercussões territoriais” (RODRIGUES, 1997, p. 126).

O turismo tem impulsionado transformações substantivas no espaço, não encontrando limites para sua penetração, uma vez que interfere na escala territorial, regional e urbana, agindo também na remodelação da paisagem. Assim, concordamos com Nicolas (2001) quando afirma que os enfoques mais tradicionais, em particular os marxistas, encaram a explicação do turismo, enquanto prática social, como mera derivação do processo de reprodução do capital, relacionada, sobretudo, ao trabalho, e advoga a necessidade de uma abordagem conceitual independente, que divorcia a lógica da produção (trabalho) da lógica do consumo (tempo livre), baseando-se nas diferenças espaciais entre ambas. “O turismo cria, transforma, e inclusive valoriza diferencialmente espaços que poderiam não ter nenhum ‘valor’ no contexto da lógica da produção” (NICOLAS, 2001, p. 49).

Inserimos o Pantanal de Porto Murtinho nessa perspectiva, ao analisarmos a trajetória econômica da área urbana desse ambiente, ou seja, a cidade de Porto Murtinho-MS. Conforme mencionamos, o surgimento e ascensão dessa cidade pantaneira foi marcado pelo ciclo da erva-mate, originado migrações e imigrações, colonizando o Sul do, então, estado de Mato Grosso. Esse perfil persistiu até, aproximadamente, 1918 quando a Companhia transferiu sua sede para a região sul do estado, próximo ao município de Caarapó, na Fazenda Campanário. Com a saída da sede da indústria ervateira, Porto Murtinho perdeu seu grande suporte econômico, mas prosseguiu em ritmo lento com instalação de novas indústrias.

Portanto, dentro da lógica de desenvolvimento regional, Porto Murtinho passa a buscar alternativas de desenvolvimento econômico, sendo o turismo uma opção bastante viável. Desse modo, o turismo por meio de políticas públicas locais, estaduais e federais passa a consumir e a produzir esse território. Uma vez mais, podemos observar essa lógica no informativo da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho:

A cidade é destino certo dos amantes de uma boa pescaria. O rio Paraguai, no ponto em que banha a cidade, é um dos pontos mais piscosos do Brasil, sendo este um dos principais atrativos da cidade. Em setembro ocorre o Festival Internacional de Porto Murtinho (FestiPorto). Além da pesca, o FestiPorto oferece a feira regional de artesanato, competições esportivas e shows com artistas regionais e nacionais (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO-MS. Texto extraído do *site* oficial da prefeitura em 29 de maio de 2012).

Nesse sentido, a produção e o consumo do espaço – destinado ao turismo, ou a outras atividades, podem ser analisadas de acordo com a seguinte reflexão:

Toda e qualquer produção é apropriação da natureza pelo indivíduo (...) produção é imediatamente consumo, e consumo imediatamente produção. Cada um é imediatamente o seu contrário. Mas opera-se simultaneamente um movimento intermediário entre os dois (MARX, 1859, p. 205 e 2009).

Entendemos que outras práticas sociais concorrem para a produção do espaço no Pantanal de Porto Murtinho, sendo o turismo apenas uma delas. As interações espaciais desencadeadas pelo e para o turismo coexistem com outros usos e apropriações contemporâneos do espaço, além das formas sócio-espaciais preexistentes, no entanto, no Programa Pantanal, a atividade turística é parte integrante do planejamento regional:

A presença na Bacia do Alto Paraguai – BAP/MS, de diferentes espaços, alguns já organizados, outros em fase de planejamento para atuar no setor de turismo, agregase ao processo de planejamento que insere essa região nos planos de desenvolvimento sócio-econômico e político estabelecidos desde há muito tempo, fato agora incorporado pelos moradores tradicionais, face ao problema enfrentado com a crise que atingiu a todos os empreendedores dos setores da economia praticada na região (PROGRAMA PANTANAL - Projeto Ordenamento e Promoção do Ecoturismo na BAP-MS, 1999, *apud* MORETTI, 2008, p. 83).

É perceptível que o Programa Pantanal destaca a atividade turística como elemento potencialmente capaz de promover o crescimento regional. Assim, os elementos da natureza são transformados em riquezas e atendem a interesses de uma pequena parcela da sociedade. Portanto, esse território “é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente- relacionado ao poder político do Estado” (HAESBAERT, 2004, p. 40).

E, é nesse sentido que, na abordagem territorial, as dimensões políticas, culturais e econômicas são analisadas a partir da apropriação do espaço. Dos vários exemplos mencionados e abordados, pode-se constatar que os mesmos são resultantes da conflituosa e quase sempre degradantes relações estabelecidas pela sociedade com a natureza.

Entre tais exemplos, também podemos citar o turismo, que tem promovido importantes alterações no ambiente, como cita Moretti (2002):

- Desmatamento para construção de hotéis e estradas;
- Despejo nos rios pantaneiros de esgotos sanitários e óleo proveniente das embarcações;
- Diminuição de peixes nos rios pantaneiros;
- Poluição sonora em consequência do grande número de embarcações nos rios;
- Acúmulo de lixo nas margens e no leito dos rios.

Essas alterações são potencialmente capazes de transformar o espaço pantaneiro, uma vez que a construção de uma infra-estrutura produz um reordenamento da realidade local,

transformando esse espaço em um ambiente que atenda às necessidades econômicas do capital.

Ele é o elemento re-ordenador de uma realidade local, transformando espaços à sua conveniência, tanto no meio ambiente natural quanto no humano, pois a atividade proporciona a circulação, no território, tanto de pessoas como de bens e serviços (MOLINA, 2009, p 2).

O turismo é, muitas vezes, a determinante principal do consumo e da valorização do espaço, transformando objetos naturais em objetos sociais, ou seja, “uma prática social, cooptada pelo mercado, que apresenta um papel significativo na (re)produção e no consumo do espaço, na medida em que são criadas as condições para que o mesmo possa ocorrer” (MOLINA, 2009, p. 3).

Nesse sentido, o território não se define apenas como espaço e sim como uma produção a partir do espaço, como aborda Raffestin (1993), quando se refere ao fato de que as formações dos territórios são desdobramentos de relações políticas, culturais, e sociais que se estabelecem no espaço e que, quando bem agrupadas e organizadas, constroem uma dinâmica social.

Percebemos que o território não é apenas o espaço em si, mas uma congregação de formas sociais, políticas e culturais resultantes de sujeitos que ocupam tal espaço⁹⁵, sendo que, na abordagem territorial, as dimensões políticas, culturais e econômicas são analisadas a partir da apropriação do espaço, e essas estabelecem uma relação de poder, conforme as relações que a sociedade mantém com o espaço, no que se refere a seu uso e consumo.

O turismo cria novas relações sociais e se materializa territorialmente. Fato que engendra no processo de produção do espaço, com a introdução de novos sistemas de objetos e de ações. Apresenta-se, assim, como um elemento de reprodução do capital no mundo globalizado, além de ser mais um agente da produção e reprodução do espaço. No dizer de Milton Santos,

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (2002, p 63).

⁹⁵ Para Raffestin (1993 p. 147) Espaço é construído pelo autor, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação de comunicação.

Em nosso entendimento, as situações a que faz menção são aquelas nas quais, didaticamente, se pode perceber o espaço transformado em mercadoria por meio de um processo de “artificialização”, o que significa, ao fim e ao cabo, que sua produção está voltada para o consumo dos turistas.

No Pantanal de Porto Murtinho, esse processo de “artificialização”, que transforma o espaço em mercadoria, pôde ser notado em trabalho de campo realizado em outubro de 2010, quando entrevistamos a Secretária Municipal de Turismo do município de Porto Murtinho-MS.

Nós temos participado, uma das nossas ações do plano turístico é estar divulgando o município, participando de feiras, aqui e em Campo Grande, dentro do Estado, nós participamos sim, leva o material, os empresários para fazerem negócios, trazer os turistas para cá⁹⁶.

A Secretaria Municipal de Turismo de Porto Murtinho-MS busca, por meio de parcerias, divulgar via mídia, o município, para que o mesmo se torne referência no ecoturismo, ou seja, o turismo voltado ao meio ambiente.

A nossa parceria maior é com a Secretaria de Naturaleza a SENATUR, (Secretaria Nacional de Turismo do Paraguai) [...] a Liz Tramer que é a ministra, então ela que faz os contatos com o departamento, aquele Departamento de Concepción, o de Amambai [...] e então eu acho que a gente tem aqui por ser próximo, do Alto Paraguai o contato e tudo, os deputados, os vereadores, só que nós procuramos estar agindo direto com a parceria do turismo, no meu caso, nesses dois projetos foi direto com a Secretaria Nacional de Turismo.

Como a cidade está localizada no Pantanal de Porto Murtinho e tem como principal atributo o rio Paraguai, o município tornou-se uma referência nacional do Turismo de Pesca. No entanto, essa atividade transformou-se numa ameaça ao ambiente e também à vida cotidiana dos moradores do local, que se sentem incomodados com a presença do turista.

então a menção turismo aqui, ainda não é a menção conservacionista, o turismo de Primeiro Mundo, o turismo aqui é o “turismo da desgraça”. Então vamos para Porto Murtinho, lá nós pescamos, “regassa” tudo, ninguém fala nada, deixa lixo na margem do rio. Isso o turista lá de São Paulo ele pensa [...] então aqui como nós não temos emprego suficiente para a população, nós ficamos desesperados para que o turista venha [...] daí ele chega aqui, ele acha que é o dono da casa, entra na contramão com a camioneta *Ranger* [...] eu me sinto incomodado.⁹⁷

Os problemas que ocorrem no Pantanal de Porto Murtinho não se diferenciam da

⁹⁶ Entrevista realizada com a Secretária Municipal de Turismo (Vivian Cruz) do município de Porto Murtinho-MS, concedida a esta autora, no dia 15 de novembro de 2010.

⁹⁷ Secretário municipal de Meio Ambiente de Porto Murtinho-MS (Fernando Eurípedes Pereira Marques) em entrevista concedida a autora no dia 15 de novembro de 2010, durante a realização do VI Festival Internacional de Porto Murtinho-MS.

sociedade brasileira, mas apresentam algumas características particulares que devem ser consideradas “como fruto das mesmas relações que provocam a problemática ambiental, ou seja, a privatização do espaço” (MORETTI, 2002, p. 3).

As alterações no ambiente pantaneiro estão associadas a mudanças na forma da sociedade relacionar-se com os elementos da natureza. Para Moretti (2002), o Pantanal participa do mercado global, e os segmentos dessa sociedade globalizada são quem usufruem desse ambiente por meio, por exemplo, da exploração do peixe, das águas, do solo, da paisagem.

Desse modo, percebemos que o território pantaneiro é produzido de acordo com as necessidades humanas, criadas no mundo moderno e produzidas no princípio da pilhagem ambiental e na miséria social.

Portanto, essas necessidades humanas se dão de acordo com o momento histórico vivenciado. Conforme afirma Santos

(...) a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, por meio dos objetos, naturais e artificiais [...] não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço (1996, p. 64 e 88).

Além de produto social, o espaço é também um produto histórico e, dependendo do momento, os homens o produzem de modo específico, diferenciado de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Sendo assim, “a produção do espaço pantaneiro pode ser compreendida como uma consequência das relações entre processos econômicos, políticos, culturais, sociais, que apresentam uma manifestação espacial” (MOLINA, 2009, p.4) e também como a complexa articulação entre um sistema de objetos e um sistema de ações que se geografizam e se materializam no espaço, estando em constante movimento de transformação e, assim, intrinsecamente relacionado à ideia de processo social e histórico.

Diante das reflexões aqui mencionadas, cremos que o Programa Pantanal – Prodepan “na prática representa o uso do discurso dominante do Desenvolvimento Sustentável, atrelado à ideia de globalização da economia” (MORETTI, 2008, p. 84). Para esse autor, a contradição está no fato de o discurso se mostrar separado das ações. O projeto apresenta uma roupagem conservacionista, mas as prioridades são o desenvolvimento econômico da região com a diversificação das atividades econômicas.

Para Moretti, a mesma lógica pode ser aplicada ao PDTUR- Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul, pois o mesmo “desconsidera

a existência de contradições e conflitos no processo de produção e consumo do espaço” (2008, p.88). Selecionamos alguns programas idealizados pelo poder público, a fim de fazermos uma análise da ação do Estado e como o mesmo interfere na produção e consumo do espaço.

3.2 Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul – PDTUR

De acordo com Tocantins (et al, 2006), de 1999 a 2001 o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, em parceria com a EMBRATUR, o SEBRAE/MS e o SENAC, implementou o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável do Estado (PDTUR/MS), com o objetivo principal de explorar ao máximo os diferenciais de competitividade que Mato Grosso do Sul tem no setor, multiplicando oportunidades e benefícios econômicos, sociais e ambientais.

O PDTUR, que teve como base as diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), implementado pela EMBRATUR, constitui um planejamento a partir da realidade de cada região, buscando a integração dos programas e projetos, a fim de eliminar a duplicidade de ações.

A elaboração desse plano de desenvolvimento do turismo teve como objetivo mais amplo estabelecer as orientações para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos municípios pelo fortalecimento da sua função turística, conduzindo-o de forma a minimizar seus efeitos prejudiciais e maximizar seus benefícios para a economia e a sociedade, local e regional. Salientamos seus objetivos;

estabelecer as orientações para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Municípios, por meio do fortalecimento de sua função turística, conduzindo-o de maneira a minimizar seus efeitos prejudiciais e maximizar seus benefícios para a economia e a sociedade local e regional (PDTUR, 1998, p. 14).

Dessa forma, os objetivos exprimem que a intenção do PDTUR é racionalizar e orientar o aproveitamento sustentável e compatível dos municípios/região como um todo, de forma a promover o desenvolvimento. Assim, face à oferta de produtos turísticos diversificados, o PDTUR dividiu o Mato Grosso do Sul em sete Macro Regiões Turísticas (MRT):

- MRT 1 - Região da Capital;
- MRT 2 - Região da Bodoquena;
- MRT 3 - Região do Pantanal (Corumbá, Ladário, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio e Aquidauana);
- MRT 4 - Região Norte;
- MRT 5 - Região dos Lagos;
- MRT 6 - Região Sudoeste;
- MRT 7 - Região de Negócios e Lazer.

Nota-se que o município de Porto Murtinho não está inserido no MRT 3 (Região do Pantanal), no entanto, o mesmo apresenta características para o turismo de pesca e expõe as deficiências apresentadas no PDTUR/MS, em que os diagnósticos mostraram a deficiência de saneamento básico, de serviços hoteleiros e de transportes, apontando, como uma das ações de fomento, a importância de se criar uma rede estratégica de pequenos, afirmando que o desenvolvimento turístico no ecossistema pantaneiro está diretamente ligado ao acesso dos turistas.

O PDTUR/MS aponta a redução do fluxo turístico de pesca na MRT 3 e, considerando-a uma região turística de altíssimo potencial, sugere a revisão dos conceitos básicos da atividade, criando uma oferta de novos produtos ao segmento do ecoturismo. Mesmo não inserido na MRT3, o Pantanal de Porto Murtinho apresenta essas ambiguidades, tendo em vista que as ações citadas são facilmente observáveis nesse ambiente, como é o caso da redução do fluxo turístico de pesca em decorrência do alto consumo do peixe:

Nessa época da Piracema nós tivemos 352 quilos de pescado com controle de estoque que pode ser comercializado, que pode ser consumido. Aqui em Porto Murtinho onde deveria ter 2000 quilos ou mais porque, são novembro, dezembro e janeiro, três meses para a cidade consumir peixe, se tiver hoje 100 quilos é muito e não passou nem um mês, no final do mês já não tem peixe algum. Quando chega algum turista em Porto Murtinho e quer comer peixe e não tem, eles vão lá do lado paraguaio comprar (LUÍS CLEMENTE DE SOUZA, Tenente da Polícia Ambiental de Porto Murtinho. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010).

A pesca no Pantanal é uma das principais atividades econômicas. Seu benefício local é direto (apropriação e comercialização de pescado, geração de empregos) e indireto (valor agregado ao turismo de pesca – despesas em hotéis, restaurantes e empresas de turismo da região). A exploração pesqueira no Pantanal é feita “historicamente pelos pescadores profissionais, que capturam e vendem o peixe in natura, sendo que há registros de que o

volume de desembarque por meio dessa atividade já foi bem maior que o percebido atualmente” (TOCANTINS, et ali, 2006, p. 11).

Entretanto, concomitantemente à redução do número de pescadores profissionais e do volume de desembarque pesqueiro na pesca profissional, observou-se nas duas últimas décadas um crescimento vertiginoso da pesca amadora, tanto em termos de número de visitantes registrados como em termos do desembarque auferido por essa modalidade.

Em Porto Murtinho, verificam-se vários indivíduos que sobrevivem da pesca profissional, fazendo parte de projetos e políticas públicas focadas a área social e econômica, cujo objetivo é traçar o perfil dos pescadores do Pantanal de Mato Grosso do Sul, em toda a Bacia do Alto Paraguai - BAP.

Esse projeto é executado pela EMBRAPA e visa valorizar as comunidades tradicionais e promover a organização social de uma atividade extremamente explorada pelos atravessadores (que praticam a pesca ilegal). O projeto envolve pescadores urbanos e ribeirinhos de Corumbá, Ladário, Miranda, Aquidauana, Coxim e Porto Murtinho.

Conhecendo esse perfil, vamos buscar soluções para resgatar e valorizar esse pescador e, a partir daí, fortalecer sua atividade e sua própria organização, para que tenha poder de negociação mais justa e equitativa nessa cadeia da pesca (CRISTHIANE AMÂNCIO, pesquisadora da área de sociologia da Embrapa Pantanal. Entrevista concedida ao jornal Correio do Estado, publicado no *site* da ECOA em 13 de agosto de 2007).

As políticas de pesca de ambos dos estados (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) determinaram a criação de Conselhos de Pesca e a implantação de Sistemas de Controle de Pesca, como principal instrumento de geração de informação específica para subsídio atividade. Assim, é notório o controle do estado sobre os elementos naturais uma vez que “normatiza e regula o uso do ambiente natural pelas atividades econômicas, caracterizada pela tentativa de obrigatoriedade no uso de técnicas consideradas menos impactantes ao meio ambiente” (MORETTI, 2008, p.92).

Logo, o Estado interfere no desenvolvimento da atividade turística, geralmente posicionando-se de forma a garantir a reprodução do capital, ou seja, adotando medidas de apoio ao capital privado. A fim de fazermos uma reflexão sobre essa realidade, nos remetemos novamente a Moretti (2008), pois o mesmo explana que:

[...] o uso do ambiente natural, pela atividade turística, é definida pelos empresários do turismo pela sua valorização econômica, tendo, como perspectiva de desenvolvimento o lucro que a atividade proporciona e não a conservação do ambiente natural e/ou a superação das desigualdades sociais (MORETTI, 2008, p. 89)

Para ele é possível demonstrar isso, haja vista que o “Estado intervém na regulação das atividades dos empreendimentos turísticos, e nos embates travados com os setores empresariais, quando medidas de defesa do ambiente natural são propostas” (MORETTI, 2008, p. 89). No Chaco, ações que visam o desenvolvimento da atividade turística não são perceptíveis, no entanto, existem algumas visando o desenvolvimento da pesca.

O Chaco apresenta pouca infra-estrutura e dificuldades logísticas, embora essa realidade tenha sofrido modificações, a aplicação de políticas públicas nesse ambiente ainda é considerada insuficiente.

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Paraguai (SEAM), pescadores do Departamento do Alto Paraguai (Chaco) propuseram, em maio de 2012, ao Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério do Meio Ambiente (SEAM), o estabelecimento de um frigorífico comunitário, com um gerador, para abastecer e conservar suas mercadorias, haja vista que esses pescadores precisam percorrer longas distâncias para vender seus produtos.

O objetivo do grupo era sensibilizar o governo paraguaio para que o mesmo atendesse suas reivindicações. Trabalhadores da pesca do Chaco de Fuerte Olimpo, Black Bay, expressaram suas preocupações com a falta de eletricidade, gerando perda de seus produtos.

Os mesmos pediram a intervenção da SEAM (Secretaria de Meio Ambiente – PY) para atingir autoridades do Departamento do Alto Paraguai e Boquerón para buscar uma solução. Essa situação obriga os pescadores a vender peixe com preços abaixo do que está disponível no mercado local.

A Diretora das Pescas, Mirian Romero, expressou seu total apoio à proposta com a promessa de esgotar todos os níveis de busca a fim de firmar acordos com outros órgãos estaduais para encontrar uma solução para o problema.

Entre outros assuntos discutidos, foi proposta a criação de uma mesa de trabalho permanente, com vista a alcançar o acesso dos trabalhadores ao seguro de saúde do Instituto de Segurança Social (IPS).

Também insistiu no fortalecimento do tratado assinado com o Brasil para a formação de um fórum bilateral, visando alcançar estratégias para atingir a conformidade com os princípios da igualdade perante os governos brasileiros.

Esse projeto teria como objetivo melhorar a qualidade de vida dos pescadores, preservar e conservar a fauna de peixes, melhorar os controles sobre a pesca e alcançar um crescimento econômico sustentável. “*Con estas iniciativas pretendemos la creación de un Consejo Nacional de Pescadores con personería jurídica, que defienda los intereses del sector*” informa Romero.

A Diretora de Pescas também sugeriu um sistema de controle, de modo que, os pescadores poderiam ser as sentinelas e também depositários de aplicação da lei para reforçar o controle e parcerias de articulação com a SEAM e outras instituições governamentais ou de iniciativas privadas.

Além disso, os pescadores pediram respeito pelo sistema tradicional de pesca existente no Paraguai e rejeitaram o modelo da Argentina em que se propõe dias alternativos para determinados tipos de pesca.

Por último, o Diretor Ambiental disse que a SEAM vai realizar pesquisas para um registro de controle paralelo de pescadores e comparar com o padrão da Secretaria de Ação Social (SAS), a fim de depurar e eliminar possíveis duplos subsídios que estejam ocorrendo.

Com base nisso, entendemos que essa realidade se deve ao fato de que, historicamente, a relação da sociedade com a natureza, é marcada por uma relação técnica que consiste na utilização dos recursos para satisfazer suas necessidades, ou seja, a transformação da natureza mediante o trabalho.

O que vem se alterando, desde então, com o avanço dos sistemas econômicos, intensificados no modo de produção capitalista, é a modificação das formas de uso dos recursos, a criação de novos produtos para serem consumidos pelas pessoas e criação das necessidades desses novos produtos, como é o caso dos elementos naturais.

O problema, portanto, não é a utilização da natureza, visto que ela sempre houve, no sentido de atender as necessidades básicas da vida. Mas a intensificação da sua transformação, ocorrendo aí uma mudança de valores, pautados nos interesses do modo de produção (capitalista), baseados na acumulação de capital. É nesse contexto que surge o Estado.

Entendemos que a participação estatal nos projetos mencionados ajudou a criar novas reorganizações territoriais em todo o ambiente pantaneiro, assim como no Pantanal de Porto Murtinho, isto posto, atrelado à produção e ao consumo dos elementos naturais e/ou de uma parcela da sociedade (proletariado), em benefício de uma determinada classe social (minoritária). Como afirma Foladori, “uma vez surgidas as sociedades de classes, a dominação e a exploração de uma classe sobre outras se traduzem simultaneamente, num comportamento de exploração e dominação da natureza” (FOLADORI, 2001, p. 108).

A instalação da Hidrovia Paraguai-Paraná ressalta essas abordagens, pois têm, em sua essência, discussões relativamente antigas, em função das iniciativas de Governo no que se refere à execução das obras e efetivação do transporte em todo o trajeto projetado.

Esse projeto faz parte dos dois últimos Planos Plurianuais do governo federal (Brasil em Ação-1996-99 e Avança Brasil-2000-2003), que “estabelecem uma estratégia de

desenvolvimento nacional que prioriza as ações de consolidação da infra-estrutura econômica e social, de diversificação da infra-estrutura produtiva e de fomento as atividades exportadoras” (OLIVEIRA, 2002, p. 58). O objetivo é facilitar o escoamento da produção e tornar as regiões brasileiras mais competitivas no mercado externo.

Um dos pilares da estratégia é o aumento de disponibilidade de infra-estrutura econômica [...] Por isso são priorizados os investimentos na recuperação, integração e aproveitamento das malhas rodoviárias, ferroviária e hidroviária, viabilizando assim a formação dos eixos multimodais de transporte (BRASIL, 1997, p. 26).

No Programa Avança Brasil, a implantação de um sistema de transporte multimodal visa a reduzir os custos com transporte da produção agrícola e agroindustrial aos mercados interno e externo, aumentando a competitividade das economias regionais.

De acordo com Oliveira (2002) dos investimentos previstos nesse programa, estão inseridos na bacia do Alto Paraguai: obras de dragagem na Hidrovia Paraguai-Paraná, adequação e ampliação do porto de Cáceres, construção de nova ferrovia entre o Alto Taquari e Cuiabá, com 525 km (Feronorte), duplicação da BR-364 e pavimentação de diversas rodovias.

Essas ações indicam a continuidade do mesmo modelo de desenvolvimento regional adotado nas décadas anteriores, cujos resultados foram “destruição e desperdício dos recursos naturais, poluição, aumento das desigualdades sociais e concentração fundiária” (OLIVEIRA, 2002, p. 59).

Assim, a fim de analisarmos os desdobramentos territoriais para o Pantanal e o Chaco advindo da realização dessas obras, passamos a elucidar sobre o projeto Hidrovia Paraguai-Paraná.

3.3 A hidrovia Paraguai-Paraná

De acordo com Oliveira (2002), a hidrovia é um projeto de expansão da navegação nos rios Paraguai e Paraná (que já existe, mas não para embarcações de grande porte), proposto pelos quatro países do Prata (Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai) com a intenção de promover o intercâmbio comercial entre países e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico da Região (WORD WIDLIFE FUND, 1999 apud OLIVEIRA, 2002, p. 59).

Esse é um projeto que vem sendo alvo de recentes discussões, em função das iniciativas de Governo no sentido da execução das obras e efetivação do transporte em todo o

trajeto projetado. O projeto prevê as seguintes obras (ENVIRONMENTAL DEFENSE FUND, 1998, p. 9).

- A) A ampliação e o aprofundamento da via navegável dos rios Paraguai e Paraná, num trecho de 3.400 quilômetros, que vai da cidade de Cáceres, no Brasil, até Nueva Palmira, no Uruguai;
- B) A retirada dos afloramentos rochosos,
- C) A retificação das curvas dos rios;
- D) A realização de outras obras de engenharia pesada, de forma a possibilitar a expansão do tráfego fluvial de cargas.

De acordo com Oliveira (2002), as obras implicaram em grandes modificações no leito do rio Paraguai (principal rio do Pantanal), responsável pelas inundações periódicas que fazem da região a maior planície alagada do planeta, diminuindo as áreas alagadas do Pantanal e do Chaco. “A dragagem do leito desse rio significa aumentar sua vazão e velocidade, diminuindo a quantidade de água estocada na planície pantaneira” (OLIVEIRA, 2002, p. 59).

A consequência desse fato resultaria na destruição de refúgios onde vivem milhares de espécies de animais e plantas, além de contaminação da água do rio, por causa da intensificação da navegação, o que resultaria na diminuição do potencial pesqueiro. Essas modificações acabariam por alterar a economia e o modo de vida das comunidades de pescadores.

Esse projeto começou a ser discutido, entre os cinco países, em 1987, e foi anunciado oficialmente em 1988. Em 1989, o governo brasileiro contratou a empresas de consultoria Internave Engenharia para elaborar um estudo de viabilidade. O relatório, publicado em 1992, concluiu que o projeto era física e economicamente viável (OLIVEIRA, 2002, p. 60).

Os estudos realizados pelo WETLANDS FOR THE AMERICAS e pela WORLD WILDLIFE FUND, identificaram que ele continha erros de cálculos e omitia os custos ambientais. No presente caso, à medida que os problemas de negociação foram se mostrando complexos, soluções outras para o atendimento da demanda, que o projeto HPP se propunha a resolver, foram surgindo.

O grande beneficiado pelo projeto seria a produção de soja e algodão, em expansão no Mato Grosso e secundariamente, o excedente de produção de produtos minerais do Mato Grosso do Sul. Mas é exatamente esse setor produtivo, por estar em expansão, que passou a adotar opções cada vez mais diferentes para o escoamento de seus produtos.

Para Tocantins (et al, 2006), a implementação efetiva da legislação sobre a navegação no rio Paraguai exigiria um dispêndio por parte do Governo (aparato de fiscalização, recursos humanos, logística, etc). A adoção dos ditames legais pelas empresas também tem um custo de estabilização. Portanto, para se estabelecer um cenário plausível de negociação entre os demandantes dessa situação de conflito (ambientalistas x poder público – inseridos no segundo grupo os interesses econômicos), há que se investir em melhorias no sistema de transporte existente atualmente no eixo operacional da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Boa parte da soja produzida no estado do Mato Grosso é transportada por meio de caminhões no primeiro trecho, até alcançar os terminais ferroviários (Ferro norte – atualmente em Alto Taquari, devendo chegar a Rondonópolis) ou hidroviários (Emplasa – transporte hidroviário pelo rio Madeira até Santarém). Entre as novas opções de escoamento, um projeto de grande polêmica é o da pavimentação da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) (TOCANTINS et ali, 2006 p. 90).

O transporte hidroviário, em uma análise financeira superficial, apresenta os menores custos por quilômetro rodado, em comparação com ferrovias e rodovias, pensando nos custos de implantação e manutenção da hidrovia. No entanto, os custos ambientais, em geral, não são computados, de forma que sua incorporação pode modificar significativamente as análises econômicas. Esses impactos, quando considerados, acabam superando em muito os benefícios do projeto (ENVIROMENTAL DEFENSE FUND, 1988 apud OLIVEIRA, 2002, p. 60).

Oliveira (2002), aborda que, embora se discuta a implementação, ou não, do projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná, o transporte hidroviário na Bacia do Alto Paraguai é uma realidade. Ainda que, em alguns trechos, a carga seja reduzida, algumas empresas mantêm investimentos em ampliação de capacidade dos portos e o poder público tem acenado com a oferta de infra-estrutura de ligação (estrada Cáceres – Porto de Morrinhos). “A existência de um acordo bilateral de uso do rio Paraguai para navegação praticamente normaliza esta atividade” (TOCANTINS, et al, 2006, p. 90). No entanto, conforme constatado em expedições independentes, as normas não são nem cumpridas nem fiscalizadas a rigor.

De acordo com Tocantins (et al, 2006) os investimentos previstos no projeto incluem a melhoria das vias de acesso aos portos fluviais, a sinalização adequada da via e das embarcações, o uso de sistemas de manobra mais eficientes e aumento da segurança das embarcações, além de investimentos em fiscalização e implementação das premissas legais já estabelecidas.

O Mato Grosso do Sul, por exemplo, apostando na multimodalidade do transporte para o escoamento, principalmente de grãos e minérios, tem como medidas, a médio e longo prazo

para a região do Pantanal, colocar em pleno funcionamento o Terminal Hidroviário de Porto Murtinho e remodelar o de Corumbá-Ladário.

O Porto de Porto Murtinho, inserido no projeto Hidrovia Paraguai-Paraná, está localizado à margem esquerda do Rio Paraguai, km 996, tendo como área de influência a porção oeste e sudoeste de Mato Grosso do Sul e conta com 1 (um) armazém com capacidade de 23.000T e capacidade de 180 T/hora de grãos, com acesso rodoviário na BR-267, ligando Porto Murtinho a São Paulo via a cidade de Rio Brilhante.

Figura 26 - Porto de Porto Murtinho



Fonte: Movimento Pró Logística. Disponível em: <http://www.aprosoja.com.br/novosite>

Conforme anunciado na imprensa local, o Governo buscará da União incentivos fiscais para modernização da via navegável, com investimentos em balizamento e implantação de carta eletrônica.

O destino da hidrovia continua em questão. A Corporação Andina de Desenvolvimento (CAF) doou US\$940.000 para a realização de novos estudos, para "complementar" os estudos originais. Os novos estudos projetam derrocamento e dragagem de volume ainda maior para garantir a passagem de comboios de barcaças por 23 passos considerados "críticos", inclusive os no Canal Tamengo (Bolívia) e entre Corumbá e o rio Apa no Pantanal.

A última etapa começou com novos estudos feitos pelo Comitê Intergovernamental da Hidrovia, somados à decisão governamental de integrar o "Projeto Hidrovia" à IIRSA⁹⁸. A iniciativa Sul-americana previa o início das obras no Pantanal para 2005, mas, para isso, era necessário que o Ministério dos Transportes tivesse apresentado, em janeiro do mesmo ano, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA-RIMA), que não foi feito.

Em 2010, voltou à tona iniciativas de retomada do projeto da hidrovia Paraná Paraguai a partir de reuniões promovidas pelo Ministério dos Transportes. Uma das primeiras reuniões para discutir sobre o assunto aconteceu em Junho de 2010 por meio do seminário "A hidrovia do rio Paraguai; o desenvolvimento regional e o PAC 2", realizado na cidade de Corumbá. O seminário teve como intuito identificar os principais fluxos de carga; mensurar os ganhos econômicos provenientes do uso hidroviário e estabelecer metas para o futuro do modal de transporte (ECOIA, maio de 2012).

De acordo com a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes, ligada ao Ministério dos Transportes, o Governo Federal vai investir R\$ 126 milhões na hidrovia do rio Paraguai, denominado Corredor Hidroviário do Paraguai. Desses, R\$ 82 milhões serão para a infra-estrutura do leito e R\$ 44 milhões para infra-estrutura portuária. Os recursos estão previstos para o período de 2011 a 2014, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, o chamado PAC2.

O superintendente da Administração da Hidrovia do Paraguai (Ahipar), Antônio Paulo de Arros Leite, explicou que os R\$ 126 milhões serão aplicados na dragagem, derrocagem (retirada de pedra) e sinalização de toda a extensão da hidrovia do rio Paraguai; adequação de terminais de carga de Ladário (MS) e Cáceres (MT) e na dragagem do Passo do Jacaré (localizado junto à ponte ferroviária Eurico Gaspar Dutra, em Porto Esperança).

Apesar de nenhuma obra estar em andamento, consta no balanço do 2º semestre de 2011 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de Mato Grosso do Sul que, entre os anos de 2011 e 2014, ao todo serão liberados R\$ 78,44 milhões de reais para o início da dragagem, derrocamento e sinalização da hidrovia.

Assim, percebemos que a atuação do governo no Pantanal, gerou aumento de riquezas econômicas, mas trouxe crescimento das desigualdades sociais e transformações ambientais. Essa realidade evidencia que o desenvolvimento sustentável não se aplica ao sistema econômico vigente.

⁹⁸ IIRSA: Iniciativa para a Integração de Infra-estrutura Regional Sul-americana

Antes da implementação de políticas faz-se necessário o conhecimento dos recursos naturais da determinada região em que se pretende constituí-las, assim como o fator social, não deixando de incluir o homem como elemento natural. De modo que, “em sua formulação, considere a totalidade e a diversidade que será impactada” (OLIVEIRA, 2002, p. 63).

Diante das reflexões mencionadas, julgamos necessário citar os projetos idealizados pelo Estado Paraguai e também os de iniciativas privadas voltados para a lógica de Desenvolvimento Sustentável do Chaco Paraguai.

3.4 Projeto Nacional Paraguai: *Apoyo a la formulación de La Reserva de La Biosfera del Chaco Paraguayo*

O Projeto de *La Reserva de La Biosfera del Chaco*, pretende atingir áreas chaquenas que apresentam ameaças ambientais, a fim de detectar e impulsionar o desenvolvimento sustentável desse ambiente e garantir um melhor nível de vida para seus habitantes.

Prevê-se declarar Reserva da Biosfera um extenso território situado ao norte do Chaco Paraguai, cuja forma recorda um polígono irregular. Seus limites se coincidem com a fronteira internacional com a Bolívia, desde a cidade denominada de Bahia Negra no Departamento de *Boqueron*, no Rio Paraguai, até *Médanos del Chaco* no oeste do Paraguai. No sul, apresenta uma extensa área que pertence aos povos indígenas da tribo *Ayreo*, que está ameaçada de extinção.

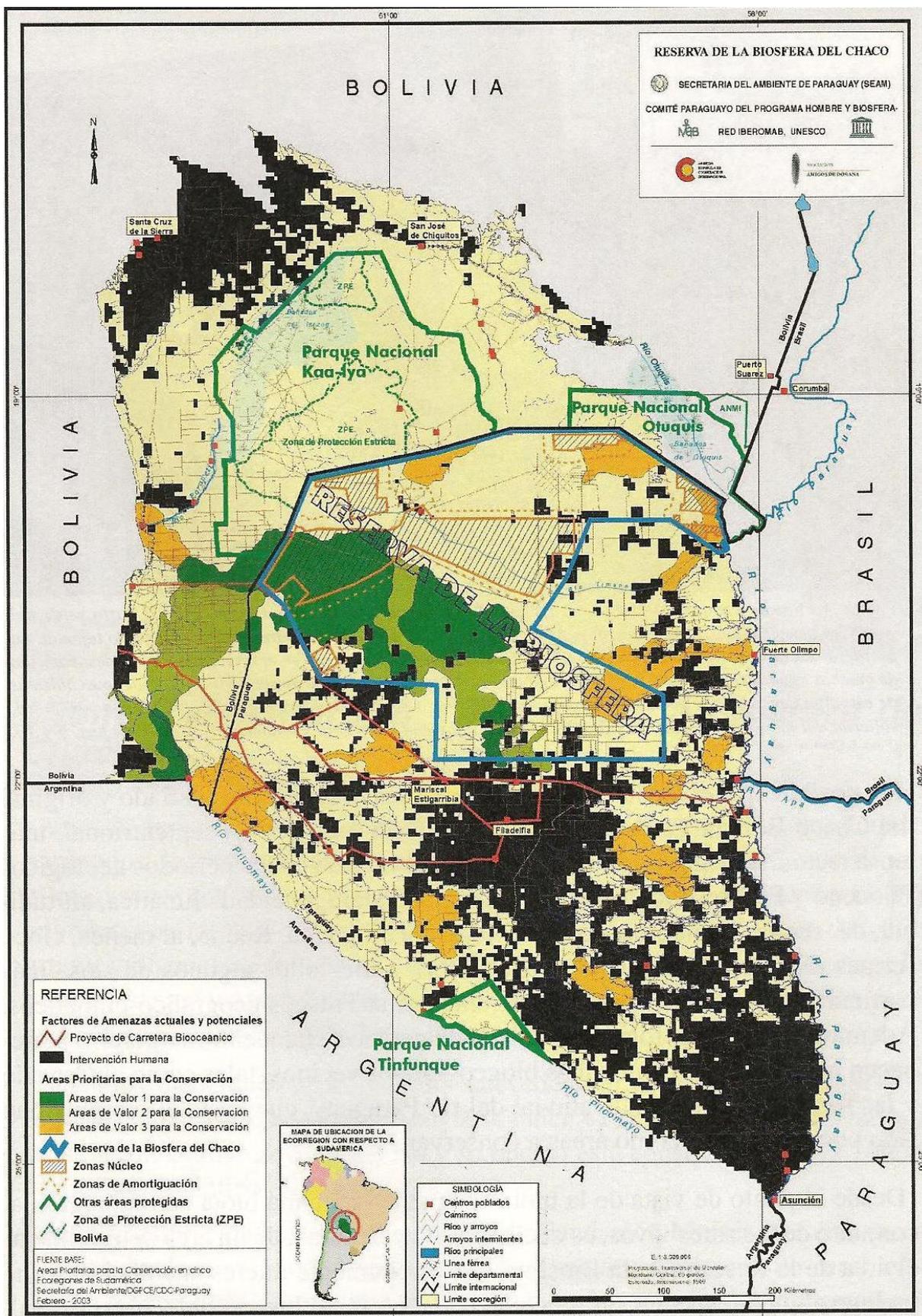
As áreas proposta pelo projeto estão integradas pelos seguintes Parques Nacionais e Áreas Protegidas: *Parque Nacional Teniente Agripino Enciso*, *Parque Nacional Rio Negro*, *Monumento Natural Cerro Chovereca*, *Reserva Natural Cerro-Cabrera-Timane* e o *Parque Nacional Médanos del Chaco*. Observa-se que a cidade de Fuerte Olimpo não se insere na Reserva (ver fig. 27).

Idealizado pela Secretaria de Meio Ambiente (SEAM), em conjunto com o Comitê Paraguai do Programa Homem e Biosfera- RED IBEROMAR da UNESCO, o projeto é fruto das reflexões sobre as constantes ameaças ambientais desse ambiente, assim como o modo de vida da população.

Segundo a SEAM (2004), as leis da República do Paraguai obrigam a todos o cumprimento de preservar os recursos naturais existentes na Reserva de Biosfera. Mediante planos traçados no projeto, a Reserva teria um Conselho de Coordenação de amplo consenso constituído por convênios.

O convênio integra a administração pública, associações privadas, líderes de comunidade locais, proprietários de fazendas, pessoas de reconhecido prestígio cultural e científico, Forças Armadas e outros, sendo, portanto, uma representação social.

Figura 27 - Reserva de la Biosfera del Chaco



Fonte: Paraguay. Secretaria de Meio Ambiente, 2004.

Mediante diálogos realizados com diferentes setores sociais, visa, principalmente, promover o bem estar econômico da população local. Assim, o governo paraguaio e a Secretaria de Meio Ambiente vem trabalhando, desde o ano de 2001, nesse projeto.

O Decreto 13.202, de 27 de maio de 2001, declarou a *Reserva de La Biosfera Del Chaco*, para posteriormente ser reconhecida pela UNESCO.

El comité Paraguayo Del Programa MaB, como no puede ser de otra forma, apoya decididamente el interés de nuestro Gobierno en conservar el Chaco a través de la figura de Reserva de la Biosfera, interés que viene de lejos y quedó bien demostrado por la promulgación del decreto 13.202, del 27 de mayo de 2001, mediante el cual se destina un gran territorio en el norte de nuestro país para que la Organización de la Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) declare a la Reserva de la Biosfera del Chaco y la integre en la Red Mundial. (PARAGUAY, 2004).

O Governo paraguaio elaborou uma apostila com os objetivos do projeto a fim de serem distribuídas para a população chaquenha. Na mencionada apostila, é notável o esforço do governo em promulgar o bem estar dos habitantes, dando relevância para os indígenas, considerados os mais necessitados economicamente.

Devido à baixa densidade populacional do Chaco e à falta de infra-estrutura, a diversidade ecológica existente no local se configura de extrema importância para a sobrevivência dos seus habitantes.

Essa diversidade ecológica vem sendo ameaçada pela prática de algumas atividades econômicas que vem sendo realizada, em grande parte por fazendeiros que praticam a pecuária.

Nesse sentido a SEAM destaca: *“incêndios, roturaciones, pesticidas, salización de suelos, fragmentación del hábitat, sobrepastoreo, caza comercial, y generalizado avance de la frontera agraria”* (PARAGUAY, 2004, p. 16).

As referidas transformações ambientais colocam em risco os recursos naturais existente do Chaco e também do Pantanal, haja vista que o Chaco é parte integrante desse ecossistema.

Las referidas amenazas exponen los recursos naturales del conjunto del Chaco, su diversidad y su medio cultural, a un fuerte proceso de degradación, con serias implicaciones dada a la alta fragilidad de sus ecosistemas y la irreversibilidad de algunos de los procesos. Se ha originado un creciente empobrecimiento de todo el sistema, con una significativa repercusión en el campo social y cultural, al afectar especialmente a los ya desestabilizados grupos y comunidades indígenas. (PARAGUAY, 2004, p. 16).

O governo paraguaio declara que a *Reserva de Biosfera no Chaco*, traria benefícios derivados a diferentes frações de classes. Vemos uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que assinala a preocupação em diminuir os impactos ambientais e resolver as questões dos indígenas, aponta benefícios para os agentes causadores desses problemas, como é o caso da atividade agrícola e pecuária praticada por proprietários de terras.

Se extenderían incluso hacia otros campos prioritario del Paraguay, como el desarrollo de las ciencias básicas, la integración cultural, la agricultura e la ganadería ecológica, el ecoturismo, la justicia social y la creación de objetivos claros y orientadores para la juventud estudiantil o con preocupación social y solidaria, y en resumen, todo eso prestigiaría y resaltaría la imagen internacional del país. (PARAGUAY, 2004, p).

De acordo com trabalho de campo, realizado em novembro de 2010, nota-se que enormes trechos do Chaco estão sendo devastados por pecuaristas brasileiros, proprietários de terras no Chaco. Também se nota a presença de menonitas de língua alemã, descendentes de colonizadores que trabalham como agricultores e fazendeiros.

Também foi possível observar terras sendo devastada por tratores e árvores sendo queimadas. “O céu às vezes ganha um tom “cinza crepuscular” no meio do dia. Acordamos com gosto de cinzas na boca e com uma fina camada branca na língua” disse um morador ao ser entrevistado.

De acordo com análises por satélite do *Guyra*, um grupo ambiental de Assunção, no mínimo 485 mil hectares do Chaco foram desmatados nos últimos dois anos. Ainda segundo o grupo, fazendeiros, abrindo caminho para suas enormes criações de gado, já devastaram cerca de 10% das florestas do Chaco nos últimos dez anos. Isso se reflete no crescimento da exportação de carne. A fig. 28 demonstra queimadas no Chaco Paraguaio, Departamento de Alto Paraguai.

Figura 28 - Queimada no Chaco Paraguaio



Fonte: PARAGUAY. Secretaria de Meio Ambiente - SEAM. Projeto de Ordenamento Territorial. 2010.

“O Paraguai, infelizmente, já está entre os campeões de desmatamento”, afirmou o promotor e ex-ministro do Meio Ambiente Jose Luis Casaccia em entrevista ao Jornal Instituto Humanitas Unisinos, em maio de 2012, sobre o desmatamento que vem ocorrendo nas florestas atlânticas do leste do Paraguai nas últimas décadas, causado pelo cultivo de soja. Restam pouco mais de 10% das florestas originais. “Se insistirmos nessa loucura”, disse Casaccia, “quase todo o Chaco poderá ser destruído nos próximos 30 anos.” Ver fig. 29, mapa ilustrativo de áreas ameaçadas ambientalmente no Paraguai.

O jornal Instituto Humanitas Unisinos (Maio de 2012) argumenta que, quando criticadas por seu papel no desmatamento, as comunidades menonitas admitem que grandes trechos de floresta fossem removidos. Mas eles negam a culpa, afirmando que operam dentro da lei paraguaia, que exige que proprietários preservem um quarto de suas terras no Chaco. “O que os brasileiros fazem, comprando terras com a sua moeda forte, é algo completamente diferente”, disse um membro da Câmara Municipal de Loma Plata, uma cidade menonita ao jornal citado.

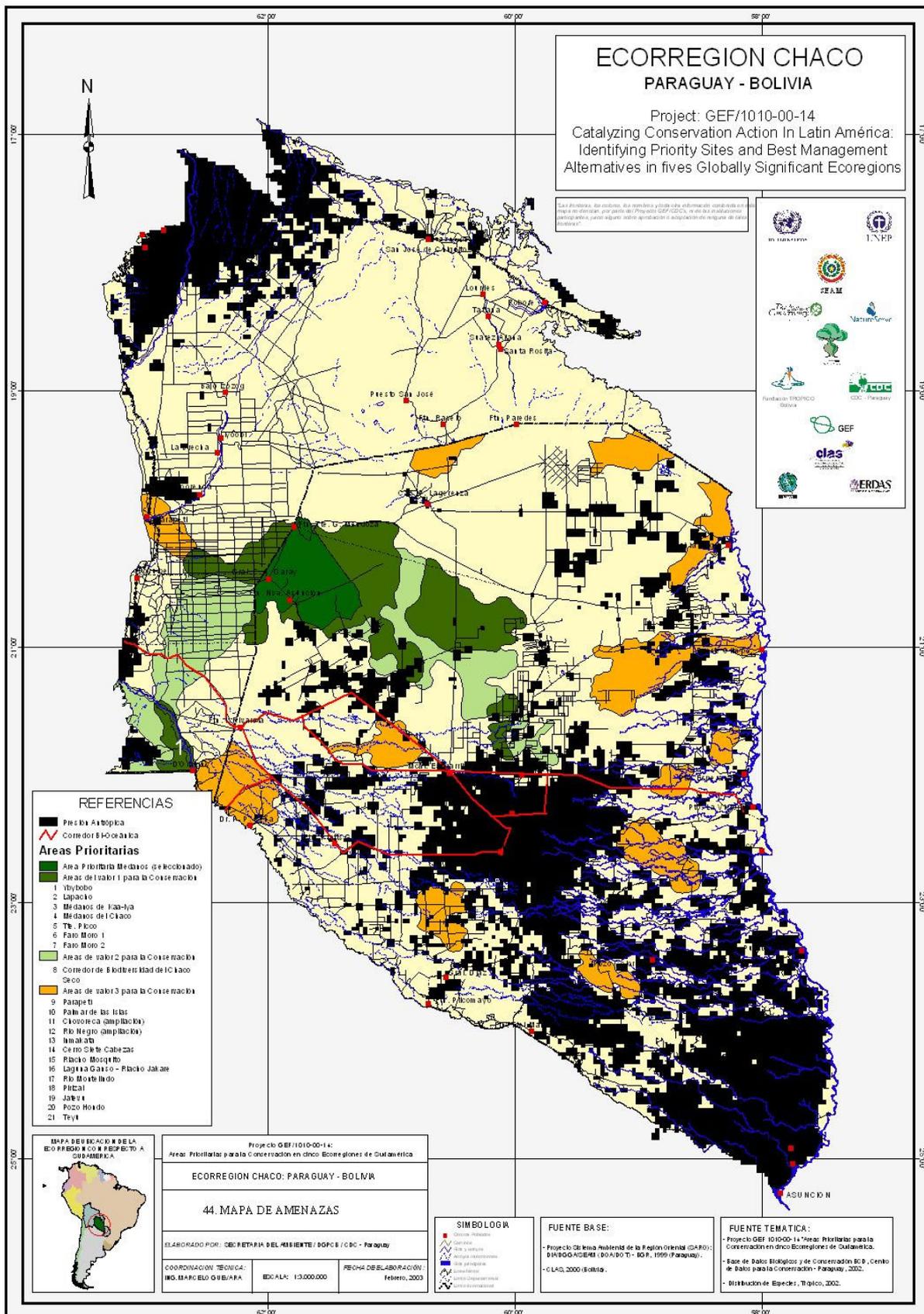
Por todo o Paraguai, é impossível ignorar a influência econômica do Brasil, simbolizada nos cerca de 300 mil brasiguaios que são conhecidos por ajudar na expansão industrial e pecuária no país.

A questão mais preocupante é que a corrida por terra tem aumentado o impacto sobre os povos indígenas do Chaco. Um grupo de caçadores-coletores, os ayoreos, está sendo especialmente afetado pelas mudanças. Em 2004, 17 falantes da língua ayoreo entraram em contato com o mundo exterior pela primeira vez.

A contradição é bastante perceptível, pois o texto do projeto evidência que as razões que justificam a declaração da Biosfera são as seguintes:

Defender a los indígenas y contribuir a que puedan mantener SUS usos tradicionales y su cultura [...] Preservar al patrimonio natural que encierra el Chaco para las generaciones futuras [...] Mantener usos culturales tradicionales de los paraguayos [...] Contribuir a que la población local participe en la toma de decisiones sobre el territorio en que vive [...] Crear un marco que permita generar riqueza en base a modelos de sostenibilidad [...] Contribuir a la integración de un amplio territorio en el deben buscarse sinergias y acciones integradas de todo o tipo [...] Difundir a nivel mundial la importancia del Chaco y proyectar una imagen moderna del Paraguay [...] (PARAGUAY, 2004, p.22)

Figura 29 – Áreas sob ameaças ambientais no Paraguai



Fonte: Paraguay. Secretaria de Meio Ambiente, 2006.

Assim, percebe-se que a função básica do Estado é a preservação das relações de produção, com todas as suas implicações: manutenção e reprodução de ambas as classes sociais, a classe capitalista enquanto classe dominante; e a classe trabalhadora enquanto classe trabalhadora. “O "interesse" do Estado não é o interesse de uma classe ou de outra, mas reside na vigência da relação social, desigual e contraditória que as cria e preserva enquanto tais” (CORAZZA, 1987, p. 1). Nesse sentido destacamos outro projeto idealizado pelo Estado Paraguaio para a sustentabilidade do Chaco.

3.5 Projeto Nacional Paraguaio: *Ordenamiento Ambiental del Territorio de los Departamentos de Alto Paraguay e Boquerón*

Idealizado pela Secretaria do Meio Ambiente do Paraguai o Projeto de Ordenamento Territorial dos Departamentos do Alto Paraguai e Boquerón (OAI) é um instrumento de planificação da Política Nacional do Paraguai (PAN), sendo, portanto, uma das bases para o Ordenamento Territorial do Paraguai, cuja função é fazer levantamentos sobre as condições sociais, econômicas e ambientais daquele país. Esse projeto teve início em fevereiro de 2005 com finalização de seus trabalhos em setembro de 2006.

O Projeto de Ordenamento Territorial foi dividido conforme as regiões geográficas existentes no Paraguai, portanto, Região Oriental e Ocidental e posteriormente em departamentos pertencentes a cada região. Salientamos o Projeto de Ordenamento Territorial dos departamentos de Boquerón e Alto Paraguai, pelo fato destes fazerem parte do Chaco.

A pretensão do projeto é orientar o processo de ocupação e transformação do território, mediante definição de características físicas, climáticas, hidrológicas, biológicas, econômicas e culturais, de modo a assegurar a sustentabilidade ambiental no processo de desenvolvimento. Inserido no projeto está o Plano de Ordenamento Territorial (POAT), que se fundamenta nos objetivos e estratégias do PAN e traça as diretrizes gerais a serem consideradas a nível municipal e departamental.

O objetivo geral do Plano de Ordenamento Territorial (POAT) é construir uma ferramenta para orientar o processo de desenvolvimento dos Departamentos, analisando as transformações espaciais de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política Nacional (PAN).

Sendo assim, o processo de instauração do Projeto de Ordenamento Territorial se iniciou em fevereiro de 2005, quando os governos departamentais firmaram convênios de

descentralizações e atribuições junto a Secretaria de Meio Ambiente (SEAM) e também acordos interinstitucionais entre a Fundação DesdelChaco e Secretaria Técnica de Planificação e Governabilidade, essa última vinculada a SEAM.

Mediante tais acordos se firmou um Comitê Coordenador, que elaborou os planos de trabalho, sendo que a equipe foi formada por um membro efetivo e um titular das seguintes instituições: SEAM/Direção Geral de Gestão Ambiental (DGGA), Secretaria Técnica de Planificação, governos departamentais e municipais e Fundação DeSdelChaco,

O Projeto dispõe de fundos monetários da Operação Técnica e Financeira da USAID⁹⁹ e União Européia, das quais elaboraram informes técnicos, trabalhos de campo e a participação das organizações públicas e privadas representativas de ambos os Departamentos e também de âmbito nacional. O plano de trabalho se caracterizou da seguinte forma:

Fase 1 – Firma del Acuerdo de trabajo SEAM/STP/Gobernación, conformación del Comité Coordinador, elaboración del plan de trabajo. Fase 2 – Contratación de consultores, taller de socialización, análisis de FODA, detección de La expectativa de la población con realción al OAT em lós Dept. de Alto Paraguay e Boquerón. Socialización de La propuesta em talleres de validación de resultados: Servieron para analizar, discutir em modificar y/o complementar la propuesta del OAT (PARAGUAY, 2006, p. 8).

Assim, o plano de trabalho foi dividido por temas e elaborado conforme determinação de leis paraguaias. Levando-se em consideração a proposta de trabalho do Ordenamento Territorial e as recomendações finais elaboradas pelos técnicos, passamos a ponderar as conclusões elaboradas pelos mesmos, no intuito de refletirmos sobre as leis ambientais do Paraguai e como essas exercem influência na produção e consumo do espaço chaquenho.

3.5.1 O Projeto de Ordenamento Territorial e a Política Florestal Paraguaia: produção e consumo do espaço chaquenho

Conforme estabelece as leis ambientais do Paraguai, os elementos naturais têm sua importância tanto do ponto de vista ecológico quanto do ponto de vista econômico. A floresta permite diversas “inter-relações entre os organismos e o seu meio físico, constituindo-se num ecossistema terrestre onde interagem organismos tais como fungos, bactérias, algas, árvores, vermes, aves, insetos, mamíferos e o próprio homem” (GONZÁLES & BACHA, 2007, p. 1).

Além disso, “a floresta serve para regulação da intensidade dos ventos, para regulação dos ciclos hidrológicos, e fornecem uma série de bens ao homem, tais como madeira, folhas, raízes e frutos” (PARAGUAY, 2006, p. 3). Normalmente, apenas esses bens têm sido

⁹⁹ USAID é a Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

valorados nas análises econômicas, e essa valoração é considerada para definir a importância de políticas florestais.

De acordo com Gonzáles & Bacha (2007) a política florestal compõe-se de normas e estímulos que deveriam ser baseados nos princípios da sustentabilidade no manejo dos recursos florestais, na valoração ambiental desses recursos, na participação democrática da sociedade para a planificação e execução dos programas e projetos florestais, na descentralização, regionalização e transparência da execução e tomada de decisões e na equidade na aplicação da legislação florestal.

Nesse sentido, para a execução da política florestal é indispensável adotar leis em consonância com costumes e normas jurídicas do país respectivo, que permitem o acima exposto. Por sua vez, a legislação florestal deve guardar harmonia com o progresso econômico e social do país e também promover tal progresso (FAO, 2005 *apud* GONZÁLES E BACHA, 2007). No entanto, nem sempre isso tem ocorrido.

La producción forestal tiene su marco legal en constituido por la ley 422/73 "Forestal y establece los mecanismos inherentes para el aprovechamiento nacional de este recurso sin el cambio de uso de la tierra e con criterios productivos que a su vez buscan la sustentabilidad (PARAGUAY, 2006, p.3)

Igualmente devem-se levar em consideração as especificidades que seguem cada legislação assim como as recomendações consideradas para cada tipo de proposta, tanto aquelas relacionadas à produção primária como de outros setores da produção, como por exemplo, a industrial.

Nos casos do Brasil e Paraguai, a legislação estabelece zoneamentos para o uso da terra dentro da propriedade rural, o que a torna um mecanismo de política de rendas. A política de rendas é constituída de regulamentações que determinam valores mínimos ou máximos para o pagamento pelo uso dos fatores de produção ou produtos elaborados numa economia e/ou restringem a produção e a comercialização de produtos e o uso dos fatores de produção (GONZÁLES & BACHA, 2007).

Para Gonzáles & Bacha, as políticas florestais do Brasil e Paraguai, no que diz respeito ao controle do desmatamento e incentivo ao reflorestamento, ainda não foram comparadas, e um estudo comparativo da legislação florestal desses países pode levar a uma melhor compreensão e possível cooperação entre ambos para a conservação do meio ambiente e da natureza como um todo, dado que ambos são vizinhos e pertencem a um bloco econômico comum, que é o Mercosul.

Em diálogo, Magalhães (2002) revela que, em razão do rápido processo de desmatamento no país e a expansão da economia nas áreas de construção civil, produção de celulose, carvão vegetal, entre outros, os distintos governos estabeleceram normas para controlar o desmatamento e, com esse fim, foi promulgado o primeiro Código Florestal em 1934. “Este código restringiu o desmatamento das propriedades privadas em até 75% da vegetação existente e instituiu a obrigatoriedade de o proprietário rural obter licenças para explorar áreas próximas aos rios e lagos” (GONZÁLES & BACHA, 2007, p. 41). Também previa a criação de unidades de conservação.

No Paraguai de acordo com Ibarra & Nuñez (1998), na década de 1930, para realizar as explorações das espécies florestais do Paraguai, era preciso uma licença em cumprimento à lei nº 1248 de 1931 (conhecida como “Código Rural”). Na década de 1940, as explorações das espécies florestais continuaram, sendo as espécies mais buscadas as usadas para a obtenção de toras, que logo eram comercializadas para obtenção de renda.

Segundo Brañes *apud* Gonzáles e Bacha (2007) nos últimos cinquenta anos as leis florestais dos países da América Latina têm estado fortemente influenciadas pela pioneira lei nº 13.273, que versa sobre a defesa da riqueza florestal, expedida na Argentina em 1948. A partir da década de 1960 foram impulsionados no Paraguai os processos de colonização em direção às áreas florestais do leste, fronteira com o Brasil. Conforme já mencionamos anteriormente, esse fato fez com que vários brasileiros adquiriram terras mais, em especial no Chaco.

A partir desse contexto observamos o processo de produção do espaço começa a mudar de forma no território chaquenho, pois, em 1963 surgiu a lei nº 854, do Estatuto Agrário, que estabeleceu categorias de latifúndio em função do conceito da racionalidade da exploração, sendo esses sujeitos à expropriação.

O Projeto de Ordenamento Territorial revela que na atualidade a produção e exploração florestal no Chaco são mantidas pela lei 422/73 que regula essa atividade assim como o uso da terra necessário para a conversão de bosques em áreas para exploração agropecuária e as que fundamentalmente por meio de mecanismos dessa mesma lei, regulam e comercializam o material florestal explorado, até mesmo aqueles que já foram transformados em cortes, tábuas, vigas e móveis.

Dentro desse contexto, geram uma série de situações de conflitos cuja origem tem várias condicionantes, como por exemplo, a falta de definição de áreas de bosque. A Secretaria de Meio Ambiente, por meio de técnicos que participaram desse projeto, nos revelaram em trabalho de campo, realizado em agosto de 2010 na cidade de Assunção-PY que

a estrapolação das regulamentações é uma realidade bastante complexa, assim como os conflitos dos órgãos reguladores.

A lei ambiental no Paraguai indica que a terra com cobertura florestal, seja de propriedade estatal, seja privada, está sujeita ao regime da lei nº 422, que data de 16 de novembro de 1973 e que regula a utilização e conservação das florestas ou bosques do país.

Para Gonzáles & Bacha a lei determina que o uso racional e manejo do bosque (como são conhecidas as matas no Paraguai) são de interesse público e proíbe a devastação e a exploração irracional das florestas. “As terras com aptidão para produção madeireira devem ser utilizadas respeitando-se as restrições e limitações impostas pela presente lei” (GONZÁLES & BACHA, 2007, p. 46).

A lei nº 422/1973 procura assegurar a proteção, renovação e sustentabilidade dos recursos florestais, controle da erosão, proteger os mananciais e bacias ribeirinhas, estimular o florestamento e reflorestamento e a conservação da vida aquática e silvestre ribeirinha.

No entanto, o trabalho de campo antes mencionado, nos apontou que os informes finais realizados no Plano de Ordenamento Territorial (POAT) revelam que devido à agropecuária ser a principal atividade econômica do território, a exploração florestal deverá ser feita nas áreas com menor receptividade para a produção agropecuária. O informe final do POAT considera que a produção florestal é possível ser praticada em qualquer unidade territorial da zona de produção. Assim específica:

La producción forestal es posible desarrollar en cualquiera de las sub unidades territoriales de zona de producción, atendiendo a que la misma se basa en el aprovechamiento de los recursos forestales existentes en todas las unidades mencionadas y en el uso de reforestación la misma puede ser desarrollada igualmente casi todas las situaciones planteadas, toda vez que para caso se utilicen y consideren las tecnologías y practicadas adecuadas para el tipo de producción, y la oferta ambiental en su contexto general (PARAGUAY, 2006, p. 9).

Desse modo, as terras incultas com cobertura florestal, não exploradas racionalmente e classificadas como improdutivas, têm sido um “dos fatores mais atuantes na transformação de terras florestais em terras para usos agropecuários” (GONZÁLES & BACHA, 2007, p.45) tanto para o caso dos latifundiários que desflorestavam milhares de hectares de matas para justificar que não se tratava de terras incultas e assegurar o seu domínio como também para o caso das colônias que eram habilitadas em áreas florestais.

O órgão do governo encarregado das regulamentações é o Servicio Forestal Nacional (SFN) do Ministério de Agricultura. O mesmo é responsável pela formulação da política florestal, das quais implicam:

Administrar as reservas estatais; implantar viveiros; outorgar licenças e concessões para explorar bosques do Estado; classificar bosques; aplicar multas aos que violem as normas e regulamentações florestais; outorgar licenças para a movimentação e o comércio de madeiras e outros produtos florestais; elaborar o mapa florestal nacional; autorizar a exploração de terras madeireiras privadas; aprovar eventuais planos de manejo e outras atividades correlatas (PARAGUAY, 2006, p. 4. Tradução nossa).

Para o transporte de madeiras e outros produtos florestais é necessária uma permissão especial ou guia outorgada pelo SFN, que é a “Guia de Circulación de Productos Forestales” (GUIA FORESTAL). Os indivíduos ou entidades interessados em explorar os bosques, comercializar ou industrializar produtos florestais ou no reflorestamento para posterior exploração devem efetuar o registro no SFN.

Lamentavelmente para a grande maioria da população chaqueña, o SFN é um documento que só existe burocraticamente, pois indivíduos transportam madeiras com facilidade de um local a outro, sem portar tal documento. Em trabalho de campo no Chaco, observamos essa realidade, por esse motivo indagamos o motivo de tal fato ao Tenente da Polícia Ambiental (PMA) do Brasil em Porto Murtinho-MS, haja vista que o mesmo costuma percorrer a fronteira Brasil/Paraguai, para fazer fiscalizações.

O mesmo nos respondeu que: “Tem uma parceria que eles chamam de irmandade, temos muitos brasileiros do lado paraguaio, muitos paraguaios do lado brasileiro que tem família, então não tem esse negócio de pegar documentação” (Tenente da PMA de Porto Murtinho-MS. Entrevista concedida a essa autora em 16 de novembro de 2010).

Essa realidade influencia na produção e consumo do espaço, uma vez que as leis deixam de ser cumpridas, pois, verifica-se assim, o aumento indiscriminado do processo de transformação dos elementos naturais, demonstrando a pouca eficácia das legislações florestais.

As causas para essa ineficiência “concentram-se na corrupção das autoridades florestais, escassez de recursos humanos e materiais para fiscalização, falta de alternativas econômicas à população nas áreas florestais e grandes interesses de madeireiros” (GONZALES BACHA, 2007, p. 52).

Tais problemas são perceptíveis na cidade de Fuerte Olimpo/ Chaco:

Em relação ao Chaco paraguaio lá tem suas legislações, das quais eu desconheço, porém sei que tem, pois o governo paraguaio acionou o sistema de fiscalização e “pegou” muita gente que estava abusando do meio ambiente no norte do Paraguai. A maioria eram brasileiros. Nós temos o IBAMA, que sabemos que fiscaliza nossas áreas (Pantanal), o que difere do Paraguai é que lá existem dois problemas graves que é a falta de infra-estrutura para a fiscalização e a corrupção. Então lá (Paraguai) você compra o direito de ser dono de determinado lugar. No entanto, o novo governo deles tem uma vontade grande de querer resolver estes problemas [...]

Existe legislação no Paraguai, o que não existe é fiscalização [...] temos que resolver as diferenças de ação, pois tem navios que saem de Fuerte Olimpo, carregados de jacaré, ovo de ema, entre outras mercadorias ilegais que demandam crime ambiental (TENENTE DA POLICIA AMBIENTAL DE PORTO MURTINHO-MS. Entrevista concedida a esta autora, em 16 de novembro de 2010).

As mesmas deficiências são encontradas na aplicação das leis brasileiras, consideradas avançadas, mas que enfrentam problemas na aplicação de suas normas.

3.5.2 Leis ambientais e a Política Florestal Brasileira

De acordo com Gonzáles & Bacha (2007) o uso das florestas e das demais formas de vegetação do Brasil é, atualmente, regido pelo Código Florestal Brasileiro, lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e pela legislação subsequente que o alterou. Esse código define as áreas de preservação permanente (artigos 2º e 3º) e a reserva legal, as quais são áreas dentro do imóvel rural de propriedade privada, mas de uso limitado.

Em 1965 “surgiu uma nova política de regulamentação, que passou a ser mais ativa no controle do desmatamento” buscando a criação de condições efetivas para o desenvolvimento de uma política de estímulo ao reflorestamento (GONZÁLES & BACHA, 2007, p. 42).

Assim, o Código Florestal (lei nº 4.771 de 15/09/65) tentou ser mais rigoroso no controle do desmatamento, impedindo o corte raso de florestas em áreas com declives acentuados, impondo a necessidade de autorizações e licenças para diversas atividades e limitando a exploração de áreas novas, como a Amazônia.

Para operacionalizar a nova legislação e a política florestal surgiu, em 1967, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Adicionalmente, criou-se um programa de incentivos fiscais para o florestamento e reflorestamento, que foi executado entre 1965 e 1988.

A história contemporânea da sociedade brasileira é testemunha de um intenso debate em face da imposição do conteúdo normativo do Código Florestal brasileiro (Lei nº 4.771, de 15-09-1965) e que condiciona o exercício dos poderes inerentes ao domínio sobre a propriedade imóvel agrária. Essencialmente, o debate ocorre em torno das seguintes duas figuras jurídicas: a) a Reserva Legal; e b) as Florestas e outras formas de vegetação natural de Preservação.

No que diz respeito à Reserva Legal:

os limites foram definidos para abranger todos os imóveis rurais do Brasil, sendo de, no mínimo: 80% do imóvel situado na Amazônia Legal e coberto com florestas, 35% da propriedade rural localizada em área de cerrado dentro da Amazônia Legal, e 20% para propriedades localizadas fora da Amazônia Legal, independentemente da vegetação (GONZÁLES & BACHA, 2007, p. 44).

No Pantanal de Porto Murtinho, os agentes ambientais encontram dificuldades no que diz respeito a essa lei:

Uma coisa que a gente não está engolindo muito bem é a parte da Reserva Legal que existe desde 1967 no Código Florestal e que deveria ser aqui no nosso estado de 20% da propriedade, então se você tem 100 hectares, 20 hectares são Reserva Legal. Essa é uma área que você vai ter que cercar, tem que ir ao cartório registrar, deixar tudo certinho lá, para quando você precisar, pode ir com um plano de manejo e chegar e tirar as árvores que precisa para seu consumo, para construir casa (TENENTE DA POLÍCIA AMBIENTAL DE PORTO MURTINHO-MS. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010).

Sobre a aplicabilidade da lei, o mesmo entrevistado complementa:

Então o engenheiro vai lá (local de reserva legal) e fala que a árvore a pessoa pode cortar, colocam a fitinha, tudo certo. No papel é tudo muito lindo, mas na prática eles fazem tudo errado. Porque o engenheiro manda o regulamento, entrega para o fazendeiro, depois o mesmo coloca o documento em uma pasta e não mostra o referido documento para quem vai operar a máquina. Desse modo o operador faz um “estrageo”, derruba tudo (TENENTE DA POLÍCIA AMBIENTAL DE PORTO MURTINHO-MS. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010).

Para Monteiro (2007) a legislação ambiental brasileira divide-se em dois momentos bem distintos: antes e depois de 1981. “Até 1981 eram havidas como "poluição", para todos os efeitos, as emissões das indústrias que não estivessem de acordo com os padrões estabelecidos por leis e normas técnicas” (MONTEIRO, 2007, p. 1). Nessa época, sob o pressuposto de que toda a atividade produtiva causa certo impacto ao meio ambiente, eram plenamente toleradas as emissões poluentes que atendessem a determinados parâmetros.

No entanto, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente introduziu uma diferença conceitual que modificou toda a estrutura política existente. “Não há mais dano ambiental a salvo da respectiva reparação; a rigor, não há mais emissão poluente tolerada” (MONTEIRO, 2007, p. 1).

Desse modo, a nova legislação baseia-se na idéia de que mesmo o resíduo poluente, tolerado pelos padrões estabelecidos, poderá causar um dano ambiental e, portanto, sujeitar o causador do dano ao pagamento de indenização. É o conceito da responsabilidade objetiva, ou do risco da atividade, segundo o qual os danos não podem ser partilhados com a sociedade.

No caso do Pantanal até o ano de 2008 era inexistente uma lei específica para esse ambiente. Assim foi criada em 2008 a Lei do Pantanal que cria uma política de gestão para a Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso, baseada na proteção e preservação dos recursos

naturais ali existentes. As ações apresentadas pela lei limitam-se à planície alagável da BAP (Bacia do Alto Paraguai).

A lei é de grande importância para a política de gestão do Pantanal Mato-grossense porque define de maneira objetiva o que é permitido e o que é proibido dentro dos limites do ecossistema.

Algumas questões da nova lei são bastante inovadoras. É o caso da definição, pelo artigo 7º, das áreas de preservação permanente na planície alagável da BAP. Nessas áreas, todas as atividades humanas, inclusive habitação, continuam proibidas. Em contrapartida, a nova lei também estabelece as áreas de conservação permanente, nas quais são permitidas atividades econômicas compatíveis com o Pantanal, como é o caso da pecuária extensiva tradicional e do ecoturismo.

O objetivo da lei é promover a preservação dos bens ambientais, a melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar a manutenção da sustentabilidade e o bem-estar da população envolvida.

Diante das explicações aqui mencionadas percebemos que o Estado, visa promover a manutenção dos recursos naturais, por meio de leis, programas e projetos, com o discurso de amenizar os impactos ambientais. A legislação brasileira considera impacto ambiental:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais (RESOLUÇÃO CONAMA 001, de 23.01.1986).

Desse modo, juridicamente, o conceito de impacto ambiental na legislação brasileira refere-se exclusivamente aos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente. Portanto, fenômenos naturais, como: tempestades, enchentes, incêndios florestais por causa natural, terremotos e outros, apesar de poderem provocar as alterações ressaltadas não caracterizam como impacto ambiental.

A nível mundial a conceituação do que seja impacto ambiental sob termos jurídicos datam do período da Revolução Industrial e essa tem sido alterada de forma dinâmica. Fato que se deve aos diferentes tipos de atividades humanas que podem dar origem a formas de matérias e, ou, energias que afetam o meio ambiente.

Destacamos que somente no final dos anos de 1960 é que a problemática dos rejeitos “começa a ganhar dimensão política” (GONÇALVES, 2004, p 28), já passados muitos anos esta temática começa ser posta em debate, repensando assim a demanda por recursos não

renováveis.

Desse debate, nasceu por meio de renomados cientistas um documento que assinalava o tempo necessário para o esgotamento dos recursos naturais, caso a degradação ambiental continuasse no ritmo que estava. Portanto, é inserido nessa abordagem que as aproximações e tensões ambientais se reafirmam, trazendo perspectivas mais técnico-científicas, e outras preocupadas com questões culturais e políticas. Assim a ciência e a técnica ocupam um lugar de destaque.

As discussões realizadas sobre as questões ambientais até o momento têm sido amplamente criticadas, pois se baseia numa visão mecanicista que simplifica e reduz os fenômenos complexos da realidade não discutindo, por sua vez, as relações que ocorrem no interior do processo produtivo, na sua forma social, mas “discutindo somente seus efeitos, o que implica em pensar em soluções pela via tecnicista sem alterar a forma social de produção com suas regras de mercado” (SILVA, 2009, p. 9).

Desse modo, é possível observar que há um modelo de ação humana, o da “racionalidade instrumental” (GONÇALVES, 2004, p. 30) forjado na Europa Ocidental que ao se expandir para o mundo está colocando em risco o planeta inteiro e distribuindo de forma desigual seus benefícios e prejuízos. A lógica da chamada racionalidade instrumental está concentrada no capitalismo monopolista de Estado, de corte mais liberal e privatista e o capitalismo de Estado monopolista, como o nome sugere, mais centralizado no Estado.

Entendemos que essa lógica se insere na produção e consumo do espaço pantaneiro e chaquenho, uma vez que o Estado, por meio de leis e projetos ambientais ganha importante papel na medida em que participa diretamente da determinação do modo de apropriação da natureza. A partir da instituição de mecanismos de poderes que se realizam no interior de suas fronteiras.

Embora o consumo e apropriação dos elementos naturais se deem de formas diversas no Brasil e no Paraguai, a lógica de ambos está inserida na ideologia conservadora de preservar para ter o que consumir. Portanto, novamente nos reportamos ao fato de que, não existem problemas ambientais e sim sociais.

Conforme observamos no decorrer desse trabalho, os problemas ambientais do Pantanal e do Chaco são considerados problemas ambientais quando de alguma forma causam prejuízos ao ser humano, como é o caso das atividades econômicas praticadas no Pantanal e no Chaco como a agricultura, pecuária entre outras.

Desse modo, “o desafio ambiental coloca-nos diante da necessidade de forjar novas teorias que tomem como base a riqueza e não a escassez” (GONÇALVES, 2004, p. 66), nos

remetendo a pensar que a natureza tornada propriedade privada, será objeto de compra e venda, portanto mercantilizada, como já assinalamos anteriormente.

No modelo econômico vigente haverá sempre relações espaciais de apropriação e exploração, retirando e apropriando dos lugares os recursos disponíveis. Ponderamos que o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda por recursos naturais, independente da ação humana.

Por esse motivo pensa-se que os mesmos estão disponíveis para quem quer que seja, assim, o princípio liberal é o que explica a acessibilidade dos recursos naturais, provocando o (re)ordenamento dos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, foi possível notar que o Paraguai é apresentado como um país com história muito peculiar no contexto latino-americano, dado seu isolamento desde sua Independência e um regime político centralizado, que dirigia meticulosamente os fatores econômicos, influenciando na colonização e ocupação desse território.

A abertura imigratória, ocorrida após a Guerra do Paraguai, inserida em um projeto liberal modernizador articulado com questões externas, foi essencial para a criação de leis para menonitas estabelecidos no Paraguai sua vinda dos fez parte de uma estratégia governamental para defender as fronteiras do Chaco Paraguaio, pois, durante as primeiras décadas do século XX, esse país foi marcado por problemas políticos, econômicos e diplomáticos que influenciaram o interesse da Bolívia no Chaco.

Assim, o Estado paraguaio utilizou-se desse artifício uma vez que o país precisava ocupar espaços poucos povoados e com pouca contribuição econômica. De acordo com essa visão, o território chaquenho era “inóspito e desabitado”, ocupado por indígenas que não atendiam aos ideais do sistema capitalista e consumo. Para o governo paraguaio, a nação precisava encontrar indivíduos não-índios que acarretassem o desenvolvimento econômico almejado para o território.

É notável, portanto, que o governo ressaltava a questão econômica, mas na verdade seu objetivo era bélico, ou seja, garantir a manutenção do poder sobre o território. Os projetos imigratórios, principalmente os do Chaco, eram políticas governamentais para garantir a defesa das fronteiras contra o ataque boliviano. Nesse sentido, as lideranças que representaram o governo paraguaio, desde o século XIX, tinham como ideário a adoção de medidas que impedissem a eclosão de uma guerra.

Sob essa perspectiva, compreende-se que a vinda dos menonitas, não era uma experiência de colonização e sim uma estratégia defensiva para as terras chaquenas. O discurso adotado pelo governo transformou-se em um ideário entre a população paraguaia reforçando a idéia que o Chaco era um “deserto sem vida” e impróprio para fixar moradia, foi proposital e, portanto, uma estratégia política para que o Chaco ficasse no centro das atenções e fosse povoado por estrangeiros que atendiam o projeto de consolidação do Chaco como parte integrante do território.

Evidencia-se que a imigração para a região chaquenha apresentou um projeto de segurança nacional a fim de garantir a soberania do Chaco. No entanto, tais esforços acabam

se mostrando insuficientes para impedir a eclosão bélica entre o Paraguai e a Bolívia que originou a Guerra do Chaco ocorridas entre os anos de 1932 e 1935.

Somando-se a essa questão, as ações tomadas pelo governo paraguaio não deram subsídios para que essa região saísse do isolamento. Ao contrário, o discurso proferido se tornou um ideário entre a população paraguaia, fazendo com que os grandes centros urbanos se concentrassem na região Oriental, originando um processo de expansão ao da região Ocidental.

Nesse sentido, notamos que, desde seus primórdios, o território chaquenho vem sendo alvo de questões como a colonização de terras por estrangeiros; geopolíticas, centradas no poder sobre o território, alicerçadas pela posse das riquezas naturais, como foi o caso da Guerra do Chaco, originalmente eclodida por interesses relacionados à possível existência de petróleo no território; disputas fronteiriças; e, hegemonia na bacia do Plata.

O poder está alicerçado no debate pela disputa do território, e os interesses dos Estados próximos também devem ser levados em consideração, haja vista que o Brasil sempre aparece na historiografia do Paraguai como um dos agentes de conflito e disputa pelo poder, acrescido pelo fato de ambos serem países fronteiriços.

Nesta análise podemos inserir as questões ambientais dos territórios brasileiros e paraguaios, principalmente as compartilhadas, como é o caso do Pantanal e do Chaco - ambiente natural único, dividido e conduzido de forma diversa, pelas esferas dos poderes de cada nação. A construção do território revela relações marcadas pelo poder.

Assim, entendemos que o Pantanal e o Chaco são territórios produzidos por diferentes sujeitos que atuam sobre esse espaço (re)estruturam o território por meio da prática de poderes/políticas/programas estratégicos, de gestão territorial, enfim. A gestão de ações e programas que contêm um caráter (re)estruturante e/ou com capacidade de alavancagem de desenvolvimento endógeno imprime, assim, novos usos do território. (RAFFESTIN, 1993).

Interpretar o poder relacionado a esses territórios significa ligá-los à capacidade dos sujeitos de gerir e implantar políticas econômicas e tecnológicas. Em uma noção teórica mais ampla, está mais próxima das diversas forças produtoras, das relações sociais de produção; do uso dos elementos naturais e da propriedade privada, que moldam o território.

Nesse sentido, o Estado é uma dessas forças produtoras, enquanto sujeito político. O mesmo se pode dizer com relação às empresas privadas e, em alguma proporção, à sociedade civil. No caso específico do Estado, percebemos que ele sempre esteve presente na produção do espaço pantaneiro e chaquenho, sendo, portanto, o agente (re)produtor.

Quando nos referimos à produção do espaço, pensamos, na verdade, no território, que não é um objeto, no sentido do espaço, mas um processo em perpétua evolução e transformação, segundo as escalas temporais particulares. O território é produto dos sujeitos sociais: "São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

A produção e consumo dos elementos naturais desses ambientes diferem-se em alguns aspectos e coincidem em outros, haja vista que ambos os territórios são marcados por processos de ocupação humana, elaborados e implementados no contexto de um modelo que prioriza os princípios da racionalidade econômica e política, fazendo com que as questões ambientais fiquem em segundo plano.

As políticas elaboradas sempre estiveram pautadas na promoção do desenvolvimento econômico, sem qualquer preocupação com os valores ambientais e sociais, ressaltando a lógica mercantilista de desenvolvimento nacional, baseada na exploração, na apropriação e no consumo dos recursos da natureza.

No tocante à produção e ao consumo dos elementos naturais do Pantanal de Porto Murtinho e do Chaco Paraguai, os mesmos estão umbilicalmente relacionados à reprodução do capital. Por meio de políticas públicas, com planejamento voltado para o ideário desenvolvimentista, no qual o Estado ganha destaque.

As políticas públicas nacionais e estaduais que visam à chamada sustentabilidade ambiental desses territórios consistem em atender as exigências do mercado, homogeneizando os elementos naturais, tornando-os comercializáveis - como é o caso da atividade turística, existente tanto no Pantanal como no Chaco. Embora no último com menos intensidade.

A pecuária e a agricultura estão inseridas nessa lógica, no entanto, a elas acrescentamos e consideramos a influência exercida pela iniciativa privada sobre as decisões do Estado. Assim, o que se percebe, é que as políticas públicas de desenvolvimento visam a atender as classes dominantes regionais e nacionais, influenciando diretamente no planejamento territorial de desses territórios, por meios de ações que visam seus próprios interesses. Essa realidade é perceptível nas ações de sustentabilidade ambiental e implementação de infra-estrutura, cujos beneficiários são as classes mencionadas.

Em Porto Murtinho, a produção e o consumo dos elementos naturais pelo turismo contam com a participação do poder municipal, por meio de projetos e ações que visam o desenvolvimento local. No entanto, a população residente pouco se beneficia com essas ações, pois, a lucratividade recebida pelo turismo de pesca tem diminuído consideravelmente nos últimos anos, devido à diminuição dos peixes no rio Paraguai.

Em Fuerte Olimpo, durante vários anos o Estado atuou de forma oculta, dando a entender que nesse local havia inexistência de políticas públicas. No entanto, essa foi uma estratégia governamental adotada pelos dirigentes políticos daquele país. As ações do Estado são mais visíveis nas últimas décadas com a consolidação de atividades econômicas da pecuária, que trouxe grandes modificações na produção desse espaço, no qual os agentes produtores passam a ser estrangeiros (brasileiros) que adquiriram terras nesse local.

Juntamente com o Estado, esses sujeitos produziram o espaço chaquenho, determinando a esse, novas territorialidades, que influenciaram no consumo dos elementos naturais, causando transformações ambientais. Assim nas últimas décadas, a pecuária praticada por brasileiros tem sido responsável por grande parte da devastação ambiental ocorrida naquele ambiente.

No caso do Brasil, também acrescentamos a pecuária como agente de modificação do Pantanal, o turismo também se insere como modificador do território, pois essas atividades se apropriam dos atributos naturais e culturais desse espaço. Desse modo, no caso específico do turismo, as ações locais buscam a padronização espacial (em termos de atendimento, conforto, infra-estrutura básica, festivais) como é o caso dos hotéis-barcos, que visam atender os critérios de racionalidade e competitividade do mundo atual, uma vez que o espaço é produzido por uma necessidade criada pelo mercado.

Isso se comprova pelo discurso dominante de desenvolvimento sustentável, assim como a fortificação da imagem local por intermédio de festivais e comemorações culturais idealizadas pelo município.

As insuficientes políticas integradas para o Pantanal e o Chaco, que considerem, efetivamente, as tendências regionais e as necessidades essenciais das populações locais, resultam em ações isoladas e com pouca repercussão em sua totalidade. Além disso, as principais demandas sociais vão sendo postas em segundo plano, devido à falta de implementação de políticas participativas para a população carente e a má aplicação de recursos por parte dos governantes nesse território. Os problemas ambientais, sociais e econômicos do Pantanal e do Chaco têm sido cada vez mais intensos, exigindo medidas articuladas e eficazes condizentes com a realidade local.

Nesse cenário de territorialidades desses ambientes, um dos principais desafios é o de conciliar as atividades econômicas praticadas nos mesmos (Turismo de Pesca e Pecuária) com a conservação do equilíbrio sócio-ambiental e cultural existentes nessas localidades, o que não é possível, haja vista que o sistema produtivo vigente não permite essa conformação, por motivos ligados a lógica produtiva, onde as atividades econômicas são responsáveis pelo

impulso da economia e a natureza transformada em mercadoria, ou seja, ambos são objetos do sistema.

Frisamos que as atividades mencionadas, como qualquer outra atividade econômica, traz benefícios e malefícios, sendo muito mais complexo do que esta dualidade, independentemente da proposta de desenvolvimento sugerida para cada subespaço, no entanto, é necessário que as intervenções se façam de forma planejada, compatível com a capacidade de suporte, e com a participação das sociedades envolvidas, mesmo considerando seus objetivos globais.

A construção de uma representação sobre o Pantanal, como paraíso de belezas naturais, prejudica a conscientização de sua preservação ambiental, da qual se devem levar em consideração as especificidades peculiares de cada uma das suas sub-regiões.

Pelo fato de Porto Murtinho ser uma sub-região do Pantanal, limítrofe com o Paraguai, ocorre nesse espaço uma convergência de territorialidades, pois esse espaço representa simbologias próprias para as pessoas que ali vivem. Os elementos da natureza fazem parte do cotidiano desses indivíduos do quais mantém uma relação de subsistência com os mesmos, em uma troca constante de valores, crenças e práticas culturais divididas e compartilhadas entre dois povos: Brasileiros sul-mato-grossenses e Paraguaioi Chaquenhos.

Os elementos da natureza atuam como ligação e/ou separação entre esses dois povos. O rio Paraguai é fundamental para entender essa relação de troca, pois ambos os povos necessitam desse elemento como fonte de sustento, tendo na pesca e na pecuária as principais rendas. Noção fundamental para entender esse espaço como um espaço heterogêneo construído historicamente pela ação dos sujeitos que a constituem.

O Pantanal de Porto Murtinho e o Chaco de Fuerte Olimpo estão em constante movimento, a geografia desses lugares, assim como a produção e consumo dos mesmos se altera conforme as necessidades do capital. Assim, eles estão longe de serem, e de fato não o são, espaços homogêneos, consolidados, acabados, mas estão em processos dinâmicos, em constantes modificações pela ação dos diversos sujeitos que, por meio de suas vivências, impõem, a esses ambientes um movimento de constante transformação.

BIBLIOGRAFIA

ABDON, M. de M.; SILVA, J. dos S. V. **Fisionomias da vegetação nas sub-regiões do Pantanal** brasileiro/Myrian de Moura Abdon, João dos Santos Vila da Silva. São José dos Campos. INPE; Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2006. 1 CD ROM.

AB' SABER, A. N. **O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios**. Revista Brasileira de Geografia, v. 50, (número especial 1-2), p 9-57, 1988.

ADAMOLI, J.A. **A Dinâmica das inundações no Pantanal**. In: **I Simpósio sobre Recursos Naturais e sócio econômicos do Pantanal** (EMBRAPA. CPAP. Documentos 5) Corumbá, 1984. p. 51-61

ADAMOLI, J.A. **Fitogeografia do Pantanal**. In: **I Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio economicos do Pantanal** (EMBRAPA. CPAP. Documentos 5) Corumbá MS, 1984. p. 105-106

ARRUDA, G., **Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira**, Ed. UEL. Londrina: 1997.

AQUINO, Ricardo Caballero. **La segunda republica paraguaya 1869-1906**. Asunción: Ed:Edipar S. R. L, 1985. 298 p

AQUINO, Ruy. **Breve Histórico da Companhia Matte Larangeira**. Revista Leia, Edição 3, Outubro/2000.

BACHA, C. J. C. **A dinâmica do desmatamento e do reflorestamento no Brasil**. Piracicaba, 1993. 236p. Tese (Livre Docencia). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

BACHA, C. J. C. Eficácia da política de reserva legal no Brasil. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, nov. 2005.

BACHA, C. J. C. et al. Programas de incentivo ao reflorestamento em pequenos e médios imóveis rurais no Brasil. **Relatório preparado para o projeto de pesquisa colaborativo**. Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, Esalq/ USP: “Instrumentos para um Setor Florestal Privado Sustentável”. Londres: IIED, 2000.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. São Paulo, Editora Zahar, 2009.

BERNALT Mario. **Karakú del Chaco Sudamericano**, Territorio Humano del Milenio, Occidente, Asunción, 410 p.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. **Estudo do Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai-EDIBAP**. Brasília: SUDECO, 1979

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. **A Nova fronteira**. Brasília:MINTER/SUDECO, 1982.

BRASIL. Relatório do Brasil para Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Brasília:CIMA, 1991.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Programa Nacional do Meio Ambiente. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai-PCBAP**. Brasília: PNMA, 1997. (Resumo Executivo)

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. **Bases para um programa de desenvolvimento integrado da Região Centro – Oeste (Ações do governo Federal no Centro – Oeste)** Brasília: Universa/Universidade Católica de Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, Incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília. 2000, p. 32

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Dados Ambientais no Brasil**. Brasília: PNMA, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Censo Agropecuário Produção Agrícola entre 1990 e 2002**. Banco de Dados Agregados. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/>>. Acesso em 09/04/2010, às 23:10h.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Avança Brasil- Plano Plurianual 2000-2003**. Disponível em <http://www.abrasil.gov.br/indexf.html> Acesso em 20 de Abril de 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Programa Nacional do Meio Ambiente. **Plano de Conservação da Bacia do alto Paraguai-PCBAP. Sócio-econômica da Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso do Sul**. Brasília: PNMA, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios**. Brasília: MP, 2008, 244p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Destques: ações e programas do Governo Federal / Secretaria da Comunicação Social – Brasília, 2009. 65 p.**

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Censo Populacional e Social 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em 03/03/2011.

BANDEIRA, L. A. Moniz. **A guerra do chaco**. Revista brasileira de política internacional. vol.41 nº.1 Brasília, Jan/June, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 09/05/2011.

BANDEIRA, L. A. Moniz. **A guerra do chaco**. Revista brasileira de política internacional. vol.41 nº.1 Brasília, Jan/June, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>, acesso em 09/05/2011.

- BANDUCCI JUNIOR. A. **O significado simbólico da relação homem e natureza entre vaqueiros no Pantanal da Nhecolândia.** In: II Simpósio EMBRAPA Pantanal. Corumbá, 1984. p. 423-429
- BANDUCCI JUNIOR. **Sociedade e Natureza no pensamento pantaneiro: representação de mundo e o sobrenatural entre os peões das fazendas de gado na “Nhecolândia”.** (Corumbá, MS). São Paulo, 1995. 200p. [Dissertação de mestrado em Antropologia Social] FFCH/USP.
- BANDUCCI JUNIOR. **Turismo e Identidade Local.** Campo Grande: Papyrus, 2001.
- BANDUCCI JUNIOR, A. **A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia.** 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007
- BANDUCCI JUNIOR. **Dando nome aos bois. A representação simbólica do gado no Pantanal.** Texto apresentado pelo autor na disciplina Campesinatos Comparados. FFLCH/USP. s/d, 30p.
- BATARCE, A. P. A. **Unidades de Conservação e produção do espaço. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena.** Dourados-MS: UFMS-Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2004 (Dissertação de mestrado em Geografia).
- BATARCE, A. P. **A Evolução das Unidades de Conservação no Contexto Nacional.** Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre –RS, 2010, 10 p.
- CABALLERO, Dalla- Corte, G. **La Guerra del Chaco.** Ciudadanía, Estado y Nación en el siglo XX. La Crónica fotográfica de Carlos De Sanctis, Prohistoria Ediciones, Rosario, 2010, 268 pp
- CAMARGO. Evellyn Izumi de. **Políticas Públicas e suas implicações no Ordenamento Territorial de Bonito-MS.** Aquidauana-MS, 2005. FCH/UFMS (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- CARDOZO, Efraím. **Breve historia del Paraguay.** Paraguay independiente. Vísperas de la guerra del Paraguay. Asunción, Editorial El Lector, 1949.
- CARVALHO, I. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
- CARVALHO, Leonardo **Arquimimo de. Introdução ao estudo das Relações Internacionais.** Porto Alegre: Síntese, 2003.
- CARVALHO. Gisélia Lima. **Região: A evolução de uma categoria.** Boletim Goiano de Geografia 22 (1):135-153. Jan/jun.2002.
- CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto/2. Os Domínios do Homem** Tradução por José Oscar de Almeida Marques. Rio, Paz e Terra, 1986. 466p.
- CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto.** Tradução por Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. Rio, Paz e Terra, [1978].1987. vol.I 535p.

CASTORIADIS, C. **Encruzilhadas do labirinto V**: feito e a ser feito. Rio de Janeiro: Paz & Terra; DP&A, 1997.

CASTRO, I. E. de. "A região como problema para Milton Santos". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 124, 30 de septiembre de 2002.

CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 29 março de 2012.

CORAZZA, Gentil. **Estado e Relações de Produção**. Ensaios FEF. Porto Alegre, 1987, 10p.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço Geográfico: algumas considerações. In: _____. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 25-34

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA NETO, Ricardo Bolanume. **Guerra no Chaco**: no inferno verde. Aventuras na História. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/historia/guerra-chaco-inferno-verde-435689.shtml>. Acesso em 06/05/2010.

COSTA, C. A. Fronteira: **A invenção do outro e encontro de identidades**. Dourados-MS, 2010. Universidade Federal da Grande Dourados. PPGG/FCH. 15p.

COURLET, Claude. **Globalização e fronteira**. Ensaios FEE, Porto Alegre, (17) 1:11-22, 1996.

DALLA CORTE Gabriela. **Lealtades firmes, Redes de sociabilidad y empresas**: la Carlos Casado S. A. entre la Argentina y el Chaco paraguayo (1860-1940). 2008, 362 p.

DALLA CORTE Gabriela. **Redes y organizaciones sociales en el proceso de ocupación del Gran Chaco** », Revista de Indias, vol. LXVII, n° 240, Madrid, 2007 pp. 485-520.

DESARROLLO REGIONAL INTEGRADO DEL CHACO PARAGUAYO. **Diagnóstico y Estrategia (1983)**, Gobierno de la República del Paraguay, Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, Asunción, 201p.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. Companhia das Letras, 2002

EOA. **Projeto traçará perfil do pescador profissional do Pantanal de MS**. Disponível em: www.riosvivos.org.br. Acesso em 01/04/2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa Florestas. **Erva Mate, Projetos em Foco**, 1995. Disponível em: <http://www.cnpf.embrapa.br>. Acesso em 05/08/2011, às 15:20h.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ENVIROMENTAL DEFENSE FUND. Fundação Centro Brasileiros e Referência e Apoio Cultural. **Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná:** informe de uma avaliação independente. Comunidade del sur: EDF/CEBRAC, 1998, 176p.

FERNANDES, D.D. **Pecuária de corte e desenvolvimento sustentável do Pantanal sulmatogrossense.** Brasília, Universidade de Brasília, 2001. 104 p. (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, D.D.; ASSAD, M.L.L. **A Pecuária bovina de corte da região pantaneira.** In: ROSSETTO, O. C.; BRASIL JÚNIOR, A. C. P. (Org.). Paisagens pantaneiras e sustentabilidade ambiental. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade de Brasília, 2002. (Coleção centro-Oeste de Estudos e pesquisas, 7).p. 99-125.

FERREIRA, Olavo Leonel. **Guerra do Paraguai.** In: História do Brasil, Ensino Médio. São Paulo: Ática, 1986. p. 127-130.

FIGUEREDO, O. A. T e FILIPPI, Eduardo Ernesto. **O Paraguai e sua inserção econômica na globalização: o caso da soja.** XLIII Congresso da Sober: “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005. 38 p.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001. 221 p.

FURTADO, Joaci Pereira. **A Guerra do Paraguai (1864-1870).** São Paulo: Saraiva, 2000

GOLIN, Tau. **A Fronteira.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO, Iná Elias; _____; CORREA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GONÇALVES, C. W. P. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. In: **Formação Sócio - espacial e questão ambiental no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo. Contexto, 1989.

GONÇALVES, C. W. P. **Os porquês da desordem mundial.** Mestres explicam a globalização. Organizador Emir Sader. Rio de Janeiro: Recorde, 2004.

GONÇALVES, K.B. **Os sujeitos da des-re-territorialização: Brasiguaios opção ou consequência.** Dourados-MS, Universidade Federal da Grande Dourados. PPGG/FCH. 15p.

GONZÁLES.M.V e BACHA. C.J.C. **As Políticas Florestais do Brasil e Paraguay.** Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 14, 38 n. 28, maio 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O imaginário do Sertão. Lutas e Resistências ao**

Domínio da Companhia Matte Larangeira. Mato Grosso, 1890-1945. (Dissertação de mestrado) Campinas: UNICAMP, 1991.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. Estudos, Sociedade e Agricultura** (Tese de Doutorado em História). UNICAMP: SP, 1999. p. 148-168.

HAESBAERT, Jean – Paul. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização.** Niterói: DEGEO/UFF, 1999.

HAESBAERT Rogério. **O mito de Dêsterritorialização, Do “Fim dos territórios” a Multiterritorialidade,** Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004. 395 p.

HAESBAERT Rogério. **Da desterritorialização à Multiterritorialidade,** In : Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Sao Paulo, 2005, 19 p.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo. Ed. Hucitec, 1980

HISSA, Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 19-111 e 159-198.

IAGRO. Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso do Sul. **Dados estatísticos.** Capturado via WWW, <<http://www.iagro.ms.gov.br>>. 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996.** N° 23 Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro. RJ. 1996. 201 p.

IBARRA, J.; NUÑEZ, F. **Un estudio de caso en las Serranías del Yvytyrusu, Paraguay.** Asunción, 1998. In: WORLD RAINFOREST MOVEMENT. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/deforestation/LAmerica/Paraguay.html>. Acesso em: 15 março 2012.

IANNI, O. **O Estado Econômico no Brasil.** 6 ed. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1996, 320p.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA. **Unidades de Conservação.** Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2011.

JOBERT, B. e MULLER, P. **L'État en action: politiques publiques et corporatismes.** Paris: PUF. 1987.

KMITTA, L. DO ROCIO. **Experiências Vividas, Naturezas Construídas: Enchentes no Pantanal de Porto Murtinho-1970-1990.** Dourados-MS. 2010, 238 p. (Dissertação de Mestrado em História) FCH-UFGD

LEFEBVRE, Henri. **Estado de crescimento. Crescimento de Estado.** 1976, 4p.

- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Anthropos, Paris, 2000. 366p.
- LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001
- LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEIS FLORESTAIS DO PARAGUAI. Disponível em: <http://www.seam.gov.py>. Acesso em: 29 março de 2012.
- LEONARDI, V. P. B., **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**, 1999, p. 15.
- LISBOA, S.S. A importância dos conceitos da Geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. Revista Ponto de Vista- Vol 4.Viçosa-MG, 2010, 13p.
- LUCATO MORETTI, S.A. **A atividade turística e transformações territoriais no município de Jardim-MS**. Dourados/UFMS, Departamento de Ciências Humanas, 2002. (Dissertação de Mestrado).
- LUCATO MORETTI, S.A.. **As transformações recentes em uma comunidade tradicional do Pantanal Mato- Grossense – Colônia São Domingos**, Anais II Simpósio sobre Recursos Naturais e sócio-econômicos do Pantanal, Embrapa – UFMS, 1999.
- MACHADO, Lia *et al.* **O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – uma proposta conceitual – metodológica**. In: OLIVEIRA Tito C. M. de (org.). Território sem limites – estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p.87 - 112.
- MAGALHÃES, J. P. **A evolução do direito ambiental no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 88p.
- MARTIN, Andre Roberto. **Fronteiras e Nações**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994.p 96.
- MARCHESINI JUNIOR, A. **A produção e o consumo do espaço na atual “ Sociedade do Consumo.”** Mestrando em Geografia - Instituto de Geociências (IG) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2012, 13 p.. (Artigo).
- MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira**. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 09-77 e 145-2003.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Vol I. 13a edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MASKE, Wilson. **Entre a Suástica e a Cruz: A fé menonita e a tentação totalitária no Paraguai 133-1945**. Tese de Doutorado, UFPR, 2004.
- MASSEY Doreen. **Pelo Espaço, Uma Nova Política da Espacialidade**. Bertand Brasil, Rio de Janeiro, 2008, 312 p.

MENDONÇA, Francisco. **Território e Paisagem**: uma articulação moderna e conflituosa. In: Território e fronteiras-(re)arranjos e perspectivas. Nilson Cesar Fraga (org). Florianópolis: Insular, 2011.

MILANESI, D.A. **Sobre a guerra do paraguai**. Revista Urutagua Revista acadêmica multidisciplinar–CESIN-MT/DCS/UEM. Nº 05, jan/fev/mar/Maringá – Paraná – Brasil. ISSN 1519.6178. UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br>. Acesso em: 09/05/2011.

MOLINA Silvia. **Geopolítica de los recursos naturales y acuerdos comerciales en Sudamérica**. Fobomade, La Paz, 2005, 149 p.

MOLINA. Fabio Silveira. **A produção do espaço pelo e para o turismo**: O caso da praia de Jericoacoara, Ceará, Brasil. Universidade de São Paulo - USP, 2009. 16 p. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area08/8124_Molina_Fabio_Silveira.pdf. Acesso em 23/06/2011.

MONTEIRO, A. J. L.C. **Legislação Ambiental**. Pinheiro Neto Advogados, São Paulo, Janeiro de 2007, 5 p.

MORAES, Ceres. **Paraguai**: consolidação da ditadura de Stroessner 1954 63. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 115 p.

MORETTI, E.C. **Problemática ambiental no urbano: análise da ocupação do espaço e sua relação com a natureza no Pantanal (Corumbá)**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP “Júlio de Mesquita Filho”. 1996. (Dissertação, mestrado em Geografia).

MORETTI, E. C. **A atividade turística e a sustentabilidade ambiental**, In: Pantanal, Paraíso Visível e Real oculto. O Espaço Local e o global, IGCE, curso de pós-graduação em geografia, UNESP- Rio Claro, tese de Doutorado, 2002.

MORETTI, E. C. **Relatório de Pós Doutorado** apresentado ao Instituto de Geociências da UNICAMP, 2007.

MORETTI, E. C. **Paraíso visível e real oculto. A atividade turística no Pantanal**. Dourados-MS, FCH/UFGD, livro a ser publicado, 2008, 140 p.

MORETTI, E. C. **Relações entre Patrimônio público e privado: Unidades de Conservação e a atividade turística**. XIII- Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2011. San José Costa Rica. Disponível em : <http://pt.scribd.com/doc/62350832/ET-033-Edvaldo-Cesar-Moretti>. Acesso em 12 fevereiro de 2012.

MORETTI, E. C. e RODRIGUES. A.M. **Atividade turística e transformação territorial**: Discurso e ação do Estado no Pantanal-MS. S/d p 269-281. Disponível em wwwrc.unesp.br/igce/geografia/pos. Acesso em 29 de Abril de 2012.

MOURA, Carlos Francisco. **O Forte de Coimbra**: sentinela avançada da fronteira. Cuiabá (MT): Edições UFMT, 1975. 128 p. il.

MUELLER, C.C. Centro-Oeste: Evolução, situação atual e perspectivas dedesenvolvimento sustentável. In: VELLOSO, J.P.R. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992.

MUELLER, C.C. **Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília:IPEA, 1990.

NICOLAS, Daniel Hiernaux. **Elementos para uma análise sociogeografico del turismo**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. Editora Hucitec, São Paulo 2001.

NACARATTI, Marilene Agrizzi. **Áreas protegidas no Brasil**, 2008. p 6 -8. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br> acesso em 18 de Abril de 2012.

OLIVEIRA. Aparecida Antônia. **Análise dos Impactos das Políticas de Desenvolvimento Regional na Bacia do alto Paraguai**. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2000, 17p. Disponível em: <http://www.ufms.br/dea/oficial/JORNADA%20PDF/2001/artigos/05.pdf>. Acesso em outubro de 2011.

OLIVEIRA. Aparecida Antônia. **Análise dos Impactos das Políticas de Desenvolvimento Regional na Bacia do alto Paraguai**. Ensaio e Ciências ano/ vol 6, número 003. Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande, Brasil, 2002, p 13-37.

OLIVEN, Ruben G. **Territórios, fronteiras e identidades**. In: SCHULER, Fernando; BARCELLOS, Marília de A. (orgs.). Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 157-166.

OURIQUES, Helton Ricardo. A Produção do Turismo: fetichismo e dependência. Campinas: Editora Alínea, 2005. 159p.

VELAR, Mario Bernalt. **Karakú Del Chaco Sudamericano**. Territorio Humano Del Milenio. Assunción – Paraguay: Editorial Occidente, 2005.

PANTANAL NEWS. **Unidades de conservação estaduais são fundamentais ao meio ambiente**, publicado em 09/08/2008. Disponível em <http://www.pantanalnews.com.br>. Acesso em 16 de março de 2012.

PARAGUAY. Secretarial Del Ambiente. **Projecto de La Biosfera Del Chaco. Comité Paraguayo** Del progrma Hombre y biosfera-Red IberoMab; UNESCO, outubro, 2004.

PARAGUAY. DGEEC. **II Censo Nacional de População Indígena e Habitação**. Dezembro de 2002.

PARAGUAY. Secretaria Del directos Humanos. **Relactório Del Directos Humanos**, UNESCO; Asunción, 1996.

PARAGUAY. La Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC). **Principales EPH 2010**. Disponível em : <http://www.dgeec.gov.py/> Acesso em 12/09/2011.

PARAGUAY. Secretaria Del Ambiente. **Folheto de Finalización de Plan de Ordenamiento Ambiental del Territorio** GTZ, USAID, BGR, Desdelchaco, Asunción, 2010

PARAGUAY. **Ministerio de Agricultura y Ganaderia**. Disponível em: <http://www.mag.gov.py>. Acesso em: 06/04/2012.

PARAGUAY. Secretaria Del Ambiente. **Plan de Ordenamiento Ambiental del Territorio: Aspectos Jurídicos**. GTZ, USAID, BGR, Desdelchaco, Asunción, 2006.

PARAGUAY. Secretaria Del Ambiente. **Plan de Ordenamiento Ambiental del Territorio: Departamentos de Boquerón y Alto Paraguay**, GTZ, USAID, BGR, Desdelchaco, Asunción, 2007, 120 p.

PASIG. Ronald C. Proyecto: **Programa Marco para la Gestión Sostenible de los recursos hídricos de la cuenca del Plata en relación con los efectos hidrogeológicos de la variabilidad y el cambio climático**. In: Caso de Estudio Unesco/OEIASAIRM Américas Sistema Acuífero Yrenda-Toba-Tarijeño Paraguay-Argentina-Bolivia. Paraguay, 2005.

PASTORE Carlos. **El Gran Chaco en la formación territorial del Paraguay, etapas de su incorporación**. Criterio, Asunción. 1989, 284 p.

PASTORE Carlos. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Antequera, Montevideo.1972. p 134.

PASTORE, Carlos. **La Tierra en Paraguay (1947-2007), (60 anos de Serviço Nacional de Patrimônio Stroessner e ao Partido Colorado)** por AFRAIN ALEGRE Orue POZZO Sasiain e HANNIBAL Aranduã. Editorial. Asunción, Paraguay, 2008.

PCBAP (**Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai-Pantanal**). 1997. Resumo Executivo. MMA, PNMA, Brasília.

PDTUR/MS (**Plano de Desenvolvimento Turístico e Sustentável de Mato Grosso do Sul**). 2001. Governo do Estado do Mato Grosso Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

PEDROSA, J. F. Maya. **A Catástrofe dos Erros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

PERALTA, Victoria e PERROTA, Martha. **Contexto econômico, político y social. Situación General del País**. Exclusión Social en Salud, MSP y BS, Dirección General de Estadística, Encuesta y Censo, DGEEC, Organización Panamericana de Salud/OMS, Asunción. Paraguay. 2011.

PEREIRA, L. C. B. **Nação, Estado, e Estado Nação**. Fundação Getúlio Vargas, Março de 2008. Disponível em:<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21>. Acesso em janeiro de 2011.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el Estado capitalista**. 2ª edição. México: Siglo XXI, 1970.

POULANTZAS. **As lutas políticas. O Estado, condensação de uma realção de forças.** 2000. p 125/64.

PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico). 2003. **Proposta de Pré-Investimento do PROECOTUR - Guaporé Matogrossense.** Secretaria de Coordenação da Amazônia, MMA, Brasília.

PROGRAMA PANTANAL (**Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal**). 2001. Sumário Executivo. Secretaria de Qualidade Ambiental, MMA, Brasília.

PROGRAMA PANTANAL (**Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal**). 2002. Governo do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo. Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira.** In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (org.). Território sem limites – estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p.09-15.

ROCHA, Altemar Amaral. **Sociedade e natureza: A produção do espaço urbano em bacias hidrográficas/ AltemarAmaral rocha.** Vitória da conquista: Edições UESB, 2011.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A.M. **Produção e Consumo do e no espaço; problemática ambiental urbana.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

ROSA, A. N; ABREU.P.G.U; SILVA, C. O. L; NOBRE, C.R..P; GONDO, A. **Pecuária de Corte no Pantanal Brasileiro: Realidade e Perspectivas Futuras de Melhoramento.** EMBRAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Corumbá-MS, 2007.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: Memórias & Imagens.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1997.

SANTOS, Boaventura de S. **Introdução à uma ciência pós-moderna.** Porto: Afrontamento, 2002, p. 09-32.

SANTOS, Boaventura de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, Boaventura de S.;MENEZES, Maria P. **Epistemologia do Sul.** Coimbra: almedina, 2009, p.23-72.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria.** São Paulo: Ed. Da UNESP, 2002.

SANTOS, L.G. **Polítizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética.** São Paulo: Ed. 34, 2003

- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988, p.64-65
- SANTOS, Milton. “**Metamorfoses do espaço habitado**” São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.
- SANTOS Milton. La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo, Razón y emoción. Ariel, Barcelona, 2000, 348 p.
- SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Record, Rio de Janeiro. 2004, 473 p.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 2007
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; **Globalização e geografia: a compartimentação do espaço**. Associação dos geógrafos brasileiros - AGB. -Presidente Prudente/SP, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- SEIFERHELD Alfredo. **Economía y Petróleo durante la Guerra del Chaco**. El Lector, Asunción, 1983, 535 p.
- SILVA. J. dos S. V. da; ABDON, M. de M. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, DF, v. 33, p.1703-1711, 1998. Numero especial
- SILVA, Elias. **Técnicas de Avaliação de Impactos Ambientais**. Vídeo-curso, Viçosa: MG, CPT - www.cpt.com.br, 1999. 64p. Pulicação nº199.
- SILVA, Maria Riveliza da. **Educação ambiental em Dourados (MS): Uma análise do programa municipal de educação ambiental (PREA)**. Universidade Federal da Grande Dourados, Departamento de Ciências Humanas. Monografia de conclusão de curso, 2009.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, R.L.(Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- SOUZA, Rainer. **A Guerra do Paraguay**. Brasil Escola. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/guerra-paraguai.htm>. Acesso em setembro de 2010.
- TISSERA, Ramón de Iás Mercedes. **Chaco: historia general**. Com prólogo de: Félix Luna, Juan Antonio Bisceglia; Osvaldo Pérez Chávez – 1ª Ed, - Resitencia: Libreria de La Paz, 2008.

TOCANTINS, M.A.C , SOUZA JR, PEREIRA, GUIMARÃES & LOURIVAL. **Diagnóstico de Política e Economia Ambiental para o Pantanal**. Megadiversidade. Volume 2, nº 1-2, Dezembro de 2006, p 80-101.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

TORRACA, M.M.E. **Imigração e Colonização Menonita no processo de legitimação do Chaco Paraguai (1921-1935)**. Dourados /UFGD. Departamento de Ciências Humanas, curso de pós- graduação em História, dissertação de Mestrado, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**, Objetiva, 2002

VÁZQUEZ, Fabricio. **La mundialización y los nuevos territorios del Alto Paraguay**, In: FOGEL Ramon, RIQUELME Marcial, Enclave Sojero, merma de soberanía y pobreza, Ceri, Asunción, 2005, p. 183-216.

VÁZQUEZ, Fabrício. **Territorio e Población**. Nuevas dinámicas regionales en el Paraguay. Asociación Paraguaya de estudios de población. Vol 3. Asunción, Paraguay, 2006.

VÁZQUEZ, Fabrício. **El Chaco en transición**: de la estructura pasiva de las tierras a la emergencia dinámica de los territorios. Asunción, Paraguay, 2009, 34 p.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, Lincoln Institute. 1998.

WILCOX, R.W. **La ley del menor esfuerzo: El médio ambiente y la industria da ganado em Mato Grosso, Brasil 1870-1980**, In: ARRUDA, Gilmar, et.al,eds. *Natureza: Apropriações e Representações na América*, Londrina- Brasil: Universidade Estadual de Londrina, 2001.

WORLD WIDLIFE FUND. **Realidade ou Ficção**: Uma revisão dos estudos oficiais da Hidrovia Paraguai- Paraná. Sumário Executivo. Toronto, Canadá: WWF, 1999.

YORE, Myriam; PALAU Viladesau, Tomas. **Las críticas centrales. En publicacion**: El Paraguay en el Mercosur en la visión de los actores subalternos. Junio. 2001. Acceso al texto completo: <http://168.96.200.17/ar/libros/paraguay/base/103/Doc%20103.doc>. Acesso em fevereiro de 2011.

Fontes virtuais de pesquisa:

<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/EDITORIAL++desmatamento+no+Pantanal>. Acesso em fevereiro de 2010

<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/EDITORIA> . Acesso em 28 de junho de 2010.

<http://www.cedep.ifch.ufrgs.br>. Acesso em 09/05/2011 as 11:48 hs

<http://www.ibama.gov.br/search/pantanal/pagina-9-5>. Acesso em fevereiro de 2011.

<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/EHP2010/Triptico%20EPH%20total%20pais%202010.pdf>. Acesso em outubro de 2011.

<http://www.pantanalnews.com.br/channels.php>. Acesso em 14 de dezembro de 2011.

<http://www.mma.gov.br/sitio>. Legislação Ambiental Básica-Brasil-CONAMA. Acesso em 18 de março de 2012.

<http://www.dgeec.gov.py>. Acesso: Fevereiro de 2010 a março de 2012.

<http://www.portomurtinho.ms.gov.br/projetos><http://www.aprosoja.com.br>. Movimento Pró Logística. Acesso em fevereiro de 2012.

<http://www.portalpantanal.com.br/dadosgerais.html>. Acesso em 16 de março de 2012.

<http://www.ihu.unisinos.br>. Instituto Humanitas Unisinos. Acesso em 24 de maio de 2012.

Arquivos visitados para pesquisa

Arquivo da Câmara Municipal de Porto Murtinho, MS.

Arquivo da 2ª Cia de Fronteira de Porto Murtinho, MS.

Arquivo da Polícia Ambiental de Porto Murtinho, MS.

Arquivo do Centro de Documentação Regional – UFGD

Arquivo do Museu Dom Aníbal Barrera – Porto Murtinho, MS.

Arquivo da Biblioteca da Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai (SEAM)

Arquivo da Biblioteca Nacional de Assunção

Museu Histórico de Porto Murtinho- Coleção de Monografias Municipais nº 406.

ANEXO

FONTES ORAIS E ATIVIDADES DE PESQUISA

DATA	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	LOCAL DA ENTREVISTA	NOME DO ENTREVISTADO	Nº DA ENTREVISTA
13/09/2010	Participação no Frontur (Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras) 2010	Assunção - PY	_____	_____
14/09/2010	Entrevista com Geógrafo Fabricio Vázquez	Assunção - PY	Fabrício Vazquez	01
15/09/2010	Visita a Secretaria de Meio Ambiente do Paraguai - SEAM	Assunção-PY	Conversa com as bibliotecárias, e funcionários da SEAM	_____
15/09/2010	Captação de fontes bibliográficas e imagens sobre o Paraguai e o Chaco	Assunção -PY	Biblioteca Nacional de Assunção	_____
15/11/2010	Entrevista com a Secretária Municipal de Turismo – Porto Murtinho (MS)	Porto Murtinho - MS (Pantanal)	Vivian Cruz	02
15/11/2010	Entrevista com o Secretário Municipal do Meio Ambiente- Porto Murtinho (MS)	Porto Murtinho - MS (Pantanal)	Fernando Euripedes Pereira Marques	03
16/11/2010	Entrevista com o Tenente da Policia Ambiental de Porto Murtinho (MS)	Porto Murtinho- MS (Pantanal)	Luís Clemente de Souza	04
17/11/2010	Captação de fotografias e imagens do Chaco	Fuerte Olimpo -PY	-----	_____
17/11/2010	Entrevista com moradora do Chaco	Fuerte Olimpo -PY (Chaco Paraguai)	Ester Rebeca	05
17/11/2010	Entrevista com moradora do Chaco	Fuerte Olimpo -PY (Chaco Paraguai)	Mariluce Trulhentino	06
17/11/2010	Entrevista com morador do Chaco	Fuerte Olimpo -PY (Chaco Paraguai)	Vitoriano Avalos Preto	07
17/11/2010	Entrevista com moradora do Chaco	Fuerte Olimpo -PY (Chaco Paraguai)	Viviana Martins	08
17/11/2010	Entrevista com moradora do Chaco	Fuerte Olimpo -PY (Chaco Paraguai)	Rhuliana Barros	09